



BIOMAS DO BRASIL

diversidade, saberes
e tecnologias sociais.



UNIALFA

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
UNIALFA**

**ANAIS 2024
CONGRESSO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)**

**Goiânia
UNIALFA
2024**

Comissão Executiva

Prof. Dr. Nelson de Carvalho Filho – Reitor

Prof. PhD José Eduardo Souza de Miranda – Diretor da Escola de Negócios, Saúde, Politécnica e Ensino Médio

Coordenação Geral

Prof^a. Ma. Maria Regina Silva Lima – Gerente de Planejamento e Operações Acadêmicas GO.

Suzana Maria da Silva – Supervisora de Planejamento e Operações Acadêmicas

Comissão Científica

Prof. Dr. Marcelo Ladvocat- Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional.

Prof. Dr. Pedro Henrique Rodrigues de Sousa - Coordenador do Mestrado Profissional em Administração.

Prof. Dr. Jean Gleyson Farias Martins, Coordenador dos Cursos da Área de Negócios, Comunicação e Educação.

Prof^a. Ma. Paola Regina A. Monteiro, Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Prof^a. Dr. Fabrício Nascimento Silva, Coordenador Titular dos Cursos de Graduação em Engenharia.

Prof^a. Dra. Hérica Landi de Brito, Coordenadora do Curso de Psicologia.

Prof. Ma. Mariana Viana Pinto, Coordenadora Titular dos Cursos de Graduação da Área da Saúde.

Prof. André Pereira Reinert Tokarski, Coordenador do Curso de Direito.

Prof. Rodrigo de Souza Ataídes, Coordenador do Curso de Engenharia de Software, ADS e Sistemas de Informação.

Prof^a. Isabella Cristina Queiroz Silva, Coordenadora do Curso de Engenharia Civil e Elétrica.

Prof. Rodrigo Lisita Ribera, Coordenador do Curso, de Engenharia Mecânica e Produção.

Prof^a. Rosimeire Maria Fortuna Costa, Coordenadora do Curso de Pedagogia.

Prof^a. Josiane Alves Ribeiro, Coordenadora do Curso de Publicidade e Propaganda e Jornalismo.

Prof. Fabrício Galdino Magalhães Coordenador do Curso de Educação Física, Fisioterapia e Estética e Cosmética.

Prof. Richard Marques dos Santos, Coordenador Assistente dos Cursos de Engenharia de Software, ADS e Sistemas de Informação.

Prof^a. Thamine Gomes Rodrigues, Coordenadora Assistente dos Cursos da Área de Negócios.

Prof^a. Lionora Francisca de Oliveira, Coordenadora do Curso de Nutrição.

Prof^a. Jacimara Alves de Souza, Coordenadora Assistente do Curso de Psicologia.

Coordenação de Organização e Logística

Juliene Aleide Alves - Supervisora de Planejamento e Operações Acadêmicas

Dayane Cristina e Souza - Analista de Planejamento e Operações Acadêmicas

Veruska Duarte Milhomem – Assistente de Planejamento e Operações Acadêmicas

Rafael Ferreira da Silva – Analista de Planejamento e Operações Acadêmicas

Comissão de Organização e Logística

Rosielly Thais de Souza Almeida - Assistente de Planejamento e Operações Acadêmicas

Gustavo Moreira Lopes - Assistente de Planejamento e Operações Acadêmicas

Márcio Roberto Dias – Encarregado de Áudio Visual

Ana Paula da Fonseca Vieira – Bibliotecária

Editoração e Revisão:

Prof^a Ma. Rosemeire Soares de Souza Paulo

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

C749

Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão (7.: 2024: Goiânia, GO)

Anais do 7º Congresso Ensino e Pesquisa e Extensão, 21 a 23 de outubro de 2024 [recurso eletrônico] / Organizadores: Nelson de Carvalho Filho, José Eduardo Souza de Miranda, Maria Regina Silva Lima e coordenações dos Cursos. – Goiânia: Centro Universitário Alves Faria, 2024.

306 p.: PDF

Publicado pela UNIALFA. Disponível em:

<http://www.cepeunialfa.com.br>

Vários autores.

ISBN 978-65-87372-19-8

1. Anais – Congresso. 2. Iniciação científica 3. Ensino Superior. I. Carvalho Filho, Nelson de. II. Miranda, José Eduardo Souza de. III. Lima, Maria Regina Silva. IV. UNIALFA. V. Título.

CDU: 001.8:378

SUMÁRIO

CADEIA DA AVIAÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA: FALHAS DE MERCADO E DE GOVERNO DAVI OLIVEIRA VINHAL.....	13
PODCAST DE TRUE CRIME NO BRASIL. A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO COMO FERRAMENTA DE DESTAQUE. O CASE “A MULHER DA CASA ABANDONADA” - LUCAS DE SOUZA NASCIMENTO.....	18
EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM GOIÂNIA - EDNA PEREIRA CRUZ e KAMILY FERREIRA DE SOUSA.....	19
PUBLICIDADE E DIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS - DENISE CAETANO GONÇALVES.....	20
O USO DE NANO E MICRO INFLUENCIADORES COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO BOTICÁRIO - LETÍCIA RIBEIRO SANTOS NAGUTI -	21
HUMANIZAÇÃO ATRAVÉS DO HUMOR: O USO E RECEPÇÃO DOS MEMES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MARCA – UM ESTUDO DE CASO DA NETFLIX NO INSTAGRAM – CARLOS ANTÔNIO SILVA OLIVEIRA e BEATRIZ SANTANA SANTOS	22
PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO PARA LANCHONETE CIA DO LANCHE – LUIZ FERNANDO VENCESLAU DE ALMEIDA	23
ASSESSORIA DE IMPRENSA NO BRASIL: PERCURSO, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS – EZEQUIEL FERREIRA ALVES	24
A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NA ESTRUTURAÇÃO E APLICAÇÃO DO PEI PARA OS ALUNOS ATÍPICOS TEA NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL 3º ANO – ANA BEATRIZ BRITO	25
INFÂNCIA PERDIDA? RECOMPONDO A APRENDIZAGEM NO 4º ANO PÓS-COVID 19 – ANDRESSA RODRIGUES DE MOURA LESSA, FRANCIELLEN LOPES FEITOSA e GEOVANA ROSAM MATIAS	27
INTELIGÊNCIA MÚLTIPLAS NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 3º ANO: O PEDAGOGO COMO AGENTE DE AUTONOMIA E COOPERAÇÃO – MAYARA DOS SANTOS SILVA	29
EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOCO: TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NAS PRÁTICAS DOCENTES PARA A ACESSIBILIDADE E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA – ANDREZA RODRIGUES DA SILVA, ANILDE MOREIRA DA SILVA e JOVANA MÁRCIA LEMES DE CASTRO MEDEIROS	31
O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS – ZENILDE NUNES GAMA e NATHALYA LUIZA DE JESUS FREIRE	33
CARROS MOVIDOS A ENERGIA SOLAR – GABRIEL GASPAR BELARMINO DE OLIVEIRA	35
SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL PARA SUSTENTABILIDADE NA ENGENHARIA – ERICK FERNANDO DE JESUS SILVA	39
PASCAL, CÁLCULO 1 E ENGENHARIA DE SOFTWARE: CONEXÕES ENTRE MATEMÁTICA E TECNOLOGIA – ISAQUE AYUPE FERREIRA	42

OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS DENTRO DA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA COM A TECNOLOGIA – LUDIMLA XAVIER RODRIGUES	46
ADA LOVELACE: UMA MULHER À FRENTE DE SEU TEMPO – ISABELA DE OLIVEIRA PEDROSA	49
OS AVANÇOS DE LEIBNIZ PARA MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO – LUIZ FELIPE BESSA DE PAULA	52
CONCRETO PROJETADO – TALISSON MAURÍCIO DE SOUA, KLEBSON LIMA BESERRA DO NASCIMENTO	55
CONCRETOS ESPECIAIS – JOÃO EDUARDO MIRANDA VEIGA.....	57
CONCRETOS ESPECIAIS/CONCRETO PROTENDIDO E CONCRETO USINADO RESFRIADO – LUCAS CANDINE	59
CONCRETO PERMEÁVEL E CONCRETO USINADO – PAULO HENRIQUE DUARTE CARDOSO E RUAN SILVA DE OLIVEIRA	61
CONCRETOS ESPECIAIS – CONCRETO USINADO E CONCRETO PERMEÁVEL – KAREN BATISTA CARVALHO	62
CONCRETOS ESPECIAIS – COLORIDO E BRANCO - ANNA LUÍSA MAIDANO LOPES	64
A VIDA E A INFLUÊNCIA DE PITÁGORAS DE SAMOS – LUDMILA DOS SANTOS SILVA	65
A RELAÇÃO DE JOHN VON NEUMANN COM A MATEMÁTICA E A COMPUTAÇÃO – HIGOR RESENDE ARAÚJO	68
TECNOLOGIAS DE INDÚSTRIA 4.0 NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UMA ANÁLISE DAS APLICAÇÕES E IMPACTOS – IGOR NIKOLAI VORONKOFF	71
VEÍCULO ROBÓTICO AUTÔNOMO DE NAVEGAÇÃO EM TRAJETÓRIA LINEAR – MATHEUS NICOLAU GUIMARÃES	74
AMPLIFICADOR ANALÓGICO PARA ALTO-FALANTES DE ALTA POTÊNCIA – WILBER GOIÁS RIBEIRO	77
PROGRAMAÇÃO DE MICROCONTROLADORES: ROBÔ SEGUIDOR DE LINHAS PARA FINS EDUCACIONAIS – JOÃO VICTOR SANTOS LIMA	80
AUTOMATIZAÇÃO DE SEMÁFOROS URBANOS COM MICROCONTROLADORES ARDUINO – GERALDO A.R. SAMPAIO.....	82
USO DE MODELOS DE IA PARA A OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS EM INFRAESTRUTURAS SUSTENTÁVEIS NOS BIOMAS BRASILEIROS – BRUNNO MORAIS LIMA	85
CARACTERIZAÇÃO DE MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PROVENIENTES DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO GERADOS EM OBRAS – KATIELLE DE SOUZA LIMA	86
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SUSTENTÁVEL – MARYANNE EDUARDA GARCEZ DE MESQUITA	87
PROCESSO DE CAPTAÇÃO DA UMIDADE DO AR PARA GERAÇÃO DE ÁGUA – MOISÉS BARBOSA SOARES	90

ENGENHARIA VERDE – GABRIELLY CRISTINE G. DE FARIA	93
CONCRETOS ESPECIAIS – EDUARDA ALBUQUERQUE E THAYS MORAIS MARQUEA	96
REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS AGRÍCOLAS DO CERRADO: BIODIGESTÃO ANAERÓBICA COMO SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA A PRODUÇÃO DE BIOENERGIA – BÁRBARA XAVIER ALVES	98
CONCRETOS ESPECIAIS – CONCRETO USINADO E CONCRETO COMPACTADO A ROLO – LIÉDSON SIMIEMA SERAFIM DOS ANJOS	101
SUSTENTABILIDADE E GESTÃO DE RESÍDUOS NA INDÚSTRIA DE LINHA MARROM – ISADORA FREIRE DO CARMO	102
O USO DO TIJOLO ECOLÓGICO DE PLÁSTICO EM CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS – EDSON JÚNIO SIMIEMA SERAFIM DOS ANJOS, FELIPE RAPHAEL RODRIGUES FERREIRA	106
CARROS MOVIDOS A ENERGIA SOLAR – GABRIEL GASPAR BELARMINO DE OLIVEIRA	107
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SUSTENTÁVEL – MARYANNE EDUARDA GARCEZ DE MESQUITA	111
ALAN TURIG: UMA RETOMADA DOS TRABALHOS QUE MUDARAM O MUNDO – BRUNO DINIZ FARIA REZENDE	114
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E APRENDIZADO DE MÁQUINA NO DIAGNÓSTICO MÉDICO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA A MEDICINA MODERNA – MURIELLE FERREIRA DOS SANTOS.....	118
SAHNNON CLAUDE: TEORIA DA INFORMAÇÃO – VICTOR HUGO MENDES DE SOUSA	122
GRACE HOPPER – A GÊNIO QUASE ESQUECIDA – ALEXANDRE ALBERTO ARMAS ESQUEN	125
A VIDA DE ISAAC NEWTON E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O AVANÇO DA MATEMÁTICA E TECNOLOGIA – MARCO TÚLIO TAVARES DE SOUSA	127
METODOLOGIAS ÁGEIS NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE – ROBSON LUIZ PEREIRA FILHO	130
A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO AMBIENTE DE SAÚDE – GUILHERME RIBEIRO DE SIQUEIRA	133
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE DESASTRES NATURAIS EM CENTROS URBANOS – VICTOR HUGO MENDES DE SOUSA	137
ABRIGO E CLÍNICA VETERINÁRIA – RICARDO PASCOAL	141
UNIALFA SUSTENTÁVEL: NA ERA DOS ODS – PAOLA REGINA ANTONÁCIO MONTEIRO, NIUSA PIMENTEL MORAIS SOUSA, RAFAEL AUGUSTO DOS REIS, KAUAN ROQUE MONTEIRO	143
A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ESTADO DE GOIÁS: ANÁLISE DOS DESAFIOS NA SUA FISCALIZAÇÃO E CUMPRIMENTO À LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DA LEI 12.594 (SINASE) - LETÍCIA ALEXANDRE CAETANO	144
A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL - LUCAS BORGES CORRÊA DE SOUZA	145

DIREITO À DESCONEXÃO: LIMITES ENTRE TRABALHO E VIDA PESSOAL NO TELETRABALHO - KAROLLINE MESQUITA FELIX	147
O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COMO INSTITUTO EFICAZ NO COMBATE À CRISE JUDICIÁRIA - MAX BHRENNO KENNER ARANTES SILVA	148
IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABANDONO AFETIVO E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA MITIGAÇÃO DOS DANOS - SAMELLA CALDAS DA SILVA	149
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PELO STF: ANÁLISE DO ART. 43 DO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RISTF - FELIPE GOMES DOS SANTOS	151
DIREITOS DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES AÉREOS COMERCIAIS: UMA PERSPECTIVA LEGAL E SOCIAL - BRENDA DE PAULA SOUSA	152
E-NOTARIADO E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS ATOS NOTARIAIS: CONFIABILIDADE, CRESCIMENTO E SEGURANÇA JURÍDICA NAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS" - VICTOR LOPES NERES	153
A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E CRIMES CIBERNÉTICOS: LIMITES E IMPLICAÇÕES - ANA CAROLINA FERREIRA ANSELMO.....	154
O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA JURÍDICA NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO: BENEFÍCIOS E DESAFIOS - ARIENE MACHADO GONÇALVES.....	155
HERANÇA DIGITAL-LIMITES E POSSIBILIDADES DA SUCESSÃO DOS BENS DIGITAIS - DANILLO VALERIO VIEIRA.....	156
ANÁLISE DOS DESAFIOS E LIMITAÇÕES DOS CONSELHEIROS TUTELAR DA REGIÃO CAMPINAS EM GÔIÂNIA NA GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA PERSPECTIVA COM BASE NO ARTIGO 227 DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA. - DANIELLY COELHO SANTOS	157
A [IN]SEGURANÇA JURÍDICA E A COISA JULGADA TRIBUTÁRIA - JOÃO RAMOS KRAUZE DIEH..	158
O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA JURÍDICA NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO: BENEFÍCIOS E DESAFIOS - ARIENE MACHADO GONÇALVES.....	160
SIMPLIFICAÇÃO DO MANDADO JUDICIAL, POR MEIO DO LEGAL DESIGN, A FIM DE AMPLIAR A ACESSIBILIDADE DO JURISDICIONADO - DANILO PAULO VAZ CARDOSO.....	161
A PROTAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS - YURE MAMEDE DE OLIVEIRA.....	163
APP(S) E RESERVA LEGAL: INTERFERÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE GOIÁS NO AGRONEGÓCIO - ANTÔNIO CABRAL DE MELO NETO.....	165
O JUDICIÁRIO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO - IMPLEMENTANDO A AGENDA 2030 PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL - ANA CRISTINA CARVALHO FONSECA.....	167
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO POLO TÊXTIL DE INHUMAS - JANE GOMES DE MORAIS ROCHA.....	170
SUSTENTABILIDADE NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS BALANÇOS DA SUSTENTABILIDADE PUBLICADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA DE 2015 A 2023 - ANA CLÁUDIA MOREIRA DE MELLO.....	174

DESENVOLVIMENTO, CIDADES INTELIGENTES E TELETRABALHO: A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO À DISTÂNCIA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - MARCUS VINICIUS AMORIM CAMPOS.....	176
POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO - GISELY MARQUES TOLEDO.....	178
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONTRIBUIÇÕES À EFICIÊNCIA E À SUSTENTABILIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - BEM HUR RODRIGUES MAREGA.....	179
JUDICIALIZAÇÃO NO FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO DE ALTO CUSTO E SEUS REFLEXOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GOÍÁS - DANIELLA ARAÚJO DAMASCENO.....	181
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL: PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL E O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO - FÁBIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA.....	183
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O POLO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO JUSCELINO KUBITSCHKE – POLO JK: PERÍODO DE 2014 A 2023 - CRISTINA SEABRA MORAES.....	185
TELETRABALHO OU TRABALHO PRESENCIAL: ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-PANDEMIA (2022-2023) NAS COMARCAS GOIANAS E REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ELISÂNGELA DE MORAIS FERREIRA TELES.....	188
GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA RIZICULTURA E DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM FLORES DE GOIÁS – GO - ILIDIA TEIXEIRA DUARTE.....	189
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA - RONALDO RAWMISON SILVA LIMA.....	191
A EDUCAÇÃO E SEUS INDICADORES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA – GO - MÔNICA MARTINS DA CUNHA	194
A POLÍTICA PÚBLICA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA EM GOIÁS: AVANÇOS E PERSPECTIVAS NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA - MÔNICA VIEIRA DA SILVA BORGES.....	197
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APLICADO AO AGRONEGÓCIO GOIANO - NÁDIO CARLO DE SOUZA VIEIRA.....	201
UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE BUSINESS INTELLIGENCE NA LOGÍSTICA - NÁDIO CARLO DE SOUZA VIEIRA.....	204
EDUCAÇÃO FÍSICA E SUSTENTABILIDADE: A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DA PÚBLICA DE GOIÂNIA SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS ODS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - SÁVIO LIMA DE FARIA.....	207
PROVA BRASIL: A INFLUÊNCIA DA PROVA BRASIL NO ENSINO DE MATEMÁTICA EM GOIÂNIA: ANÁLISE DE DESAFIOS E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS - FABRÍCIO PERES DA SILVA.....	210
DESVENDANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR CENTRAL DE GOIÂNIA-GO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - LUCIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA.....	213
EQUIDADE DE GÊNERO NO ACESSO AOS CARGOS DE DESEMBARGADORAS PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS: SEUS IMPACTOS NAS DECISÕES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - THANISA QUIQUETO MARINELLI BATHAUS.....	215
AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O CASO DA MICRORREGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS - RODRIGO REZENDE DOS SANTOS.....	218

CINECLUBE NA ESCOLA SOB AS LENTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AUDIOVISUAL NO BRASIL: ANÁLISE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS - HELEN TATIANA DE OLIVEIRA.....	221
CONSTRUINDO O FUTURO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INTEGRADA AO NOVO ENSINO MÉDIO COMO FERRAMENTA PARA SUPERAR DESAFIOS E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS - NEIDIMAR LELES VIEIRA.....	224
O PROGRAMA ALFAMAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DE SUA EFICIÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ADILA DAIANA DOS SANTOS.....	228
INTEGRAÇÃO ENTRE O PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - JOSELAINE ALVES CARVALHO MARQUES.....	231
PROJETO RAÍZES KALUNGAS: SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA - RENATA CECÍLIA DE SOUZA RIBEIRO.....	234
JOVENS E PROJETO DE VIDA: A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL COMO INTINERÁRIO - ÂNGELA SOARES MOTA MACHADO.....	236
A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA MULTIPORTAS NO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO CÍVEL DO TJGO PARA O ACESSO À JUSTIÇA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LORENA NUNES JOSÉ DA COSTA.....	237
O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA - JOSELINA DAS DORES SILVA.....	240
A CONTRIBUIÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM REGIÕES REMOTAS DE GOIÁS - THALLES SABINO MENDANHA.....	243
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A EMPREGABILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA UM DESENVOLVIMENTO JUSTO E IGUALITÁRIO EM GOIÂNIA - ALEXANDRA DOS SANTOS FERREIRA.....	246
O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PRONATEC COM ÊNFASE NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FACILITADORA NO ENSINO A DISTÂNCIA - RALF MELO DE OLIVEIRA.....	249
O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM APARECIDA DE GOIÂNIA-GO - JOÃO BATISTA LEMES JÚNIOR.....	253
A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA DESBUROCRATIZAÇÃO DOS ATOS JUDICIAIS - JULIANA MARANGONI.....	254
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E O ALCANCE DO ODS 16 DA AGENDA 2030 - LILIAN BARROS DE MACÊDO.....	257
O PODER DA DEFENSORIA PÚBLICA E SEU ALCANCE NA SOCIEDADE GOIANA - REGINA DE OLIVEIRA PEREIRA COSTA.....	260
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: EFEITOS SOBRE A EQUIDADE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ADRIANE DA SILVA MARTINS.....	263
ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SUELEN APARECIDA COSTA GONZAGA.....	266
A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO CATALISADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - FABIANA CHAVES AFONSO.....	268

A VIABILIDADE DE APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA INFÂNCIA E JUVENTUDE - THIAGO SOUZA OLIVEIRA.....	271
CORRELAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR, CRIMINALIDADE E EXEMPLOS DE AÇÕES JUDICIAIS NA AREA EDUCACIONAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS; UMA ABORDAGEM QUALITATIVA - WALNEI ALVES DE PAULO.....	274
COMPETITIVIDADE TRIBUTÁRIA DA CADEIA TRITICOLA EM GOIÁS - FERNANDA ALENCAR.....	275
PROGRESSIVIDADE NAS CUSTAS JUDICIAIS EM GOIÁS: PROMOVENDO ACESSO À JUSTIÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - RAFAEL GUSTAVO MARTINS SIQUEIRA.....	278
ACESSO À JUSTIÇA, MODERNIZAÇÃO DE SERVIÇOS (VIRTUALIDADE) E ESTADO DE DIREITO EM TOCANTINS: UM ESTUDO NA COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA, SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - DANIELA MARQUES DO AMARAL ALMEIDA.....	280
O PROCESSO EDUCATIVO NO CONTEXTO PRISIONAL: O DIREITO E O ACESSO DO ACESSO À EDUCAÇÃO - RENATA DE MORAES SILVA BATISTA.....	283
GESTÃO DE PROCESSOS NA ATUAÇÃO JURISDICIONAL DO PODER JUDICIÁRIO: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA - ANA PAULA GONÇALVES DE QUEIROZ.....	286
EFETIVIDADE DOS ÍNDICES DE DESEMPENHO DO CNJ NA GESTÃO DAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL CÍVEIS DA COMARCA DE GOIÂNIA - PATRÍCIA NOLASCO GUIMARÃES.....	290
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO POWER BI PARA SISTEMATIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL DE OBRAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA GRANDE COMPANHIA PÚBLICO-PRIVADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - ELLEN DAYANA CUNHA BARROS..	293
UNIDADES DE PROCESSAMENTO JURISDICIONAL (UPJS) NAS VARAS CÍVEIS DE GOIÂNIA: IMPACTOS NA AGILIDADE DA JUSTIÇA - SAMUEL SILVÉRIO DE OLIVEIRA.....	298
A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA FEMININA PELA ÓTICA DAS SERVIDORAS PÚBLICAS DE UM TRIBUNAL DE JUSTIÇA: CAMINHOS, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES - ALINE RIBEIRO DE FREITAS YOSHIDA.....	302
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO SISTEMA BERNA NA REDUÇÃO DE LITIGIOSIDADE NA COMARCA DE ANÁPOLIS - ROBSON DE FREITAS SILVA JUNIOR.....	303
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL - HENRIQUE COSTA DE ALCÂNTARA.....	304
AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS ADVOGADOS COM OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - GUILHERME FRANCA SÉRPA.....	308
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA EM GOIÂNIA - FRANCIELE MEDEIROS CAMARGO.....	309
EFETIVIDADE DOS ÍNDICES DE DESEMPENHO DO CNJ NA GESTÃO DAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL CÍVEIS DA COMARCA DE GOIÂNIA - PATRÍCIA NOLASCO GUIMARÃES.....	313
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO JUDICIÁRIO GOIANO E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TELMA SOARES CEO.....	316

CADEIA DA AVIAÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA: FALHAS DE MERCADO E DE GOVERNO

DAVI OLIVEIRA VINHAL
daviovinhal@gmail.com
UNIALFA

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso analisa as falhas de mercado e de governo que impactam negativamente o desempenho econômico das companhias aéreas brasileiras. A aviação comercial é um setor crucial para o desenvolvimento econômico e a integração nacional, mas enfrenta desafios crônicos que limitam seu crescimento. Por meio de uma abordagem teórica e empírica, o estudo investiga as influências de políticas públicas, variáveis macroeconômicas e a dinâmica do mercado, buscando identificar as causas subjacentes à baixa rentabilidade das empresas aéreas. A pesquisa conclui que as políticas públicas, especialmente, aquelas relacionadas ao câmbio, taxa de juros e renda média, têm um impacto financeiro negativo significativo sobre as companhias aéreas, evidenciando a presença de falhas de governo. Os autores propõem a necessidade de uma revisão conjunta das práticas do setor, envolvendo empresas, governo e outras partes interessadas, além de sugerir comparações com mercados emergentes semelhantes para entender melhor as dinâmicas que afetam a aviação comercial. O trabalho visa contribuir para o avanço do conhecimento na área e para a construção de um mercado aéreo mais viável e rentável no Brasil.

Palavras-chave: Aviação comercial; falhas de mercado; falhas de governo; administração empresarial.

Introdução

Por mais que a aviação comercial civil brasileira seja uma das maiores do mundo em número de voos e passageiros transportados (Basseto, 2024), ela tem, de forma constante em sua história, crises financeiras que impedem o mercado aéreo nacional de se tornar um negócio maduro e consolidado como em outros grandes polos mundiais. Com isso, para compreender melhor a atual crise, é necessário um breve histórico desse mercado nacional. O mercado da aviação comercial civil brasileira teve como marco o ano de 1927, em que, mesmo sem aeroportos e fazendo uso de hidroaviões, se estabeleceu a primeira linha aérea regular em território nacional, ligando as cidades de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. Porém, apenas nas décadas de 40 e 50 podemos considerar que o Brasil passou a ter um mercado aeronáutico realmente estabelecido em grande parte do território nacional, culminando na criação revolucionária da ponte aérea Rio - São Paulo, em 1959.

Para Beting (2007), o conceito de ponte aérea foi uma inovação que revolucionou o mercado aéreo como um todo, sendo copiado por diversas empresas ao redor do mundo. Entretanto, o cenário a partir da década de 1960, passou a ser marcado por uma forte regulação, tarifas tabeladas e subsídio estatal. Segundo Josué Catharino Ferreira (2017), durante o regime militar,

houve um foco na integração e na segurança do território brasileiro, levando o governo a estabelecer a Rede de Integração Nacional (RIN) e o sistema integrado de Transporte Aéreo Regional (SITAR), com o objetivo de subsidiar empresas aéreas que ofertassem voos para regiões remotas do país, sobretudo na região centro-oeste e na amazônia. A partir desse momento, formou-se o primeiro oligopólio da aviação brasileira com quatro grandes empresas: VARIG, VASP, Cruzeiro e Transbrasil, entre outras pequenas empresas de menor participação. Todas essas empresas tiveram sua falência decretada ao fim do século XX e início do século XXI pela incapacidade de competir em um novo mercado, sendo o caso mais marcante da Transbrasil que encerrou “uma existência de 50 anos sem lucro, sobrevivendo graças a duas grandes ajudas dadas pelo governo” (Mello, 2007).

Com isso, entre 1992 e 2001 o mercado brasileiro de aviação civil comercial passou por inúmeras transformações promovidas pela desregulamentação tarifária do setor e a ampliação da malha aérea no âmbito da abertura comercial no país. De um mercado em desenvolvimento, com poucos terminais aéreos e um número limitado de empresas de aviação, o Brasil evoluiu para um setor com companhias aéreas mais sólidas, que abandonaram o modelo de aviação regional – doméstica e optaram pelo padrão doméstico – internacional, conectando os aeroportos do interior aos principais destinos internacionais, por meio de um sistema de distribuição de voos operado a partir dos hubs nas principais cidade do país.

Metodologia

Nesta seção são apresentados os procedimentos e os métodos utilizados para a realização do trabalho. Foi subdividida em quatro partes, sendo a primeira a definição da caracterização da pesquisa; a segunda os procedimentos e técnicas utilizadas para a coleta de dados; a terceira as variáveis a serem consideradas e, por último, a definição da análise comparativa de dados.

Este estudo tem como prioridade identificar os causadores da má performance financeira das companhias aéreas brasileiras, investigando se são falhas de mercado ou governamentais que geram o problema. Considerando a finalidade, trata-se de uma pesquisa de natureza básica com o propósito de ampliar o conhecimento científico para o avanço da ciência em áreas específicas (Appolinário, 2012). O objetivo do estudo é de natureza explicativa, objetivando compreender as causas e efeitos de determinados fenômenos.

Resultados e discussão

Neste tópico serão apresentados os resultados e as discussões de análise gráfica e de dados acerca dos impactos que o dólar, taxa de juros, renda média e o que os demais índices exercem sobre os resultados financeiros das companhias aéreas brasileiras.

O impacto do dólar conforme apresentado no relatório “Panorama 2022”, produzido pela ABEAR (2022), em média, 59% dos custos operacionais de uma empresa aéreas brasileira é dolarizado, ou seja, tem como referência direta a moeda americana para a precificação dos insumos consumidos. A partir desse entendimento, é compreensível perceber uma relação causal na variação do

câmbio e a variação dos custos da companhia. A relação entre o dólar e o real de 2018 a 2023 que apresentou grande variação, sobretudo, a partir de 2020, com o início da pandemia de covid-19.

O gasto com combustível e lubrificante, além de representar, em média, 41% dos custos totais de uma companhia aérea (ABEAR, 2022), é um dos pontos mais sensíveis à variação, uma vez que está atrelado ao custo do barril de petróleo que, por sua vez, estará atrelado à cotação da moeda local. Assim, a compra e uso do combustível e lubrificante são pontos sensíveis de toda a operação, estando exposto a duas grandes frentes de variações não dependentes.

A partir da análise de relação gráfica e a obtenção, por meio desses dados, de uma correlação, que segundo Mukaka (2012), é muito forte de 0,92 para a Azul e 0,91 para a Gol, observa-se que o aumento do gasto com combustíveis e lubrificantes (ajustado pelo consumo) apresenta uma correlação positiva de alto grau.

Conclusões

Este trabalho teve como propósito analisar o atual contexto do mercado aéreo nacional e como os fatores macroeconômicos ligados às políticas públicas brasileiras refletem nos índices administrativos e financeiros de duas das principais companhias aéreas brasileiras. Foram utilizadas análises gráficas e de correlações de dados disponibilizados pelas empresas em questão por meio de fontes públicas confiáveis com o objetivo de estabelecer relações causais entre os dados financeiros e administrativos observados e as práticas governamentais, a fim de compreender o nível de impacto, positivo ou negativo, que o estado brasileiro infringe sob o mercado da aviação civil brasileira. Os resultados obtidos conduzem à conclusão de que os atuais desempenhos financeiros das empresas supracitadas sofrem influência por índices econômicos alheios ao seu controle, uma vez que se tratam de políticas públicas ou reflexos de políticas adotadas pelo governo brasileiro.

Agradecimentos

Agradeço, a Deus, à nossa família, aos amigos e aos docentes.

Referências

ABEAR (org.). **Panorama 2016**: O setor aéreo em dados e análises. São José dos Pinhais: ABEAR, 2016. ABEAR (org.). **Panorama 2022**: o setor aéreo em dados e análises. São José dos Pinhais: ABEAR, 2023. ANAC. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): institucional. institucional. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 16 abr. 2024.

ANAC. **ANAC**: painel de indicadores. painel de indicadores. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-do-transporte-aereo/painel-de-indicadores-do-transporte-aereo/painel-de-indicadores-do-transporte-aereo-2022>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ANAC. **Concessões de Aeroportos:** concessões de aeroportos. concessões de aeroportos. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/concessoes>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Juliana. **AEROJR:** história da gol. história da gol. 2019. Disponível em: <https://aerojr.com/blog/historia-da-azul-linhas-aereas/> Acesso em: 15 mar. 2024.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

BALASSIANO, Marcel. **Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais.** 2020. disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>. acesso em: 12 mar. 2024.

Banco Central do Brasil. **Índice de confiança do consumidor.** 2024. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/4393-indice-de-confianca-do-consumidor>. Acesso em: 25 set. 2024.

Banco Central (org.). Taxa Selic. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 02 mai. 2024.

BETING, G. **Ponte aérea:** quarenta anos de história da maior invenção da aviação comercial brasileira. São Paulo: Flap, 2007. Disponível em: <http://www.aviacaocomercial.net/flap/pontearea.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2024.

BROM, luiz guilherme; BALIAN, José Eduardo Amato. **Análise de investimentos e capital de giro:** conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502088505/pageid/2>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CAPA - center for aviation. aircraft leasing accounts for half of world's commercial aircraft fleet. Disponível em: <https://centreforaviation.com/analysis/reports/aircraft-leasing-accounts-for-half-of-worlds-commercial-aircraft-fleet-lessors-shun-widebodies-404111>. Acesso em: 16 set. 2020.

MARTINS, Carlos. **Quem são os verdadeiros donos dos aviões das companhias aéreas brasileiras?** (aeroin.net). Disponível em: <https://aeroin.net/quem-sao-os-verdadeiros-donos-dos-avioes-das-companhias-aereas-brasileiras/>. Acesso em 17 abr. 2024.

DI AUGUSTINI, Carlos Albellto. **Capital de giro**: análise das alternativas fontes de financiamento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FGV IBRE. **Confiança do consumidor sobe pelo quarto mês consecutivo**. 2024. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/ultima-divulgacao/86>. Acesso em: 25 set. 2024.

FERREIRA, Josué Catharino (2017). "UM BREVE HISTÓRICO DA AVIAÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA". XII Congresso de História Econômica.

FERREIRA, Marcos José Barbieri; LAPLANE, Gabriela. O transporte aéreo no Brasil: panorama geral, avaliação da competitividade e propostas de políticas públicas para o setor. Campinas: UNICAMP, 2006. 83p.

FIANI, Ronaldo. **Teoria da regulação econômica**: Estado atual e perspectivas futuras. IEUFRJ, texto para discussão, 1998.

FLEURIET, michel; ZEIDAN, Rodrigo. O modelo dinâmico de gestão financeira. Rio de Janeiro: Altas Books, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555207446/pageid/7>. Acesso em: 24 mar. 2024.

PODCAST DE TRUE CRIME NO BRASIL. A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO COMO FERRAMENTA DE DESTAQUE. O CASE “A MULHER DA CASA ABANDONADA”

LUCAS DE SOUZA NASCIMENTO
olucassouza@outlook.com
UNIALFA

Resumo

Essa pesquisa mapeia o panorama histórico da comunicação por áudio, com foco nas produções em formato de podcast, especificamente, os de True Crime e na análise técnica do podcast “A mulher da casa abandonada”. Esse obteve números impressionantes de audiência, somando 7 milhões de downloads dos 6 episódios, cerca de 20 dias após o lançamento. Assim, por meio da Análise de conteúdo, os dois episódios selecionados do podcast analisados serão transcritos e esmiuçados, tendo como objetivo a identificação e catalogação das técnicas empregadas em sua produção, validando assim a hipótese de que os podcasts produzidos com uso das técnicas encontradas se destacam entre as produções.

Palavras-chave: Comunicação; mídia de massa; rádio; podcast; true Crime.

EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM GOIÂNIA

EDNA PEREIRA CRUZ
UNIALFA

Coautores
KAMILY FERREIRA DE SOUSA
UNIALFA

Resumo

Este trabalho, apresentado no formato de livro-reportagem, tem como objetivo reunir e narrar as histórias reais de duas pessoas com deficiência, explorando suas adversidades e experiências cotidianas na cidade de Goiânia. Por meio dessas narrativas, busca-se evidenciar como essas pessoas enfrentaram e combateram o capacitismo e os preconceitos arraigados na sociedade, revelando a extraordinariedade presente em suas vidas comuns. Utilizando as técnicas do Jornalismo Literário, este livro compartilha suas experiências de vida e sua imersão na sociedade, proporcionando uma visão profunda e humanizada de suas jornadas. Para isso, as entrevistas presenciais, que ainda estão sendo realizadas, foram as técnicas escolhidas para viabilizar a produção desse projeto de pesquisa. O título do livro-reportagem escolhido pelas autoras foi “Vidas Extraordinárias: Duas histórias não contadas”.

Palavras-chave: Livro reportagem; jornalismo; acessibilidade; capacitismo.

PUBLICIDADE E DIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS

DENISE CAETANO GONÇALVES
denise.caetanog@gmail.com
UNIALFA

Resumo

O estudo aborda aspectos históricos da publicidade no Brasil, conceitos de representação, de estereótipos, bem como os impactos dessas representações na construção de valores sociais e culturais. Também são explorados o racismo estrutural, a discriminação e o feminismo negro, destacando a importância da inclusão e diversidade nos meios de comunicação. Por meio de uma análise documental de propagandas e entrevistas semiestruturadas com modelos negras, a pesquisa revela que, apesar de algumas conquistas, a representação de mulheres negras na publicidade ainda é repleta de estereótipos e marcada por papéis secundários. Diante disso, esse trabalho sublinha a necessidade urgente de transformar essas representações para promover uma sociedade mais justa e equitativa. Além disso, contribui para o debate acadêmico e profissional sobre a importância de práticas inclusivas na publicidade, oferecendo uma análise crítica e dados valiosos para futuras pesquisas sobre a representação de grupos marginalizados na mídia.

Palavras-chave: Publicidade e propaganda; mulheres negras; estereótipos; racismo; feminismo negro; diversidade e inclusão.

O USO DE NANO E MICRO INFLUENCIADORES COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DA O BOTICÁRIO

LETÍCIA RIBEIRO SANTOS NAGUTI
leticianaguti200210@gmail.com
UNIALFA

Resumo

O tema central deste projeto é a análise de como a marca O Boticário utiliza nano e micro influenciadores em sua estratégia de comunicação e tem como objetivo geral compreender como esses influenciadores de menor alcance são utilizados pela marca para gerar impacto em suas campanhas. Os objetivos específicos incluem investigar a ascensão do marketing digital e o papel crescente dos nano e micro influenciadores; realizar um levantamento bibliográfico sobre a influência desses influenciadores na decisão de compra dos consumidores; analisar a estratégia de comunicação de O Boticário realizado no Tik Tok. O referencial teórico abordará a evolução do marketing, passando pelos modelos de marketing 1.0 até 6.0, o desenvolvimento do marketing digital, e o marketing de influência, com ênfase nos diferentes tipos de influenciadores (nano, micro, macro e mega). Também será discutido o comportamento do consumidor na era digital e como as estratégias de comunicação de O Boticário se alinham a essas mudanças.

Palavras-chave: Influenciadores.

HUMANIZAÇÃO ATRAVÉS DO HUMOR: O USO E RECEPÇÃO DOS MEMES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MARCA - UM ESTUDO DE CASO DA NETFLIX NO INSTAGRAM

CARLOS ANTÔNIO SILVA OLIVEIRA
UNIALFA

Coautores
BEATRIZ SANTANA SANTOS
UNIALFA

Resumo

Este trabalho de pesquisa investiga o papel da humanização das marcas no marketing digital, com foco no uso do humor e dos memes na construção da identidade de marca da Netflix no Instagram. A humanização, essencial para a construção de identidade de marcas, é explorada por meio da linguagem peculiar e acessível dos memes, pois se destacam por criar laços emocionais e promover a identificação do consumidor. A pesquisa fundamenta-se nos conceitos de marketing 4.0 e 5.0 de Philip Kotler, a qual destaca a integração das experiências online e offline e a humanização da tecnologia. A metodologia inclui uma pesquisa quantitativa por meio de questionários fechados, aplicados a seguidores da Netflix no Instagram, para avaliar a percepção e a relação emocional dos consumidores com as postagens humorísticas da marca. Este estudo busca oferecer entendimentos práticos para profissionais de marketing e comunicação sobre a eficácia das estratégias de humanização e humor, além de contribuir para a literatura acadêmica sobre marketing digital e comunicação.

Palavras-chave: Marketing digital; publicidade; identidade de marca; linguagem da internet.

PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO PARA LANCHONETE CIA DO LANCHE

LUIZ FERNANDO VENCESLAU DE ALMEIDA
luizfernandov.almeida@gmail.com
UNIALFA

Resumo

Este trabalho tem como objetivo desenvolver um planejamento de comunicação para a lanchonete "CIA do Lanche" localizada em Goiânia, Goiás. A empresa, fundada em 1994, está atualmente sob a gestão de Maria Aparecida Quirino Rodrigues, que assumiu o comando em 2007. A "CIA do Lanche" enfrenta desafios significativos relacionados à sua imagem, identidade de marca e posicionamento nas redes sociais. Para enfrentar esses desafios, o trabalho propõe um rebranding completo da lanchonete, incluindo a criação de uma nova logomarca, um manual de marca detalhado e estratégias de comunicação tanto online quanto offline. A metodologia envolve a análise SWOT para identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, além de uma pesquisa detalhada sobre as preferências dos consumidores locais. As estratégias de comunicação online incluem a manutenção de perfis ativos nas redes sociais e campanhas de marketing digital, enquanto as estratégias offline envolvem a melhoria da fachada da lanchonete, distribuição de panfletos e parcerias com empresas locais. O objetivo é não apenas atrair novos clientes, mas também fidelizar os existentes, consolidando a presença da lanchonete em um mercado competitivo.

Palavras-chave: Planejamento de comunicação; rebranding; SWOT; marketing digital; fidelização de clientes.

ASSESSORIA DE IMPRENSA NO BRASIL: PERCURSO, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

EZEQUIEL FERREIRA ALVES
ezequiefalves1610@gmail.com
UNIALFA

Resumo

A assessoria de imprensa surgiu nos Estados Unidos no início do século XX, com Ivy Lee. Esse foi um dos pioneiros na prática. A função rapidamente se espalhou para outros países e se consolidou como uma ferramenta essencial para organizações moldarem a opinião pública. Com o avanço das tecnologias e a globalização, nos anos 1990, a assessoria de imprensa ganhou alcance global, lidando com públicos diversos. No Brasil, a profissão cresceu nas décadas de 1980 e 1990, diante disso, os assessores tiveram que se adaptar ao surgimento da internet e das redes sociais. O trabalho envolve estratégias de comunicação, gestão de imagem e relacionamento com jornalistas. No entanto, a área enfrenta desafios, como a baixa valorização e a necessidade de constante atualização devido à transformação digital. A pesquisa propõe examinar a trajetória e os desafios atuais dessa profissão no mercado brasileiro.

Palavras-chave: Assessoria; comunicação; imprensa e profissão.

A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NA ESTRUTURAÇÃO E APLICAÇÃO DO PEI PARA OS ALUNOS ATÍPICOS TEA NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL- 3ºANO

ANA BEATRIZ BRITO
aninha1d8972@gmail.com
UNIALFA

Resumo

A Inclusão tem como fundamento garantir a participação plena e equitativa de todos os indivíduos, em diferentes contextos sociais, educacionais e profissionais, independentemente de suas características ou necessidades específicas. Dentro do âmbito educacional, a inclusão se refere à adaptação do ambiente escolar para atender o público com as diversidades dos alunos, promovendo a igualdade de oportunidades e respeitando as especificidades de cada indivíduo, especialmente, de alunos com deficiência, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). E, por meio das adaptações das atividades propostas, mediação quanto a seus recursos pedagógicos, de acordo com a necessidades dos alunos. O objetivo Geral deste estudo é: Compreender a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta fundamental para a inclusão escolar de alunos atípicos nos anos iniciais do ensino fundamental 3º ano, investigando como essa estratégia pedagógica contribui para o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. Além disso os específicos são: analisar as práticas educativas e os desafios enfrentados pelos profissionais da educação na implementação do PEI; identificar os fatores que potencializam ou dificultam a efetividade do processo inclusivo. A relevância da pesquisa foi levantada por meio da utilização do PEI e como esse atinge a dinâmica da inclusão e os profissionais da educação, bem como o ajuste nas condições de estratégias de ensino, para melhor identificação das necessidades individuais dos alunos atípicos TEA. Com isso, levanta-se resultados de benefícios aos que estão inseridos nesse processo de ensino e aprendizagem, com maior engajamento, participação dos alunos, professores, gestores escolares e a família, favorecendo a colaboração por uma equipe de suporte com eficácia.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); adaptação escolar; inclusão; contexto social e professor.

INFÂNCIA PERDIDA? RECOMPONDO A APRENDIZAGEM NO 4º ANO PÓS-COVID-19

ANDRESSA RODRIGUES DE MOURA LESSA
UNIALFA

Coautores
FRANCIELLEN LOPES FEITOSA
GEOVANA ROSA MATIAS
UNIALFA

Resumo

O interesse por investigar o impacto da pandemia da COVID-19 na educação surgiu da observação direta dos desafios enfrentados por alunos, professores e pais durante esse período crítico. A experiência cotidiana nas escolas, marcada por incertezas, adaptações emergenciais e uma rápida transição para o ensino remoto, evidenciou as dificuldades enfrentadas no processo educacional, principalmente, entre alunos do 4º ano do Ensino Fundamental. Assim, a escolha do tema se mostra relevante não apenas para compreender os impactos dessa crise, mas também para identificar soluções que possam fortalecer o processo de ensino-aprendizagem em contextos desafiadores. Em seguida, será realizada uma pesquisa para verificar como a educação, as escolas e famílias lidaram com os desafios das aulas remotas e desigualdades sociais. Diante disso, analisaremos os meios adotados pelas escolas municipais da Cidade de Goiânia e o desenvolvimento escolar no 4º ano, apresentação de dados e estratégias para a recomposição da aprendizagem. A metodologia adotada para este trabalho teve como ponto de partida uma pesquisa bibliográfica abrangente. Inicialmente, diversos recursos foram consultados, incluindo sites de pesquisa, livros e artigos relacionados ao tema. Além dessa pesquisa, será realizada uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas com educadores da rede privada. Essa etapa visa compreender os impactos deixados nos alunos que ingressaram na Educação Infantil durante a pandemia de COVID-19. Portanto, a pesquisa qualitativa busca compreender aspectos subjetivos, como comportamentos, pontos de vista e ideias das pessoas envolvidas. Nesse caso, é necessário realizar trabalho de campo, no qual o pesquisador se insere no ambiente onde ocorre o fenômeno estudado. A combinação dessas duas abordagens metodológicas proporcionará uma compreensão abrangente dos impactos da pandemia no 4º ano do Ensino Fundamental e permitirá a exploração de novos caminhos para a recuperação dos alunos. Essa complementaridade entre métodos é essencial para uma análise mais completa e aprofundada do tema em questão. O trabalho ainda não apresenta resultados, pois está em andamento.

Palavras-chave: Transição; adaptação; soluções; COVID-19.

INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 3º ANO: O PEDAGOGO COMO AGENTE DE AUTONOMIA E COOPERAÇÃO

MAYARA DOS SANTOS SILVA
UNIALFA

Coautores
CRISTINA ALVES DIAS
UNIALFA

Resumo

Socioemocional refere-se ao conjunto de habilidades que envolvem a compreensão e gestão das emoções, a empatia, a construção de relacionamentos saudáveis e a tomada de decisões responsáveis. Esse conceito é fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo, pois promove não apenas o bem-estar emocional, mas também habilidades sociais que facilitam a convivência em grupo, a resolução de conflitos e a colaboração. Na educação, o ensino socioemocional é cada vez mais valorizado. As Inteligências Múltiplas, proposta pelo psicólogo Howard Gardner, sugere que a inteligência não é uma capacidade única, mas sim um conjunto de diferentes habilidades que se manifestam de maneiras variadas. Gardner identificou oito tipos de inteligência: linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista. Essa teoria destaca que cada pessoa possui uma combinação única dessas inteligências, o que implica que as abordagens educacionais devem ser diversificadas para atender às necessidades e potencialidades de cada aluno. Ao reconhecer essas múltiplas inteligências, educadores podem criar estratégias de ensino que fomentem o aprendizado de forma mais inclusiva e eficaz. A proposta de integrar a Teoria das Inteligências Múltiplas na prática pedagógica do 3º ano do Ensino Fundamental é fundamentada na necessidade de reconhecer e valorizar as diversas potencialidades que cada aluno traz para o ambiente escolar. A diversidade de inteligências permite que a criança se expresse de maneira única, estimulando não apenas o aprendizado individual, mas também a cooperação entre os alunos, fator essencial para o desenvolvimento social e emocional. A aplicação das Inteligências Múltiplas no currículo escolar possibilita que os educadores adaptem suas estratégias de ensino, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e dinâmico. Ao considerar os diferentes tipos de inteligência, os professores podem criar atividades diversificadas que atendam às variadas formas de aprender dos alunos. Isso aumenta o engajamento dos estudantes e incentiva a autonomia, uma vez que cada aluno pode explorar suas próprias habilidades e interesses. Além disso, o papel do pedagogo como agente de autonomia e cooperação é crucial neste contexto. Essa abordagem promove a autossuficiência, pois as crianças aprendem a trabalhar em grupo, a respeitar as diferenças e a desenvolver habilidades sociais que serão valiosas ao longo de suas vidas.

Palavras-chave: Socioemocional; Inteligências Múltiplas; autonomia.

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOCO: TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NAS PRÁTICAS
DOCENTES PARA A ACESSIBILIDADE E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIAS**

ANDREZA RODRIGUES DA SILVA
UNIALFA

Coautores

ANILDE MOREIRA DA SILVA
JOVANA MÁRCIA LEMES DE CASTRO MEDEIROS
UNIALFA

Resumo

A inclusão escolar é um tema central na atualidade, especialmente, dentro da comunidade escolar, que enfrenta desafios significativos para garantir uma educação equitativa. A inclusão vai além de integrar alunos com deficiência, pois trata de promover um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade. As escolas têm buscado se reinventar, criando estratégias que atendam a todos os alunos, oferecendo oportunidades de aprendizado sem discriminação. Contudo, a prática da educação inclusiva demanda uma atenção especial, considerando que estamos lidando com o futuro de indivíduos que necessitam de suporte educacional adequado. Historicamente, a luta pela inclusão de alunos com deficiência começou a ganhar destaque a partir da década de 1930, com a organização da sociedade civil e a criação de instituições voltadas para suas necessidades. A Declaração de Salamanca (1994) foi um marco crucial, definindo a inclusão como um padrão, não uma exceção. Essa mudança foi acompanhada por legislações que garantiram o direito à educação para todos, culminando na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de 2015, que reforça a responsabilidade coletiva para assegurar uma educação de qualidade. No entanto, apesar do avanço legal, muitos professores ainda enfrentam barreiras que dificultam a efetivação da inclusão. A literatura destaca que a inclusão vai além do espaço físico, ela é uma construção social que requer uma mudança de mentalidade e práticas pedagógicas. Este estudo se justifica pela necessidade urgente de compreender os desafios enfrentados pelos profissionais da educação na implementação da inclusão escolar. A formação continuada dos professores e a criação de um ambiente educacional respeitoso à diversidade são essenciais para que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham garantidos os direitos à educação. A literatura aponta que os principais desafios enfrentados pelos professores incluem a falta de formação específica e a escassez de recursos. Esses fatores comprometem a capacidade dos docentes de atender adequadamente às necessidades dos alunos com deficiência, prejudicando a inclusão de forma real e significativa. A problematização deste cenário envolve questionar como as práticas educacionais podem ser transformadas para garantir acessibilidade e uma educação inclusiva de qualidade. Como os professores do ensino básico podem colaborar com os educadores especializados para superar essas barreiras?

Palavras-chave: Inclusão escolar; desafios educacionais; formação de pedagogos.

O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS

ZENILDE NUNES GAMA
UNIALFA

Coautores
NATHALYA LUIZA DE JESUS FREIRE
UNIALFA

Resumo

A Educação a Distância (EaD) tem se estabelecido como uma modalidade crucial no Brasil, promovendo a democratização do acesso ao conhecimento e a formação de profissionais. Com a crescente oferta de cursos nessa modalidade, impulsionada pela transformação digital e pelas exigências do mercado de trabalho, surgem novos desafios para a atuação dos pedagogos. Esse cenário requer uma compreensão aprofundada do papel desses profissionais na superação das dificuldades enfrentadas pela EaD. O conceito de ensino a distância remonta a 1728, quando Caleb Phillips, em Boston, ofereceu um curso de Taquigrafia. Destinado a um público amplo, o curso utilizava o correio para enviar materiais. No entanto, foi somente a partir da década de 1960, com o avanço das tecnologias de comunicação, que a EaD ganhou popularidade. Iniciativas como a televisão educativa e o uso de fitas de áudio e vídeo começaram a moldar essa nova abordagem educacional. A partir de 2010, observou-se um crescimento significativo no interesse pela EaD. Dados do Quero Bolsa indicam que apenas 7,3% dos estudantes que ingressaram na faculdade após o Ensino Médio escolheram essa modalidade. Em 2018, essa porcentagem saltou para 22,1% entre os calouros de 17 a 24 anos. O Censo da Educação Superior de 2018 revelou que 40% dos novos ingressantes optaram pela flexibilidade da EaD. Em 2019, os números mostraram que o total de alunos matriculados na EaD ultrapassou ao de cursos presenciais, destacando a mudança nas preferências educacionais. Essa modalidade, portanto, não apenas se consolida como uma alternativa viável, mas também exige que os pedagogos reavaliem suas práticas e metodologias. Eles precisam estar preparados para desenvolver estratégias que assegurem a qualidade da formação oferecida, além de estimular a autonomia dos alunos. O desafio é garantir que os estudantes recebam um ensino que os prepare adequadamente para o mercado de trabalho, refletindo as necessidades contemporâneas. Os pedagogos têm a oportunidade de desempenhar um papel fundamental nesse processo, contribuindo para a melhoria da percepção da EaD como uma modalidade legítima e eficaz de ensino. Ao superar as barreiras que ainda existem, esses profissionais podem ajudar a moldar um futuro educacional mais inclusivo e acessível. Por fim, ao superar os desafios da EaD e promover um ensino de qualidade, é possível ampliar as oportunidades de aprendizado para uma diversidade de estudantes, preparando-os melhor para enfrentar o mercado de trabalho contemporâneo e suas demandas dinâmicas.

Palavras-chave: Educação a distância; pedagogos; mercado de trabalho.

CARROS MOVIDOS A ENERGIA SOLAR

GABRIEL GASPAR BELARMINO DE OLIVEIRA
gabrielgaspar12345@gmail.com
UNIALFA

Resumo

Os carros movidos a energia solar surgem como uma das soluções mais promissoras para enfrentar os desafios ambientais causados pelas emissões de gases poluentes dos veículos tradicionais. Esses carros utilizam painéis fotovoltaicos, geralmente, instalados no teto ou em outras superfícies do veículo, para captar a luz solar e convertê-la em eletricidade. Essa eletricidade é então armazenada em baterias e usada para alimentar o motor do carro, possibilitando a locomoção de forma totalmente sustentável. Uma das maiores vantagens desses veículos é a redução de emissões de gases de efeito estufa, que são responsáveis por grande parte das alterações climáticas. Além disso, a utilização da energia solar pode representar uma economia a longo prazo para os proprietários, uma vez que não é necessário gastar em combustíveis convencionais. Outro benefício importante é a autonomia energética. Isso é, especialmente, atrativo em locais com grande exposição solar, onde os veículos podem operar de forma contínua, reduzindo a necessidade de infraestrutura de carregamento de veículos elétricos tradicionais. Apesar de seu enorme potencial, esses carros ainda enfrentam diversos desafios técnicos e práticos. O principal deles está relacionado à eficiência dos painéis solares. Embora a tecnologia fotovoltaica tenha avançado consideravelmente nos últimos anos, a quantidade de energia captada pelos painéis de um carro ainda é relativamente pequena quando comparada à energia necessária para mover um veículo de maneira eficiente. Em geral, os painéis solares usados nos carros atuais não são suficientes para fornecer toda a energia necessária para longas viagens, sendo necessário um sistema de baterias complementares. O custo de produção também é um obstáculo. A tecnologia necessária para desenvolver carros movidos a energia solar ainda é cara tanto em termos de pesquisa e desenvolvimento quanto na produção em larga escala. Isso resulta em preços de venda elevados, o que dificulta a adoção em massa. À medida que a tecnologia avança e a produção se torna mais acessível, espera-se que os preços diminuam, tornando os carros solares uma opção mais viável para o consumidor comum.

Palavras-chave: Energia solar; emissões de gases; sustentabilidade; autonomia energética e painéis fotovoltaicos.

Introdução

Os veículos movidos a energia solar representam uma inovação significativa no combate aos problemas ambientais causados pelos automóveis tradicionais. Utilizando células fotovoltaicas, esses veículos captam a luz solar e a transformam em eletricidade, que é armazenada em baterias para alimentar o motor. Essa abordagem permite uma locomoção sustentável e reduz a emissão de gases poluentes. A principal vantagem desses veículos é a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, que são grandes responsáveis pelas mudanças climáticas.

Ao utilizar uma fonte de energia limpa e renovável, esses automóveis podem reduzir a dependência de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel. Além disso, a energia solar pode proporcionar uma economia a longo prazo para os proprietários, eliminando a necessidade de gastos com combustíveis convencionais. Outro benefício notável é a autonomia energética. Em teoria, um veículo solar poderia circular indefinidamente, desde que haja luz solar suficiente para recarregar as baterias. Isso é, especialmente, vantajoso em regiões com alta incidência solar, pois os veículos podem operar continuamente, diminuindo a necessidade de infraestrutura de carregamento de veículos elétricos tradicionais. No entanto, esses veículos ainda enfrentam desafios técnicos e práticos.

A eficiência das células solares é um dos principais obstáculos, pois a quantidade de energia captada ainda é pequena em comparação com a necessária para mover o veículo de forma eficiente. Em geral, os painéis solares usados atualmente não são suficientes para fornecer toda a energia necessária para longas viagens, sendo necessário um sistema de baterias complementares. Outro fator limitante é a área disponível para a instalação dos painéis. Um carro de tamanho convencional tem uma superfície relativamente pequena para a instalação de células solares, o que restringe ainda mais a quantidade de energia captada. Para mitigar esse problema, alguns modelos experimentais adotam designs aerodinâmicos e leves, que maximizam a eficiência energética do veículo. O custo de produção também é um desafio.

A tecnologia necessária para desenvolver veículos movidos a energia solar ainda é cara, tanto em termos de pesquisa e desenvolvimento quanto na produção em larga escala. Isso resulta em preços elevados, dificultando a adoção em massa. No entanto, à medida que a tecnologia avança e a produção se torna mais acessível, espera-se que os preços diminuam, tornando esses veículos uma opção mais viável para o consumidor comum. Nos últimos anos, várias empresas têm investido em projetos de veículos movidos a energia solar. Um exemplo conhecido é o lightyear one, um carro elétrico com painéis solares que cobrem grande parte de sua carroçaria, proporcionando uma autonomia adicional significativa.

Metodologia

Para a criação de um carro elétrico, diversos componentes essenciais são necessários. O principal é o motor elétrico, responsável por converter a energia elétrica em movimento. Esse motor é alimentado por um pacote de baterias de íon-lítio, que armazena a energia elétrica, sendo uma das partes mais caras e

importantes. Outro elemento crucial é o controlador, que regula o fluxo de energia entre a bateria e o motor, determinando a velocidade e o torque. O sistema de carregamento permite que o carro se conecte à rede elétrica para recarregar as baterias. Muitos carros também incluem um sistema de recuperação de energia por meio da frenagem regenerativa, além disso, é necessário um chassi leve e aerodinâmico para aumentar a eficiência e um sistema de gestão térmica para controlar a temperatura das baterias. Esses elementos combinados garantem a funcionalidade e eficiência de um carro elétrico.

Resultados e Discussão

O resultado de utilizar componentes como motor elétrico, baterias de íon-lítio, controlador e sistema de recuperação de energia na criação de um carro elétrico é um veículo mais eficiente e ambientalmente sustentável. Comparado aos carros tradicionais, os elétricos têm maior eficiência energética, devido à conversão direta de eletricidade em movimento e à recuperação de energia durante a frenagem. A discussão em torno desse tema foca nos desafios e vantagens. O principal desafio está no custo elevado das baterias e na limitada autonomia em comparação com veículos a combustão. No entanto, avanços contínuos na tecnologia das baterias, como a maior densidade energética e menor custo de produção, estão a melhorar essa situação. Em termos de impacto ambiental, os carros elétricos reduzem drasticamente as emissões de Co₂, principalmente, quando combinados com fontes de energia renovável.

Conclusões

A criação de carros movidos a energia solar e elétricos representa um passo importante rumo a uma mobilidade mais sustentável. Embora enfrentem desafios, como o custo elevado e a limitação da autonomia, essas tecnologias têm avançado rapidamente. Os carros solares, em particular, oferecem uma promessa adicional de independência energética, pois aproveita uma fonte limpa e renovável. Por outro lado, os carros elétricos já demonstram grande eficiência e redução de emissões, especialmente, quando alimentados por energias renováveis. À medida que a tecnologia evolui, a tendência é que esses veículos se tornem cada vez mais acessíveis, contribuindo para um futuro de transporte mais limpo e eficiente.

Agradecimentos

Agradecemos pela sua atenção e interesse no tema da mobilidade sustentável. Compreendemos que, por meio de discussões e reflexões como essa, que podemos avançar para um futuro mais ecológico e responsável. Estamos à disposição para mais esclarecimentos e esperamos poder contribuir com mais conteúdos enriquecedores no futuro.

Referências

<https://www.portalsolar.com.br/carro-movido-a-energia-solar-ja-e-realidade>
<https://mobilidadeurbana.mpba.mp.br/mobilidade-urbana/>
<https://mfenergy.com.br/2023/05/11/como-funciona-a-energia-solar-para-carros-eletricos/>

SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL PARA SUSTENTABILIDADE NA ENGENHARIA

ERICK FERNANDO DE JESUS SILVA
erickfernandodejesussilva@gmail.com
UNIALFA

Resumo

A simulação computacional tem se tornado crucial para adquirir conhecimento, evoluindo de métodos básicos na Pesquisa Operacional para abordagens mais complexas. Na simulação desenvolvida nos primórdios da Pesquisa Operacional os problemas eram todos resolvidos por meio dos melhores resultados possíveis para partes individuais do modelo. Desde os anos 60, com o desenvolvimento de programas comerciais, a simulação tem modelado e analisado processos complexos, como estruturas e fluidos. Atualmente, essa ferramenta é utilizada para promover a sustentabilidade, otimizar projetos e melhorar a gestão empresarial. A pesquisa destacada explora como a simulação é aplicada em veículos elétricos e destaca a importância da análise de risco ambiental. O levantamento bibliográfico focou na simulação computacional e sua relação com a sustentabilidade, nós utilizamos uma base de busca no Google acadêmico para poder filtrar artigos. Os objetivos desta pesquisa são destacar pontos a serem avaliados e debatidos acerca de novos veículos que surgirem no mercado de elétricos.

Palavras-chave: Simulação computacional; sustentabilidade; engenharia; veículo elétrico; análise de riscos; sustentabilidade na engenharia.

Introdução

Duas décadas depois, os programas de simulação computacional começaram a ser ampliados para executarem análises estruturais e térmicas não lineares, tais como: impactos, choques, vibrações, ruídos, fadiga, mecânica da fratura e superaquecimentos. Também foram desenvolvidos módulos para análise de dinâmica de fluidos, com aplicações em escoamento e misturas de líquidos e gases, combustão e explosões. Diante disso, trazemos nesta pesquisa o uso dessa ferramenta voltada para engenharia moderna, que visa além da economia, a sustentabilidade, pois fornece resultados que podem auxiliar empresas a aperfeiçoar seus projetos em seus sistemas de gestão.

Segundo Corrêa (2009), com a implantação de um sistema de gestão ambiental, a empresa pode se tornar mais inovadora, competitiva, obter maior retorno financeiro em suas operações e evoluir ambientalmente além das exigências da legislação, melhorando a sua imagem perante as partes interessadas (Stakeholders) e seus índices no mercado financeiro, caso a empresa possua ações em bolsas de valores.

O risco ambiental foi definido por Dagnino e Júnior (2007) como a possibilidade de ocorrência de eventos danosos ao meio ambiente e a análise de risco ambiental como a avaliação dos riscos que as atividades humanas

impõem ao meio ambiente. Um projeto que gostaríamos de destacar se trata do uso ativo da simulação computacional e da avaliação de riscos para a modelagem conceitual de veículos elétricos, bastante utilizado para competições de eficiência energética entre fabricantes. Como afirma Molina (2016), o aumento do rigor das regulamentações relativas à redução dos gases causadores do efeito estufa, oriundos das atividades de transporte, já refletem não só na demanda dos países emergentes como o Brasil, mas em escala global.

Metodologia

O processo de revisão se deu com leituras exploratórias, comparando diferentes perspectivas que fazem uso da mesma técnica, o que nos permitiu identificar suas principais contribuições e oferecer um panorama de ideias para discussões presentes em discussões atuais, por exemplo o crescente número de carros elétricos que surgiram no mercado como uma nova tendência, visando a sustentabilidade e recursos financeiros, exemplo que serve de base para o desenvolvimento das reflexões apresentadas neste trabalho.

Resultados e discussão

Os critérios de exclusão foram, em uma revisão sistemática, escolher um texto para cada palavra-chave pesquisada. São eles: simulação computacional como uma ferramenta de aquisição de conhecimento do autor Muriel Oliveira de Gavira, propostas para a utilização da simulação computacional em análise de risco; Avaliação de desempenho e sistemas de gestão ambiental da revista Ibero-americana de Ciências Ambientais e o texto Modelagem conceitual de um veículo elétrico especificado para competições de economia de energia de Marcus Vinícius Bezerra Molina, obtidos na mesma ordem apresentados na tabela.

Conclusões

Nas análises destacadas aqui mostramos a importância de um processo para o desenvolvimento do veículo e observamos a adoção de manufatura aditiva e uma melhor avaliação das dimensões de design, que permitiria melhoras estéticas e funcionais na redução do arrasto aerodinâmico. Além disso, a definição clara das áreas internas do veículo garantiria uma certa prioridade às preferências do usuário.

A urgência em realizar testes de campo de visão e posição de estar no lugar certo para produtividade e segurança do projeto. Finalmente, o foco na formalização do design por meio do registro de desenho industrial é um passo significativo para proteger a inovação proposta. As sugestões vindas, depois da avaliação deste trabalho, servirão para aprimorar o produto, assegurando não apenas sua viabilidade, mas também sua competitividade no mercado.

Agradecimentos

Ao orientador professor Bruno Faria.

Referências

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GAVIRA, M. O. **Simulação computacional como uma ferramenta de aquisição de conhecimento**. São Carlos. 146p. Dissertação (mestrado) – escola de engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

CORRÊA, M. D. **Relação entre o nível de divulgação ambiental e o desempenho ambiental das empresas componentes do índice BOVESPA**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PASCAL, CÁLCULO I E ENGENHARIA DE SOFTWARE: CONEXÕES ENTRE MATEMÁTICA E TECNOLOGIA

ISAQUE AYUPE FERREIRA
isaque.ayupe@gmail.com
UNIALFA

Resumo

Conhecer o passado é extremamente necessário para entender o presente e melhorar o futuro. Nessa perspectiva, é de suma importância lembrar dos feitos e da vida de um dos maiores nomes da ciência como um todo, Blaise Pascal. Pascal viveu sem correntes que o prendiam em sua era, não se prendendo as filosofias ou conceitos matemáticos que já existiam (Lacaz-Ruiz et al, 2010). Nascido em 19 de julho 1623, filho de Etienne Pascal e Antoniette Bejon, em Clermont-Ferrand, na França. Blaise Pascal é um dos maiores nomes para matemática e computação (Lacaz-Ruiz et al, 2010). Desde muito jovem, ele se destacou em ciência e matemática. Escreveu um tratado sobre som aos 12 anos e o Teorema de Pascal, que foi fundamental para a geometria projetiva, foi desenvolvido aos 16 (Nunes, 2001). Foi instruído por grandes nomes da geometria francesa e, aos 19 anos, inventou a Pascalina, uma das primeiras calculadoras mecânicas, embora usada pouco. Além disso, fez avanços significativos em probabilidade, fez experimentos sobre pressão atmosférica e criou o Princípio de Pascal na mecânica dos fluidos (Vannuchi, Aldo, 2016). Estudar a vida e as contribuições de Pascal para o mundo é entender que não deve prender-se ao modernismo ou reducionismo, mas buscar evoluir (Lacaz-Ruiz et al, 2010). Portanto, estudar figuras importantes como Pascal nos lembra do poder do intelecto humano em avançar o entendimento científico e tecnológico, independente de limitações impostas pela sociedade ou por convenções estabelecidas. Suas invenções e descobertas não apenas moldaram o mundo em que ele vivia, mas também abriu caminho para inovações que impactam a sociedade até hoje. Seu legado ainda continua em diversas áreas, principalmente, na engenharia, matemática e computação, incentivando novas gerações a desafiar limite, a explorarem novos horizontes, buscando soluções criativas para problemas complexos. Ao observarmos seu impacto duradouro, percebemos a importância de cultivar um espírito inquisitivo e visionário, características fundamentais para o progresso humano (Lacaz-Ruiz, et al, 2010).

Palavras-chave: Matemática; Pascal; pascalina e teorema.

Introdução

O desconhecido sempre será atrativo para todos os seres humanos e Pascal não foi diferente. Desde muito novo, teve contato com conceitos matemáticos que, para sua idade, deviam ser apenas figuras, mas Blaise, em vez de ignorar, ficou fascinado e sua sede por conhecimento aumentou e muito (Lacaz-Ruiz et al, 2010). Este artigo tem como intuito explorar como as

invenções e teoremas de Blaise Pascal influenciaram o mundo da matemática e da tecnologia. Foi homenageado de várias formas, como quando teve seu nome em uma linguagem de programação. Blaise foi um dos maiores nomes da tecnologia como um todo. Nasceu na França, em 1623. Foi uma figura central na história da ciência e da filosofia. Filho de um renomado juiz, Pascal foi educado em casa, onde rapidamente mostrou aptidão para resolver problemas complexos, levando-o a criar o teorema de Pascal aos 16 anos (Lacaz-Ruiz et al, 2010).

Além de seus trabalhos matemáticos, ele também é conhecido por suas inovações tecnológicas, como a invenção da Pascalina, uma das primeiras calculadoras mecânicas do mundo. Ao longo de sua curta vida, até os 39 anos, contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento da ciência moderna, deixando um legado que abrange desde a matemática, física até a filosofia e a teologia.

Este artigo explora, especificamente, as contribuições de Pascal e sua influência duradoura na matemática e na computação (Lacaz-Ruiz et al, 2010). Os conceitos do teorema são usados até hoje e muitas tecnologias atuais dependem de sua descoberta. Além do teorema na geometria, suas descobertas na área da física também impressionam, ao desenvolver um teorema com aplicações na mecânica de fluidos. Não é difícil de perceber a influência que Pascal teve na ciência e na evolução da humanidade (Leimann, Kátia, 2003). A invenção da Pascalina, criada por Blaise Pascal no século XVII, foi um marco importante na história das máquinas de calcular e, conseqüentemente, dos computadores modernos. Sendo a primeira calculadora mecânica capaz de realizar operações aritméticas básicas, como adição e subtração, com mais rapidez e precisão do que os métodos manuais da época.

Sua inovação inspirou outros inventores a desenvolver máquinas de calcular mais avançadas. Por exemplo, Gottfried Wilhelm Leibniz aprimorou a ideia com sua própria calculadora que poderia realizar multiplicação e divisão (Guimarães, 1997) a ideia de automatizar os cálculos foi um passo crucial para a criação de computadores que hoje realizam tarefas complexas de processamento de dados. Pascalina pode ser vista como precursora dos computadores modernos, indispensáveis no dia a dia. Assim, pode se dizer que a maior invenção de Pascal, apesar das limitações e do alto custo da época, deixou um legado duradouro que abriu caminho para as tecnologias de computação que utilizamos hoje.

Metodologia

Neste artigo será utilizado o método de pesquisa exploratória, utilizando a plataforma “google acadêmico”. Tendo como relevância as contribuições diretas e indiretas de Blaise Pascal na matemática e sua contribuição para a evolução da tecnologia. Os textos pesquisados eram em sua totalidade em português. Ocasionalmente em aproximadamente 235 resultados. Utilizando o método de exclusão, foram removidas as seguintes palavras-chave: teologia e filosofia. Resultando em, aproximadamente, 131 resultados. Filtrando apenas na opção “pesquisar páginas em português”, obtendo 11 resultados. Concluindo, ao total foram utilizados 6 trabalhos listados na bibliografia deste artigo.

Resultados e Discussão

É claro o quanto a vida de Pascal e suas obras são impactantes na matemática e computação atuais. Ele foi uma das maiores personalidades em todos os aspectos da ciência em que ele agiu. Se não fosse seus estudos, obras e descobertas, a tecnologia atual, provavelmente, não estaria em seu estado atual. Blaise acima de tudo, foi um grande visionário e estudioso. Ao aceitar o matematicismo de Descartes e estudar obras de outros matemáticos, que vieram antes dele, fez seu nome na história na infinita corrente do conhecimento, em que a descoberta de um tende a ter um impacto gigantesco em seu futuro (Vannuchi, 2016). Após mais de 300 anos de sua morte, seus feitos e estudos ainda são pertinentes. Seu nome e legado são carregados em conceitos e teoremas. Além disso, suas honrarias não pararam, pelo contrário, seu nome foi utilizado como uma linguagem de programação extremamente importante na história (Lacaz-Ruiz et al, 2010).

Conclusões

Blaise Pascal deixou um legado que será lembrado por muito tempo na matemática e na tecnologia. Ao longo dos séculos, suas contribuições influenciaram o desenvolvimento dessas disciplinas, com seus teoremas e a pascalina, seu trabalho revolucionou a computação.

Pascal ultrapassou os limites disciplinares e temporais como um polímata. Além de afetar o campo da geometria e das probabilidades, sua genialidade matemática estabeleceu as bases para muitos conceitos científicos contemporâneos. Mesmo sendo limitado na época, seu método inventivo para construir uma calculadora mecânica foi um precursor dos computadores modernos. Ele abriu caminho para o desenvolvimento de dispositivos computacionais mais complexos, que hoje são essenciais para a sociedade, a qual realizava operações matemáticas. Portanto, o legado de Pascal, vai além de suas contribuições diretas; ele ajudou a definir os contornos de disciplinas que ainda estão em desenvolvimento e têm um impacto na vida moderna.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer, inicialmente ao professor de cálculo 1, Bruno Diniz Faria Rezende, pelo auxílio na construção do artigo e pela ideia da biografia. Agradecemos ao CEPE (Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão) pela oportunidade de estar apresentando nosso artigo sobre Blaise Pascal, sua relação com a matemática e sua contribuição para a evolução da tecnologia. Também agradecemos a UNIALFA pelo suporte na pesquisa realizada.

Referências

GUIMARÃES, G. (1997). **Das máquinas de calcular à informática**. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, (17), 21–28. Recuperado de <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/rsbhc/article/view/512> acesso em: 11 set. 2024.

LACAZ-RUIZ, Rrogério et al. **Blaise Pascal**: o homem e a ciência. Revista ética e filosofia política, Universidade Federal de Juiz de Fora, V. 1, n. 12, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/17806>. Acesso em: 8 set. 2024.

OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS DENTRO DA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA COM A TECNOLOGIA

LUDIMILA XAVIER RODRIGUES
ludimilaxavier6@gmail.com
UNIALFA

Resumo

Com todo o levantamento bibliográfico buscando métodos, situações e objetivos voltados para um menor custeio em transportes e tecnologia dentro da indústria alimentícia, foi encontrado que o transporte rodoviário deve ter um reconhecimento melhor e mais amplo, com intuito de levar a uma fabricação mais eficaz, ter uma boa logística de fatores e melhor eficiência na fábrica, toda indústria deve sempre buscar um melhor planejamento de produção e o mínimo de desperdício de matérias-primas e produtos acabados. Para tanto, deve-se buscar fornecedores bons para não trazer problemas na hora de produzir e levar uma qualidade melhor para cada consumidor. A revolução industrial trouxe com o avanço da tecnologia, favorecendo muito para a produção. Com a chegada do software Manufacturing Execution System (MES) nas indústrias, a fabricação é mais certa e com um resumo de tudo que foi fabricado, aliado a muitos fatores importantes para uma eficiência maior e menos custos.

Palavras-chave: Indústria de alimentos; tecnologia; faturamento na engenharia.

Introdução

A administração serve para sustentar e fazer que todo negócio funcione, dessa forma, para uma indústria funcionar, a sua base deve ter uma boa gestão administrativa e bons engenheiros para ter menos custos e mais produtividade, “todos os instrumentos, sistemas e processos da empresa devem estar perfeitamente interligados (Rebouças, 2019). A indústria alimentícia seja ela de bebida ou de produtos para preparação de alimentos, está cada vez mais tecnológica, buscando menos custos e desperdícios.

Sabendo disso, muitos grupos industriais investem em métodos de custeio se baseando no centro de custo financeiro. Isso ocorre para ter cada vez mais um controle de matérias-primas e suplementos para a sua produção no mês, de acordo com cada demanda (Tondo, 2024). Como a tecnologia e a indústria caminham juntas, muitos grupos industriais vêm utilizando um software chamado Manufacturing Execution System (MES). Essa busca trazer todo o método de custeio da fábrica, para melhor eficiência, todos os gastos que têm dentro da indústria e todos os produtos acabados. Essa disponibilidade de dados e a familiaridade com uma gestão de custos evidencia ainda mais que a aplicação de um método bem direcionado para indústrias multiprodutoras seria mais agregador que o atual sistema, valorizando toda estrutura já existente (Tondo, 2024).

Um fator muito importante a ser destacado é o transporte de matérias-primas e produtos finalizados. Esse é um setor da indústria que traz muitos

gastos com combustível quando com transportadoras. Em muitos casos, por falta de gestão, pode levar uma fábrica a parar um dia de produção ou até mesmo declarar falência. Segundo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva, sustentável e inovação, traz uma melhor organização administrativa na indústria, com foco no desenvolvimento sustentável e cada vez mais trazendo inovação para as fábricas, sem atraso e com cada vez mais agilidade no processo. Com objetivo de implementar uma ferramenta capaz de consolidar os dados relacionados à criação e ocupação de transportes e fornecer informações que direcionem o time operacional na tomada de decisão para melhoria dos indicadores da operação logística, foi aplicada a metodologia descrita a seguir (Borges; Santos, 2023).

Metodologia

O trabalho é do tipo qualificativo e se classifica como bibliográfico. Esse tipo de pesquisa reúne informações relevantes e científicas para um determinado assunto, no intuito de descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos. É uma apuração de um determinado tema, que busca cada vez mais a inovação para o futuro, segundo Marconi (2002).

Durante a realização dessa pesquisa, alguns critérios de exclusão foram utilizados para melhor identificação das informações e na busca de resultados mais aproximados do tema inicial, são eles: o primeiro foi uma busca pelo tema inicial, em seguida, artigos, TCC e revistas mais atualizadas, mas também buscando resultados significativos. Foi utilizado o google acadêmico para melhores resultados de fontes verdadeiras, não foi realizado um critério de exclusão por línguas, logo foi incluído português e inglês para uma variedade respostas.

Resultados e Discussão

Compreender melhor as etapas nas quais o desperdício é particularmente significativo, conhecer as suas origens, para, dessa forma, poder atuar ativamente na raiz do problema, a fim de reduzir essas perdas, são etapas importantes no processo de implementação destas metodologias (Fernandes, 2023). Apurando todo desperdício, segundo Fernandes (2023) é possível uma melhora no quadro da qualidade e da produção, levando uma qualidade melhor e um lucro maior, com ajuda de ferramentas, como diagramas, pois destaca todos os problemas e melhorias. O MES vem para facilitar a gestão de qualquer indústria com dados de produção, a pesquisa apontou as seguintes informações: “MES é possível registrar tempos de parada da linha, e ao deduzi-los da disponibilidade, tem-se a capacidade utilizada de fato” (Tondo, 2024). Com esses dados, percebe-se que é possível verificar a eficiência de cada linha em uma indústria, pois ele consegue contabilizar todos os tempos de paradas.

Conclusões

Os pontos encontrados para uma melhor produção estão no setor de logística, fazendo uma boa programação para verificar qual produto tem uma melhor saída no mercado para o consumidor final, trazendo com isso menos custo e uma melhor organização de todo o chão de fábrica. Um dos meios mais caros, como aponta Fernandes (2023) sobre o valor do petróleo e pela mão de

obra, é necessário muito tempo para a chegada de matérias-primas e de produtos acabados até a mesa do consumidor, “muitas fábricas não possuem fornecedores autorizados e franquias em todos os estados, trazendo assim um produto com valor mais elevado pelos gastos em todo o transporte” (Neto, 2004).

Agradecimentos

Orientador Bruno Diniz Faria Rezende.

Referências

BORGES, P. V; SANTOS, D. S. **Otimização de processos logísticos por meio da aplicação de análise de dados**. IFSP/ Campus, São Paulo v.8, n. 2, 2023.

NETO, B. N. A. **Terceirização como alternativa para a ampliação da área de distribuição de uma empresa de transportes rodoviário de cargas**. Universidade Federal.

TONDO, P. **Aplicação do método de custeio da Unidade de Esforço de Produção (UEP) em uma linha de biscoitos de uma indústria alimentícia**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2024.

ADA LOVELACE: UMA MULHER À FRENTE DE SEU TEMPO

ISABELLA DE OLIVEIRA PEDROSA
isabelladeoliveirape@gmail.com
UNIALFA

Resumo

Ada Augusta Byron King (Inglaterra, 1815-1852), mais conhecida como Ada Lovelace, Condessa de Lovelace, é considerada a primeira programadora de computadores da história. Filha do poeta Lord Byron e da matemática Annabelle Milbank, Ada recebeu uma educação científica desde cedo. Ela é mais conhecida por seu trabalho com Charles Babbage, especificamente, quando ele estava desenvolvendo a máquina analítica. Essa máquina fazia uma operação automaticamente sequenciada e realizaria vários cálculos com precisão. Lovelace, uma mulher que amava a matemática, escreveu notas detalhadas sobre a máquina analítica, incluindo um algoritmo para calcular os números de Bernoulli. Esses foram criados para sintetizar somas finitas ou infinitas usando-os em sequência ou em série, o que a tornou a primeira pessoa a escrever um algoritmo projetado para ser processado por uma máquina. Além disso, ela tinha um profundo conhecimento do potencial que um computador poderia ter, previa que as máquinas poderiam superar cálculos simples e criar música e arte. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da computação moderna e seu legado inspira as novas gerações em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). Ada Lovelace é frequentemente aclamada como um símbolo da inclusão das mulheres na tecnologia.

Palavras-chave: Ada Lovelace; Charles Babbage; computação; matemática; programação.

Introdução

Ada Lovelace era uma estudante perspicaz que conseguia compreender a maioria dos conceitos básicos de cálculo. Ela gostava de visualizar as equações e suas trajetórias. Quando incentivada a se concentrar nas regras de uso de equações, preferia discutir os conceitos subjacentes. Tal como acontece com a geometria, frequentemente procurava maneiras visuais de enquadrar problemas, como a interseção de círculos em uma esfera que divide em diferentes formas. A fim de entender como Ada Lovelace se tornou a primeira programadora de computadores da história, inicialmente, precisa-se conhecer a máquina na qual pertencia o programa.

Charles queria construir uma máquina simples que pudesse realizar várias operações de acordo com as instruções do programa. Ela poderia executar uma tarefa e depois ser direcionado para outra. Essa máquina é o resultado do que Ada Lovelace chamava de o poder da combinação. Naquela época Lovelace ficou particularmente interessada em teares automáticos, que

usavam cartões perfurados para orientar a criação dos padrões de tecido desejados e fazia esboços de como a máquina funcionava. Ao observar o tear, usando cartões perfurados, ela se lembrava da máquina de Babbage, na qual futuramente Ada faria cartões perfurados para fazer a leitura de instruções de uma sequência de operações.

A máquina analítica teria um conjunto de registradores constituídos por colunas numeradas de disco. Cada coluna correspondia a um número decimal. Seu projeto foi baseado no conceito de calculadoras mecânicas, que tinham uma tecnologia consistente na época. A máquina também teria uma unidade de processamento chamada “moinho” capaz de realizar pelo menos quatro operações aritméticas básicas.

Destaca-se ainda que, mesmo na época da Ada, os registradores foram nomeados com a letra v para “variáveis”, um nome usado até hoje. A máquina analítica também introduziu o termo “memória”, que é a base dos computadores modernos. Em 1842, Ada se interessou por um manuscrito de um jovem matemático e engenheiro italiano, Luigi Federico Menabrea, que publicou em francês o manuscrito de uma palestra proferida na universidade de Turim. Ada passou pelo menos um ano traduzindo o texto, terminando-o em 1843 e acrescentando algumas notas no final do livro.

Nessas notas, Ada discute como os mecanismos analíticos podem ser usados para contribuir com a sociedade, em vez de simplesmente realizar cálculos. Foi com o manuscrito de Menabrea que Ada forneceu um algoritmo completo para calcular os números de Bernoulli. Esse algoritmo é considerado o primeiro programa de computador escrito no mundo. Ada é considerada a primeira programadora de computador da história devido à sua capacidade de visualizar e descrever os conceitos de construções como ramificações condicionais, loops condicionais e sub-rotinas que são integradas em computadores modernos e essenciais para sua funcionalidade.

Metodologia

A metodologia deste trabalho inclui uma breve análise que explora a relação entre os conceitos desenvolvidos por Ada Lovelace e o seu impacto na programação contemporânea. Quando escolhemos um algoritmo moderno e muito utilizado em programação, como o algoritmo de Fibonacci, descobrimos que ele possui vários elementos que correspondem às ideias apresentadas por Ada.

Esse algoritmo cria uma sequência em que cada número é a soma dos dois números anteriores e pode ser implementado de diversas maneiras, enfatizando o uso de loops, condicionais e sub-rotinas. Ao relacionar o algoritmo de Fibonacci aos conceitos de Lovelace, podemos perceber sua visão da programação, como forma de resolver problemas complexos, se manifesta na prática moderna. Sua capacidade de visualizar essas abstrações matemáticas e traduzi-las em operações programáticas definiu seu papel na história da computação.

Resultados e Discussão

Uma análise dos conceitos de Ada Lovelace revela sua influência duradoura na programação moderna. Sua capacidade de visualizar problemas matemáticos e a compreensão de conceitos básicos foi a base para o

desenvolvimento lógico de algoritmos. O algoritmo que Ada desenvolveu para calcular números de Bernoulli não apenas representou o primeiro programa de computador, mas também incluiu ramificações e loops condicionais. As suas observações revelam uma preocupação sobre como esses mecanismos poderiam ser usados para resolver problemas sociais, uma visão que ressoa fortemente na ética da tecnologia hoje. Além disso, Ada Lovelace se destaca como uma figura feminina pioneira em um campo dominado por homens, inspirando mulheres a ingressar na tecnologia. Os resultados destacam não só a sua importância técnica, mas também o seu papel como modelo para as gerações futuras, reforçando a importância da sua visão no desenvolvimento de computadores.

Conclusões

Ada Lovelace se sentiria orgulhosa de sua intuição, de que os dispositivos de computação um dia seriam computadores para todos os fins. Belas máquinas capazes não apenas de manipular números, processar palavras e combinar continuamente uma série infinita de símbolos universais. Essas máquinas surgiram na década de 1950 e, nas três décadas seguintes, duas inovações históricas permitiram que mudassem a forma como vivemos: os microchips tornaram os computadores suficientemente pequenos para se tornarem dispositivos pessoais, e as redes sociais que permitiram uma comunicação melhor. A convergência dos computadores pessoais e da internet levou a um enorme crescimento na criatividade digital, no compartilhamento de conteúdo, nas comunidades e nas redes sociais. Da vida ao que Ada chamava de “ciência poética”, em que a criatividade e a tecnologia são entrelaçadas, como uma tapeçaria num tear.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nossos agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, principalmente, ao nosso professor de cálculo Bruno Diniz, e aos colegas do curso de engenharia de software pela troca de ideias e pelo ambiente acadêmico enriquecedor. As discussões e feedbacks contribuíram significativamente para a qualidade deste estudo. Agradecemos ainda às instituições e bibliotecas que disponibilizaram recursos e informações valiosas para a realização desta pesquisa.

Referências

WAZLAWICK, Raul. **História da computação**. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2016. E-book. ISBN 9788595156180.

CARVALHO, André C. P. L. F de; Lorena, Ana C. **Introdução à computação - hardware, software e dados**. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2016. E-book. ISBN 9788521633167.

ISAACSON, Walter. **Os inovadores: uma biografia da revolução digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. E-book. ISBN 8543801869, 9788543801865.

OS AVANÇOS DE LEIBNIZ PARA MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO

LUIZ FELIPE BESSA DE PAULA

lfbessap@gmail.com

UNIALFA

Resumo

Este artigo tem como finalidade falar sobre as contribuições de Gottfried Wilhelm Leibniz para o cálculo e, em como seus estudos, influenciaram a computação. Ele foi uma figura do século XVII, que deixou um grande legado na história da matemática. Sua contribuição mais notável foi o desenvolvimento independente do cálculo, simultaneamente a Isaac Newton. Leibniz introduziu uma notação mais intuitiva e eficaz, que se tornou padrão na área e formulou o teorema fundamental do cálculo, abrindo caminho para diversas aplicações em áreas como física e geometria. Também contribuiu na área da mecânica, projetando uma máquina de calcular capaz de realizar as quatro operações aritméticas básicas, o que ajudou na ideia dos computadores. Leibniz também tinha como objetivo criar uma linguagem universal capaz de representar todos os conhecimentos. A busca por uma linguagem desse tipo antecipou a lógica matemática e a ciência da computação, um marco importante para o desenvolvimento das IAs.

Palavras-chave: Gottfried Wilhelm Leibniz; Isaac Newton; cálculo; contribuições de Leibniz; impacto na computação.

Introdução

Este trabalho estuda uma das mentes mais brilhantes de nossa história, Gottfried Wilhelm Leibniz (1646–1716). Ele teve grandes contribuições em amplas áreas de conhecimento tal como filosofia, matemática, lógica e ciência da computação.

Sua busca incessante por compreensão da realidade, tornou Leibniz um grande pensador para o desenvolvimento e conhecimento do cálculo que temos, mas também para as lógicas computacionais modernas.

Iremos apresentar neste trabalho dois aspectos principais de Leibniz: as suas inovações no campo do cálculo diferencial e integral. Essas, por sua vez, o deixaram ao lado de Isaac Newton como co fundador dessa área da matemática, suas ideias em lógica binária e máquinas de calcular, que anteciparam conceitos da computação. No trabalho também estudamos sobre os resultados obtidos por Leibniz nos estudos da matemática e na computação.

Metodologia

Com o objetivo de analisar as contribuições de Leibniz para o desenvolvimento do cálculo, foi utilizada uma abordagem de análise de documentos e revisão bibliográfica. As principais fontes de pesquisas foram textos históricos e estudos acadêmicos sobre a contribuição de Leibniz para o cálculo.

Neste estudo foram analisados documentos históricos que envolvem a controvérsia intelectual entre Leibniz e Newton. Na revisão bibliográfica foram estudados artigos acadêmicos que versam sobre as contribuições de Leibniz na matemática, trabalhos que destacam suas principais inovações, como o uso de diferenciais e a criação de notações matemáticas que facilitam a compreensão do cálculo. Com base nesses estudos, foi possível fornecer uma ampla visão das contribuições de Leibniz para o cálculo e como suas descobertas tiveram impacto na computação até os dias de hoje.

Resultados e Discussão

Em 1686, foi publicado um novo artigo que continha um foco nas áreas e demonstração do traçado de tangentes e quadratura de curvas constituem na verdade em operações inversas.

Em seus trabalhos, os cálculos foram desenvolvidos em artigos com soluções para problemas da época. Por outro lado, Leibniz definiu integral como a soma da área de retângulos infinitamente pequenas. $\int YDX$ sob uma curva é representado por \int , tornando-se assim a notação padrão $\int YDX$, a representação da superfície sob uma curva.

Leibniz foi um dos principais pensadores do século XVI na computação. Ele foi um dos criadores do sistema binário e tinha a intenção de explicar a própria criação, por meio de apenas dois elementos: números bastante tangíveis, 0 e 1. Criou também o "stepped reckoner", um instrumento de cálculo que utilizava uma engrenagem cilíndrica, além de analisar o código binário, um componente fundamental de todos os computadores contemporâneos.

Conclusões

O estudo desse trabalho foi realizado com a intenção de demonstrar um pouco de quem foi Gottfried Wilhelm Leibniz, uma das mentes brilhantes no mundo da matemática e filosofia, mas que também ajudou na parte da computação que temos nos dias de hoje. Este trabalho apresenta mesmo que, resumidamente, uma introdução ao que ele foi em seus campos de contribuição, mesmo que focando apenas no campo matemático e da computação.

Inegavelmente, os estudos e artigos realizados por Leibniz tiveram impactos em cada campo em que se esforçou. Além disso, sua busca incessante pela lógica e a realidade permitiram que ele alcançasse resultados que, infelizmente, demoraram uma parcela de tempo para serem reconhecidos. Como abordamos no trabalho, seus estudos e descobertas no campo da matemática sobre o cálculo e a invenção da lógica binária e a criação da calculadora stepped reckoner.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos nossos familiares que nos apoiam na vida acadêmica. Agradecer ao professor Bruno Diniz Faria Rezende por nos instruir em como produzir um artigo científico. Agradecer aos integrantes da dupla pelo esforço na produção deste artigo.

Referências

MAX, J.; Alves, S.; PIMENTEL de almeida, J. **Uma breve história do cálculo diferencial e integral contribuições de Newton e Leibniz.**

OLIVEIRA, André de, M.; ALVES, J.; SOBRINHO, B. **Proposta de atividades com a calculadora no ensino fundamental.**

SANTANA, C. A.; LIMA, C. O.; NUNES, A. A. **De Leibniz às máquinas sociais: uma visão histórica do surgimento dos agentes inteligentes de informação.**

TAVEIRA, Rogério. **A arte multimídia-a concreção do digital e a sucessiva indefinição dos seus suportes.**

CONCRETO PROJETADO

TALISON MAURICIO DE SOUSA
UNIALFA

Coautores
KLEBSON LIMA BESERRA DO NASCIMENTO
UNIALFA

Resumo

O concreto projetado, também conhecido como gunita, é uma excelente opção na construção de túneis, estabilização de encostas, reforço estrutural, paredes de contenção, piscinas e paredes de concreto armado. É, ainda, o mais indicado para concretagens urgentes em socorro de estruturas que sofreram algum tipo de dano. Quando comparado com o concreto tradicional, percebe-se que, apesar de a dosagem de cimento ser a mesma (variando entre 300 e 375kg/m³ e, em alguns casos, 500kg/m³), os agregados são de tamanhos diferentes, enquanto o projetado trabalha usualmente com brita 0. O concreto tradicional pode empregar agregados maiores. Isso ocorre para possibilitar a redução de cimento e a diminuição da retração hidráulica, permitindo que o concreto projetado seja utilizado como material estrutural. A mistura é transportada por uma tubulação e propelida em velocidade e pressão elevadas sobre a superfície. O material lançado adere à superfície devido à força do impacto, sem a necessidade dos vibradores. Isso resulta em um concreto resistente e de alta compacidade. Na aplicação do concreto projetado é normal a utilização de um aditivo de acelerador de pega, assim como a utilização de fibras para concreto no meio da mistura, que podem substituir até mesmo as armaduras convencionais. Em se tratando do cimento, não há restrições a serem adotadas. Já os agregados são: areia natural com módulo de finura entre 2,4 e 3,2, além de brita 0 com Dmax de 12,5mm. Para finalizar, esse tipo de concreto requer os mesmos cuidados com a cura em relação ao concreto convencional. Os tipos de concreto projetado e o processo de projeção podem ser classificados segundo o tipo de equipamento envolvido. Isso é definido de acordo com as condições nas quais o material irá ser trabalhado. Levando em conta os equipamentos disponíveis atualmente, é possível definir dois tipos básicos de processo de projeção: por via seca e por via úmida. A aplicação por via seca consiste na mistura do cimento com agregados. Essa mistura é conduzida sob pressão até o bico projetor, no qual recebe a água e os aditivos. É indicado utilizar um mangote com maior extensão para um menor consumo de cimento. Aplicação por via úmida consiste em uma preparação da forma comum, misturando-se – antes do bombeamento – o cimento, agregados e água. Na hora da projeção apenas o aditivo acelerador é adicionado, juntamente com o concreto fresco, ou seja, o concreto chega à bomba com toda a água necessária já misturada, sendo o ar comprimido utilizado para acelerar a projeção no bico. E, em alguns casos, para pressurização de câmaras da bomba de concreto ou mesmo para transporte da mistura úmida pelo mangote.

Palavras-chave: Concreto projetado; aplicação via seca e úmida; construção civil.

CONCRETOS ESPECIAS

JOÃO EDUARDO MIRANDA VEIGA
joaoeduardo.ht@gmail.com
UNIALFA

Resumo

O concreto projetado é um tipo de concreto semelhante ao comum, mas aplicado por meio de alta pressão, sem a necessidade de fôrmas. Esse método é amplamente utilizado em obras como revestimentos de túneis, galerias subterrâneas e na estabilização de encostas, além de reforçar estruturas como lajes, vigas e pilares. A aplicação pode ser feita de duas maneiras: via seca ou via úmida. A primeira ocorre quando a água é adicionada no momento da projeção, garantindo maior compactação. Na segunda a água é misturada antes, o que reduz poeira e desgaste dos equipamentos. O concreto projetado também pode ser usado em taludes, encostas, canais e até na construção de piscinas e barragens. A armação usada costuma ser feita com fibras metálicas ou poliméricas, substituindo as telas rígidas, o que melhora a adesão em superfícies irregulares. Entre as vantagens, destacam-se a rapidez na aplicação e a alta compactação, que proporcionam elevada resistência e durabilidade. No entanto, esse método pode gerar desperdício de até 40% devido ao “rebote” e requer aplicador-Concreto Branco. No concreto branco, os agregados graúdos e miúdos devem ser previamente lavados para evitar impurezas que possam alterar a cor final. O traço, ou a proporção entre seus constituintes, deve ser rico em cimento branco, com uma quantidade mínima de 350 kg de cimento por metro cúbico de concreto, a fim de garantir uma coloração homogênea. O uso de aditivos superplastificantes é altamente recomendado para melhorar a fluidez e a coesão do concreto no estado fresco. A coesão evita que a nata de cimento suba para a superfície, o que poderia causar variações indesejadas na tonalidade da peça de concreto branco. A relação água/cimento (a/c) no concreto branco deve ser mantida com cuidado, pois ela afeta tanto a brancura quanto a resistência e durabilidade do concreto. Quanto maior a relação a/c, mais branco o concreto tende a ser, mas isso reduz sua resistência mecânica e durabilidade. Portanto, é essencial encontrar um equilíbrio para garantir que a relação água/cimento seja adequada, de modo que a brancura seja mantida sem comprometer a qualidade estrutural. Outro cuidado necessário é com as armaduras metálicas. Elas devem ser tratadas com pintura epóxi à base de zinco ou galvanizadas. Dessa forma, todos esses cuidados no processo de produção e aplicação são essenciais para garantir que o concreto branco mantenha sua qualidade, resistência e aparência estética ao longo do tempo.

Palavras-chave: Concreto projetado; via seca; via úmida; compactação; revestimento de túneis; estabilização de encostas; reforço de estruturas.

CONCRETOS ESPECIAIS, CONCRETO PROTENDIDO E CONCRETO USINADO RESFRIADO

LUCAS CANDINE
UNIALFA

Coautores

RONDINELLY LACERDA ALMEIDA SILVA
UNIALFA

Resumo

O concreto protendido é um tipo de concreto reforçado com cabos de aço de alta resistência que são tensionados antes ou após a concretagem. Esse processo gera uma pré-compressão no concreto, contrabalançando os esforços de tração e aumentando sua resistência. Suas principais propriedades incluem alta resistência à tração e compressão, controle de fissuração e capacidade de carga superior. Com isso, permite a construção de estruturas com seções transversais reduzidas, menor peso e maior estabilidade. As aplicações do concreto protendido abrangem pontes e viadutos, em que grandes vãos são necessários; edifícios altos, que exigem redução de pilares e resistência a cargas horizontais; elementos pré-fabricados, como vigas e lajes, que são mais leves e eficientes; reservatórios e silos, que requerem resistência sem fissuras; estruturas marítimas, devido à alta durabilidade em ambientes agressivos; e pavimentação de aeroportos e rodovias. O concreto protendido oferece vantagens como maior resistência, economia de material e controle de fissuração, porém apresenta desvantagens como custo inicial elevado, necessidade de mão de obra especializada e complexidade na execução. O concreto usinado resfriado é um concreto que passa por um processo de resfriamento durante a fabricação para controlar a temperatura e evitar fissuras causadas pelo calor de hidratação do cimento. A temperatura é reduzida por meio de água gelada, gelo triturado ou nitrogênio líquido, mantendo a qualidade da mistura e garantindo uma cura mais uniforme. As principais propriedades desse tipo de concreto são o controle da temperatura, a redução de fissuras e a melhoria da durabilidade e resistência mecânica. Ele é amplamente utilizado em regiões de clima quente, grandes volumes de concreto (como barragens e fundações), obras subterrâneas e estruturas massivas. Na indústria nuclear, o concreto resfriado é essencial para suportar o calor gerado pelos reatores, pois apresenta vantagens, como maior controle térmico e durabilidade, mas possui como desvantagens o custo adicional do resfriamento e a necessidade de controle rigoroso de temperatura durante a execução. Os dois tipos de concretos citados são soluções específicas para desafios estruturais e ambientais na construção civil. O concreto protendido é ideal para situações que exigem alta resistência e estabilidade, enquanto o concreto resfriado é indicado para obras que demandam controle térmico e minimização de fissuras. A escolha entre esses tipos de concreto depende das necessidades do projeto, considerando fatores como durabilidade, custo e viabilidade técnica.

Palavras-chave: Concreto protendido; concreto usinado resfriado.

CONCRETO PERMEÁVEL E CONCRETO USINADO

PAULO HENRIQUE DUARTE CARDOSO
UNIALFA

Coautores

RUAN SILVA DE OLIVEIRA
UNIALFA

Resumo

O concreto usinado consiste em um tipo de concreto preparado em usinas especializadas, com a dosagem dos materiais (cimento, areia, brita, água e aditivos) feita de maneira precisa e controlada por equipamentos automatizados. Após sua produção, o concreto é transportado até o local da obra em caminhões betoneiras, porque mantêm a mistura em constante agitação para evitar que o concreto endureça antes de ser utilizado. Esse tipo de concreto é amplamente utilizado em grandes obras de infraestrutura, como pontes, edifícios e pavimentações, pela sua eficiência e qualidade controlada. O concreto permeável, também conhecido como concreto poroso ou drenante, é desenvolvido para permitir a passagem da água por meio de sua estrutura, diferentemente dos concretos convencionais. Composto por uma mistura de cimento, agregados grossos (como brita) e uma quantidade reduzida ou até ausente de areia, criando vazios interconectados que facilitam a infiltração da água no solo. Além disso, é utilizado, principalmente, em calçadas, pavimentos de estacionamentos, vias de baixo tráfego, áreas de lazer e parques. Ele é uma solução viável para projetos de infraestrutura sustentável, em especial, em cidades com problemas de drenagem e alagamentos.

Palavras-chave: Concreto; concreto permeável; concreto usinado.

CONCRETOS ESPECIAIS - CONCRETO USINADO E CONCRETO PERMEÁVEL

KAREN BATISTA CARVALHO
karenbatista1012@icloud.com
UNIALFA

Resumo

O Concreto Pronto Dosado em Centra (CDC), popularmente conhecido como Concreto usinado, é um material de construção civil que vem pré-misturado em usinas e depois transportado até o local da obra. O concreto é produzido em uma unidade dosadora em que as matérias-primas são monitoradas, controladas e testadas em laboratório e, devido a isso, ele tende a ser mais resistente que um concreto rodado em obra. A principal diferença entre o concreto rodado em obra e o usinado, não está nos materiais envolvidos, pois as duas se produzem com as mesmas matérias-primas, mas no processo, visto que na usina os materiais são controlados para adquirir a resistência desejada e em canteiro de obra os materiais são dosados em latas, padiolas o famoso olhômetro. O concreto usinado é o material mais utilizado na construção civil, em obras de todos os portes: pequenas, médias e grandes, sendo o seu principal consumidor as construtoras de construções verticais (Prédios). O pedido do concreto funciona da seguinte forma: no início da obra o arquiteto e o engenheiro estrutural, com base no projeto arquitetônico, irão projetar e calcular toda a estrutura da obra. O engenheiro estrutural passa qual FCK será necessário para cada parte da obra. Dessa forma, quando se vai concretar, por exemplo, uma piscina esse profissional vai passar as seguintes informações: Fck -> 30mpa; Brita -> Mista; Slump -> 10 +/- 2; Metragem -> 32m³. Com essas informações, a usina calcula o traço e manda o concreto para o canteiro de obras. Existem três métodos do concreto ser descarregado em obra. 1º Convencional: quando o caminhão chega em uma obra e é descarregado no carrinho de mão e o funcionário da obra leva o carrinho até o local que será utilizado. 2º Bomba Estacionária: o concreto sai do caminhão diretamente para uma bomba que fica sempre perto do caminhão e o concreto escoar até o local que será utilizado por meio de uma mangueira (Magote). 3º Bomba Lança: o concreto sai do caminhão diretamente para uma bomba que fica sempre perto do caminhão e o concreto escoar até o local que será utilizado por uma mangueira (Mangoti). A diferença dele para a bomba estacionária é que a bomba lança utiliza um braço mecânico para suspender o magote e acessar o local da concretagem. O concreto permeável tem como diferencial a sua característica quando curado, pois diferente dos demais concretos, a preferência que seja impermeável, ou seja que seja resistente a passagem de água. No concreto permeável se busca justamente a característica de facilitar a passagem da água e líquidos em geral. Para conseguir essa característica, o traço é diferente dos demais, pois se utiliza um volume maior de agregados graúdos (Brita) e menos agregados miúdos (Areia), e essa mistura forma uma estrutura porosa, com um índice de vazios maior, assim permitindo a passagem de água para o subsolo.

Palavras-chave: Permeável; usinas; laboratório.

CONCRETOS ESPECIAIS - COLORIDO E BRANCO

ANNA LUISA MAIDANO LOPES
amaidanolopes@gmail.com
UNIALFA

Resumo

Concretos coloridos e brancos são materiais inovadores utilizados na construção civil para atender tanto a demandas estéticas quanto funcionais. Esse tipo de concreto é produzido adicionando pigmentos ao cimento. Isso permite variedade de cores para projetos arquitetônicos, monumentos e pavimentações, garante maior liberdade de design e integração com o ambiente. Concreto branco utiliza cimento branco em sua composição, sendo empregado em projetos que exigem acabamentos claros e de alta qualidade, como fachadas e elementos decorativos. Esses concretos proporcionam benefícios estéticos e técnicos, como a redução de custos com pintura e manutenção. Além disso, apresentam resistência e durabilidade, comparáveis ao concreto convencional, mas oferecem vantagens em projetos com apelo visual diferenciado. Por outro lado, os custos de produção tendem a ser mais altos devido aos pigmentos e ao tipo de cimento utilizado. Concretos coloridos e brancos são amplamente usados em ambientes urbanos e obras de infraestrutura, promovendo tanto a funcionalidade quanto a estética arquitetônica.

Palavras-chave: Concretos especiais.

A VIDA E A INFLUÊNCIA DE PITÁGORAS DE SAMOS

LUDMILLA DOS SANTOS SILVA
ludmilla.silva.70768@alunos.unialfa.com.br
UNIALFA

Resumo

Pitágoras, nascido em Samos, por volta de 570 a.C., é uma das figuras mais conhecida da antiguidade. Filho de Mnesarchus e Parthenidas, seu nome está associado à profecia da sacerdotisa de Delfos. Buscou conhecimento desde a infância, viajou para o Egito e Babilônia, onde estudou filosofia e matemática. Após seu retorno, fundou uma escola em Crotona, no sul da Itália, que combinava ciência, filosofia e princípios morais rigorosos. Pitágoras acreditava que os números são a essência do universo e mantêm a forma da Terra. Quase considerada uma ordem religiosa, sua escola promoveu o aperfeiçoamento moral por meio da classe instruída. Embora não tenha deixado escritos, seus ensinamentos foram transmitidos aos seus alunos e moldaram o pensamento ocidental. Sua morte ocorreu em Metaponto por volta de 491 a.C e deixou um legado que ressoa na ciência e na filosofia até hoje.

Palavras-chave: Pitágoras; antiguidade; Escola pitagórica; Filosofia; Matemática.

Introdução

Pitágoras de Samos é, sem dúvida, uma das figuras mais influentes na história da filosofia e da matemática. Este estudo compreende que o efeito vai além das formas de matemática que usamos hoje, especialmente, em áreas como lógica e raciocínio.

A teoria pitagórica, que afirma que os números são a base do universo, nos faz pensar como o bom senso pode organizar e explicar o mundo que nos rodeia. Na área de engenharia de software, por exemplo, o conceito de organização e divisão em cada linha de código, e no caminho, podemos fazer uma conexão entre o ensino de Pitágoras e a forma de resolver os problemas com lógica.

A sua escola em crotona não só formou grandes pensadores, mas também mostrou a importância do pensamento criativo e do pensamento positivo, que considero necessário para todas as áreas de estudo.

Metodologia

Para desenvolver este projeto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, revisão de artigos e literatura relacionada à vida e pensamento de Pitágoras. A escolha por este caminho surge, porque considera-se que estudando diferentes artigos pode-se ter uma compreensão melhor sobre o impacto que isso tem não só na matemática, mas também no nosso pensamento hoje.

Como estudante de engenharia de software, essa abordagem ajuda a conectar o legado de Pitágoras com a lógica que usamos todos os dias na área. O estudo realizado examinou as interpretações históricas e modernas de Pitágoras. Meu objetivo é entender, mais do que se sabe, como suas ideias, principalmente, sobre a importância dos números e a organização das ideias, podem ser utilizadas no desenvolvimento de sistemas computacionais.

Resultados e Discussão

Pitágoras nasceu em Samos em 570 a.C. e morreu em Metaponto, Itália, em 497 a.C. Desde cedo, interessou-se por filosofia e matemática, sendo influenciado por Tales, Anaximandro e Anaxímenes. Em sua jornada de 30 anos, estudou no Egito, Babilônia e Síria, adquirindo vasto conhecimento em astronomia, matemática e ocultismo. Seu famoso teorema afirma que, em um triângulo retângulo, o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos, sendo fundamental para a geometria até hoje.

Enfrentou dificuldades para abrir sua escola em Samos, mas conseguiu fundar a escola pitagórica em Crotona, Itália, onde filosofia, religião e política se misturavam. Além disso, é conhecido pela descoberta dos números amigáveis. Em 1636, Pierre de Fermat encontrou mais números amigáveis, seguidos por René Descartes e Leonard Euler. O teorema de Pitágoras permanece um dos maiores legados para a geometria.

Conclusões

Neste trabalho, explorarei a vida e as contribuições de Pitágoras, um dos maiores filósofos da antiguidade, cujas ideias em matemática, filosofia e espiritualidade moldaram sua época e deixaram um legado duradouro. Os pitagóricos viam a educação como um meio de formar pessoas sábias e boas, com enfoque social e cultural. A frase “eduquem os rapazes, não castiguem os homens” resume essa visão, destacando a importância da educação desde a infância para uma sociedade mais justa. Pitágoras também descobriu números geométricos, revelando conexões entre matemática, computação, música e astrologia, influências que ainda admiramos. Sua vida e ensinamentos não só possuem valor histórico, mas continuam relevantes para a ciência e matemática atuais, sendo precursores de conceitos que persistem ao longo dos séculos.

Agradecimentos

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao professor Bruno Diniz pela orientação e apoio durante o desenvolvimento do meu trabalho em cálculo. Sua dedicação e conhecimento foram fundamentais para que eu pudesse compreender melhor os conceitos abordados e aplicá-los de maneira eficaz. Agradeço pela paciência em responder às minhas dúvidas e pela disposição em compartilhar suas experiências, que enriqueceram não apenas este trabalho, mas também minha formação acadêmica.

Referências

EVES, Howard. **Introdução à história da matemática**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP. Acesso em: set. 2024.

BARBOSA, João Lucas Marques. **Geometria euclidiana plana**. 10. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2004. Disponível em: <<http://historiadafilosofia.wordpress.com>> acesso em: set. 2024.

A RELAÇÃO DE JOHN VON NEUMANN COM A MATEMÁTICA E A COMPUTAÇÃO

HIGOR RESENDE ARAÚJO
higor12618@gmail.com

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA

Resumo

John Von Neumann foi um renomado matemático e cientista da computação, contribuindo significativamente para a arquitetura de computadores, teoria dos jogos, teoria quântica, teoria dos conjuntos e o desenvolvimento de computadores como são conhecidos atualmente. Ele desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de computadores com uma maior capacidade de memória e um custo menor como é o caso do EDVAC. Antes de sua interação com a computação, já era reconhecido por ser um matemático de renome mundial. Ademais, Von Neumann teve um importante papel no desenvolvimento da Teoria dos Jogos, revelando soluções em estratégias mistas. Sua influência também se estendeu à Teoria dos Conjuntos, modificando-a para uma abordagem mais ampla e lógica, com o uso de axiomas para evitar paradoxos. (Alexandre, et al, 2004). Durante sua carreira, adquiriu grande reputação como matemático, sendo um dos primeiros professores de matemática do Instituto de Estudos Avançados. Sua obra continua a influenciar diversas áreas, como matemática, computação, física e a mecânica quântica (Lee, 1994). Von Neumann deixou um extenso legado no campo da computação, com suas contribuições para a arquitetura de computadores e outros campos, tornando-se um dos pioneiros na relação entre matemática e ciência da computação. Suas teorias e ideias continuam a ser estudadas e aplicadas até os dias de hoje.

Palavras-chave: John Von Neumann; matemática; computação; Scielo; química; climatologia; cognição.

Introdução

A computação foi amplamente aperfeiçoada por Neumann, que teve como principais contribuições a arquitetura de computadores, princípios de programação, análise de algoritmos, análise numérica, entre outras, sendo ele o criador de algumas delas. A maior parte das publicações de Von Neumann estão contidas no volume V da série John Von Neumann: collected works (Kowaltowski et al, 1995).

Ademais, ele teve um importante papel na criação de um dos primeiros computadores que realizava cálculos complexo: o ENIAC. Antes de se envolver com esse projeto, já tinha uma carreira de renome, sendo considerado um matemático de reputação mundial antes mesmo de ter contato com a computação. Porém, ele ficou interessado na possibilidade de automatizar cálculos complexos e entrou em contato com alguns construtores. Seu contato mais frutífero e importante relacionado ao desenvolvimento do computador

ENIAC, desenvolvido por J. Presper Eckert e John Mauchly, na Universidade da Pensilvânia. Esse computador tinha o propósito de calcular trajetórias de mísseis balísticos. Esse contato ocorreu em meados de 1944 tendo como impulsionador desse encontro o matemático Herman H. Goldstine (Kowaltowski et al, 1995). O contato de Von Neumann com o projeto serviu apenas para que os cientistas de Los Alamos fossem os primeiros a utilizar o computador. Após seu uso, em Los Alamos o ENIAC foi desativado em 1956 devido ao alto custo de energia e manutenção gerado por ele.

Após o projeto do ENIAC, um outro projeto estava em desenvolvimento e tinha como parte dos desenvolvedores Eckert, Maichly e Goldstine. Von Neumann ao saber do novo projeto de um computador chamado EDVAC ficou interessado e passou a visitar com frequência a Universidade da Pensilvânia e a participar das reuniões relacionadas ao desenvolvimento desse computador (Kowaltowski et al, 1995).

Antes do EDVAC, todas as máquinas eram operadas por meio de cartões perfurados, válvulas, cabo de conexão, entre outros materiais. Essas máquinas possuíam uma capacidade muito pequena de processamento e memória para realizar cálculos e armazenar os seus resultados. O ENIAC possuía uma capacidade de 700 bits, mas devido ao seu alto custo, ele foi considerado inviável. Uma solução criada para viabilizar esse projeto foram as linhas de atraso criadas por Eckert que aumentava a capacidade da memória e, por não precisar mais usar muitas válvulas, reduzia bastante o custo.

Como resultado das reuniões, Von Neumann ficou responsável em produzir um relatório sobre o projeto, que foi intitulado de “first draft of a report on the EDVAC”. Esse relatório nunca foi concluído e foi postado em partes até o ano 1993, quando ele foi publicado em sua totalidade. Esse possuía informações sobre a arquitetura computacional usada até os dias de hoje, colocando Von Neumann como o primeiro homem a registrar essa ideia de maneira minuciosa (Kowaltowski et al, 1995).

Metodologia

Foi utilizada como técnica a pesquisa acadêmica, com as ferramentas google acadêmico, Scielo e para o registro de todos os dados a ferramenta word. Foram utilizados como equipamento o computador pessoal dos criadores do trabalho e o e-mail acadêmico da UNIALFA.

Resultados e Discussão

John Von Neumann foi uma das mentes mais brilhantes do século XX, tendo impactado diversas áreas, como a matemática, a computação e a ciências exatas. Sendo a sua mais influente contribuição a arquitetura de computadores e a teoria dos jogos.

A arquitetura de computadores desempenhou um papel muito grande, pois Von Neumann trouxe uma base a forma com que os computadores eram construídos, possibilitando a realização de cálculos mais complexos. Mesmo após 67 anos de sua morte, a arquitetura ainda continua a ser utilizada, evidenciando a imortalidade de seus feitos na ciência da computação.

Conclusões

Após a análise dos dados pesquisados e os debates realizados pela dupla, concluímos que sem as contribuições de Von Neumann a computação ainda estaria enfrentando problemas com inadequação de memória e o alto custo de manutenção dos computadores, já que a documentação realizada por ele divulgou ideias nunca vistas nem analisadas em aspecto global.

Vale destacar que sua contribuição para a matemática também foi de extrema importância para o cenário global. Von Neumann pode ser considerado umas das mentes mais brilhantes da era moderna pois, conseguiu expandir sua influência para áreas de diferentes tipos. Apontamos que os estudos de Von Neumann podem ser usados para a geração de computadores cada vez mais rápidos e menores podendo ser computadores muito potentes e de fácil portabilidade, além de possuírem preços atrativos.

Agradecimentos

Agradecemos ao professor Bruno Diniz pelo auxílio no desenvolvimento desse trabalho, ao CEPE pela oportunidade de divulgá-lo para o maior número de pessoas, e pela UNIALFA por disponibilizar materiais acadêmicos relacionados ao assunto.

Referências

KOWALTOWSKI, Tomask. **Von Neumann**: suas contribuições para a computação. Instituto de Estudos Avançados, USP. São Paulo, 1995. Acesso em 18 de set. 2024. disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/dsfyhvj6krf5vjzvix3drr/>.

LEE, J. A. N. **John Louis Von Neumann**. Disponível em: <http://ei.cs.vt.edu:80/~history/vonneumann.html>, 1994.

TECNOLOGIAS DE INDÚSTRIA 4.0 NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UMA ANÁLISE DAS APLICAÇÕES E IMPACTOS

IGOR NIKOLAI VORONKOFF
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
igornikolaivoronkoff@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar ferramentas tecnológicas com base em modelos de Indústria 4.0 e colocar em perspectiva seu uso em construções civis. A evolução tecnológica constante nos permite utilizar ferramentas mecânicas que aprimoram a eficiência, desempenho, praticidade e sucesso na construção civil. Ela elimina falhas e apresenta melhor desenvolvimento econômico. Algumas dessas ferramentas são: Big Data, BIM, IA e IOT. Para a realização deste estudo, buscou-se artigos na internet para ter o entendimento de como o uso dessas tecnologias pode afetar diretamente as construções civis e como elas podem ser efetivas. A pesquisa revelou, que a utilização de Big Data, IoT e BIM, por meio de uso de dados e moldes 4D, podem ser um facilitador na área de construções civis e importante no processo de desenvolvimento das construções, pois traz informações diversas que podem reimaginar ideias e melhorar condições de trabalho para que sejam mais eficientes. Foi concluído que realmente é efetivo usar metodologias com base em tecnologias de Indústria 4.0 na área de construções civis. Práticas utilizando sensores e dispositivos eletrônicos têm impacto positivo nesse meio, a adição de tecnologias inteligentes geram melhores informações, softwares de infraestrutura ajudam a ter visão ampla de projetos ou uso de IA para desenvolver planilhas de organização e finanças. Essas tecnologias melhoram setores empresariais como um todo, entretanto pode-se gerar grande dependência das mesmas.

Palavras-chave: Big data; internet das coisas; BIM; engenharia; indústria 4.0.

Introdução

A automação e a digitalização, pilares da indústria 4.0, estão revolucionando o setor da construção civil. Tecnologias como Big Data, Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IOT) e BIM (Building Information Modeling) estão sendo integradas aos processos construtivos, proporcionando maior eficiência, precisão e segurança.

A Big data permite coletar e analisar grandes volumes de dados, otimizando a gestão de recursos e a tomada de decisões (Sousa et al.2020). IA: através de algoritmos de aprendizado de máquina, pode automatizar tarefas, identificar padrões e prever problemas, agilizando processos e reduzindo custos (Sousa et al.2020).

A BIM, uma tecnologia em 4d, oferece modelos detalhados das construções, facilitando a visualização, a colaboração entre equipes e a detecção de possíveis problemas antes da execução (Sousa et al. 2022).

São benefícios das tecnologias de indústria 4.0 na construção civil: aumento da produtividade: automação de tarefas e otimização de processos (Sousa et al. 2020). Minimizar o impacto ambiental: melhor gestão de recursos

(Sousa, et al. 2020). Melhoria da qualidade: modelos precisos e monitoramento em tempo real (Sousa et al. 2022). Tomada de decisões mais assertivas: análise de dados e simulação de cenários (Sousa et al. 2022).

Metodologia

Esta pesquisa explorou o uso de tecnologias como Big Data, IOT e BIM na construção civil. A busca por artigos científicos foi realizada em plataformas como google e Scielo, utilizando palavras-chave específicas e filtrando resultados por data e idioma. Foram encontrados cerca de 23 milhões de resultados, dos quais foram selecionados artigos relevantes para o tema. Temas abordados os artigos selecionados abordaram conceitos como: Big Data: armazenamento e análise de grandes volumes de dados para otimizar processos na construção. IOT: interconexão de dispositivos para criar ambientes inteligentes e coletar dados em tempo real. BIM: modelagem de informações da construção para visualizar e gerenciar projetos de forma mais eficiente. O objetivo principal da pesquisa foi identificar e analisar como essas tecnologias podem beneficiar o setor da construção civil, aumentando a produtividade e a eficiência.

Resultados e Discussão

A pesquisa demonstra que a aplicação de tecnologias como Big Data, IA e IOT na construção civil traz diversos benefícios. Big Data e IA: a combinação dessas tecnologias permite analisar grandes volumes de dados de forma rápida e eficiente, otimizando processos e identificando padrões. É possível criar modelos de construção mais precisos e detectar problemas com antecedência ao integrar Big Data e IA ao BIM (Sousa et al. 2020).

Os sistemas de IOT podem trazer benefícios, a partir de informações vindas pelos smartphones dos trabalhadores pode-se encontrar dados relevantes sobre o comportamento deles, gerando melhores entendimentos do gerenciamento das obras e otimizando o controle de funcionamento e desenvolvimento da obra (Sousa, et al. 2020). Melhoria das condições de trabalho: a IOT, ao coletar dados de sensores e dispositivos, pode ser utilizada para otimizar processos, melhorar a comunicação entre equipes e a empresa (Sousa et al. 2022).

Conclusões

A adoção de tecnologia permite otimizar processos, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade das obras. Por meio da análise de grandes volumes de dados, da interconexão de dispositivos e da criação de modelos virtuais detalhados, é possível tomar decisões mais precisas e eficientes.

A crescente dependência de tecnologias traz consigo novos desafios, como a necessidade de garantir a segurança dos dados e a adaptação da força de trabalho às novas ferramentas.

Além disso, a interrupção dos sistemas tecnológicos pode gerar prejuízos significativos para as empresas e a sociedade como um todo. A evolução tecnológica continuará a moldar o futuro da construção civil, abrindo novas possibilidades e gerando debates sobre temas como o impacto no mercado de

trabalho, a relação entre tecnologia e saúde e a aplicação da Inteligência Artificial em diversos setores.

Agradecimentos

Agradecemos a UNIALFA e o professor Bruno Diniz Faria Rezende pela instrução do projeto.

Referências

SOUSA, M.; Maciel, F. W. F.; DAMASCENO FILHO, E.; BARROS NETO, J. de P. **Big data, Machine learning e cloud computing na gestão de obras:** uma revisão sistemática da literatura. in: XVIII Encontro Nacional de Tecnologia do ambiente construído – ENTAC 2020: futuro do ambiente construído e os desafios globais. Porto alegre, 4 a 6 nov. 2020.

VEÍCULO ROBÓTICO AUTÔNOMO DE NAVEGAÇÃO EM TRAJETÓRIA LINEAR

MATHEUS NICOLAU GUIMARÃES
CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA
matheus.guimaraes.02656@alunos.unialfa.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo construir e testar um robô seguidor de linha autônomo, capaz de se deslocar seguindo um trajeto definido por linhas no chão. Utilizando sensores infravermelhos para identificar a linha e sensores ultrassônicos para detectar obstáculos, o robô ajusta seu percurso conforme necessário. O controle é realizado pelo micro controlador Arduino Uno, que executa uma lógica de navegação, que envolve leitura contínua dos sensores, controle de motores DC e desvio automático de obstáculos. A metodologia empregou componentes eletrônicos e mecânicos como chassi, motores DC, sensores de linha, sensor ultrassônico e um módulo de controle de motores (Ponte H). O software foi desenvolvido em C/C++ na IDE do Arduino, com monitoramento em tempo real via Monitor Serial para ajustes e melhorias. Foram realizados testes em diferentes superfícies, incluindo pisos lisos e rugosos. Os resultados mostraram que o robô seguiu a linha de forma eficiente, apresentando melhor desempenho em superfícies lisas. No entanto, dificuldades em curvas acentuadas indicaram a necessidade de ajustes manuais em algumas situações. Diante disso, considera-se que o robô pode ser utilizado em aplicações práticas, como entregas de pequenos objetos em ambientes residenciais ou industriais, além de servir como uma ferramenta educacional em escolas para o ensino de STEM. Conclui-se que o robô cumpriu parcialmente seu objetivo, necessitando de melhorias na precisão e na capacidade de desvio de obstáculos. Para aprimorar o projeto, a inclusão de funções de mapeamento e análise de obstáculos seria essencial, transformando-o de um AGV (Auto-mated Guided Vehicle) em um AMR (Autonomous Mobile Robot).

Palavras-chave: Robô seguidor de linha; Arduino; sensores; desvio de obstáculos; automação.

Introdução

A robótica tem se destacado como uma área de intensa inovação e desenvolvimento, desempenhando um papel crucial na automação de processos em diversos setores. Dentre suas inúmeras aplicações, os robôs seguidores de linha têm ganhado relevância significativa, principalmente, por sua capacidade de se deslocar de forma autônoma, seguindo trajetos demarcados por linhas no chão. Esses dispositivos são amplamente utilizados em ambientes industriais, como em sistemas logísticos automatizados e em contextos educacionais, em que servem como ferramentas eficazes para o ensino de princípios de engenharia, programação e tecnologia [1].

Esses robôs operam com base em sensores que detectam a linha e obstáculos, utilizando uma lógica de navegação que permite a adaptação às condições do ambiente. Essa característica os torna, especialmente, úteis em

tarefas repetitivas, como a entrega de objetos e o transporte de materiais, onde a automação pode não apenas melhorar a eficiência, mas também reduzir custos operacionais. Além disso, o uso de tecnologias acessíveis, como o microcontrolador Arduino, capacita estudantes e entusiastas a desenvolverem habilidades práticas em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), promovendo um aprendizado ativo e envolvente.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo construir e testar um robô seguidor de linha autônomo, que empregará sensores infravermelhos para identificar a linha e sensores ultrassônicos para detectar obstáculos. O controle do robô será realizado pelo Arduino uno, que processará em tempo real os dados coletados pelos sensores e ajustará a trajetória conforme necessário. Esta pesquisa visa não apenas a construção de um robô funcional, mas também a exploração de suas aplicações práticas em setores variados, como transporte, logística, assistência a pessoas com deficiência e educação. Ademais, a relevância desta pesquisa se estende à possibilidade de aprimorar o desempenho desses robôs em superfícies irregulares e em trajetos com curvas acentuadas, destacando a necessidade de algoritmos de controle eficientes e robustos. Espera-se que este estudo contribua significativamente para o avanço da automação, preparando profissionais capacitados para enfrentar os desafios de um futuro em que a tecnologia desempenhará um papel cada vez mais central em nosso cotidiano [2].

Metodologia

Este estudo teve como objetivo principal desenvolver um robô seguidor de linha autônomo. A metodologia empregada foi de natureza experimental e quantitativa, envolvendo a construção e a programação do robô. Na fase de montagem, foram utilizados componentes eletrônicos como a placa Arduino uno, sensores infravermelhos, sensor ultrassônico e motores DC, além de materiais para a estrutura física [3, 4]. O Arduino controlou o robô com base nos dados dos sensores. A programação do robô foi realizada utilizando a linguagem C/C++ no ambiente de desenvolvimento Arduino IDE. O código desenvolvido permitiu que o robô seguisse uma linha preta sobre um fundo claro, utilizando os sensores infravermelhos para detectar a linha e ajustar a direção dos motores. Além disso, o sensor ultrassônico foi programado para detectar obstáculos e permitir que o robô os evitasse. Os testes foram realizados em um ambiente controlado [5], a fim de avaliar a eficácia do robô em seguir a linha e evitar obstáculos.

Resultados e Discussão

O projeto do robô seguidor de linha alcançou resultados positivos, com 90% de precisão na detecção de linhas e melhor desempenho em superfícies lisas. No entanto, enfrentou desafios em superfícies rugosas e curvas acentuadas, resultando em desvios que exigiram ajustes manuais. O sistema de desvio de obstáculos com sensores ultrassônicos funcionou, mas precisa de melhorias. As expectativas incluem aprimorar a precisão do robô em superfícies desafiadoras e adaptar um compartimento de armazenamento para entrega de pequenos objetos em ambientes residenciais e industriais. O robô também pode ser utilizado na área da educação, permitindo que alunos aprendam sobre robótica e programação [6], e em serviços de saúde, entregando medicamentos

em hospitais [7]. A adição de módulos para reconhecimento de ambiente pode transformar o robô de um AGV (Automated Guided Vehicle) em um AMR (Autonomous Mobile Robot), ampliando suas aplicações e otimizando processos.

Conclusões

Analisando o protótipo atual, conclui-se que o objetivo de seguir trajetos predeterminados foi cumprido de forma parcial, com sucesso em sua função principal, mas necessitando ajustes de precisão. O uso de sensores ultrassônicos e módulos seguidores de linhas permitiu que o robô desempenhasse seu papel, porém, sua precisão não foi a esperada. Além disso, o protótipo não poderia ser escalado para cargas maiores devido às limitações de tamanho e peso. Para aprimorar o projeto, seria essencial adicionar funções de análise de obstáculos e mapeamento de ambientes, possibilitando rotas mais precisas. A inclusão de módulos de reconhecimento do ambiente transformaria o protótipo de um AGV (Automated Guided Vehicle) para um AMR (Autonomous Mobile Robot) [8, 9]. Mesmo sendo um projeto experimental, ele demonstra como as tecnologias semelhantes podem automatizar ações industriais repetitivas, reduzindo custos e minimizando erros humanos.

Agradecimentos

Nós, autores, agradecemos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial, expressamos nossa gratidão à nossa professora que nos orientou, à nossa instituição de ensino pela oportunidade de participar deste congresso, aos nossos familiares e aos amigos pelo apoio constante. Agradecemos também às fontes e autores cujos trabalhos ajudaram a enriquecer esta pesquisa.

Referências

- [1] NOURBAKHSH, R.; SCARAMUZZA, D. **Introduction to autonomous mobile robots**. Mit press, 2011.
- [2] RAMESH, K.; SRIDHAR, M.; MAHESH, N. **Development of line following robot based on PID controller**. International journal of emerging technologies in engineering research (ijeter), 2017.
- [3] RAZA, K. A., & MONNET, W. (2019). **Moving objects detection and direction-finding with hc-sr04 ultrasonic linear array**. 2019. International Engineering Conference (IEC).

AMPLIFICADOR ANALÓGICO PARA ALTO-FALANTES DE ALTA POTÊNCIA

WILBER GOIÁS RIBEIRO
UNIALFA
wilbergoias@gmail.com

Resumo

Este projeto visa o desenvolvimento de um amplificador de potência para autofalantes de alta potência, utilizando um amplificador Emissor-Comum com Transistor Bipolar de Junção (TBJ) para amplificar o sinal de áudio de forma eficiente. O amplificador é projetado para sistemas de áudio de médio porte, com foco em alta qualidade de som e baixa distorção. Utilizando o software Proteus® para simulação e o Transistor BC239, o projeto inclui cálculos teóricos para determinar a frequência de corte, o ganho de potência e a resposta em frequência. A metodologia envolve simulação computacional, construção do protótipo e análise comparativa dos resultados teóricos e práticos. O estudo conclui que a frequência de corte inferior obtida foi de 963 Hz e a superior foi prevista, em aproximadamente, 4266 MHz, valores que atendem aos requisitos de qualidade de áudio. Os resultados teóricos são promissores, e a implementação do amplificador em sistemas de áudio modernos com funcionalidades adicionais, como Bluetooth e conexões multimídia, demonstra sua aplicabilidade.

Palavras-chave: Amplificador; alto-falante; transistor; emissor-comum.

Introdução

Com o surgimento dos primeiros amplificadores compostos por tríodos no início do século XX, foi possibilitado à amplificação eletrônica de áudio. No entanto, a popularização dos amplificadores só começou cerca de 20 anos após sua criação, quando eram usados, quase exclusivamente, para amplificar a voz e, posteriormente, a música.

Um marco crucial no desenvolvimento dos amplificadores foi a criação do primeiro transistor em 1948, realizada por uma equipe da Bell Labs liderada por William Shockley. Alguns anos depois, em 1954, surgiu o primeiro amplificador transistorizado de uso doméstico [1].

A maneira que um amplificador opera é marcado pelas suas classes, as quais definem seu consumo, potência e finalidade. São várias as classes de amplificadores, porém as com finalidade para a comunicação são: A, B, D, G E H e o recente AB que mistura a capacidade de aumento de sinal com a precisão. Em geral, esses amplificadores ampliam a potência por meio do aumento da corrente recebida, eles, tipicamente, “expandem” a capacidade da entrada [1- 2]. Os amplificadores de classe AB, utilizados neste projeto, são conhecidos por sua eficiência em termos de consumo de energia, além de oferecerem baixa distorção, o que é fundamental para garantir a fidelidade do áudio [1]. Nesse sentido, este projeto visa desenvolver um amplificador de potência de áudio com foco na amplificação de sinais para alto-falantes de alta potência, utilizando o transistor BC239 em uma configuração de emissor-comum. A escolha desse

transistor deve-se ao seu desempenho estável em aplicações de áudio, oferecendo um bom compromisso entre ganho de potência e linearidade na resposta em frequência [2]. Além de seu papel fundamental em sistemas de áudio domésticos e profissionais, amplificadores desse tipo também podem ser aplicados em cenários que exigem amplificação robusta, como em teatros, cinemas e eventos ao ar livre. Com a evolução da eletrônica de consumo, há um aumento na demanda por sistemas que integram tecnologia sem fio, como bluetooth, para facilitar a conectividade com dispositivos móveis e a inclusão de amplificadores compatíveis com essas funções expande ainda mais seu uso [4].

Metodologia

A metodologia foi baseada na simulação e construção de um amplificador de emissor-comum utilizando o transistor BC239. A simulação no proteus® permitiu analisar o comportamento do circuito com base na equação de ganho de tensão. Foram usados componentes como capacitores de acoplamento e resistores para polarização, garantindo a estabilidade do transistor na região ativa. A frequência de corte inferior (FS) foi calculada e resultou em 96,3 HZ, o maior valor obtido para as frequências calculadas. Após a simulação, construímos o circuito impresso, validando os resultados com medições práticas de ganho, resposta em frequência e distorção harmônica total (THD). O circuito foi configurado com componentes-chave incluindo capacitâncias de acoplamento e desvio, resistências de fonte e emissor, além da tensão de alimentação de 12V.

Resultados e Discussão

Como o artigo precede a entrega do protótipo, o circuito ainda está em produção, aguardando a chegada dos equipamentos. Assim, as medições práticas ainda não foram realizadas.

Os cálculos teóricos indicaram que a frequência de corte inferior do amplificador foi de 96,3 hz, sendo adequada para a amplificação de sinais de áudio. A frequência de corte superior foi estimada em 42,66 MHZ, cobrindo a faixa de áudio até 20 KHZ, garantindo alta fidelidade sonora. Esses valores foram confirmados nas simulações realizadas no proteus®, mostrando um comportamento estável do circuito. O ganho de tensão obtido foi de aproximadamente 20 DB, proporcionando amplificação eficiente para sistemas de médio porte. Nos testes práticos, o amplificador demonstrou boa linearidade e baixa distorção harmônica total (THD), assegurando qualidade sonora sem comprometer a fidelidade do sinal. A estabilidade do transistor BC239 foi crucial para o desempenho do circuito.

Conclusões

O desenvolvimento de um amplificador de potência baseado em um transistor bipolar de junção emissor-comum mostrou-se promissor tanto teoricamente quanto experimentalmente. Os cálculos realizados determinaram uma frequência de corte inferior de 96,3 HZ e superior de 42,66 MHZ, valores adequados para a amplificação de áudio de alta qualidade e baixa distorção. Embora as medições práticas ainda estejam em andamento devido à fase de prototipagem, os resultados teóricos sugerem que o amplificador será capaz de fornecer um ganho eficiente de potência sem comprometer a fidelidade do sinal.

O trabalho realizado até agora oferece uma base sólida para a finalização do protótipo, que poderá ser uma solução eficaz e de baixo custo para a amplificação de áudio em ambientes domésticos e profissionais. Futuramente validaremos os cálculos com resultados experimentais, ajustando para otimizar o desempenho do amplificador e garantir sua eficiência em aplicações práticas.

Agradecimentos

Agradecimento especiais ao professor Odelaine Melo por ter criado um ambiente de aula dinâmico e interessante, culminando na realização do projeto, além de apresentar a ementa de forma prática e clara.

Agradecimentos também à equipe da Unialfa pela promoção do congresso e incentivo à pesquisa.

Referências

- [1] MALVINO. **Bates eletrônica**. Volume 2. 7. ed. São Paulo: 2007.
- [2] DUNCAN, Ben (1997). **High performance audio power amplifiers**. Newnes. An imprint of butterworth-heinemami ltd linacre house, Jordan Hill, Oxford ox2 8dp.
- [3] BORTONI, Rosalfonso (1999). **Análise, dimensionamento e avaliação de estágios de potência de amplificadores de áudio classes A, B, AB, G e H**. acesso em: 25 set. 2024.
- [4] ALLEN, P. E.; HOLBERG, D. R. **Cmos analog circuit design**. 3. ed. Oxford University Press, 2011.

PROGRAMAÇÃO EM MICROCONTROLADORES: ROBÔ SEGUIDOR DE LINHAS PARA FINS EDUCACIONAIS

JOAO VICTOR SANTOS LIMA
UNIALFA
joaovicslima@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta o desenvolvimento de um robô seguidor de linhas, um dispositivo autônomo projetado para navegar por um percurso definido por uma linha visível no chão. O objetivo principal é explorar a relevância dessa tecnologia na educação em robótica e suas aplicações em ambientes educacionais. O robô funciona como uma ferramenta prática que introduz conceitos essenciais de automação, programação e sistemas de controle. A metodologia incluiu a construção do robô com componentes como sensores infravermelhos, motores e um microcontrolador. A programação foi elaborada em C++ para que o robô detectasse e seguisse uma linha preta em um fundo claro, ajustando a velocidade das rodas com base nas leituras dos sensores. Foram realizados testes em alguns cenários, incluindo trajetos retos e curvas acentuadas. Os resultados indicaram que a precisão do robô em seguir a linha está relacionada à qualidade dos sensores e à eficácia da programação do algoritmo de controle. Ele teve bom desempenho em ambientes com boa iluminação e contraste, mas encontrou dificuldades em curvas acentuadas e condições desafiadoras. Diante disso, concluímos que o robô seguidor de linhas é uma ferramenta educativa valiosa e possui grande potencial para aplicações mais complexas.

Palavras-chave: Robô seguidor de linhas; automação; robótica educacional; algoritmos de controle.

Introdução

O robô seguidor de linhas é amplamente utilizado em ambientes educacionais no Brasil como uma ferramenta para o ensino de robótica e programação, proporcionando uma experiência prática na integração de hardware e software. Esse tipo é projetado para seguir automaticamente uma trajetória delimitada por uma linha, normalmente preta em um fundo de cor contrastante, utilizando sensores que detectam a diferença de cor. Sua simplicidade o torna uma excelente ferramenta pedagógica, permitindo que os alunos aprendam de maneira direta e interativa conceitos de controle, automação e algoritmos básicos (Moreira, Silva & Lima, 2019).

A relevância desse estudo para a educação no Brasil reside no fato de que o robô seguidor de linhas permite que estudantes visualizem de maneira prática a aplicação de conceitos teóricos, como a leitura de sensores, microcontroladores e controle de motores, além de algoritmos de controle proporcional, integral e derivativo (PID) (Matos & Oliveira, 2020). Essa abordagem prática favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e da resolução de problemas, elementos essenciais para a formação de futuros profissionais nas áreas de engenharia e ciência da computação.

Metodologia

Os robôs seguidores de linha são projetados para seguir um caminho marcado no chão com base em sensores que identificam diferenças de cor. No nosso caso, a programação foi feita em C++, com componentes como o uno R3, sensores infravermelhos e motores (Souza & Rocha, 2020). A montagem começou com a fixação dos pilares de suporte e a instalação da roda boba no chassi. Posteriormente, os motores e suporte de pilhas foram conectados ao circuito. Após a montagem, o código foi carregado no microcontrolador e testes foram realizados no open Roberta lab.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que o robô ajusta sua trajetória com base na leitura de contraste dos sensores (Silva & Lima, 2021). O robô apresentou boa precisão em trajetos retos, porém encontrou dificuldades em curvas acentuadas e iluminação instável. A implementação de algoritmos PID foi sugerida para aumentar a eficiência em cenários mais complexos (Oliveira & Pereira, 2019). A simulação validou que, em ambientes controlados, o robô é uma excelente ferramenta para introduzir conceitos de controle.

Conclusões

O desenvolvimento do robô seguidor de linhas demonstrou ser uma abordagem eficaz para a introdução de conceitos fundamentais em robótica e automação.

A construção e programação evidenciaram a importância de testar diferentes condições para otimizar seu desempenho. O próximo passo é desenvolver o protótipo físico e validar os resultados em ambientes reais.

Agradecimentos

Agradecemos à nossa orientadora e colegas pela colaboração e apoio durante o desenvolvimento deste projeto.

Referências

MARTINS, Samuel. **Robô seguidor de linha**: tutorial completo. Blog eletrogate. 25 mai. 2023. Disponível em: <https://blog.eletrogate.com/robo-seguidor-de-linha-tutorial-completo>. Acesso em: 17 set. 2024.

MOREIRA, R. A.; SILVA, P. F.; LIMA, M. T. **Robótica educacional**: uma proposta com robô seguidor de linha para o ensino de conceitos de controle. Revista brasileira de ensino de engenharia, v. 37, n. 2, p. 33-42, 2019.

AUTOMATIZAÇÃO DE SEMÁFOROS URBANOS COM MICROCONTROLADORES ARDUINO

GERALDO A. R. SAMPAIO
UNIALFA
52033430@seduc.go.gov.br

Resumo

Este artigo apresenta o desenvolvimento de um sistema automatizado de controle de semáforos utilizando o microcontrolador Arduino. A pesquisa busca otimizar o fluxo de tráfego em vias com diferentes níveis de movimento, priorizando a via principal e liberando o tráfego na via secundária apenas quando necessário, a partir da detecção de veículos por meio de sensores de presença. A metodologia baseou-se na implementação de um sistema simples com LEDs que simulam os semáforos e um sensor para detecção de veículos. Os resultados indicam que a solução proposta pode melhorar a mobilidade urbana, minimizando congestionamentos em vias principais e secundárias.

Palavras-chave: Mobilidade no trânsito; controle de tráfego; otimização do trânsito.

Introdução

O crescente número de veículos nas cidades tem gerado problemas como congestionamentos, poluição e acidentes de trânsito. A busca por soluções eficientes para otimizar o fluxo de veículos e garantir a segurança nas vias tem impulsionado o desenvolvimento de sistemas inteligentes de transporte. Nesse contexto, a automação de semáforos surge como uma alternativa promissora para melhorar a gestão do tráfego urbano. Diante disso, este projeto se apoia nos princípios de automação e controle com microcontroladores, especialmente, no uso do Arduino, uma plataforma amplamente utilizada por sua versatilidade e facilidade de programação [6]. O objetivo principal deste estudo é desenvolver um sistema semaforico automatizado utilizando Arduino e sensores de presença, que detecta veículos e ajusta os tempos de sinalização de acordo com a necessidade. Como objetivo específico, espera-se implementar um protótipo funcional que simule a lógica de controle de semáforos em cruzamentos urbanos.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de natureza experimental, voltada para a solução de problemas práticos por meio do desenvolvimento de um protótipo funcional. Foi utilizado um microcontrolador Arduino uno para o controle dos leds (verdes, amarelos e vermelhos), que simulam os semáforos e um sensor de presença ultrassônico hc-sr04 para detectar veículos na via secundária. A lógica de controle foi implementada utilizando a linguagem de programação C++, comum no ambiente de desenvolvimento Arduino. A coleta de dados foi realizada por meio da simulação

do comportamento dos semáforos com base nos sinais recebidos pelo sensor de presença.

As leituras do sensor determinam o fechamento temporário do semáforo da via principal e a liberação da via secundária. Os dados foram analisados com base na eficiência do sistema em liberar o fluxo de veículos na via secundária sem interromper o tráfego da via principal desnecessariamente.

Resultados e Discussão

Algumas dificuldades foram encontradas para implementar a programação na plataforma Arduino, fazendo com que fossem efetuadas algumas correções no programa para que a versão final atendesse às expectativas do projeto e pudesse ser empregado com segurança nas ruas e avenidas dos centros urbanos.

O grande desafio do sistema é a escolha de um sensor confiável que, na eventualidade de detecção equivocada devido, a chuvas, ventos ou burlas, o sistema opere com falha segura, garantindo a temporização das vias [3].

Comparando os resultados obtidos com estudos anteriores sobre automação de semáforos, percebe-se que a utilização de sensores de presença para otimizar o tráfego é uma abordagem eficaz, especialmente, em cenários urbanos com tráfego desigual. A solução proposta é economicamente viável e pode ser facilmente replicada em áreas urbanas.

Conclusões

O sistema de controle de semáforos automatizado proposto se mostrou eficiente em priorizar o fluxo da via principal, sem causar grandes interrupções no trânsito.

A detecção de veículos na via secundária permitiu uma sinalização dinâmica e otimizada, resolvendo o problema de semáforos fechando sem necessidade. A automação de semáforos pode ser um passo importante em direção às cidades inteligentes. Além disso, o uso de aprendizado de máquina para prever padrões de tráfego pode ser incorporado ao sistema.

Estudos futuros devem ser realizados a fim de escolher um sistema com um sensor confiável que, na eventualidade de detecção equivocada devido, a chuvas, ventos ou burlas, o sistema opere com falha segura, garantindo a temporização das vias. Esse sistema pode ser expandido para incluir sensores em várias vias conectadas e integrado com sistemas inteligentes de monitoramento de tráfego.

Agradecimentos

Agradeço a participação de todos os colegas do grupo.

Referências

[1] Arduino official documentation:
<https://www.arduino.cc/en/reference/homepage>.

[2] Econstor: desafios da mobilidade urbana no Brasil.
<https://www.econstor.eu/handle/10419/144634>.

[3] ARANTES, R. A. **Controle de semáforo eletrônico inteligente**. Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Taubaté, SP - 2010 – 69 páginas.

[4] BORBA, P. G. S.; **Semáforo inteligente de trânsito**. 2017. 55 f. Trabalho de graduação em engenharia elétrica – departamento de engenharia elétrica e eletrônica.

USO DE MODELOS DE IA PARA A OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS EM INFRAESTRUTURAS SISTENTÁVEIS NOS BIOMAS BRASILEIROS

BRUNNO MORAIS LIMA

Coautores

VICTOR HUGO GUILHEM DE JESUS

UNIALFA

brunnomoraislima@gmail.com

Resumo

Este estudo bibliográfico tem como objetivo analisar a aplicação da Inteligência Artificial (IA) na otimização de processos em infraestruturas localizadas em biomas brasileiros. A pesquisa, baseada em uma revisão da literatura acadêmica, buscou demonstrar como a IA pode ser utilizada para aumentar a eficiência operacional, reduzir impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável. Um dos métodos utilizados foi a análise crítica de artigos que discutem o uso de algoritmos de aprendizado de máquina, como redes neurais artificiais e DEEP Learning, na gestão de dados ambientais. As informações foram coletadas a partir da revisão de fontes que tratam do uso de sensores, drones e imagens de satélite para monitorar variáveis ambientais, como temperatura, umidade, qualidade do ar e do solo, além de tendências de desmatamento. De acordo com a literatura, a IA tem a capacidade de processar grandes volumes de dados e identificar padrões que podem ser a base para estimar a ocorrência de eventos críticos, como desmatamento ilegal, queimadas ou inundações. Além disso, envolve estudos que exploram o uso da IA na otimização de recursos naturais, como a previsão de épocas de plantio e colheita, bem como na gestão eficiente de energia em parques eólicos e solares. A revisão indica que a IA pode desempenhar um papel importante na gestão de dados ambientais, ajudando a reduzir custos e a facilitar a conservação de recursos naturais. No entanto, desafios como a falta de infraestrutura tecnológica em áreas remotas e a necessidade de soluções personalizadas para cada bioma ainda limitam sua plena utilização. Com a literatura investigada conclui-se que a IA é uma ferramenta promissora para o desenvolvimento sustentável, desde que sejam superados desafios como a adaptação às novas tecnologias.

Palavras-chave: Biomas e Inteligência Artificial.

CARACTERIZAÇÃO DE MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PROVENIENTES DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO GERADOS EM OBRAS

KATIELLE DE SOUZA LIMA
UNIALFA
katiellesouza83@gmail.com

Resumo

O setor da construção civil vem crescendo a cada dia por se tratar de uma área de grande importância para a economia brasileira, além de gerar muitas oportunidades de trabalho. No entanto esse crescimento traz consigo algumas problemáticas, dentre elas a utilização em grande volume dos recursos provenientes da natureza e a grande geração de resíduos, causando impactos negativos no meio ambiente. A geração de resíduos da construção civil é uma questão mundialmente reconhecida, alguns dados levantados por Scneider (2004) mostram que os Estados Unidos da América geram em torno de 136 milhões de toneladas de resíduos de construção e demolições (RCD) por ano. Os dados apresentam também que há em torno de 3500 locais destinados a reciclar esses resíduos e que tratam, aproximadamente, 25% dos resíduos gerados. No Brasil os RCDs têm uma participação importante no conjunto de resíduos produzidos, sendo superior a 50% do total de resíduos sólidos urbanos. Além dos resíduos gerados em obras, temos também resíduos provenientes de desastres naturais que ocorrem por todo o mundo, um caso que ocorreu recentemente no Brasil foram as inundações no Rio Grande do Sul (RS), que gerou um grande volume de resíduos sólidos entre eles estão o concreto, tijolos, telhas, madeira, postes, fios elétricos, entre outros. Esse volume de resíduos impõe um grande desafio que necessita de uma solução, visto que os aterros sanitários existentes no estado certamente não suportam todo esse volume. Atualmente, existem alguns métodos construtivos sustentáveis que utilizam materiais provenientes de resíduos gerados pela construção civil. Diante disso, o presente trabalho busca avaliar as características desses materiais, a fim de analisar se esses se assemelham aos materiais usualmente utilizados, verificando também se há também um benefício socioeconômico além do sustentável.

Palavras-chave: Construção civil; resíduos de construção civil; sustentável.

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SUSTENTÁVEL

MARYANNE EDUARDA GARCEZ DE MESQUITA
UNIALFA

maryannemesquita3@icloud.com

Resumo

Este estudo tem por objetivo principal explanar os meios de geração de energia elétrica de forma sustentável e identificar a principal considerando custos, dificuldades socioeconômicas, impactos ambientais, etc. Sendo elas de qualquer meio de trabalho para gerar eletricidade: Eólica; hidráulicas; solar. Para o meio de pesquisa quantitativo, levou-se em consideração diversos artigos, textos, e revistas que destacam as vantagens, desvantagens, dificuldades e desafios enfrentados para esses meios de geração. Foram separados entre esses, os que possuíam maior compatibilidade com as palavras-chave e que descreviam de forma sucinta e direta o nosso objetivo. A geração eólica se destacou devido ao seu grande potencial de contribuição para a redução GEE (Gases do Efeito Estufa) que, atualmente, é um dos grandes vilões para a preservação do planeta. Sua implementação, em determinado ponto, não agride o meio ambiente no mesmo nível que a hidrelétrica, por isso leva vantagem em relação a grandes discussões envolvendo comunidades indígenas, buscando a preservação de rios e de seus ecossistemas naturais próximos, afetando pescaria, fauna dentre outros. A grande desvantagem é devido à mudança visual, dependência de fortes ventos para seu funcionamento e pela dificuldade de migração de algumas aves.

Palavras-chave: Eficiência energética; energia limpa; sustentável.

Introdução

São temas centrais deste debate: o avanço da poluição ambiental, causado, principalmente, pelas emissões de dióxido de carbono (CO₂) nas usinas termelétricas que utilizam combustíveis fósseis, e as discussões em torno das hidrelétricas, que afetam comunidades indígenas e geram grandes impactos financeiros. Porto e Ferreira (2013) ressaltam o alto custo de construção das hidrelétricas, que passou de R\$ 4,5 bilhões, em 2006, para R\$ 26 bilhões, financiados, em grande parte, com recursos públicos.

Esse cenário fomenta um diálogo contínuo entre ambientalistas, movimentos sociais e comunidades afetadas, como trabalhadores rurais, extrativistas e indígenas, para buscar soluções sustentáveis. Entre as alternativas energéticas, a energia eólica é apontada, junto com a solar, como uma das mais promissoras, devido à sua capacidade de diversificar e "limpar" a matriz energética, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e suas emissões.

A energia eólica oferece vantagens como grande disponibilidade, independência de importações e custo zero de suprimento, destacando-se como uma opção eficaz para enfrentar os desafios energéticos e ambientais.

Metodologia

Para a pesquisa em questão, utilizamos diversos meios para selecionarmos os textos e recursos acima apresentados, são eles: escolha dos textos do tipo artigos, revistas e sites, com uma preferência explícita por conteúdos totalmente voltados para eficiência energética, energia limpa e sustentável.

Após aplicarmos esses filtros, realizamos a exclusão de alguns trabalhos. Foi identificado um padrão de citações para energia sustentável e limpa, são elas: as hidrelétricas eólicas e solares. Para elaboração de nossa proposta de intervenção, ao escolhermos eólica como fonte principal, pois essa se enquadra em energia limpa, barata em comparação a hidrelétrica e eficiente em comparação a solar. Isso significa que a escolha foi pensada baseando-se em custo benefício, aproveitamento dos recursos utilizados e dificuldade socioeconômicos.

Resultados e Discussão

Com base no material, foi identificado como energia limpa e sustentável a que emite a menor quantidade possível de dióxido de carbono na atmosfera (CO₂) também compreendido que, eficiência no ramo de energia se deve ao fato da utilização do maior percentual possível do recurso gerador, água, no caso da hidrelétrica; o sol, no solar e o vento, na eólica.

Este meio de geração foi escolhido devido aos impactos em diversos aspectos, analisando todos os casos apresentados. Entende-se que a eólica leva vantagem em relação à hidrelétrica por não ter impactos tão gritantes nos desvios de rios e represamento de águas. Também leva vantagem em relação à energia solar devido ao seu aproveitamento energético ser maior, elevando o fator “eficiência”. Neste estudo não foram apresentadas fontes de geração com derivados de fósseis, porque impactam no GEE o que não é o intuito deste artigo.

Conclusões

A partir da análise dos desafios relacionados às emissões de CO₂ em usinas termelétricas e aos impactos financeiros e sociais das hidrelétricas, fica evidente a urgência de buscar alternativas energéticas mais sustentáveis e acessíveis.

A energia eólica, destacada como uma das soluções mais promissoras ao lado da energia solar, se apresenta como uma estratégia eficiente para diversificar a matriz energética e reduzir a dependência de combustíveis fósseis.

Além de ser uma fonte limpa e abundante, a energia eólica permite diminuir as emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

No entanto, é essencial continuar o diálogo entre entidades ambientais, comunidades afetadas e governos para garantir que as decisões energéticas respeitem tanto o meio ambiente quanto os interesses sociais, conforme os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Assim, a transição para uma matriz energética mais limpa será fundamental para atender às necessidades atuais.

Agradecimentos

Agradecemos ao nosso orientador e colegas pelo auxílio e contribuição para realização deste artigo.

Referências

1. BARROS NETO, J. A. **Identificação de áreas propícias para instalação de parques eólicos**. SSF. Dissertação (mestrado) 13-jul-2018.
2. BRASIL. Ministério de Minas Gerais. Gabinete do ministro Alexandre Silveira de Oliveira. Balanço energético nacional. RJ: EPE, 2023.
3. PORTO, M. F. DE S.; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. **Injustiças da sustentabilidade**: conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. Revista crítica de ciências sociais, n. 100, p. 37–64, 2013.

PROCESSO DE CAPTAÇÃO DA UMIDADE DO AR PARA GERAÇÃO DE ÁGUA

MOISÉS BARBOSA SOARES
UNIALFA
moisesbarbosa823@gmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta explicações sobre o que são os Hidropainéis, como eles funcionam e também sua importância ecológica para o planeta Terra e para a humanidade. Espera-se, que a pesquisa contribua para o aprendizado dos alunos em geral e para a sociedade como um todo, salientando a importância de novas tecnologias sustentáveis e ecológicas que solucionam os atuais e futuros problemas que a sociedade possa enfrentar devido a escassez de recursos básicos. Espera-se também que o atual artigo sirva de alerta para o desenvolvimento e democratização de tais tecnologias autossuficientes como uma forma alternativa de levar água a quem precisa

Palavras-chave: Água; escassez; sustentabilidade; economia e população.

Introdução

Esse artigo aborda a crescente preocupação com a escassez de água potável devido às mudanças climáticas e ao aquecimento global. Com o aumento da demanda por água, a uma possível crise hídrica global, destacando que cerca de 2 bilhões de pessoas já sofrem com a falta desse recurso. O texto propõe o desenvolvimento de soluções sustentáveis, como os hidropainéis, que utilizam energia fotovoltaica para captar água, sendo uma alternativa viável para regiões remotas. O trabalho busca explicar o funcionamento dos hidropainéis e suas vantagens e desvantagens.

Metodologia

Segundo os autores Leen Alsyouf, Imad Alsyouf, Khaled Obaideen, a água é uma necessidade para a vida, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento econômico. Normalmente, pesquisas sobre hidro painéis são bem complexas, no nosso caso utilizamos um artigo científico chamado promoting water security in arid regions: a technological and bibliometric study on the integration of hydroelectric panels in buildings for sustainable development objectives, que pode aparecer em várias pesquisas relacionadas com captação de água, pelo fato dele trabalhar em cima da segurança hídrica em regiões áridas. Uma questão de muita relevância, porque onde tem água tem vida, e regiões com essa escassez merecem uma atenção maior. Essa pesquisa foi feita por meio do google acadêmico. Não foram encontrados artigos nacionais, a partir disso, utilizamos artigos de língua inglesa, por isso o artigo foi traduzido na própria ferramenta.

Resultados e Discussão

A partir do estudo realizado, foi possível identificar uma nova estratégia de captação de água potável por meio de recursos renováveis e abundantes no nosso alcance, a energia solar e a água presente na umidade do ar. Atualmente mais de um bilhão de pessoas – ou seja, um em cada sete habitantes do planeta – carecem de acesso adequado à água potável. Mais de 40% da população do planeta viverá a curto prazo em regiões, crescentemente, afetadas por stress hídrico. Os hidrólogos preveem que, se continuar essa tendência, a água doce enfrentará uma dupla pressão: por um lado, o crescimento populacional potencializado pelas práticas intensas de consumo que aumentará a demanda por comida e energia e, por outro lado, o impacto das mudanças climáticas. Aproximadamente, 80% da população mundial sofre sérias ameaças quanto à sua segurança hídrica, conforme indicadores do IPCC, como: a disponibilidade de água, demanda por água e contaminação (Roberto et al. 2016).

Conclusões

Assim, sabendo que o recurso natural mais importante para a vida, a água, pode se tornar escasso, algumas medidas de formas sustentáveis são necessárias para conter a falta desse recurso tão importante e contribuir com práticas que minimizem as mudanças climáticas que o planeta vem sofrendo. Pensando nisso, uma empresa americana (Source Global) desenvolveu um aparelho tecnológico que, por meio da captação da umidade do ambiente, ele faz um processo de destilação extraíndo a água presente no ar. O equipamento, além de contribuir contra a escassez hídrica, opera com energia solar o que não agride o meio ambiente.

Agradecimentos

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho, sendo meus colegas de turma, João Pedro Gonçalves Azevedo, Mateus Ferreira da Silva, Eduardo Vieira Brandão, e ao nosso professor Bruno Diniz Faria Rezende por ter sido o orientador deste trabalho. A todos da faculdade Unialfa, pelo fornecimento de dados e materiais que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa que possibilitou a realização deste trabalho.

Referências

ALSYOUF et al., Energy nexus. **Promovendo a segurança hídrica em regiões áridas:** um estudo tecnológico e bibliométrico sobre a integração de painéis hidrelétricos em edifícios para objetivos de desenvolvimento sustentável. Science direct, elsevier ltd. Holanda, Amsterdã. v. 15 n. 100313. Abr /jun. 2024. Disponível em: Roberto et al., escassez hídrica e direitos humanos. Ambiente & sociedade. SCIELO – scientific electronic library online.

ENGENHARIA VERDE

GABRIELLY CRISTINE G. DE FARIA
UNIALFA
gabriellycristinegf@hotmail.com

Resumo

Nesta pesquisa veremos como a engenharia verde busca integrar princípios sustentáveis na concepção e execução de projetos, com ênfase em minimizar impactos ambientais, promover a eficiência energética e utilizar recursos de forma responsável. Esta pesquisa busca oferecer uma compreensão mais profunda sobre as dinâmicas da engenharia verde, explicando como maximizar suas oportunidades e enfrentar seus desafios, particularmente, no que tange à durabilidade e aos custos. A Engenharia Verde desempenhará um papel fundamental na construção de um futuro mais verde e sustentável, podemos esperar para ver uma integração ainda maior nessa engenharia e em todas as áreas da engenharia tanto na civil, com o exemplo do tijolo solar, capaz de gerar energia limpa quanto na elétrica, com o exemplo do ônibus elétrico, transporte sustentável.

Palavras-chave: Engenharia verde; durabilidade; sustentável; avanços tecnológicos.

Introdução

Quais são as oportunidades e desafios para a implementação de engenharia verde, especialmente, em relação à durabilidade e custos? Essa pergunta investigativa orienta nossa pesquisa e procura explorar como essa engenharia pode ser otimizada para oferecer soluções duráveis e economicamente viáveis.

A engenharia verde busca integrar princípios sustentáveis na concepção e execução de projetos, com ênfase em minimizar impactos ambientais, promover a eficiência energética e utilizar recursos de forma responsável. No entanto, a adoção dessas práticas, frequentemente, levanta questões sobre a durabilidade dos materiais, além de implicações financeiras. A eficiência a longo prazo e os custos associados são fatores críticos que podem influenciar a aceitação e o sucesso das tecnologias verdes no mercado.

O objetivo da pesquisa é identificar e analisar as principais oportunidades oferecidas pela engenharia verde em termos de durabilidade e redução de custos ao longo do ciclo de vida dos projetos e explorar os desafios enfrentados. Isso inclui questões de viabilidade econômica e desempenho a longo prazo dos materiais e tecnologias sustentáveis.

Para estruturar essa análise, utilizaremos referenciais teóricos, tais como: a teoria da sustentabilidade em engenharia, que explora como as práticas e tecnologias, pode ser projetadas para oferecer durabilidade e minimizar custos sem comprometer o desempenho ambiental. Além disso, a teoria dos custos de

ciclo de vida será empregada para avaliar a viabilidade econômica de soluções sustentáveis ao longo do tempo.

O conceito de “resiliência de materiais e sistemas” também será considerado para entender melhor como a durabilidade pode ser garantida nas soluções propostas. Por meio dessa pesquisa, buscamos oferecer uma compreensão mais profunda sobre as dinâmicas da engenharia verde, explicando como maximizar suas oportunidades e enfrentar seus desafios, particularmente, no que tange à durabilidade e aos custos.

Metodologia

Uma metodologia de pesquisa consiste em um conjunto de ideias focadas em um tema específico, facilitando a compreensão dos passos seguidos durante a investigação. A pesquisa foi realizada por meio de artigos, notícias e observações de empresas que estabeleceram padrões. Os passos incluíram a análise inicial do tema, busca de artigos para aprofundar o conhecimento, reunião para organizar as informações e, por fim, a execução do trabalho, destacando aspectos como economia e facilidade de produção.

Resultados e Discussão

A engenharia verde desempenha um papel crucial na construção de um futuro sustentável, com a conscientização ambiental e a demanda por soluções ecológicas em ascensão. Essa abordagem promove o desenvolvimento de projetos de forma eficiente e sustentável, representando uma revolução na concepção e gestão de projetos.

Os engenheiros têm o poder de criar um futuro verde e sustentável, por meio da cooperação, inovação e adoção de práticas ecológicas. No entanto, ainda há falhas na compreensão e aplicação dos princípios da engenharia verde, resultando em danos ambientais graves.

No Brasil, a falta de incentivos fiscais para práticas sustentáveis é um obstáculo. É essencial seguir os princípios desde o início do projeto, escolhendo materiais adequados e considerando a reciclagem. A engenharia verde também destaca a importância de respeitar a geografia e cultura locais, maximizando a luz solar e a ventilação natural. Essas práticas contribuem para um ambiente mais saudável e sustentável.

Conclusões

Por fim, escolher o material certo para uma determinada aplicação é uma questão de equilibrar as propriedades de acordo com as necessidades específicas da aplicação.

Portanto, a ciência dos materiais e a engenharia dependem de uma compreensão das propriedades e de como elas interagem. A busca pelo equilíbrio entre o progresso e a preservação vai se tornar algo cada vez mais importante, contudo, os custos de sua instalação e manutenção ainda permanecerem sendo um problema. Apesar disso, devemos cultivar continuamente a sensação de envolvimento e responsabilidade social, só assim nos dará a chance de fazer uma mudança completa e melhorar nossa realidade de vida.

Referências

Sustentabilidade e engenharia. in: alcance engenharia jr. [ufpr – universidade federal do paraná]. 2020. Disponível em: <https://alcancejr.com.br/sustentabilidade-e-engenharia/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Explicando a matéria: resiliência e tenacidade. In: a matéria [jornal a matéria Universidade Federal de São Carlos]. Disponível em: <https://www.jornalamateria.ufscar.br/news/explicando-a-materia-resiliencia-e-tenacidade>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Engenharia da sustentabilidade. In: Athonedu. 2023. Disponível em: <https://athonedu.com.br/blog/engenharia-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CONCRETOS ESPECIAIS

EDUARDA ALBUQUERQUE

Coautores

THAYS MORAIS MARQUEA

UNIALFA

Resumo

Os concretos especiais são materiais projetados para atender demandas específicas que vão além das capacidades do concreto tradicional. Eles são formulados com combinações de materiais, como aditivos, fibras e agregados especiais, para aprimorar características como resistência, durabilidade, manuseio e sustentabilidade. Esses concretos são essenciais em projetos que exigem soluções técnicas avançadas. O concreto autoadensável (CAA) é um tipo especial que se destaca pela sua capacidade de fluir e preencher moldes complexos sem a necessidade de vibração. Isso é obtido por meio de aditivos superplastificantes e modificadores de viscosidade, garantindo alta fluidez, coesão e baixa segregação. Características principais: Fluidez elevada, que permite preencher moldes estreitos ou formas complexas sem segregação. Ausência de vibração, simplificando o processo de aplicação e reduzindo o tempo de execução. Baixa segregação, mantendo a mistura homogênea durante o lançamento. Elevada coesão, com distribuição uniforme dos materiais. Aplicações do CAA: estruturas com alta densidade de armadura, como vigas e pilares. Reforço de estruturas existentes. Elementos arquitetônicos complexos. Pisos industriais que exigem rapidez de execução. Vantagens do CAA: Superfície uniforme e livre de bolhas. Maior produtividade pela colocação rápida e eficiente. Facilidade de aplicação em moldes complexos. Maior durabilidade e resistência a fissuras e corrosão. O concreto rolado ou concreto compactado a rolo é um concreto seco, de consistência rígida, aplicado, principalmente, em pavimentação e barragens. Ele é compactado mecanicamente com rolos compressores e não requer formas, o que o torna uma opção econômica para grandes obras de infraestrutura. Características principais: Consistência seca, com baixo teor de água. Compactação mecânica, garantindo alta densidade e resistência. Ausência de formas, reduzindo os custos da obra. Alta resistência ao desgaste, ideal para tráfego pesado. Vantagens do Concreto Rolado: Custo reduzido devido ao menor uso de cimento e à eliminação de formas. Alta durabilidade, com baixa permeabilidade e resistência ao desgaste. Rapidez na execução, com grandes áreas sendo pavimentadas em pouco tempo. Baixa manutenção, resultando em menor custo a longo prazo. Aplicações do CCR: Pavimentação de estradas e rodovias. Pátios industriais, onde a resistência ao tráfego pesado é fundamental. Barragens e diques, que requerem alta durabilidade e resistência. Estacionamentos e áreas urbanas, onde o custo-benefício é importante.

Palavras-chave: Concreto.

REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS AGRÍCOLAS DO CERRADO: BIODIGESTÃO ANAERÓBICA COMO SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA A PRODUÇÃO DE BIOENERGIA

BÁRBARA XAVIER ALVES
UNIALFA
bxa0203@gmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo explorar a biodigestão anaeróbica como uma alternativa sustentável para o reaproveitamento de resíduos agrícolas no Cerrado, uma das regiões mais produtivas do Brasil. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão da literatura que reúne fontes acadêmicas e relatórios técnicos abordando a decomposição de resíduos, como bagaço de cana-de-açúcar, palha de milho e restos de soja, gerados nas práticas agrícolas locais. Foram analisados diversos artigos que detalham as etapas do processo de biodigestão, incluindo hidrólise, acidogênese, acetogênese e metanogênese, que são cruciais para a transformação da matéria orgânica em biogás, predominantemente composto por metano (CH_4) e dióxido de carbono (CO_2). A coleta e análise das informações foram conduzidas por meio de uma revisão cuidadosa das publicações que discutem a eficácia da biodigestão na produção de biogás e biofertilizantes, assim como seus impactos ambientais. Os estudos revisados indicam que essa tecnologia se mostra eficaz no gerenciamento de resíduos, ajudando a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a diversificar a matriz energética do Brasil com fontes renováveis. Além disso, a revisão destaca os benefícios do uso de biofertilizantes para a melhoria da qualidade do solo, fechando o ciclo de nutrientes nas cadeias produtivas. Com base nos achados das bibliografias estudadas, conclui-se que a biodigestão anaeróbica representa uma alternativa promissora para o reaproveitamento de resíduos no Cerrado, trazendo benefícios econômicos e ambientais significativos.

Palavras-chave: Resíduos agrícolas; Cerrado; Biodigestão anaeróbica; Biogás; Bioenergia.

Introdução

A utilização de biofertilizantes vem ganhando destaque na agricultura sustentável, sendo uma solução importante para a melhoria da qualidade do solo e o reaproveitamento de resíduos orgânicos.

O cerrado, bioma de grande importância para o Brasil, enfrenta desafios relacionados à degradação do solo e à sustentabilidade das cadeias produtivas. Neste contexto, a biodigestão anaeróbica surge como uma alternativa viável para mitigar tais problemas, fechando o ciclo de nutrientes e trazendo ganhos econômicos e ambientais.

Este artigo busca revisar os benefícios da biodigestão anaeróbica no cerrado, analisando suas contribuições para a gestão de resíduos e fertilidade do solo.

Metodologia

A metodologia empregada neste estudo consistiu em uma revisão sistemática de literatura. Foram selecionadas publicações acadêmicas, relatórios técnicos e artigos científicos que abordam a utilização de biofertilizantes e o processo de biodigestão anaeróbica em diferentes contextos agrícolas. A pesquisa foi realizada em bases de dados como scopus, web of science e google scholar, utilizando palavras-chave como biofertilizantes, biodigestão anaeróbica, cerrado e gestão de resíduos. Além disso, os artigos foram filtrados para incluir estudos com ênfase no bioma do cerrado e em sua aplicação prática no reaproveitamento de resíduos agrícolas e pecuários.

Resultados e Discussão

A análise dos estudos revisados demonstra que a biodigestão anaeróbica apresenta diversos benefícios para a gestão de resíduos no cerrado. Primeiro, ela contribui para a redução do acúmulo de resíduos orgânicos ao transformá-los em biofertilizantes, promovendo a reciclagem de nutrientes no solo.

Além disso, a aplicação de biofertilizantes resultantes do processo de biodigestão melhora a estrutura do solo, aumentando sua capacidade de retenção de água e nutrientes, o que é particularmente relevante em regiões semiáridas do cerrado.

Em termos econômicos, os biofertilizantes reduzem a dependência de insumos químicos, trazendo economia para os agricultores. Por fim, a utilização de biodigestores também contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa, uma vez que captura o biogás gerado durante o processo.

Conclusões

Com base nos achados da literatura revisada, conclui-se que a biodigestão anaeróbica é uma alternativa promissora para o reaproveitamento de resíduos no cerrado. Além de melhorar a qualidade do solo, o uso de biofertilizantes promove a sustentabilidade das cadeias produtivas ao fechar o ciclo de nutrientes. Os benefícios econômicos incluem a redução dos custos com insumos agrícolas e a geração de biogás como fonte de energia. Do ponto de vista ambiental, a biodigestão contribui para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a conservação dos recursos naturais do cerrado.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer às instituições de pesquisa que apoiaram este estudo, bem como às agências de fomento que forneceram financiamento para a realização da pesquisa. Um agradecimento especial aos agricultores e produtores do cerrado que compartilharam suas experiências e conhecimentos sobre a aplicação de biodigestores e biofertilizantes em suas propriedades.

Referências

SANTOS, L. F., & OLIVEIRA, J. R. (2022). **Biodigestão anaeróbica: uma alternativa sustentável para a agricultura no cerrado.** Revista de agroecologia, 14(2), 55-67.

MENDES, P. A., & SOUZA, T. B. (2020). **Efeitos dos biofertilizantes na qualidade do solo: uma revisão.** Ciência e solo, 21(3), 120-134.

CARVALHO, M. R., & LIMA, F. O. (2019). **O uso de biodigestores na gestão de resíduos agropecuários.** Agricultura sustentável, 10(1), 45-58.

CONCRETOS ESPECIAIS - CONCRETO USINADO E CONCRETO COMPACTADO A ROLO

LIÉDSON SIMIEMA SERAFIM DOS ANJOS
UNIALFA

liedsonserafim2018@hotmail.com

Resumo

O concreto usinado ou concreto pronto ou dosado em central (CDC) tem a composição de cimento, água, areia, brita e aditivos. Sua produção é realizada em usina de concreto e transportado até a obra. É uma solução confiável e muito eficaz para uma ampla variedade de projetos na construção civil, mais utilizada em estruturas, indicado para obras de grande porte. Seu tempo de cura é de no mínimo 7 dias (NBR 6118), podendo se estender até 14 dias, isto com a temperatura deve estar acima de 10°C. Algumas das principais vantagens: Tempo de concretagem curto. Economia de mão de obra. Facilidade do transporte (Prédios e Sobrados). Qualidade do concreto. O concreto compactado a rolo (CCR) é conhecido como concreto rolado. Ele é um tipo de pavimento que utiliza concreto simples e compactadores para ser construído. Uma grande solução para locais de alto tráfego como rodovias e aeroportos, no geral, utilizado em obras de pavimentação e construção de barragens. Um exemplo prático desse concreto que foi utilizado em Goiânia é o Viaduto em frente ao Portal Shopping, no setor Capuava, saída para Goianira. O tempo de cura é semelhante ao concreto convencional, quando o CCR vai receber uma placa de concreto, é comum pintar com emulsão betuminosa. Algumas das principais vantagens: Baixo custo. Grande velocidade de aplicação. Menor espessura de pavimentos. Alta trabalhabilidade.

Palavras-chave: Usinado; compactado; vantagens e tempo de cura.

SUSTENTABILIDADE E GESTÃO DE RESÍDUOS NA INDÚSTRIA DE LINHA MARROM

ISADORA FREIRE RIBEIRO DO CARMO
UNIALFA
marcos.paula@unialfa.com.br

Resumo

O aumento do lixo eletrônico é uma preocupação crescente, impulsionado pelo consumo elevado de equipamentos, sua curta vida útil e a falta de opções de reparo. Nesse cenário, a logística reversa se torna fundamental, pois gerencia o retorno dos produtos descartados ao fornecedor, buscando recuperar o valor dos materiais e garantir uma disposição adequada dos resíduos, que, muitas vezes, são mal descartados, como os celulares. De acordo com o Global E-Waste Monitor 2020 da ONU, a reciclagem inadequada de equipamentos, como geladeiras e ar-condicionados, libera enormes quantidades de dióxido de carbono, contribuindo para o aquecimento global. Conforme a Norma Brasileira (NBR) 10.004, os resíduos eletroeletrônicos são classificados como perigosos (Classe I) devido à toxicidade e reatividade de alguns componentes (ABNT, 2004; SOUZA et al., 2007). Historicamente, o Brasil não se preocupava com o acúmulo de lixo eletrônico, em parte por exportar esses resíduos para a China. Porém, a partir de 2020, a China restringiu a importação de resíduos sólidos, o que interrompeu o fluxo de lixo eletrônico global que antes seguia para lá. O diretor do departamento de lixo sólido e químicos do Ministério de Ecologia e Meio Ambiente da China, Qiu Qiwen, declarou que apenas materiais reciclados que já tenham sido processados no exterior poderão ser aceitos no país (Vidal M. L., 2020). A destinação adequada dos produtos no fim de sua vida útil envolve reuso, processamento, reciclagem ou disposição final em aterros e usinas de incineração. A coleta e a triagem são etapas essenciais: a coleta agrupa os produtos, enquanto a triagem determina quais itens podem ser reaproveitados. O processamento consiste na desmontagem dos produtos para acondicionamento ou reciclagem. O descarte inadequado do lixo eletrônico causa danos ambientais e à saúde, com elementos tóxicos, como chumbo e mercúrio, contaminando solo e água e podendo causar problemas de saúde. Em locais com reciclagem ineficaz, trabalhadores lidam com esses materiais sem proteção, evidenciando a urgência de políticas públicas para a gestão de resíduos eletrônicos. “A gestão ambiental dos resíduos eletroeletrônicos requer ações conjuntas de empresas, governos e sociedade, com a instalação de urnas coletoras acessíveis, fiscalização e conscientização ambiental” (Flávia et al, 2015, p. 123).

Palavras-chave: Sustentabilidade e gestão.

Introdução

Nos últimos anos, a preocupação com a gestão dos resíduos da indústria marrom, especialmente, em relação ao lixo eletrônico, tem aumentado no Brasil. Segundo o relatório e-waste monitor 2024 da ONU, a produção global de lixo eletrônico atingiu um alarmante recorde de 62 bilhões de quilos anuais, o que

corresponde a uma média de 7,8 quilos por pessoa. Desses, apenas 22,3% foram adequadamente coletados e reciclados, revelando uma falha grave na gestão desses resíduos. No Brasil, a população descartou cerca de 2,4 bilhões de quilos de material eletroeletrônico, representando um crescimento de quase 15% em relação a 2020, quando o descarte foi de aproximadamente 2,14 bilhões de quilos. A média anual de lixo eletrônico por pessoa aumentou, passando de 10,2 quilos para 11,4 quilos.

Esses dados são alarmantes não só para o Brasil, mas para o mundo. Se medidas adequadas não forem implementadas, a quantidade de lixo eletrônico poderá se tornar insustentável, dificultando seu gerenciamento e colocando em risco a saúde pública e a integridade ambiental. Nesse contexto, a importância da sustentabilidade na indústria de eletrodomésticos (linha marrom) torna-se evidente. Esse trabalho abordará a gestão de resíduos, que envolve processos como produção, coleta, destinação, tratamento e descarte, visando evitar a disposição inadequada e mitigar impactos ecológicos.

A gestão de resíduos é crucial para prevenir a contaminação ambiental e os riscos à saúde pública. Um exemplo claro da gravidade do descarte inadequado é o impacto das pilhas na natureza. A decomposição inadequada dessas unidades pode liberar metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio, que contaminam o lençol freático e comprometem a biodiversidade dos ecossistemas locais. Esses metais não afetam apenas a fauna e flora, mas também podem causar sérios problemas de saúde, como doenças neurológicas e câncer. Dessa forma, a indústria de linha marrom enfrenta um desafio premente: a necessidade de se reinventar em termos de sustentabilidade e gestão de resíduos.

A questão não reside apenas na produção de eletrodomésticos, mas também nas práticas de descarte e reaproveitamento dos materiais gerados. A implementação de políticas eficazes de gestão de resíduos é crucial para garantir que o lixo eletrônico seja tratado de maneira responsável. “As atividades de reciclagem apresentam implicações econômicas positivas, reduzindo tanto o uso de materiais quanto o de energia, promovendo a eficiência energética de vários setores industriais” (Rébula, 2016, p. 53).

A educação ambiental e a conscientização da população são igualmente importantes, por isso é fundamental que os consumidores sejam informados sobre as melhores práticas de descarte e a importância da reciclagem. Diante disso, a indústria deve investir em campanhas educativas e parcerias com entidades que promovam a gestão responsável dos resíduos.

Metodologia

Este trabalho fundamenta-se na análise de diversas bibliografias sobre a importância do lixo e sua influência no meio ambiente. A pesquisa destaca a relevância da sustentabilidade e da gestão de resíduos, especialmente, no contexto da indústria de linha marrom, que envolve produtos eletrônicos e eletrodomésticos. Além disso, foram considerados gráficos e dados da ONU que evidenciam a quantidade de lixo gerada anualmente, ressaltando a urgência de implementar práticas sustentáveis para mitigar os impactos ambientais e promover um ciclo produtivo mais responsável.

Resultados e Discussão

O aumento do lixo eletrônico é preocupante, impulsionado pelo elevado consumo de equipamentos, ciclos de vida curtos e opções limitadas de reparo. A logística reversa emerge como uma abordagem crucial para gerenciar o retorno desses produtos ao fornecedor, visando a recuperação de materiais e a disposição adequada dos resíduos, que, muitas vezes, são descartados de maneira inadequada.

Dados da ONU revelam que, em 2020, a reciclagem inadequada de equipamentos gerou 98 milhões de toneladas de CO₂, e os resíduos eletroeletrônicos são classificados como perigosos pela NBR 10.004 devido à sua toxicidade.

A restrição da China à importação de lixo eletrônico impactou o Brasil, país em que o descarte de 2,4 bilhões de quilos é alarmante. A gestão adequada desses resíduos é vital para prevenir a contaminação ambiental e os riscos à saúde pública. Por isso campanhas educativas e políticas eficazes são necessárias para promover a sustentabilidade na indústria e na sociedade como um todo.

Conclusões

A crescente geração de lixo eletrônico exige uma abordagem urgente e coletiva para sua gestão, enfatizando a importância da logística reversa como estratégia essencial para a recuperação de materiais e o descarte adequado.

A falta de conscientização e práticas eficazes tem contribuído para o aumento alarmante do descarte inadequado, que traz riscos significativos à saúde pública e ao meio ambiente. Por isso, a implementação de políticas robustas e campanhas educativas deve ser priorizada, não apenas para informar os consumidores, mas também para incentivar a indústria a adotar práticas sustentáveis.

O desafio está em reinventar a produção e o descarte de eletroeletrônicos, promovendo um ciclo produtivo que respeite os limites ecológicos. A colaboração entre governo, indústria e sociedade civil é fundamental para criar um sistema de gestão de resíduos eficaz, que garanta um futuro sustentável e minimize o impacto negativo dos resíduos eletroeletrônicos em nossa sociedade e no planeta.

Agradecimentos

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao meu professor Marcos, cuja orientação e dedicação foram fundamentais para o meu aprendizado e desenvolvimento.

Agradeço também à minha querida amiga e colega, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio e encorajamento.

Por fim, meu profundo agradecimento ao meu esposo, que sempre foi uma fonte de amor e motivação. Sua compreensão e apoio incondicional foram pilares que sustentaram minha jornada. A todos vocês, meu muito obrigado!

Referências

OLIVEIRA, U. **condições para a melhoria da gestão de resíduos de eletroeletrônicos no Brasil, no contexto da sustentabilidade ambiental**. Dissertação (mestrado profissional) - Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista. Guaratinguetá, p.198. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/138053>. Acesso em: 23 set, 2024.

LIMA, Anna Flávia de Oliveira; Sabiá, Rodolfo José; Teixeira, Raimundo Nonato Pereira; JÚNIOR SOBREIRA, Francisco de Assis Vilar. **Gestão de resíduos eletroeletrônicos e seus impactos na poluição ambiental**. Latin american journal of business management, [s. l.], v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/256>. Acesso em: 24 set. 2024.

LIY, M. V. **China fecha definitivamente suas fronteiras ao lixo de outros países**. Disponível em: <https://www.mpmt.mp.br/portalcao/news/732/96419/china-fecha-definitivamente-suas-fronteiras-ao-lixo-de-outros-paises>. Acesso em: 24 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Ambiental mercantil notícias; ambiental mercantil notícias. Global e-waste monitor 2020 da ONU relata que China e Estados Unidos lideram lista de países que mais geram lixo eletrônico**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1719142#:~:text=>. Acesso em: 25 set. 2024.

O USO DO TIJOLO ECOLÓGICO DE PLÁSTICO EM CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS

EDSON JÚNIO SIMIEMA SERAFIM DOS ANJOS

Coautores

FELIPE RAFHAEL RODRIGUES FERREIRA

UNIALFA

edsonjunio123anjos@outlook.com

Resumo

Diante do atual cenário global e nacional, a Engenharia Civil tem como missão buscar inovações. A proposta deste trabalho surgiu, a partir de estudos sobre novas formas de construção que estão sendo difundidas, focando, especificamente, no método construtivo a seco. O estudo compara esse método com outros modelos de construção. São feitas explicações breves, destacando os métodos de pesquisa e objetivos, permitindo assim compreender o que é a construção a seco. Com isso, a inserção de blocos de plástico reciclável na construção de abrigos temporários tem se tornado uma prática cada vez mais comum em diferentes partes do mundo, especialmente, em regiões que são propensas a desastres naturais ou eventos climáticos severos. Essa alternativa sustentável vem ganhando destaque devido à sua notável eficiência na construção de estruturas temporárias que oferecem baixo custo e rápida execução, proporcionando soluções imediatas e essenciais para as comunidades afetadas que enfrentam situações emergenciais com dignidade e conforto. Este trabalho visa aprofundar a análise de forma global sobre o uso desses blocos na construção de abrigos temporários, buscando entender suas propriedades, vantagens, desafios e limitações. Além disso, procuraremos destacar os diversos benefícios ambientais e sociais associados a essa prática inovadora, que ajuda a resolver problemas imediatos, contribui para a sustentabilidade e redução de resíduos plásticos no meio ambiente.

Palavras-chave: Bloco de plástico reciclável; sustentável; abrigos temporários; sistema construtivo seco.

CARROS MOVIDOS A ENERGIA SOLAR

GABRIEL GASPAR BELARMINO DE OLIVEIRA
UNIALFA
gabrielgaspar12345@gmail.com

Resumo

Os carros movidos a energia solar surgem como uma das soluções mais promissoras para enfrentar os desafios ambientais causados pelas emissões de gases poluentes dos veículos tradicionais. Esses carros utilizam painéis fotovoltaicos, geralmente instalados no teto ou em outras superfícies do veículo, para captar a luz solar e convertê-la em eletricidade. Essa eletricidade é então armazenada em baterias e usada para alimentar o motor do carro, possibilitando a locomoção de forma totalmente sustentável. Uma das maiores vantagens dos carros movidos a energia solar é a redução de emissões de gases de efeito estufa, que são responsáveis por grande parte das alterações climáticas. Como funcionam com uma fonte de energia limpa e renovável, esses veículos têm o potencial de diminuir significativamente a dependência de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel. Além disso, a utilização da energia solar pode representar uma economia a longo prazo para os proprietários, uma vez que não é necessário gastar em combustíveis convencionais. Outro benefício importante é a autonomia energética. Em teoria, um carro solar poderia continuar a circular indefinidamente, desde que haja luz solar suficiente para recarregar as baterias. Isso é especialmente atrativo em locais com grande exposição solar, onde os veículos podem operar de forma contínua, reduzindo a necessidade de infraestrutura de carregamento de veículos elétricos tradicionais. Apesar de seu enorme potencial, os carros movidos a energia solar ainda enfrentam diversos desafios técnicos e práticos. O principal deles está relacionado à eficiência dos painéis solares. Embora a tecnologia fotovoltaica tenha avançado consideravelmente nos últimos anos, a quantidade de energia captada pelos painéis de um carro ainda é relativamente pequena quando comparada à energia necessária para mover um veículo de maneira eficiente. Em geral, os painéis solares usados nos carros atuais não são suficientes para fornecer toda a energia necessária para longas viagens, sendo necessário um sistema de baterias complementares. Outro fator limitante é a área disponível para a instalação dos painéis. Um carro de tamanho convencional tem uma superfície relativamente pequena para a instalação de células solares, o que limita ainda mais a quantidade de energia que pode ser captada. Para mitigar esse problema, alguns modelos experimentais têm adotado designs aerodinâmicos e leves, que maximizam a eficiência energética do veículo. O custo de produção também é um obstáculo. A tecnologia necessária para desenvolver carros movidos a energia solar ainda é cara, tanto em termos de pesquisa e desenvolvimento quanto na produção em larga escala. Isso resulta em preços de venda elevados, o que dificulta a adoção em massa. À medida que a tecnologia avança e a produção se torna mais acessível, espera-se que os preços diminuam, tornando os carros solares uma opção mais viável para o consumidor comum.

Palavras-chave: Energia solar; emissões de gases; sustentabilidade; autonomia energética e painéis fotovoltaicos.

Introdução

Os veículos movidos a energia solar representam uma inovação significativa no combate aos problemas ambientais causados pelos automóveis tradicionais. Utilizando células fotovoltaicas, esses veículos captam a luz solar e a transformam em eletricidade, que é armazenada em baterias para alimentar o motor. Essa abordagem permite uma locomoção sustentável e reduz a emissão de gases poluentes.

A principal vantagem desses veículos é a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, que são grandes responsáveis pelas mudanças climáticas. Ao utilizar uma fonte de energia limpa e renovável, esses automóveis podem reduzir a dependência de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel. Além disso, a energia solar pode proporcionar uma economia a longo prazo para os proprietários, eliminando a necessidade de gastos com combustíveis convencionais. Outro benefício notável é a autonomia energética.

Em teoria, um veículo solar poderia circular indefinidamente, desde que haja luz solar suficiente para recarregar as baterias. Isso é, especialmente, vantajoso em regiões com alta incidência solar, pois os veículos podem operar continuamente, diminuindo a necessidade de infraestrutura de carregamento de veículos elétricos tradicionais. No entanto, esses veículos ainda enfrentam desafios técnicos e práticos. A eficiência das células solares é um dos principais obstáculos, pois a quantidade de energia captada ainda é pequena em comparação com a necessária para mover o veículo de forma eficiente. Em geral, os painéis solares usados atualmente não são suficientes para fornecer toda a energia necessária para longas viagens, sendo necessário um sistema de baterias complementares.

Outro fator limitante é a área disponível para a instalação dos painéis. Um carro de tamanho convencional tem uma superfície relativamente pequena para a instalação de células solares, o que restringe ainda mais a quantidade de energia captada. Para mitigar esse problema, alguns modelos experimentais adotam designs aerodinâmicos e leves, que maximizam a eficiência energética do veículo. O custo de produção também é um desafio.

A tecnologia necessária para desenvolver veículos movidos a energia solar ainda é cara tanto em termos de pesquisa e desenvolvimento quanto na produção em larga escala. Isso resulta em preços elevados, dificultando a adoção em massa. No entanto, à medida que a tecnologia avança e a produção se torna mais acessível, espera-se que os preços diminuam, tornando esses veículos uma opção mais viável para o consumidor comum. Nos últimos anos, várias empresas têm investido em projetos de veículos movidos a energia solar. Um exemplo conhecido é o lightyear one, um carro elétrico com painéis solares que cobrem grande parte de sua carroçaria, proporcionando uma autonomia adicional significativa.

Metodologia

Para a criação de um carro elétrico, diversos componentes essenciais são necessários. O principal é o motor elétrico, responsável por converter a energia

elétrica em movimento. Esse motor é alimentado por um pacote de baterias de íon-lítio, que armazena a energia elétrica, sendo uma das partes mais caras e importantes. Outro elemento crucial é o controlador, que regula o fluxo de energia entre a bateria e o motor, determinando a velocidade e o torque.

O sistema de carregamento permite que o carro se conecte à rede elétrica para recarregar as baterias e muitos carros também incluem um sistema de recuperação de energia por meio da frenagem regenerativa, além disso, é necessário um chassi leve e aerodinâmico para aumentar a eficiência e um sistema de gestão térmica para controlar a temperatura das baterias. Esses elementos combinados garantem a funcionalidade e eficiência de um carro elétrico.

Resultados e Discussão

O resultado de utilizar componentes como motor elétrico, baterias de íon-lítio, controlador e sistema de recuperação de energia na criação de um carro elétrico, é um veículo mais eficiente e ambientalmente sustentável. Se comparado aos carros tradicionais, os elétricos têm maior eficiência energética, devido à conversão direta de eletricidade em movimento e à recuperação de energia durante a frenagem.

A discussão em torno desse tema foca nos desafios e vantagens. O principal desafio está no custo elevado das baterias e na limitada autonomia em comparação com veículos a combustão. No entanto, avanços contínuos na tecnologia das baterias, como a maior densidade energética e menor custo de produção, estão a melhorar essa situação. Em termos de impacto ambiental, os carros elétricos reduzem drasticamente as emissões de CO₂, principalmente, quando combinados com fontes de energia renovável.

Conclusões

A criação de carros movidos a energia solar e elétricos representa um passo importante rumo a uma mobilidade mais sustentável. Embora enfrentem desafios, como o custo elevado e a limitação da autonomia, essas tecnologias têm avançado rapidamente. Os carros solares, em particular, oferecem uma promessa adicional de independência energética, ao aproveitar uma fonte limpa e renovável. Por outro lado, os carros elétricos já demonstram grande eficiência e redução de emissões, especialmente, quando alimentados por energias renováveis. À medida que a tecnologia evolui, a tendência é que esses veículos se tornem cada vez mais acessíveis, contribuindo para um futuro de transporte mais limpo e eficiente.

Agradecimentos

Agradecemos sinceramente pela sua atenção e interesse no tema da mobilidade sustentável. É por meio de discussões e reflexões como esta que podemos avançar para um futuro mais ecológico e responsável. Continuar a explorar novas tecnologias, como carros elétricos e solares, é essencial para melhorar o nosso ambiente e qualidade de vida.

Referências

<https://www.portalsolar.com.br/carro-movido-a-energia-solar-ja-e-realidade>
<https://mobilidadeurbana.mpba.mp.br/mobilidade-urbana/>
<https://mfenergy.com.br/2023/05/11/como-funciona-a-energia-solar-para-carros-eletricos/>

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SUSTENTÁVEL

MARYANNE EDUARDA GARCEZ DE MESQUITA

UNIALFA

maryannemesquita3@icloud.com

Resumo

Este estudo tem por objetivo principal explicar os meios de geração de energia elétrica de forma sustentável e identificar, considerando custos, as dificuldades socioeconômicas, impactos ambientais, etc. Sendo elas de qualquer meio de trabalho para gerar eletricidade: Eólica; hidráulicas; solar. Este trabalho recorreu à pesquisa quantitativa. Para tanto, levou em consideração diversos artigos, textos e revistas que destacam as vantagens, desvantagens, dificuldades e desafios enfrentados para esses meios de geração. Foram separados entre os materiais pesquisados, os que possuíam maior compatibilidade com as palavras-chave e que descreviam de forma sucinta e direta o nosso objetivo. A geração eólica se destacou devido ao seu grande potencial de contribuição para a redução GEE (Gases do Efeito Estufa) que, atualmente, é um dos grandes vilões para a preservação do planeta, sua implementação não agride o meio ambiente no mesmo nível que a hidrelétrica, por isso leva vantagem em relação a grandes discussões envolvendo comunidades indígenas, pois busca a preservação de rios e de seus ecossistemas naturais próximos, dentre outros. A grande desvantagem se deve à mudança visual, dependência de fortes ventos para seu devido funcionamento e da dificuldade de migração de algumas aves.

Palavra-Chave: eficiência energética; energia limpa; sustentável.

Introdução

O avanço da poluição ambiental, causado, principalmente, pelas emissões de dióxido de carbono (CO₂) nas usinas termelétricas que utilizam combustíveis fósseis e as discussões em torno das hidrelétricas, que afetam comunidades indígenas e geram grandes impactos financeiros, são temas centrais deste debate.

Porto e Ferreira (2013) ressaltam o alto custo de construção das hidrelétricas, que passou de R\$ 4,5 bilhões em 2006 para R\$ 26 bilhões, financiados em grande parte com recursos públicos. Esse cenário fomenta um diálogo contínuo entre ambientalistas, movimentos sociais e comunidades afetadas, como trabalhadores rurais, extrativistas e indígenas, para buscar soluções sustentáveis.

Entre as alternativas energéticas, a energia eólica é apontada, junto com a solar, como uma das mais promissoras, devido à sua capacidade de diversificar e "limpar" a matriz energética, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e suas emissões. A energia eólica oferece vantagens como grande disponibilidade, independência de importações e custo zero de suprimento, destacando-se como uma opção eficaz para enfrentar os desafios energéticos e ambientais.

Metodologia

Para a pesquisa em questão, utilizamos diversos meios para selecionarmos os textos e recursos acima apresentados, são eles: escolha dos artigos, revistas e sites. Utilizamos o critério de exclusão com fator de palavras-chave.

Tínhamos uma preferência explícita por conteúdos totalmente voltados para eficiência energética, energia limpa e sustentável. Após aplicarmos esses filtros, realizamos a exclusão de alguns trabalhos. Foi identificado um padrão de citações para energia sustentável e limpa. São elas as hidrelétricas, eólicas e solares.

Para elaboração de nossa proposta de intervenção, ao escolhermos eólica como fonte principal, pois ela se enquadra em energia limpa, barata em comparação a hidrelétrica e eficiente em comparação a solar, ou seja, a escolha foi pensada baseando-se em custo benefício, aproveitamento dos recursos utilizados e dificuldade socioeconômicos.

Resultados e Discussão

Com base no material pesquisado, foi identificado como energia limpa e sustentável a que emite a menor quantidade possível de dióxido de carbono na atmosfera (CO₂). Também compreendemos que eficiência no ramo de energia, se deve ao fato da utilização do maior porcentual possível do recurso gerador, no caso da hidrelétrica, as águas, na energia solar, o sol e na eólica o vento.

A escolha desse meio de geração se deu pelos impactos em diversos aspectos. Analisando todos os casos apresentados, entende-se que a eólica leva vantagem em relação hidrelétrica por não ter impactos tão gritantes nos desvios de rios e represamento de águas, modificando a fauna e flora local, prejudicando comunidades indígenas. Também leva vantagem em relação à solar devido ao seu aproveitamento energético ser maior, elevando o fator “eficiência”, e não foi apresentada fontes de geração com derivados de fósseis, pois impactam no GEE o que não é o intuito deste artigo.

Conclusões

A partir da análise dos desafios relacionados às emissões de CO₂ em usinas termelétricas e aos impactos financeiros e sociais das hidrelétricas, fica evidente a urgência de buscar alternativas energéticas mais sustentáveis e acessíveis.

A energia eólica, destacada como uma das soluções mais promissoras ao lado da energia solar, se apresenta como uma estratégia eficiente para diversificar a matriz energética e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Além de ser uma fonte limpa e abundante, a energia eólica permite diminuir as emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

No entanto, é essencial continuar o diálogo entre entidades ambientais, comunidades afetadas e governos para garantir que as decisões energéticas respeitem tanto o meio ambiente quanto os interesses sociais, conforme os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Assim, a transição para uma matriz energética mais limpa será fundamental para atender às necessidades atuais.

Agradecimentos

Agradecemos ao nosso orientador e colegas pelo auxílio e contribuição para realização deste artigo.

Referências

1. PORTO, M. F. de S.; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. **Injustiças da sustentabilidade**: conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. Revista crítica de ciências sociais, n. 100, p. 37–64, 2013.
2. **BRASIL**. Ministério de Minas Gerais. Gabinete do Ministro Alexandre Silveira de Oliveira. Balanço energético nacional. RJ: EPE, 2023.
3. BARROS NETO, J. A. **identificação de áreas propícias para instalação de parques eólicos**. SSF. Dissertação (mestrado) 13-jul-2018.

ALAN TURING: UMA RETOMADA DOS TRABALHOS QUE MUDARAM O MUNDO

BRUNO DINIZ FARIA REZENDE
UNIALFA
bruno.rezende@unialfa.com.br

Resumo

Este trabalho traz uma revisão detalhada dos principais trabalhos de Alan Turing, além de explorar suas contribuições para a matemática, computação e outras ciências. Considerado o pai da computação, Turing foi responsável por estabelecer os fundamentos teóricos da ciência da computação moderna por meio da concepção da Máquina de Turing, um modelo teórico essencial para compreender o conceito de algoritmos e computabilidade. Sua publicação "On Computable Numbers" (1936) foi um marco na tentativa de resolver o Entscheidungsproblem de Hilbert, e introduziu a ideia de uma Máquina Universal, conceito fundamental para o desenvolvimento dos computadores. Ele também contribuiu para a lógica matemática com sua tese de doutorado, "System of Logic Based on Ordinals" (1938). Esse estudo explorou a questão da incompletude dos sistemas lógicos utilizando a teoria dos ordinais. Teve também um papel significativo na teoria das matrizes, propondo soluções para os problemas de erros de arredondamento em processos de matrizes, com a introdução da decomposição LU em 1947. Durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhou como criptógrafo no projeto de decifração das mensagens codificadas pela máquina Enigma, utilizada pelos alemães, contribuindo de forma crucial para o esforço de guerra aliado. Seu trabalho nessa área ajudou a estabelecer a criptografia como um campo que combina elementos de matemática e computação. Em 1950, Turing publicou "Computing Machinery and Intelligence", no qual propôs o "Teste de Turing", um critério para avaliar se uma máquina pode ser considerada inteligente ao imitar o comportamento humano. Esse conceito, conhecido como "Jogo da Imitação", tornou-se um dos pilares da discussão sobre Inteligência Artificial. Também fez contribuições para a Biologia, como mostrado em "The Chemical Basis of Morphogenesis" (1952), no qual usou equações diferenciais para modelar processos de formação de padrões em organismos biológicos. Esse trabalho evidenciou a natureza transdisciplinar de sua pesquisa e a amplitude de seu interesse científico. Apesar de seu legado científico impressionante, foi vítima de preconceito devido à sua orientação sexual, sendo condenado à castração química, o que contribuiu para sua morte prematura em 1954. Apenas décadas depois, suas contribuições passaram a ser amplamente reconhecidas, culminando em um pedido oficial de desculpas pelo governo britânico. Este artigo visa, portanto, ressaltar a importância das contribuições de Turing para diversas áreas do conhecimento e refletir sobre o impacto duradouro de seu trabalho.

Palavras-chave: Alan Turing; biografia; análise histórica; matemática; computação.

Introdução

Muito daquilo que Alan Turing produziu para o meio acadêmico é pouco difundido, apesar de relevante historicamente na área da computação,

especialmente, no que tange às discussões acerca da Inteligência Artificial e da criptografia.

Neste texto, discutimos os principais trabalhos do matemático amplamente apontado como o pai da computação, mas que também apresenta grandes contribuições para a matemática. Para tanto, em uma abordagem micro histórica, discute-se os principais textos escritos por Turing no período de 1936 a 1952 para elucidar suas contribuições para o campo da matemática com intuito de recuperar outros conceitos abordados por ele. Esses textos, embora variados, não contemplam de maneira ampla o quão importante para as ciências esse cientista se coloca, mas ressalta o seu valor no campo específico da matemática.

Alan Mathison Turing (1912-1954) nasceu em Londres em 1912. Desde jovem, demonstrou interesse por números e gostava de inventar palavras, embora não se prendesse ao formalismo acadêmico. Sua educação foi marcada por desinteresse em temas escolares tradicionais, preferindo explorar assuntos mais avançados. Apesar de suas dificuldades na escola, ele foi aceito no King's College, Cambridge, em 1931, onde obteve destaque acadêmico e iniciou sua trajetória em temas como lógica e probabilidade.

Em 1936, publicou o artigo "on computable numbers", que apresentou a ideia de uma "máquina de Turing" para resolver o entscheidungsproblem de Hilbert, estabelecendo bases para a computação moderna. Durante a Segunda Guerra Mundial, Turing trabalhou na decodificação dos códigos da máquina enigma, utilizada pelos alemães e foi essencial para o esforço aliado. Esse trabalho, mantido em sigilo por muitos anos, o consolidou como um dos maiores criptógrafos do século XX.

Após a guerra, Turing tornou-se membro do National Physical Laboratory, onde diversificou seus estudos, abrangendo física, química e biologia. Entre seus trabalhos mais notáveis, destacam-se o "rounding-off errors in matrix process" (1947), que introduziu a decomposição LU em álgebra linear, e "computing machinery and intelligence" (1950), no qual propôs o "teste de turing", um critério para determinar a inteligência de uma máquina.

Em 1952, publicou "the chemical basis of morphogenesis", aplicando equações diferenciais para explicar a formação de padrões em organismos biológicos. Apesar de suas contribuições científicas, Turing foi condenado por ser homossexual, porque na época era considerado crime na Inglaterra. Optou pela castração química em vez da prisão, o que teve graves impactos físicos e psicológicos, levando-o ao suicídio em 1954.

Durante anos, o reino unido evitou reconhecer sua importância devido ao preconceito em relação à sua orientação sexual. Apenas em 2009, o governo britânico, por meio do primeiro-ministro Gordon Brown, fez um pedido público de desculpas, e Turing foi, posteriormente, homenageado na nota de 50 libras e perdoado postumamente.

Metodologia

Este estudo é de natureza qualitativa e exploratória. Utiliza uma abordagem micro-histórica para analisar as contribuições de Alan Turing entre 1936 e 1952.

Realizou-se uma revisão bibliográfica abrangente, que incluiu obras de Turing e estudos sobre sua vida, focando em suas principais publicações, como "on computable numbers" e "computing machinery and intelligence".

A análise envolveu fontes primárias, como textos originais, para compreender os conceitos inovadores de Turing, como a máquina de Turing e o teste de Turing, além de suas contribuições à criptografia e à morfogênese.

O trabalho também considerou uma análise crítica do contexto histórico e social da época, identificando a evolução de suas ideias e seu impacto na ciência moderna. Os dados foram organizados cronologicamente, permitindo uma visão sequencial do desenvolvimento das contribuições de Turing para a matemática e a computação.

Resultados e Discussão

É notória a importância do que Turing desenvolveu durante sua vida tanto para a matemática como para outras áreas, sendo que acabou influenciando muito a computação, discutiu questões acerca da Inteligência Artificial e da criptografia.

Da mesma forma, há uma relevância histórica em sua biografia que nos ajuda a entender um período histórico passado em que decisões hoje, consideradas desumanas, seriam dadas como normais na época. Há ainda em seu trabalho, muita influência de Hilbert, Gödel, Kleene e Church (seu orientador), sendo o primeiro responsável por instigar os estudos sobre os problemas propostos, o segundo responsável por instigá-lo com a ideia da incompletude trazendo à tona a prova de que o 10º problema de Hilbert não poderia ser resolvido e, para isso, Turing precisou usar os novos resultados discutidos por Gödel sobre a teoria dos conjuntos; o terceiro, em conjunto com Gödel, responsável pela ideia de computabilidade tão discutida por Turing.

Conclusões

A importância dos trabalhos de Alan Turing é evidente, não apenas para a matemática, mas também para áreas como a computação, criptografia e Inteligência Artificial.

Suas contribuições estabeleceram as bases da ciência da computação moderna e ajudaram a definir questões fundamentais sobre a capacidade das máquinas de “pensar”. Além de seu impacto científico, a biografia de Turing também reflete um período histórico em que atitudes hoje consideradas desumanas, como a perseguição a sua orientação sexual, eram aceitas. Turing foi influenciado por grandes matemáticos, como Hilbert, Gödel, Kleene e seu orientador, Church. Hilbert inspirou Turing a estudar problemas fundamentais, enquanto Gödel introduziu a ideia de incompletude, crucial para o trabalho de Turing. Kleene contribuiu para o desenvolvimento da teoria da computabilidade, um tema central nos estudos de Turing. Church, por sua vez, foi responsável por introduzir Turing ao cálculo lambda, aprofundando sua pesquisa em lógica.

Agradecimentos

Agradeço a meu professor de história da matemática, professor Humberto Clímaco pelas contribuições durante minha graduação.

À minha orientadora de TCC em minha primeira graduação, professora Elisabeth Cristina de Faria e a todos os colegas e familiares que estiveram ao meu lado por todo este tempo.

Agradeço também a todo o corpo docente da Unialfa, os quais tenho profundo respeito e admiração.

Referências

LEAVITT, D. **O homem que sabia demais:** Alan Turing e a invenção do computador. Editora novo conceito. Ribeirão Preto, SP. 2007.

PETRAGLIA, I. C.; PALMISANO, A.; ROSINI, A. M. **Alan Turing:** cientista complexo e interdisciplinar. Debates em educação, vol. 12, nº 28. Universidade Federal de Alagoas. 2020.

TURING, A. M. **On computable numbers, with an application to the entscheidungsproblem.** Princeton University, New Jersey, USA. 1936.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E APRENDIZADO DE MÁQUINA NO DIAGNÓSTICO MÉDICO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA A MEDICINA MODERNA

MURIELLE FERREIRA DOS SANTOS
UNIALFA
murielleferreira@hotmail.com

Resumo

O Plano Plurianual do governo de Goiás 2024-2027, por meio da Promoção da Internacionalização das Empresas e Ambientes de Inovação, planeja fomentar e incentivar a internacionalização das empresas inovadoras e dos ecossistemas de inovação. Entre as ações planejadas, está a realização de eventos e projetos visando promover a interação de empresas com projetos inovadores e as demandas do setor produtivo, com foco no fomento de ambientes de inovação e de desenvolvimento educacional, científico, tecnológico e da cultura de profissionalização. Este projeto de pesquisa tem como objetivo discutir, por meio da metodologia de revisão de literatura, os conceitos associados ao uso de Inteligência Artificial associado como ferramenta para inteligência competitiva e ainda por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa criar um sistema computacional, com o uso dessa tecnologia, que levante mercados internacionais para os produtos goianos por meio de inteligência comercial, identificando empresas goianas com estratégia proativa para exportação e que detecte aglomerações (clusters) produtivas e inovativas existentes ou que tenham potenciais tecnológicos e inovativos de inserção nas cadeias globais de valor. Como resultados, espera-se contribuir de forma significativa com a difusão de informações para as empresas acessarem mercados internacionais, incluindo uma lista de potenciais clientes, tipifique as empresas que possuem estratégias exportadoras proativas, o que possibilitará a elaboração de políticas públicas direcionadas para elas, e conheça as aglomerações produtivas e inovativas existentes ou que possam vir a existir, o que permitirá atrair investimentos para essas aglomerações.

Palavras-chave: Inteligência Artificial.

Introdução

As alterações na pauta e na base exportadora passam obrigatoriamente por mudanças nas empresas, que, de fato, são os agentes que enviam produtos para o exterior. Das 1000 maiores empresas brasileiras que constam no levantamento do anuário valor 1000 maiores empresas de 2017 (valor econômico, 2020), 363 são internacionalizadas e, dessas, 241 estão concentradas na região sudeste brasileira, apenas 10 estão na região centro-oeste (Borges et al., 2019) e 05 delas estão em Goiás (Teles et al., 2019). Goiás, no período 2007-2017, teve 1030 empresas exportadoras. Todavia, 50,5% exportaram em apenas um ano e 4,7% exportaram continuamente (Marques et al., 2019).

O plano plurianual do governo de Goiás 2024-2027 definiu a inovação e o ambiente de negócios atrativos como categorias que devem guiar a busca pelo desenvolvimento econômico goiano.

O governo criou o programa de internacionalização de empresas, que pretende aperfeiçoar as relações comerciais internacionais goianas e agregar valor às exportações do estado por meio de algumas ações e, entre elas, a realização de eventos e projetos, visando promover a interação de empresas com projetos inovadores e as demandas do setor produtivo, com foco no fomento de ambientes de inovação e de desenvolvimento educacional, científico, tecnológico, da cultura de profissionalização e inovação (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023).

No caso da inteligência comercial, as mudanças tecnológicas aceleradas e a explosão da informação colocaram maior pressão sobre as empresas para que elas consigam se manter em mercados cada vez mais competitivos. Muitas empresas ainda não têm exportado seus produtos porque, a despeito dos avanços registrados, persistem graves deficiências com relação à acessibilidade da informação comercial e aos problemas de gestão (Carrión Aguilar; Gonzales, 2018 apud Rodríguez; Aguilar, 2015). Kühn (2015) argumenta que, em geral, empresas sem experiência em exportação possuem uma ampla gama de necessidades de informação para superar barreiras externas. Além disso, o processo de obtenção de informações relevantes pode ser complexo, demorado e caro, especialmente para as empresas de menor porte.

Gračanin, Kalac e Jovanović (2015) destacam que a maioria das grandes empresas em países desenvolvidos está usando alguns tipos de técnicas de Inteligência Comercial (IC), enquanto as pequenas empresas estão usando técnicas de IC apenas ocasionalmente.

A interligação dos mercados e seus processos competitivos além das fronteiras nacionais, trazem consigo novas necessidades de adaptação das empresas em ambientes com alto grau de incertezas. A Inteligência Artificial, figura como aliada nesse processo, permitindo avaliar as potencialidades de inserção internacional nas cadeias globais.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo será a de revisão de literatura para identificar mercados internacionais para os produtos goianos e para discutir os conceitos associados ao uso de Inteligência Artificial associado como ferramenta para inteligência competitiva.

Foi realizada também uma abordagem quantitativa e qualitativa para a identificação das empresas goianas com estratégia proativa. Já as aglomerações (CLUSTERS) produtivas e inovativas existentes ou que tenham potenciais tecnológicos serão identificados por meio de machine learning e inteligência artificial.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que o uso da Inteligência Artificial (IA) na identificação de mercados internacionais para produtos goianos apresenta um avanço significativo na competitividade global.

A aplicação de técnicas de Inteligência Comercial (IC) vai permitir não apenas identificar clusters inovadores, mas também fornecer insights detalhados sobre o potencial exportador de empresas locais. Esse sistema demonstrou ser um facilitador essencial para pequenas e médias empresas que enfrentam dificuldades no acesso a informações comerciais, reduzindo barreiras ao

comércio internacional e aprimorando o planejamento estratégico dessas empresas. Além disso, os clusters produtivos e inovadores podem ser mapeados, utilizando técnicas de machine learning, permitindo uma análise preditiva das regiões com maior potencial de desenvolvimento.

Essa abordagem vai permitir a identificação de setores prioritários para investimentos, o que pode atrair capital estrangeiro e fomentar parcerias público-privadas. A detecção de aglomerações produtivas ajudou a direcionar políticas públicas mais assertivas, alinhando o desenvolvimento econômico local com as tendências globais de inovação.

Conclusões

A aplicação de Inteligência Artificial no contexto da internacionalização de empresas goianas apresentou resultados promissores. Considerando que a pesquisa ainda está em andamento, o sistema que será desenvolvido, será capaz de identificar mercados internacionais e analisar o potencial exportador de empresas locais.

A Inteligência Artificial é uma ferramenta fundamental para que o Estado de Goiás se destaque no cenário global. Ao reduzir as barreiras informacionais e fornecer dados relevantes de maneira acessível, o sistema promoverá um ambiente mais propício para o crescimento das exportações.

A identificação de clusters produtivos e inovadores no Estado de Goiás irá trazer à tona setores com grande potencial de desenvolvimento, atraindo investimentos e facilitando a criação de políticas públicas voltadas para a internacionalização.

Agradecimentos

Agradeço a meus professores.

Referências

ALPAYDIN, Ethem. **Machine learning**. Mit press, 2021.

ARAÚJO, L, GAVA, R. **Estratégias proativas de negócio**: as quatro chaves de proatividade – estratégia, marketing, inovação e pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BELL, M. FIGUEIREDO, P. N. **Innovation capability building and learning mechanisms in latecomer firms**: recent empirical contributions and implications for research. Canadian Journal of development Studies, London, V. 33, n. 1, p. 14-40, 2012.

BONACCORSO, Giuseppe. **Machine learning algorithms**. Packt Publishing Ltd, 2017.

BORGES, D. P. G. et al. **As maiores empresas brasileiras internacionalizadas**: características e processos de internacionalização. in: congresso de pesquisa, ensino e extensão, 16., 2019, Goiânia. Anais [...]. Goiânia: UFG, 2019.

CALOF, J. L. DISHMAN, P. L. **Competitive intelligence: a multiphasic precedent to marketing strategy.** European Journal of Marketing, [bingley, uk], v. 42, n. 7/8, p. 766- 785, 2008.

CASSIOLATO, J. E. LASTRES, H. M. M. **The framework of 'local productive and innovation systems' and its influence on sti policy in Brazil.** Economics of innovation and new technology, London, v. 29, n. 7, p. 784-798, 2020.

CROCCO, M. A. GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B.; SIMÕES, R. **Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais.** Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2003. (Texto para discussão, n.191).

FERREIRA, João et al. **O processo ETL em sistemas data warehouse.** Inforum, 2010.

FERRO, Mariza; LEE, Huei Diana. **O processo de kdd–knowledge discovery in database para aplicações na medicina.** Seminc 2001, 2001.

FLEISHER, C. S. **Competitive intelligence education: competencies, sources, and trends.** Information management journal, [Amsterdam], v.38, n. 2, p.56-62, 2004.

GRAČANIN, S. KALAC, E.; JOVANOVIĆ, D. **Competitive intelligence: importance and application in practice.** Review of innovation and competitiveness, pula, Croatia, v. 1, n. 1, p. 25-44, 2015.

KOTABE, M. HELSEN, K. **Administração de marketing global.** São Paulo: Atlas, 2000.

KÜHN, M.-L. **Exporters information requirements: the role of competitive intelligence in the export promotion of extruders.** 2010.

THESIS (philosophiae doctor in international trade) - North-West University, Potchefstroom, South Africa, 2010. Governo de Goiás, plano plurianual 2024-2027, Diário Oficial do Estado de Goiás, 2023.

SHANNON CLAUDE: TEORIA DA INFORMAÇÃO

VICTOR HUGO MENDES DE SOUSA
CENTRO UNIVERSITARIO ALVES FARIA

victormendesgyn774@gmail.com

Resumo

Claude Shannon nasceu em 30 de abril de 1916, em Petoskey, Michigan, e cresceu na cidade de Gaylord. Desde cedo, demonstrou interesse por mecânica e eletrônica, construindo dispositivos como barcos controlados por rádio e telégrafos caseiros. Sua mãe, diretora e professora de línguas e seu pai, um empreendedor, influenciaram seu desenvolvimento. Shannon formou-se em Engenharia Elétrica e Matemática na Universidade de Michigan, o que demonstrou sua inclinação para unir diferentes campos do conhecimento. Durante seus estudos no MIT, trabalhou com o matemático Vannevar Bush e começou a relacionar a lógica booleana com circuitos eletrônicos, revolucionando a eletrônica digital. Sua carreira consolidou-se nos Laboratórios Bell, em 1948, quando publicou a “Teoria Matemática da Comunicação”, que introduziu conceitos fundamentais como entropia e capacidade de canal. Além disso, fez importantes contribuições para a criptografia durante a Segunda Guerra Mundial, lançando as bases da criptografia moderna. Modesto e reservado, ele passou a se dedicar a projetos pessoais, mesmo após sua aposentadoria. Faleceu em 24 de fevereiro de 2001, deixando um legado que influenciou profundamente a tecnologia e as telecomunicações contemporâneas.

Palavras-chave: Claude Shannon; Universidade de Michigan; Petoskey; Michigan.

Introdução

Claude Shannon foi um matemático, engenheiro elétrico e criptógrafo americano amplamente considerado o “Pai da teoria da informação”. Sua trajetória se destaca, não apenas pela profundidade de suas ideias, mas também pela capacidade de interligar campos díspares do conhecimento, como matemática, eletrônica e criptografia. Nascido em 30 de abril de 1916, em Petoskey, Michigan, Shannon demonstrou desde cedo um fascínio pela mecânica e pela eletrônica que o tornaria uma figura central no desenvolvimento das comunicações modernas.

A relevância do seu trabalho reside no fato de ter provocado uma mudança na forma como entendemos a comunicação e o processamento da informação. Em 1948, Shannon introduziu conceitos fundamentais como entropia (uma medida da incerteza da informação) e capacidade do canal (quantificação da eficiência máxima da transmissão de dados) quando publicou “a mathematical theory of communication”. Esses conceitos fornecem uma base teórica para a comunicação, bem como influenciam campos como a computação, a teoria da codificação e até mesmo a criptografia. Shannon demonstrou uma capacidade excepcional de aplicar conceitos teóricos a

problemas práticos, preenchendo a lacuna entre teoria e aplicação. As suas inovações lançaram as bases para tecnologias que moldam o nosso mundo contemporâneo, incluindo redes de telecomunicações, compressão de dados e a própria internet. A sua visão esteve sempre à frente do seu tempo, antecipando o impacto das comunicações digitais e a necessidade de métodos robustos de proteção da informação.

Diante disso, este artigo tem como objetivo explorar a trajetória biográfica de Claude Shannon, destacando suas principais contribuições para a teoria da informação e o impacto significativo de suas descobertas na evolução da tecnologia contemporânea. Ao analisar o seu trabalho e legado, pretendemos compreender como Shannon se tornou um dos pensadores mais proeminentes do século XX e como as suas ideias continuam a ressoar na era digital de hoje.

Metodologia

Claude Shannon, o Pai da teoria da informação, revolucionou a comunicação em 1948 ao publicar “a mathematical theory of communication”. Ele demonstrou que toda informação pode ser convertida em bits (0s e 1s), permitindo a transmissão e reconstrução precisa de mensagens, como textos, imagens e sons. O conceito-chave dele é a “entropia”, que mede a incerteza ou imprevisibilidade de uma mensagem; quanto mais imprevisível, maior a entropia.

Outro ponto essencial é o “canal” de comunicação, que tem uma capacidade máxima para transmitir informações sem erros, o chamado “limite de capacidade do canal”. Essa teoria é a base para tecnologias modernas, como compressão de dados, telefonia, internet e segurança da informação. A capacidade de codificar e transmitir dados de forma eficiente foi fundamental para o avanço de redes de computadores e a era digital. A influência de Shannon permanece relevante, guiando a ciência e a tecnologia atuais.

Resultados e Discussão

A teoria da informação, proposta por Claude Shannon, abriu um campo de discussão vital sobre como compreendemos e processamos dados. Uma das principais discussões envolve a “entropia”, que quantifica a incerteza em mensagens e é crucial para otimizar a transmissão de informações.

O conceito de capacidade do canal destaca os limites da comunicação eficiente e ainda essencial em redes modernas, influenciando como projetamos sistemas para minimizar erros e maximizar a taxa de transmissão. Além disso, debates surgem sobre a compressão de dados, que permite armazenar e transmitir mais informações com menos recursos, sendo central em tecnologias como streaming e armazenamento em nuvem.

A criptografia e a segurança da informação também são áreas impactadas, pois a teoria de Shannon fundamenta métodos de codificação que protegem os dados. Em suma, a teoria da informação continua estimulando avanços e discussões sobre como melhorar a eficiência, segurança e capacidade dos sistemas de comunicação.

Conclusões

Claude Shannon foi um verdadeiro pioneiro que deixou um legado inestimável para a ciência e a tecnologia. Sua habilidade em combinar conceitos matemáticos com aplicações práticas permitiu o desenvolvimento da teoria da

informação, que se tornou a base de inúmeras inovações tecnológicas que moldam a comunicação e o processamento de dados nos dias de hoje.

As ideias de Shannon, como a relação entre a lógica booleana e os circuitos eletrônicos, a introdução do conceito de entropia e sua abordagem inovadora à criptografia, influenciaram profundamente áreas como telecomunicações, Inteligência Artificial e segurança da informação. Além de sua genialidade, a carreira dele exemplificou a importância da interdisciplinaridade e da curiosidade científica.

Seu trabalho visionário lançou as bases para a era digital e transformou a forma como entendemos a comunicação e o processamento de dados. A simplicidade e a profundidade de suas ideias continuam a inspirar e orientar gerações de pesquisadores, engenheiros, profissionais, permitindo avanços que moldam a nossa sociedade conectada e a tecnologia moderna.

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a Claude Shannon por sua brilhante contribuição à ciência e tecnologia por meio da teoria da informação. Seu trabalho continua a ser uma fonte de inspiração e referência para cientistas, engenheiros e profissionais que buscam entender e aprimorar os processos de comunicação e transmissão de informações.

Referências

BEZERRA, A. C. **Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação:** a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *Perspectivas em ciência da informação*, V. 25, n. 3, p. 182–201, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/nc4jjgpctzbxyq>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PINEDA, José Octavio de Carvalho. **A entropia segundo Claude Shannon.** Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32603644/trabalho_sobre_shannonn_e_e ntropia_ufrgs.-libre.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

GRACE HOPPER - A GÊNIO QUASE ESQUECIDA

ALEXANDRE ALBERTO ARMAS ESQUEN

Coautores

FILIPPE FABRÍCIO MENDES GALVÃO DE QUEIROZ

NICOLAS MOURA BARBOSA

MARCOS FELIPE NERIS CORREA

UNIALFA

Resumo

Neste artigo iremos tratar sobre Grace Murray Hopper, uma das figuras mais icônicas para a revolução da tecnologia, além de símbolo para a matemática e computação. Ela consegue ser uma figura feminina que inspira muitas mulheres no cenário tecnológico. Foi força ativa na marinha dos Estados Unidos onde teve sua participação ativa no desenvolvimento da computação e teve sua vida bem movimentada no âmbito acadêmico. Ela se tornou tutora de alguns estudantes da universidade. Após lecionar por vários anos e obter notoriedade, Hopper foi promovida a Contra-almirante. Em 1997, a Marinha dos EUA batizou seu míssil guiado, como USS Grace Hopper. Durante a pesquisa sobre Hopper, foram utilizados como base os livros bibliográficos: Grace Hopper and the Invention of the Information Age; Grace Hopper: Admiral of the Cyber Sea. Em materiais bibliográficos, que reiteram sobre seus feitos e contribuições. Como seu trabalho na programação do Harvard MK1. Após isso, continuou na programação do Mark 2, e Mark 3, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Até o momento que entrou para o projeto do UNIVAC. E, no futuro, teria participação fundamental no desenvolvimento da linguagem Cobol na qual lhe proporcionou ser conhecida, popularmente, como a "Vovó do Cobol". Hopper, em seus primeiros 36 anos de vida, teve uma vida convencional. Em 1924, entrou para Vassar College, se concentrou nos estudos de física e matemática. Isso é descrito no material bibliográfico de Hopper na Vassar Encyclopedia. Em 1928, de acordo com os registros da Vassar, se formou em matemática e física. E por meio de uma parceria com a Vassar, foi para Yale University, estudar Mathematics (curso de matemática). Em 1938, obteve seu Ph.D. É possível notar que, graças a seu vasto conhecimento em múltiplas disciplinas, em sua carreira, Hopper se tornou prontamente interessada em como computadores poderiam ser utilizados nos mais diversos campos. Os seus conhecimentos abundantes foram totalmente direcionados ao desenvolvimento de tecnologia para a Inteligência americana durante a Guerra. No fim, Grace Hopper, matemática, professora, engenheira e programadora foi reconhecida, mas suas contribuições e brilhantismo só foram reconhecidos um pouco tarde, quase no final.

Palavras-chave: Grace Hopper; vovó do COBOL; COBOL; Segunda Guerra Mundial; UNIVAC; Vassar College.

A VIDA DE ISAAC NEWTON E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O AVANÇO DA MATEMÁTICA E TECNOLOGIA

MARCO TULIO TAVARES DE SOUSA
UNIALFA
marcotuliotutim@gmail.com

Resumo

Isaac Newton, que nasceu na Inglaterra no dia 25 de dezembro de 1642, ganhou destaque como um personagem crucial na história da ciência e da matemática. Newton, órfão de pai e criado pela avó, passou por adversidades na infância. No entanto, seu talento foi reconhecido durante seus estudos em Grantham e Trinity College, onde aprimorou seus conceitos sobre cálculo, mecânica e gravitação durante a pandemia de peste em 1665. Sua contenda mais marcante ocorreu com o matemático Gottfried Leibniz acerca da autoria do cálculo infinitesimal, gerando um conflito nacionalista entre Inglaterra e Alemanha. Apesar de ambos os matemáticos terem contribuído de maneira autônoma para o avanço do cálculo, a pesquisa realizada por Newton na Royal Society o beneficiou, mesmo que Leibniz já tivesse divulgado suas ideias anteriormente. A influência de Newton é vasta, impactando não só a matemática, mas também campos como a computação e tecnologia, em que a matemática é essencial para a criação de algoritmos e simulações. Este artigo ressalta a existência de Newton, seus notáveis feitos e a relevância de seu embate com Leibniz, evidenciando como suas descobertas influenciaram o pensamento científico contemporâneo.

Palavras-chave: Isaac Newton; cálculo; computação; Gottfried Leibniz; matemática.

Introdução

Sir Isaac Newton foi um físico, astrônomo e matemático inglês, reconhecido como um dos cientistas mais influentes de todos os tempos. A relevância de Newton é inegável, ao desenvolver a lei da gravitação universal, teorias sobre o funcionamento da luz e entre outras. No entanto, ele também criou um novo método matemático que possibilitou a avaliação de variações e alterações contínuas.

Este texto tem como objetivo investigar a carreira de Newton e seus aportes para a matemática, ressaltando sua importância no cenário histórico e científico, além de tratar da intrincada discussão sobre a autoria do cálculo com Gottfried Leibniz. O estudo é significativo não só pela relevância histórica das contribuições de Newton, mas também pela sua duradoura influência em vários campos do conhecimento, como a física, engenharia e ciência da computação.

Este estudo, ao examinar a biografia de Newton e seus progressos matemáticos, visa oferecer um entendimento mais aprofundado do efeito de suas descobertas e de como essas influenciaram o pensamento científico atual. A pesquisa será baseada em uma revisão de literatura e análise documental,

auxiliando na compreensão mais aprofundada do papel de Newton na história da matemática e na construção do cálculo contemporâneo.

Metodologia

O estudo teve como objetivo analisar as contribuições de Isaac Newton e sua rivalidade com Gottfried Wilhelm Leibniz para o desenvolvimento do cálculo diferencial e integral.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem mista, combinando revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica realizou uma revisão sistemática da literatura, com foco em obras clássicas e artigos relevantes sobre a vida e contribuições de Newton e Leibniz. As fontes consultadas incluíram: biografias, como as de Angeline Melchior e José Max de Souza Alves, que abordam a trajetória e os contextos históricos dos dois matemáticos.

Estudos que discutem a disputa entre Newton e Leibniz, incluindo artigos disponíveis na revista brasileira de ensino de física e outros periódicos acadêmicos. Foram analisados documentos históricos e científicos disponíveis em plataformas digitais, como Scielo e researchgate, para obter dados sobre os desenvolvimentos do cálculo na época.

Resultados e Discussão

Isaac Newton nasceu em 1642, na Inglaterra e perdeu o pai antes de nascer. Criado pela avó após a mãe se casar novamente, estudou em Grantham até 1659. Tentou ser fazendeiro, porém, com o incentivo do tio e professores, voltou a estudar, ingressando no Trinity College, Cambridge, em 1661.

Durante a peste bubônica, de 1665 a 1667, fez suas maiores descobertas, como a lei da gravitação universal e o cálculo. Foi professor em Cambridge, membro da Royal Society e atuou no parlamento. Em 1696, tornou-se diretor da casa da moeda, onde trabalhou até o fim da vida. Newton também desenvolveu o cálculo diferencial e integral, essencial para a ciência moderna. Embora tenha havido uma disputa com Leibniz sobre quem criou o cálculo primeiro, hoje reconhece-se que ambos o desenvolveram independentemente. Isaac Newton morreu em 1727 e foi enterrado na Abadia de Westminster.

Conclusões

Por fim fica nítido que embora amplamente reconhecido por suas contribuições à física, Isaac Newton teve um papel importante no progresso da matemática e, indiretamente, na evolução da computação. Seu trabalho no cálculo infinitesimal, junto com o de Leibniz, estabeleceram as bases para muitas outras pesquisas e avanços tecnológicos posteriores.

Em campos como otimização, aprendizado de máquina e simulações computacionais, o cálculo ajuda a resolver problemas complexos. Ao criar as estruturas do pensamento lógico e matemático, Newton teve um impacto significativo na metodologia científica e abriu caminho para o pensamento algorítmico. Portanto, suas descobertas impulsionaram o progresso científico em sua época e moldaram como lidamos com a ciência e a tecnologia nos dias de hoje. Sua contribuição supera sua era.

O artigo teve como objetivo compreender a vida de Newton e a importância histórica de sua contribuição e conflito com Leibniz para o avanço da matemática.

Agradecimentos

Obrigado.

Referências

STRATHERN, Paul. **Leibniz em 90 minutos**. São Paulo: Companhia das letras, 2015. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl=pt-br&lr=lang_pt&id=okqodekbih8c&oi=fnd&pg=pa7&dq=leibniz+vida&ots=9dkyfj-rrr&sig=pzrsuaxryaqswjki3tkblr8w7z8#v=onepage&q&f=false >. Acesso em: 18 set. 2024.

WESTFALL, Richard S. **A vida de Isaac Newton**. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbef/a/xtggwwg9hrzkclfmbvs4spd/?lang=pt&stop=next&format=html> >. Acesso em: 18 set. 2024.

METODOLOGIAS ÁGEIS NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

ROBSON LUIZ PEREIRA FILHO
FACULDADE ALVES FARIAS
hainikenkee@gmail.com

Resumo

Desde a publicação do Manifesto Ágil em 2001, as práticas se expandiram para além do software, influenciando setores, como marketing, Recursos Humanos e operações, por meio do conceito de "Ágil Empresarial". Além disso, a integração com DevOps, o uso crescente de Inteligência Artificial e automação e o foco em design centrado no usuário são tendências emergentes que moldam o futuro das metodologias ágeis. O documento destaca ainda os desafios enfrentados na implementação dessas metodologias, como a resistência à mudança cultural e a complexidade da escalabilidade em grandes organizações.

Palavras-chave: Metodologias ágeis; manifesto ágil; desenvolvimento de software; ágil empresarial, devops; Inteligência Artificial, automação.

Introdução

As metodologias ágeis são amplamente reconhecidas como abordagens eficazes para o desenvolvimento de novas aplicações e a gestão de projetos. Elas consistem em um conjunto de estratégias e práticas que visam aumentar a velocidade de conclusão de processos e tarefas, mantendo a qualidade das entregas. Essas metodologias foram desenvolvidas a partir do manifesto ágil, criado em fevereiro de 2001 e assinado por 17 desenvolvedores de software. O objetivo principal era otimizar o fluxo de trabalho, aumentando a produtividade das equipes sem comprometer a qualidade dos projetos.

Diversas metodologias ágeis são aplicadas por empresas e sua implementação exige uma mudança na mentalidade da equipe, que passa a valorizar mais os processos colaborativos e a reduzir as burocracias. Os princípios do manifesto ágil enfatizam a valorização dos indivíduos e interações acima de processos e ferramentas, e o funcionamento do software acima de documentação extensiva. A transição de um modelo convencional para o ágil demanda uma significativa mudança de mentalidade dos colaboradores, pois a abordagem de trabalho se torna completamente diferente.

As metodologias ágeis operam em ciclos curtos, que geralmente duram semanas ou meses, entregando resultados ao final de cada ciclo. Em contraste, os projetos tradicionais podem levar anos para alcançar a fase de entrega. Essa abordagem iterativa e incremental permite uma resposta mais rápida às mudanças e uma maior flexibilidade no desenvolvimento de software.

Metodologia

O manifesto ágil segue alguns princípios, valores e cultura ágil, sendo eles: o primeiro princípio diz que a maior prioridade é satisfazer o cliente; o segundo princípio afirma que mudanças são bem-vindas. Em seguida, fala-se sobre entregar frequentemente software funcionando. Pessoas de negócio e

desenvolvedores devem trabalhar diariamente em conjunto por todo o projeto. Construir projetos em torno de indivíduos motivados. Diante disso, compreende-se que o método mais eficiente e eficaz de transmitir informações para e entre uma equipe de desenvolvimento é a conversa face a face.

Software funcionando é a medida primária de progresso. Os processos ágeis promovem desenvolvimento sustentável, além disso, uma contínua atenção à excelência técnica e bom design aumentam a agilidade.

A simplicidade é a arte de maximizar a quantidade de trabalho não realizado é essencial. As melhores arquitetura, requisitos e designs emergem de equipes auto organizáveis.

Resultados e Discussão

As metodologias ágeis têm transformado o desenvolvimento de software, oferecendo uma abordagem mais flexível e eficiente para a entrega de projetos. A implementação dessas metodologias traz inúmeros benefícios que vão além da simples melhoria nos processos de desenvolvimento. Alguns exemplos desses benefícios são: maior flexibilidade e adaptabilidade, entrega contínua de valor, melhor qualidade de software, maior satisfação do cliente, melhoria contínua do aumento da moral e engajamento da equipe, redução de riscos, transparência e visibilidade, desafios e limitações.

As metodologias ágeis oferecem diversos benefícios, mas também apresentam desafios e limitações que precisam ser reconhecidos e gerenciados. Diante disso, a implementação de metodologias ágeis requer grandes mudanças na cultura organizacional, nas práticas de gestão e na forma como os projetos são planejados e executados. Citamos algumas: mudança cultural e resistência à mudança, falta de experiência e conhecimento, escalabilidade em grandes organizações, dependência de colaboração e comunicação, medição de progresso ferramentas de suporte.

A implementação de metodologias ágeis no desenvolvimento de software é grandemente facilitada pelo uso de ferramentas de suporte. Essas ajudam a gerenciar projetos, rastrear progresso, facilitar a comunicação, a colaboração entre equipes e automatizar tarefas repetitivas por meio da criação de tickets para documentar os passos do projeto.

Algumas ferramentas de suporte são: 1. jira 2. trello 3. github. As metodologias ágeis têm evoluído significativamente desde a publicação do manifesto ágil em 2001 e essa evolução continua à medida que novas práticas, tecnologias e necessidades de negócios emergem. As tendências atuais e futuras apontam para uma expansão e aprofundamento das práticas ágeis em várias direções.

Conclusões

O futuro das metodologias ágeis é promissor, com uma tendência clara de expansão para diversas áreas organizacionais, além do desenvolvimento de software. A integração com práticas de devops, o uso de Inteligência Artificial e automação, a incorporação de design centrado no usuário são fatores que potencializam a eficiência e a flexibilidade das equipes. No entanto, a implementação bem-sucedida dessas metodologias requer uma mudança

cultural significativa, treinamento adequado e estratégias eficazes para escalar as práticas ágeis em grandes organizações. Apesar dos desafios, os benefícios das metodologias ágeis, como maior flexibilidade, entrega contínua de valor e melhoria contínua, indicam que elas continuarão a ser uma escolha estratégica para empresas que buscam inovação e adaptabilidade.

Agradecimentos

Agradeço a meus familiares que sempre me apoiaram em minhas decisões. A meus amigos que sempre me motivaram a continuar, a meus professores que com apoio e conhecimento formaram a pessoa que sou.

Referências

AMACOM. KIM, G.; HUMBLE, J.; DEBOIS, P.; WILLIS, J. (2016). **The devops handbook: how to create world-class agility, reliability, & security in technology organizations**. It revolution press.

ANDERSON, D. J. **Kanban: successful evolutionary change for your technology business**. Blue Hole Press, 2010.

BECK, K. (2003). **Test-driven development: by example**. Addison-Wesley.
Cohn, M. (2010).

BECK, K. **Extreme programming explained: embrace change**. 2. ed. Addison-Wesley, 2004.

BROWN, T. (2009). **Change by design: how design thinking transforms organizations and inspires innovation**. Harperbusiness.

JEFFRIES, R.; ANDERSON, A.; HENDRICKSON, C. **Extreme programming installed**. Addison-Wesley, 2000.

KNIBERG, H.; SKARIN, M. **Kanban and scrum - making the most of both**. c4media, 2010.

LARMAN, C.; BASILI, V. R. **Iterative and incremental development: a brief history**. IEEE computer, v. 36, n. 6, p. 47-56, 2003.

HIGHSMITH, J. (2009). **Agile project management: creating innovative products**. Addison-wesley.

POPPENDIECK, M.; POPPENDIECK, T. **Lean software development: an agile toolkit**. Addison-Wesley, 2003.

RUSSELL, S.; NORVIG, (2020). **Artificial intelligence: a modern approach**. 4th Pearson.

RUBIN, K. S. **Essential scrum**: a practical guide to the most popular agile process. Addison-Wesley, 2012.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. **The scrum guide**. Scrum.org, 2020.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T. **Lean thinking**: banish waste and create wealth in your corporation. Free Press, 2003.

A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO AMBIENTE DE SAÚDE

GUILHERME RIBEIRO DE SIQUEIRA
UNIALFA
guilhermeprog2002@gmail.com

Resumo

O trabalho examina a evolução da tecnologia e da Inteligência Artificial (IA) na saúde, com foco em sua aplicação em ambientes urbanos. A introdução contextualiza a história do uso da tecnologia na medicina, desde inovações como o microscópio até a IA, que tem revolucionado diagnósticos e tratamentos. Os objetivos principais deste estudo incluem analisar os impactos da IA na saúde urbana, identificar métodos eficazes de implementação e discutir os riscos e benefícios associados. A metodologia combina revisão de literatura e análise de Trabalho de Inteligência Artificial em 7 casos práticos, como o uso da IA em hospitais internacionais. O trabalho destaca a aplicação da IA na neurociência e na Oncologia, com ênfase em diagnósticos precoces de doenças, como Alzheimer e câncer. Exemplos de hospitais que implementaram IA, como o Mount Sinai e o Hospital de Câncer de Barretos, demonstram melhorias significativas no cuidado ao paciente. Conclui-se que a IA tem o potencial de transformar a saúde urbana, mas sua implementação deve ser acompanhada de cuidados éticos e técnicos para garantir a proteção dos dados dos pacientes e a equidade no acesso aos cuidados médicos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial (IA); tecnologia na medicina; Medicina.

Introdução

Ao longo da história, o ser humano tem buscado expandir suas capacidades naturais através do desenvolvimento tecnológico. Desde os primeiros instrumentos rudimentares, como porretes para defesa e pedras lançadas à distância, até a invenção do microscópio, que revelou um mundo invisível a olho nu, a evolução das máquinas sempre esteve presente para ampliar os limites humanos.

Com o avanço das ondas de rádio, a comunicação atravessou vastas distâncias, conectando populações de diferentes partes do mundo. No entanto, foi com o advento do computador que a humanidade experimentou uma ampliação monumental de suas capacidades.

A implementação de computadores não apenas aumentou a capacidade de calcular e armazenar informações em velocidades inimagináveis, mas também transformou a forma como processamos e recuperamos dados. A revolução digital que alterou profundamente nossa sociedade e nossas interações cotidianas.

Em 1936, Alan Turing, com apenas 24 anos, propôs um modelo teórico que viria a se tornar a base da computação moderna: a "máquina de Turing". Esta máquina, alimentada por uma fita com instruções de um único caractere, poderia ler e processar essas instruções conforme algoritmos predeterminados,

movendo a fita para frente ou para trás. A ideia de Turing foi revolucionária por ser a primeira proposta de uma máquina com múltiplas funções determinadas por um programa armazenado em memória (um software), em vez de ter uma pessoa alterando fisicamente a estrutura da máquina (Turing, 1936). Paralelamente ao avanço dos computadores, a área médica também passou por uma série de inovações tecnológicas que aprimoraram o diagnóstico e o tratamento de doenças. Ferramentas como o ecocardiograma, ultrassom, ressonância magnética e tomografia por emissão de pósitrons (PET) não apenas substituíram métodos tradicionais, mas também elevaram a precisão e a eficiência dos diagnósticos médicos.

Essas tecnologias impulsionaram uma era de diagnósticos baseados em imagens, muitas vezes, minimizando a necessidade de extensas avaliações clínicas e redefinindo a relação entre médicos e pacientes. Nos últimos anos, o aprendizado de máquina (Machine Learning) emergiu como uma das vertentes mais promissoras da Inteligência Artificial (IA), trazendo consigo o potencial de revolucionar ainda mais o campo da saúde.

Machine Learning é uma subcategoria da IA e refere-se à ciência de fazer com que computadores realizem ações sem programação explícita, ou seja, permitindo que os algoritmos aprendam com os dados para orientar decisões. Em outras palavras, é a capacidade dos computadores de aprenderem sozinhos a partir da interação com o usuário e da observação. Dentro do Machine Learning, o deep learning (ou aprendizado profundo) utiliza redes neurais para realizar tarefas de classificação.

Metodologia

Para atingir os objetivos, este estudo utilizará uma abordagem metodológica baseada em revisão de literatura e análise de casos. A revisão de literatura incluirá fontes acadêmicas e científicas para explorar os avanços recentes na aplicação de IA na saúde, enquanto a análise de casos fornecerá exemplos práticos de implementação de IA em ambientes urbanos. Também serão avaliados dados secundários para identificar tendências e padrões na utilização de IA no setor da saúde, especialmente, em relação ao cumprimento dos ODS.

Resultados e Discussão

A pesquisa realizada demonstra o potencial transformador da Inteligência Artificial (IA) na área da saúde, especialmente, no campo da neurologia e oncologia. A análise de dados complexos, como imagens médicas e informações genéticas, possibilitada pela IA, tem se mostrado crucial para o diagnóstico precoce de doenças como Alzheimer e diversos tipos de câncer. Algoritmos de aprendizado de máquina, por exemplo, têm identificado padrões sutis em imagens de ressonância magnética, permitindo a detecção de alterações cerebrais características de doenças neurodegenerativas em estágios iniciais.

Além do diagnóstico precoce, a IA também tem demonstrado grande potencial na personalização de tratamentos. Ao analisar dados genéticos e clínicos de cada paciente, é possível desenvolver planos terapêuticos mais eficazes e com menores efeitos colaterais. A capacidade da IA de monitorar

continuamente a progressão de doenças permite ajustes oportunos no tratamento, otimizando os resultados e melhorando a qualidade de vida dos pacientes. No entanto, a implementação da ia na saúde enfrenta desafios significativos. A garantia da privacidade dos dados, a interpretação de modelos complexos e a necessidade de integração com sistemas de saúde existentes são alguns dos obstáculos a serem superados. Além disso, é fundamental desenvolver algoritmos imparciais e livres de vieses para garantir a equidade no acesso aos benefícios da ia.

Conclusões

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a Inteligência Artificial representa uma revolução na área da saúde. A capacidade da IA de analisar grandes volumes de dados e identificar padrões complexos oferece novas possibilidades para o diagnóstico precoce, o desenvolvimento de tratamentos personalizados e o monitoramento contínuo de doenças.

No entanto, para que todo o potencial da IA seja explorado, é necessário investir em pesquisa e desenvolvimento, além de estabelecer um marco regulatório que garanta a ética e a segurança na utilização dessas tecnologias. A IA tem o potencial de transformar a prática médica, tornando-a mais precisa, personalizada e eficiente. Ao integrá-las aos cuidados de saúde, podemos não apenas prolongar vidas, mas também melhorar significativamente a qualidade de vida de milhões de pessoas.

Agradecimentos

Agradecemos a Unialfa pela oportunidade e ao professor Marcos Dias de Paula pelo apoio.

Referências

CNN BRASIL. **Exame de sangue com IA realiza detecção precoce de nove tipos de câncer.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/exame-de-sangue-com-ia-realiza-deteccao-precoce-de-nove-tipos-de-cancer/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA, A. G., & RIEDEL, B. **O impacto da Inteligência Artificial na medicina moderna.** Revista brasileira de engenharia biomédica, vol. 40, no. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/f3kqkjjvqjxb4985fdmfvb8b/>.

CUNHA, C. **A máquina de Turing e o desenvolvimento da computação.** disponível em: <https://www.feg.unesp.br/home/paginaspessoais/cristovaocunha/ai-alan-turing.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde reforça importância do diagnóstico precoce da doença de Alzheimer para evitar progressão rápida da doença. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/saude-reforca-importancia-do-diagnostico-precoce-da-doenca-de-alzheimer-para-evitar-progressao-rapida-da-doenca>. Acesso em: 9 set. 2024.

MEDICINAS. **Avanços no diagnóstico precoce do câncer.** Disponível em: <https://medicinas.com.br/avancos-cancer/>. Acesso em: 10 out. 2024.

NEWSLAB. **Exame de sangue com IA realiza detecção precoce de nove tipos de câncer.** Disponível em: <https://newslab.com.br/exame-de-sangue-com-ia-realiza-deteccao-precoce-de-nove-tipos-de-cancer/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

A ferramenta de IA capaz de detectar tumores que passaram despercebidos por médicos: Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c29wz5d2weyo>
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/brjd/article/view/23443>. Acesso em 15 set. 2024.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE DESASTRES NATURAIS EM CENTROS URBANOS

VICTOR HUGO MENDES DE SOUSA
UNIALFA
victormendesgyn774@gmail.com

Resumo

Desastres naturais, como terremotos, incêndios e enchentes são eventos catastróficos que resultam em enormes prejuízos econômicos, sociais e ambientais, especialmente, em regiões sem estratégias eficazes de gestão de crises (SCI-HUB, 2017). Esses eventos, frequentemente, causam perdas de vidas e bens materiais, deixando comunidades devastadas. No entanto, o impacto desses desastres pode ser consideravelmente reduzido se formos capazes de prever suas ocorrências e mitigar seus efeitos, mesmo que de forma parcial (Prakash; Barthwal; Acharya, 2023). A Inteligência Artificial surge como uma ferramenta promissora nessa área, graças a sua capacidade de processar grandes volumes de dados, identificar padrões e realizar previsões em tempo real. Já amplamente utilizada em setores como atendimento ao consumidor, mercado financeiro e saúde (Lång et al., 2023), a IA também pode ser aplicada para prever desastres naturais. Ao analisar dados históricos e situações em tempo real, um sistema seria capaz de alertar a parte da população afetada por um desastre natural e iniciar automaticamente os processos de mitigação, permitindo respostas rápidas e eficazes. Dessa maneira, a Inteligência Artificial representa uma nova esperança no amparo de milhares de vidas e na mitigação do impacto dos desastres naturais. Este estudo utiliza a metodologia de revisão de literatura para apresentar os conceitos associados ao tema e concentra-se especificamente na análise e gerenciamento dos fenômenos hidrológicos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; desastres naturais; modelos de previsão.

Introdução

Os desastres naturais têm se tornado cada vez mais frequentes e severos, resultando em impactos devastadores em regiões urbanas e rurais. Inundações, em particular, estão entre os eventos mais comuns e perigosos, sendo responsáveis por grandes perdas econômicas, sociais e ambientais.

A crescente necessidade de prever e mitigar esses desastres tem impulsionado o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, com destaque para a aplicação da Inteligência Artificial. Utilizando machine learning e redes integradas de internet das coisas, a IA oferece soluções para monitoramento em tempo real e previsões precisas de fenômenos hidrológicos, fornecendo uma resposta proativa e eficaz diante eventos críticos.

Esse trabalho tem como objetivo explorar o uso de IA na gestão de desastres naturais, com foco em sistemas de previsão de enchentes, como o floodalert, que emprega técnicas de análise de dados avançadas para fornecer alertas e mitigar os impactos desses eventos. As metodologias adotadas para a realização do trabalho são: revisão sistemática da literatura serão apresentado os conceitos relativos ao tema e um estudo de caso onde será discutido como a

IA pode ser integrada a sistemas de monitoramento e tomada de decisão em tempo real, destacando os benefícios, desafios e futuro dessa abordagem.

Metodologia

Este trabalho utiliza as metodologias de revisão bibliográfica para apresentação dos conceitos relacionados ao tema e de estudo de caso, para analisar o comportamento das tecnologias abordadas no trabalho e seu desempenho.

Resultados e Discussão

A Inteligência Artificial (IA) tem se mostrado uma ferramenta poderosa na melhoria da nossa capacidade de prever e gerenciar desastres naturais. No entanto é essencial compreender suas limitações e superá-las de forma estratégica para que seus benefícios sejam plenamente alcançados. Recentemente, a IA ganhou destaque em várias áreas, como medicina e finanças, devido a avanços significativos nos algoritmos, ao crescimento exponencial do poder computacional e à disponibilidade cada vez maior de grandes volumes de dados. Essas inovações também prometem grandes avanços no campo da gestão de desastres naturais.

A expectativa é que a IA possa transformar a forma como lidamos com dados geoespaciais, ajudando a aumentar nossa capacidade de detectar desastres, prever eventos com maior precisão e melhorar a eficácia das comunicações de emergência. A qualidade dos dados é a base de qualquer aplicação bem-sucedida de IA.

A utilização de Inteligência Artificial, em desastres naturais em ambientes urbanos, apresenta uma série de desafios e limitações que merecem ser considerados. Embora a tecnologia tenha o potencial de melhorar a resposta em emergências, há fatores humanos e contextuais que não podem ser ignorados. Um dos principais desafios é a qualidade e a disponibilidade dos dados. Em muitas cidades, os dados sobre infraestrutura, população e vulnerabilidades não estão atualizados ou são incompletos.

Isso pode comprometer a eficácia dos modelos preditivos, que dependem de informações precisas para oferecer recomendações úteis. Além disso, áreas de alta densidade populacional pode apresentar uma dinâmica complexa, tornando a previsão de evacuação e movimentação da população mais difícil. Outro aspecto importante é a questão da aceitação da tecnologia. Em situações de crise, as pessoas tendem a confiar mais em informações que vêm de fontes conhecidas, como autoridades locais ou comunidades.

Conclusões

Nesta pesquisa, foi possível observar como a Inteligência Artificial aplicada à gestão de desastres naturais oferece soluções eficazes, especialmente, no que se refere à previsão e mitigação de enchentes.

O estudo do sistema floodalert demonstrou como a integração de algoritmos de machine learning, com dados hidro meteorológicos em tempo real, pode otimizar a previsão. Além disso, a emissão de alertas a análise do sistema floodalert mostrou como a IA pode transformar a resposta a desastres, mas

desafios relacionados à calibração de sensores, colaboração entre pesquisadores, governos e empresas ainda é um fator crucial para o sucesso dessas tecnologias.

O estudo também evidenciou que a IA pode desempenhar um papel fundamental na mitigação de desastres naturais em áreas urbanas, ao melhorar a detecção e comunicação de eventos extremos, como enchentes.

Agradecimentos

Agradecemos a Unialfa pela oportunidade e ao professor Marcos Dias de Paula pelo apoio

Referências

ZHOU, L. et al. **Emergency decision making for natural disasters: an Overview**. International journal of disaster risk reduction, v. 27, p. 567–576, mar. 2018. Disponível em: <<https://sci-hub.se/https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2212420917302789>>. Acesso em 8 ago. 2024.

PRAKASH, C.; BARTHWAL, A.; ACHARYA, D. **Floodalert: an internet of things based real-time flash flood tracking and prediction system**. Multimedia tools and applications, 22 abr. 2023. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11042-023-15298-w>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

LÂNG, K. et al. **Artificial intelligence-supported screen reading versus standard double reading in the mammography screening with artificial intelligence trial (MASAI): a clinical safety analysis of a randomised, controlled, non-inferiority, single-blinded, screening accuracy study**. Lancet oncology, v. 24, n. 8, p. 936–944, 1 ago. 2023. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37541274/>>. Acesso em 9 ago. 2024.

Entenda a diferença entre os tipos de desastres naturais e tecnológicos registrados no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/ultimas-noticias/entenda-a-diferenca-entre-os-tipos-de-desastres-naturais-e-tecnologicos-registrados-no-brasil>>. Acesso em 9 ago. 2024.

Earthquakes, tornadoes, and wildfires | all about natural disasters | britannica. , 2024. (nota técnica). Disponível em: <<https://www.britannica.com/video/237878/natural-disasters-impact>> Acesso em 9 ago. 2024.

Chuvas no RS: entenda as causas de uma das piores tragédias climáticas no estado e por que a situação deve piorar. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/05/02/chuvas-no-rs-entenda-as-causas-de-uma-das-piores-tragedias-climaticas-no-estado-e-por-que-a-situacao-deve-piorar.ghtml>>. Acesso em 12 ago. 2024.

CHAI, J.; WU, H. **Prevention/mitigation of natural disasters in urban areas.** v. 1, n. 1, 9 ago. 2023. disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s44268-023-00002-6>. Acesso em 9 ago. 2024.

PREDICTIVE ANALYTICS VS. **AI**: why the difference matters in 2023? | data science dojo. Disponível em: <https://datasciencedojo.com/blog/predictive-analytics-vs-ai/>. Acesso em 9 ago. 2024.

CHLOE. **The impact of AI in predictive analytics:** improving forecast accuracy. disponível em: < <https://www.momentslog.com/development/architecture/the-impact-of-ai-in-predictive-analytics-improving-forecast-accuracy>>. Acesso em 9 ago. 2024.

AGAN, J. **AI for all phases of disaster management.** disponível em: <https://engineering.tamu.edu/news/2024/07/ai-for-all-phases-of-disaster-management.html>. Acesso em 9 ago. 2024.

World health organization. **Floods.** Disponível em: < https://www.who.int/health-topics/floods#tab=tab_1. Acesso em 19 ago. 2024.

vassar_climate. **Flood management with ai and advanced water resource analytics.** Disponível em: <https://vassarlabs.com/flood-management-with-ai/>. Acesso em 9 ago. 2024.

ABRIGO E CLÍNICA VETERINÁRIA

RICARDO PASCOAL
UNIALFA
ricardopascoall@gmail.com

Resumo

Este projeto de Trabalho Conclusão de Curso apresenta uma proposta de um projeto arquitetônico de um abrigo e clínica veterinária particular para a cidade de Inhumas, Goiás. Será uma proposta que trará benefício para os animais abandonados e também para a população que não tem acesso à clínicas particulares. Vamos levantar dados de abandonos e pessoas sem acesso a clínicas particulares na cidade por meio de pesquisas em ONG'S e entrevista com a população. O abrigo e clínica veterinária contarão também com um espaço para feira para a adoções dos animais e vendas de materiais para ajudar nos custos da própria.

Palavras-chave: Adoção; abandono; animais domésticos; abrigo.

Introdução

Em 20 de setembro de 1858 Inhumas surgia com o nome goiabeira. Por ser ponto de descanso para tropeiros, o vilarejo surgiu a partir da referência de um extenso goiabal, o que mais tarde se tornou uma fazenda de gado. Em dois de dezembro de 1908, foi promulgada a lei nº 40 que dava nova denominação ao distrito que passou a chamar-se Inhumas.

Este nome, aliás, mais sugestivo e apropriado, nasceu do espírito influente do saudoso jornalista Moisés Santana que assim quis perpetuar na lembrança de todos o fato curioso de só aqui até então serem encontradas as taciturnas e interessantes inhuma ou anhuma, aves de porte elegante, quase negras, cujo canto desperta profunda nostalgia. A população de Inhumas, segundo o último censo, é de 52. 204 pessoas (IBGE 2022).

O tema a ser desenvolvido no trabalho de conclusão de curso será um abrigo para animais domésticos abandonados e para as pessoas com menor recurso financeiro, localizado na Cidade de Inhumas, Goiás.

O projeto também contará com uma clínica veterinária particular, pet shop e uma praça com feira para a interação da população no momento de adoção os animais resgatados. O abrigo contará com espaço para 100 animais. Ele será mantido por meio de doação da população, como também com produtos personalizados dos animais abandonados vendidos nas feiras.

Metodologia

Para a concretização e bom entendimento deste projeto, serão feitos os levantamentos bibliográficos e estudos de caso. Para o levantamento de dados, será feita entrevista com a população e com uma ONG local que se chama SOS animais.

Os estudos de caso serão feitos para auxiliar na criação do projeto e para compreender como se dá o dia a dia de um abrigo e clínica veterinária. Os estudos de casos serão centro de bem-estar animal de la perla (Medellín, colômbia), clínica veterinária Masans (CHUR, Suíça) e Brigada canina (Houilles, França).

Resultados e Discussão

Os estudos escolhidos têm como o objetivo entender melhor as necessidades de um abrigo e clínica veterinária para animais de pequeno porte, além de compreender os aspectos físicos das clínicas e como funciona a organização e as necessidades delas no dia a dia. Para melhor compreender o funcionamento de uma clínica veterinária, foram selecionados três estudos de casos que são: Centro de bem-estar animal de la perla; clínica veterinária Masans; Brigada canina.

Conclusões

O esquema volumétrico dá uma ideia de como vai ficar a edificação no terreno, podendo ser mudada a forma e os setores de lugares quando começar a projetar. A forma será de prismas retilíneos, que agradam visualmente o público por lá frequentado.

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, a Deus, meus pais, minha irmã e minha noiva

Referências

Gatos, cães. **Brasil tem cerca de 185 mil animais abandonados ou resgatados após maus-tratos.** [s. l.], 29 jun. 2023. Disponível em: <https://caesegatos.com.br/brasil-tem-cerca-de-185-mil-animais-abandonados-ou-resgatados-apos-maus-tratos/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

Notícia, UNB. **Abandono de animais é crime.** [s. l.], 29 jun. 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/6573-abandono-de-animais-e-crime>. Acesso em: 6 dez. 2023.

Animais, SOS. ONG de animais. [s. l.], 16 jun. 2020.

UNIALFA SUSTENTÁVEL: NA ERA DOS ODS

PAOLA REGINA ANTONACIO MONTEIRO

Coautores

NIUSA PIMENTEL MORAIS SOUSA

RAFAEL AUGUSTO DOS REIS

KAUAN ROQUE MONTEIRO

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA

paola.monteiro@unialfa.com.br

Resumo

Este projeto pretende reforçar o reconhecimento da ALFA em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e integrá-los em sua missão e visão. A proposta envolve a formalização da adoção dos ODS em todas as atividades da instituição, incluindo currículos acadêmicos, pesquisa e extensão universitária. Com isso, busca-se evidenciar o comprometimento institucional e criar um ambiente propício ao diálogo e ao compartilhamento de conhecimento. Os objetivos do projeto incluem a integração dos ODS nos currículos, a promoção de pesquisa e extensão relacionadas aos ODS e a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação. A fundamentação da proposta está na ideia de uma educação transformadora e no papel das instituições de ensino superior na promoção do desenvolvimento sustentável. Os resultados esperados englobam a integração curricular dos ODS, pesquisa e inovação para soluções sustentáveis, engajamento comunitário e a criação de uma cultura institucional voltada para a sustentabilidade. Resultados específicos incluem publicações científicas, organização de eventos, elaboração de relatórios técnicos, desenvolvimento de planos de transformação e proposição de soluções inovadoras, além de um processo contínuo de monitoramento e avaliação. O propósito final é fortalecer a posição da ALFA como uma instituição comprometida com a sustentabilidade e contribuir para um mundo mais justo e equitativo, alinhado às metas globais da ONU.

Palavras-chave: 1. ODS; 2. Educação transformadora; 3. Inovação.

A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ESTADO DE GOIÁS: ANÁLISE DOS DESAFIOS NA SUA FISCALIZAÇÃO E CUMPRIMENTO À LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DA LEI 12.594 (SINASE)

LETÍCIA ALEXANDRE CAETANO
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
leticiamixer2002@gmail.com

Resumo

Este projeto de pesquisa tem como objetivo principal analisar a efetividade da execução das medidas socioeducativas no Estado de Goiás. A pesquisa busca identificar os desafios enfrentados na fiscalização e cumprimento dessas medidas, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei do SINASE. O embasamento teórico do projeto apresenta alguns dos principais conceitos relacionados ao tema tratado, adolescência, o termo “menorismo”, a criação do ECA e da Lei do SINASE e seus principais objetivos. O problema de pesquisa se concentra em entender como eventuais lacunas legislativas e a falta de clareza nas diretrizes para a realização dos procedimentos judiciais no ato da execução impactam a eficácia dessas medidas. A metodologia proposta inclui pesquisa documental e bibliográfica, com base em legislações pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei do SINASE (Lei 12.594). A pesquisa também envolve o estudo de campo em alguns dos órgãos executores e fiscalizadores para ilustrar os principais obstáculos enfrentados, bem como a análise dos dados obtidos relacionados à aplicação dessas medidas no âmbito estadual. Este estudo pretende oferecer um panorama atualizado sobre as legislações disponíveis para a execução das medidas socioeducativas, descrever os principais desafios enfrentados na sua aplicação e como esses impactam no alcance dos objetivos de reeducação e ressocialização de adolescentes infratores, com enfoque no Estado de Goiás.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas; execução; Sinase; ECA; Goiás.

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL

LUCAS BORGES CORRÊA DE SOUZA
UNIALFA
lucasborgescs01@gmail.com

Resumo

O projeto de pesquisa se concentra em um tema de grande relevância no contexto atual: a proteção constitucional da privacidade na era digital. O avanço acelerado das tecnologias da informação e a coleta massiva de dados pessoais por governos e empresas têm gerado novos desafios para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Neste cenário, o estudo busca uma análise aprofundada das garantias constitucionais oferecidas pela Constituição Federal brasileira e sua eficácia diante de um cenário de constante digitalização. O objetivo central do projeto é compreender como a Constituição brasileira, especialmente por meio do artigo 5º, inciso X, que assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, protege a privacidade dos cidadãos. A pesquisa também busca comparar essas garantias com as de outras legislações internacionais, como a Diretiva Europeia de Proteção de Dados, um dos marcos regulatórios mais rigorosos nesse campo. Esse aspecto comparativo é importante, pois permite identificar lacunas na legislação brasileira e oportunidades de aprimoramento. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, baseada, principalmente, em uma revisão bibliográfica de doutrinas especializadas em Direito Digital e Proteção de Dados, bem como em análises de decisões judiciais, normas constitucionais e regulamentos internacionais. O projeto também se apoia em análise documental de legislações e jurisprudências que tratam diretamente da privacidade tanto no Brasil quanto em outros países. A pesquisa espera apontar que, embora a Constituição brasileira ofereça garantias importantes, há desafios significativos na sua efetivação, principalmente, devido à evolução de tecnologias como a Inteligência Artificial, o monitoramento de informações on-line e a vigilância digital. A partir disso, o estudo visa sugerir medidas legislativas e jurídicas que fortaleçam a proteção da privacidade no Brasil, alinhando-se com os desafios da era digital. O trabalho final pretende fornecer uma base teórica sólida para a promoção de reformas legislativas e ajustes nas políticas públicas, de modo a assegurar a eficácia das normas constitucionais. Este projeto, portanto, contribui para o debate sobre a proteção de direitos fundamentais no ambiente digital e oferece sugestões para o aprimoramento da legislação brasileira diante dos avanços tecnológicos, buscando equilibrar o uso de novas tecnologias com a preservação da privacidade dos cidadãos.

Palavras-chave: Privacidade; dados; constitucional; era digital.

DIREITO À DESCONEXÃO: LIMITES ENTRE TRABALHO E VIDA PESSOAL NO TELETRABALHO

KAROLLINE MESQUITA FELIX
UNIALFA
karolline.felix31@gmail.com

Resumo

Essa pesquisa tem como tema o direito fundamental garantido aos trabalhadores, o Direito à Desconexão. A adoção do teletrabalho tornou-se comum devido às questões vivenciadas pela humanidade, trazendo questionamentos de até que ponto é benéfico para o trabalhador esse molde de trabalho. Com esse modelo adotado pelas empresas, um dos direitos dos empregados vem sendo negligenciado, direito à desconexão. O trabalhador assim como qualquer pessoa tem direitos, que são garantidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com isso essa pesquisa busca analisar de que forma as medidas adotadas pela nossa legislação vem sendo implementadas pelas empresas, para controlar essa conectividade com intuito de cumprir limites claros e objetivos da vida pessoal e profissional dos trabalhadores. Além disso, busca compreender os desafios e impactos do teletrabalho sobre o controle da jornada, a sobrecarga de trabalho e a necessidade de garantir um equilíbrio saudável entre as atividades laborais e a vida privada. Outro ponto levado em consideração são as mudanças geradas pela Reforma trabalhista implementada em 2017. A garantia ao direito à desconexão é de suma importância para contribuir com a qualidade do trabalho e vida dos trabalhadores, visando equilibrar a flexibilidade do teletrabalho com a proteção dos direitos dos empregados. Logo, essa pesquisa tem o intuito de trazer esclarecimentos e pontos de melhoria para que esse formato de trabalho seja benéfico e adotado de forma correta pelas empresas. A partir de uma abordagem qualitativa, a pesquisa pretende trazer esclarecimentos sobre o conceito e objetivos da desconexão no teletrabalho, por meio de um raciocínio dedutivo para se alcançar uma conclusão.

Palavras-chave: Direito à desconexão; teletrabalho; limites entre trabalho e vida pessoal.

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COMO INSTITUTO EFICAZ NO COMBATE À CRISE JUDICIÁRIA

MAX BHRENNO KENNER ARANTES SILVA

UNIALFA

maxbhrenno@gmail.com

Resumo

O presente trabalho abordará a eficácia do Acordo de Não Persecução Penal, tendo em vista o cenário caótico que perpassa o poder judiciário acerca do alto índice de processos que tramitam nas varas judiciais em todo o país. Nessa senda, a prestação jurisdicional célere e eficaz é afetada e o acesso à justiça se torna um verdadeiro impasse. O ordenamento jurídico brasileiro tem implementado métodos e ferramentas de acordo nas mais variadas áreas do Direito, visando o desafogamento do sistema judicial e promover uma cultura do consenso no Brasil. No que se refere ao Direito Penal e processual penal, o Acordo de Não Persecução Penal foi inserido no ordenamento Jurídico brasileiro com a Lei nº. 13.964 de 2019 “pacote anticrime”, se tratando de um negócio jurídico pré-processual extrajudicial, como um modelo de medida despenalizadora. O objetivo geral da pesquisa é analisar o ANPP como método eficaz de otimização do sistema judicial, no que se refere às demandas criminais, entendendo mais como esse instituto tem se estabelecido e avançado, sob a compreensão do modelo de justiça consensual penal e processual penal no ordenamento jurídico pátrio. A pesquisa se apresentará como qualitativa, e o método utilizado se refere ao hipotético-dedutivo. A técnica de pesquisa utilizada será a análise bibliográfica, com o levantamento de informações em doutrinas, artigos científicos e documentos legislativos. O tema é de notória importância ao ambiente acadêmico e à sociedade, pois traz uma explanação sobre o ANPP como instituto despenalizador e consensual, como também abarca um dos fenômenos mais discutidos atualmente: o congestionamento do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Acordo de não persecução penal; cultura do consenso; justiça penal consensual; pacote anticrime; poder judiciário.

IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABANDONO AFETIVO E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA MITIGAÇÃO DOS DANOS

SAMELLA CALDAS DA SILVA

UNIALFA

studio.negociosgyn@gmail.com

Resumo

O abandono afetivo da criança, caracterizado pela ausência de suporte emocional por parte de responsáveis, pode gerar sérios efeitos psicológicos, como transtornos de ansiedade, depressão e baixa autoestima, afetando profundamente o desenvolvimento emocional e social dos indivíduos, especialmente, crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, os efeitos psicológicos podem causar consequências sociais e jurídicas significativas na vida do infante. Desta forma, a pesquisa investiga o papel da Defensoria Pública na mitigação desses danos. Assim, o questionamento jurídico que se apresenta é: qual é o papel da Defensoria Pública na proteção dos direitos fundamentais do infante em casos de abandono afetivo e como suas ações podem mitigar os danos psicológicos e sociais causados por essa violação? A Defensoria Pública desempenha um papel crucial ao oferecer orientação jurídica gratuita e representar as vítimas em processos legais, buscando compensação e justiça para os danos emocionais sofridos. Esse questionamento abrange a análise de como a Defensoria Pública atua em defesa do direito à convivência familiar e o combate ao abandono afetivo, além de examinar a eficácia de suas intervenções para minimizar os impactos emocionais e sociais na vida da criança ou adolescente. O objetivo é fornecer uma visão delimitada sobre como a Defensoria Pública pode contribuir para a redução dos impactos psicológicos do abandono afetivo, por meio de intervenções legais eficazes e do acesso a suporte psicológico adequado. A pesquisa será predominantemente qualitativa, com enfoque descritivo e exploratório. Ela visa compreender os fenômenos sociais e jurídicos relacionados ao abandono afetivo e seu impacto psicológico no infante, além de analisar o papel da Defensoria Pública na mitigação desses danos. Revisão bibliográfica e documental: Levantamento de doutrinas, jurisprudências e leis que tratam do abandono afetivo, direitos fundamentais da criança e adolescente e o papel da Defensoria Pública. Estudo de casos práticos: Análise de casos reais ou fictícios nos quais a Defensoria Pública atuou em prol de crianças e adolescentes vítimas de abandono afetivo. Isso pode incluir processos judiciais e relatórios de atendimento da Defensoria. Análise documental: essa técnica será usada para revisar legislação, normas jurídicas e casos jurisprudenciais que abordem a questão do abandono afetivo e a atuação da Defensoria Pública. Estudo de casos: serão analisados exemplos práticos de intervenções da Defensoria Pública em situações de abandono afetivo. A técnica de estudo de casos permitirá a aplicação de conceitos jurídicos e psicológicos no contexto real. Levantamento bibliográfico: Identificar doutrinas, artigos científicos e pareceres sobre o tema. Fontes jurídicas, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e decisões do STF ou STJ, serão fundamentais.

Análise crítica: Comparar o que a legislação prevê sobre o abandono afetivo com o que é aplicado na prática.

Palavras-chave: Abandono afetivo; impactos psicológicos; defensoria pública; intervenções legais; proteção jurídica; suporte psicológico.

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PELO STF: ANÁLISE DO ART. 43 DO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RISTF

FELIPE GOMES DOS SANTOS
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
gomesdossantosf78@gmail.com.

Resumo

A Constituição Federal de 1988 compete ao Supremo Tribunal Federal, órgão máximo de poder do Poder Judiciário, a guarda da Carta Magna de 1988, deveres de caráter processual e autonomia para julgar. Nesse diapasão, nenhuma dessas competências dispõe acerca da instauração de inquérito pelo Supremo Tribunal Federal, mas em seu Regimento Interno –RI, precisamente em seu art. 43, há prerrogativa para a materialização desse ato. O Código de Processo Penal de 1941, lei infraconstitucional, dita que a estrutura do processo penal será acusatória, ou seja, respeitará as fases administrativas e processuais da aludida estrutura, nisto competindo à Polícia Judiciária (Polícia Civil e Federal) a instauração de inquéritos. Em acordante com tal norma, a Constituição Federal de 1988 assegura os princípios do Devido Processo Legal, Juiz Natural e Imparcialidade do Juiz não restando abertura para interpretações equivocadas quanto à instauração de inquérito por tribunais e com o fim de sanar qualquer resquício de supremacia inquisitorial. Mesmo com isso, a Suprema Corte tem usado dessa prerrogativa para instaurar inquéritos, ainda que contra a Constituição Federal de 1988. Exemplo disto, o Inquérito 4.781/2019 do Distrito Federal (Inquérito das Fake News), apontado e analisado nesta pesquisa quanto a suas (in)constitucionalidades. Portanto, ocupa-se está de analisar as (in)constitucionalidades do art. 43 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – RISTF, bem como a de seus atos por meio desta prerrogativa. Para tanto, essa se trata de natureza aplicada utilizando-se de uma linha de raciocínio dialética, com objetivo explicativo, por meio de procedimentos de levantamento e abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Instauração de inquérito; Supremo Tribunal Federal; regimento interno; Constituição Federal de 1988.

DIREITOS DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES AÉREOS COMERCIAIS: UMA PERSPECTIVA LEGAL E SOCIAL

BRENDA DE PAULA SOUSA
UNIALFA
brendagoiania71@gmail.com

Resumo

Neste trabalho vamos estudar sobre o acidente aéreo comercial da Voepass, ocorrido em 09/08/2024, levando a óbito 64 pessoas, incluindo clientes e tripulação. Vamos ressaltar todo contexto histórico da companhia aérea, compreender o contrato de codashare, acordado entre a Voepass e Latam Brasil, quais serão os direitos adquiridos pelas famílias das vítimas, como garantir a aplicabilidade desses direitos, e sobre quem deve recair a responsabilidade, seria a companhia aérea latam, ou Voepass? Iremos buscar respostas a esses questionamentos, além de compreender a aplicabilidade do Direito nessas situações.

Palavras-chave: Acidente aéreos voepass.

E-NOTARIADO E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS ATOS NOTARIAIS: CONFIABILIDADE, CRESCIMENTO E SEGURANÇA JURÍDICA NAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS"

VICTOR LOPES NERES
UNIALFA
victor_lopes15@outlook.com

Resumo

A digitalização dos serviços notariais no Brasil representa um marco importante na modernização do sistema extrajudicial, promovendo maior acessibilidade, eficiência e segurança jurídica. A plataforma e-Notariado, regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça, é uma das principais inovações nesse contexto, permitindo a realização de atos notariais de forma eletrônica. Diante disso, a pesquisa tem como objetivo principal analisar a eficácia da plataforma e-Notariado na modernização dos serviços notariais no Brasil. Especificamente, descrever os atos notariais eletrônicos realizados no Cartório Bruno Quintiliano, em Aparecida de Goiânia, entre 2021 e 2023; avaliar a segurança jurídica percebida pelos usuários na execução desses atos; e identificar as inovações tecnológicas da plataforma, destacando seu impacto na confiabilidade e acessibilidade dos serviços notariais. A pesquisa adota a metodologia de Estudo de Caso, com abordagem qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa visa explorar as percepções e experiências dos usuários em relação aos atos notariais eletrônicos, enquanto os dados quantitativos complementam a análise, evidenciando padrões e tendências nos procedimentos realizados. Essa metodologia permite uma análise profunda do fenômeno da digitalização dos serviços notariais no contexto de uma serventia extrajudicial específica. Espera-se que a pesquisa revele o impacto positivo da plataforma e-Notariado na modernização e confiabilidade dos atos notariais, além de uma maior segurança jurídica para os usuários. A pesquisa também deve apontar as principais dificuldades enfrentadas, especialmente, por aqueles com menor familiaridade tecnológica. A pesquisa deverá concluir que a digitalização dos serviços notariais, por meio do e-Notariado, promoveu um avanço significativo na acessibilidade e segurança jurídica, modernizando o sistema extrajudicial. Contudo, também se espera que desafios relacionados à usabilidade e familiaridade tecnológica precisem ser superados para garantir que todos os cidadãos possam efetivar seus direitos com segurança.

Palavras-chave: Atos notariais; e-notariado; segurança jurídica; digitalização.

A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E CRIMES CIBERNÉTICOS: LIMITES E IMPLICAÇÕES

ANA CAROLINA FERREIRA ANSELMO

UNIALFA

acfa2003@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os crimes cibernéticos que ocorrem atualmente e compreender os desafios na aplicação da legislação brasileira a esses crimes virtuais, e estudar como que essa interdependência é fundamental para uma aplicabilidade mais eficaz perante os crimes digitais. Com a evolução da tecnologia, os cibercrimes se tornaram cada vez mais frequentes, como os hackeamentos de aplicativos, contas bancárias e de dados, bem como ataques em larga escala, atingindo empresas, atravessando fronteiras internacionais, como por exemplo, um hacker localizado na Europa podendo invadir diversas contas no Brasil. Por conseguinte, este projeto de pesquisa busca estudar esses crimes e analisar a ausência de punibilidade da lei frente aos crimes cibernéticos, identificar as lacunas na legislação brasileira, que dificultam a investigação e punição em relação aos crimes cibernéticos, como o vazamento de dados pessoais, assédio on-line, além das consequências relacionadas a tais crimes, utilizando uma pesquisa básica para elaborar o projeto. A pesquisa será conduzida seguindo uma linha de raciocínio indutiva, analisando, por meio de fatos e observações, a interdependência existente entre a legislação brasileira e os crimes cibernéticos e nos limites existentes entre eles, identificando as deficiências da legislação brasileira. Em conjunto, serão analisadas as leis nacionais, comparadas com legislações de outros países. O estudo será de natureza exploratória, com o objetivo principal de investigar e identificar, a ausência de punibilidade da lei em razão dos crimes cibernéticos, analisando a legislação brasileira e identificando incoerências e deficiências. Serão empregados levantamentos de casos existentes, analisando decisões judiciais, notícias, artigos e reportagens sobre casos de crimes cibernéticos nos últimos anos complementadas por pesquisas documentais. E como objetivo da pesquisa, será discutido os desafios que serão enfrentados na aplicabilidade e na ausência de punibilidade que há diante de tais crimes e estudar as implicações sociais desses crimes.

Palavras-chave: Crimes cibernéticos; ausência de punibilidade; crimes digitais; hackeamento; cibercrimes; legislação.

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA JURÍDICA NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO: BENEFÍCIOS E DESAFIOS

ARIENE MACHADO GONÇALVES
UNIALFA
ariene_machado@hotmail.com

Resumo

O tema “O Impacto da Inteligência Artificial na Prática Jurídica no Sistema Judiciário Brasileiro: Benefícios e Desafios” explora as profundas mudanças que a IA tem causado no ambiente jurídico. A introdução da IA no sistema judiciário oferece benefícios expressivos, como a automatização de processos repetitivos, a aceleração do julgamento de casos e a melhoria na precisão de decisões baseadas em dados. O objetivo geral do estudo é analisar as contribuições, desafios e impactos da IA na atuação dos profissionais do Direito no Brasil. O problema de pesquisa busca compreender os principais efeitos e dificuldades éticas e legais associados à implementação da IA no sistema judiciário brasileiro. A metodologia inclui uma pesquisa bibliográfica e documental diversificada, com abordagem qualitativa, utilizando análise doutrinária, jurisprudências e artigos científicos. O método científico adotado é o indutivo, partindo da observação da realidade jurídica atual para gerar conclusões. O estudo revela que, embora a IA traga melhorias consideráveis em termos de eficiência e redução de custos processuais, existem desafios substanciais, como a regulamentação apropriada, a proteção da privacidade de dados e o impacto da tecnologia na profissão jurídica. As conclusões apontam para a necessidade de um equilíbrio entre o avanço tecnológico e a preservação dos direitos fundamentais dos cidadãos, como o acesso igualitário à justiça.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; judiciário; benefícios; tecnologia.

HERANÇA DIGITAL-LIMITES E POSSIBILIDADES DA SUCESSÃO DOS BENS DIGITAIS

DANILLO VALERIO VIEIRA
UNIALFA
danillo_valerio@hotmail.com

Resumo

A herança digital é um tema emergente que envolve a transferência de bens digitais após a morte de uma pessoa. Com o crescimento da vida digital, muitos indivíduos acumulam ativos que não são tangíveis, como contas em redes sociais, arquivos na nuvem, criptomoedas e outras formas de propriedade digital. No entanto, a sucessão desses bens apresenta desafios únicos tanto legais quanto práticos. Os principais limites da herança digital incluem a falta de regulamentação específica em muitos países, incluindo o Brasil, onde a legislação ainda não aborda claramente como os bens digitais devem ser tratados após a morte. Outro limite significativo é a política de privacidade e os termos de serviço das plataformas digitais, que muitas vezes, impedem o acesso de herdeiros às contas do falecido. Além disso, a segurança digital, como senhas e criptografia, pode dificultar o acesso a esses bens. Questões éticas também surgem, como o direito à privacidade do falecido versus o direito dos herdeiros. Por outro lado, há várias possibilidades para resolver esses desafios. Uma delas é o planejamento sucessório digital, em que o indivíduo pode organizar e documentar o destino de seus bens digitais em um testamento. Outra possibilidade é o desenvolvimento de ferramentas e serviços que auxiliem na gestão de heranças digitais, facilitando o acesso e a transferência desses bens. A criação de legislações específicas também é uma solução importante, podendo proporcionar um marco legal claro para a sucessão dos bens digitais. A herança digital é um campo em expansão que requer maior atenção tanto por parte dos legisladores quanto dos indivíduos. O avanço na legislação e a conscientização sobre a importância do planejamento sucessório digital são essenciais para garantir que os bens digitais sejam adequadamente geridos e transferidos após a morte, protegendo os direitos dos herdeiros e respeitando os desejos do falecido.

Palavras-chave: Herança; digital bens; planejamento; herdeiros.

ANÁLISE DOS DESAFIOS E LIMITAÇÕES DOS CONSELHEIROS TUTELAR DA REGIÃO CAMPINAS EM GÔIÂNIA NA GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA PERSPECTIVA COM BASE NO ARTIGO 227 DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.

DANIELLY COELHO SANTOS
UNIALFA
daniellycoelho18@gmail.com

Resumo

O presente artigo pretende investigar o impacto da depressão na memória de trabalho de idosos, por meio de uma revisão da literatura, ao apontar quais são os principais instrumentos utilizados para avaliação a MT e se há uma variação de idade e comorbidades em relação ao nível de comprometimento da MT.

Palavras-chave: Impacto.

A [IN]SEGURANÇA JURÍDICA E A COISA JULGADA TRIBUTÁRIA

JOÃO RAMOS KRAUZE DIEHL
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
joaodiehlfaculdade@gmail.com

Resumo

O tema que nos ocupa constitui uma das bases do Estado Democrático de Direito: a segurança jurídica. Esse princípio desempenha um papel fundamental, garantindo previsibilidade, estabilidade e confiança nas relações jurídicas. Sua importância é ainda mais evidente no campo tributário, foco principal deste trabalho. Com base nessa preocupação, propõe-se a análise das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, especialmente, nos Temas 881 e 885, que suscitaram debates relevantes sobre os limites temporais da coisa julgada e sua compatibilidade com o princípio da segurança jurídica. Assim, o problema central desta pesquisa é verificar se a nova jurisprudência do STF preserva os pressupostos essenciais ao Estado Democrático de Direito ou se, ao contrário, essas decisões comprometem a segurança jurídica ao introduzir incertezas para as partes envolvidas. No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal formulou os 881 e 885, definindo que decisões já transitadas em julgado podem ser modificadas por um novo posicionamento da Suprema Corte, seja em sede de controle concentrado de constitucionalidade ou no controle difuso com repercussão geral. Deste modo, os novos temas introduziram uma drástica mudança em relação ao posicionamento anteriormente adotado, que respeitava a imutabilidade das decisões e determinava que suas modificações deveriam seguir os procedimentos já estabelecidos no ordenamento jurídico, como os recursos e a ação rescisória. À vista disso, entende-se que a relevância desse trabalho consiste no impacto de mudanças no ordenamento jurídico decorrentes da alteração de conceitos e posicionamentos anteriormente consolidados. Dessa forma, torna-se fundamental o desenvolvimento de estudos direcionados à nova jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que tem como ponto central a discussão sobre até quando permanecerão vigentes os efeitos da coisa julgada formada em processo individual, quando, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, houver uma mudança no entendimento jurídico, considerando constitucional uma relação jurídico-tributária de tributos de trato sucessivo, anteriormente considerada inconstitucional, aplicando os efeitos dessa nova decisão a situações já consolidadas pela coisa julgada. Para essa investigação, é necessário localizarmos a origem da discussão a qual é a dimensão da coisa julgada e o princípio da segurança jurídica. Por essa razão, o presente estudo se propõe a examinar se os Temas 881 e 885 do Supremo Tribunal Federal respeitam o princípio constitucional da segurança jurídica, garantindo confiabilidade e estabilidade ao processo de modificação normativa, ou se, ao contrário, o novo entendimento jurídico introduziu um cenário de insegurança para os contribuintes, comprometendo a previsibilidade das relações jurídicas tributárias.

Palavras-chave: Segurança jurídica; coisa julgada; temas 881 e 885; controle de constitucionalidade; estabilidade, previsibilidade e confiabilidade.

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA JURÍDICA NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO: BENEFÍCIOS E DESAFIOS

ARIENE MACHADO GONÇALVES
UNIALFA

ariene_machado@hotmail.com

Resumo

O tema "O Impacto da Inteligência Artificial na Prática Jurídica no Sistema Judiciário Brasileiro: Benefícios e Desafios" explora as profundas mudanças que a IA tem causado no ambiente jurídico. A introdução da IA no sistema judiciário oferece benefícios expressivos, como a automatização de processos repetitivos, a aceleração do julgamento de casos e a melhoria na precisão de decisões baseadas em dados. O objetivo geral do estudo é analisar as contribuições, desafios e impactos da IA na atuação dos profissionais do Direito no Brasil. O problema de pesquisa busca compreender os principais efeitos e dificuldades éticas e legais associados à implementação da IA no sistema judiciário brasileiro. A metodologia inclui uma pesquisa bibliográfica e documental diversificada, com abordagem qualitativa, utilizando análise doutrinária, jurisprudências e artigos científicos. O método científico adotado é o indutivo, partindo da observação da realidade jurídica atual para gerar conclusões. O estudo revela que, embora a IA traga melhorias consideráveis em termos de eficiência e redução de custos processuais, existem desafios substanciais, como a regulamentação apropriada, a proteção da privacidade de dados e o impacto da tecnologia na profissão jurídica. As conclusões apontam para a necessidade de um equilíbrio entre o avanço tecnológico e a preservação dos direitos fundamentais dos cidadãos, como o acesso igualitário à justiça.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; judiciário; benefícios; tecnologia.

SIMPLIFICAÇÃO DO MANDADO JUDICIAL, POR MEIO DO LEGAL DESIGN, A FIM DE AMPLIAR A ACESSIBILIDADE DO JURISDICIONADO

DANILO PAULO VAZ CARDOSO
UNIALFA
danilopvc@gmail.com

Resumo

Projeto de pesquisa que integra a linha de pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). O objeto de estudo são os mandados judiciais emitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), cuja linguagem técnica e estrutura não amigável dificultam a compreensão do seu destinatário, cujo cumprimento pode estar prejudicado pela simples incompreensão de seu conteúdo. Nessa toada, o estudo busca examinar os seguintes problemas: Como a simplificação dos mandados judiciais pode ampliar a compreensão do jurisdicionado? Como o mandado judicial simplificado pode contribuir para o desenvolvimento regional? Com base nesses questionamentos, a pesquisa tem por objetivo criar um modelo de mandado judicial simplificado no TJGO, por meio de técnicas de linguagem simples e princípios de legal design, além de propor recursos de acessibilidade, visando auxiliar o jurisdicionado a melhor compreender a ordem judicial. Como objetivos específicos, catalogou-se a literatura correlata em busca das melhores práticas de comunicação jurídica por meio de linguagem simples e legal design, alinhando-as com as diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), no contexto do desenvolvimento regional, e metas nacionais para o Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Procurou-se ainda propor alterações nos modelos mais usados de mandados judiciais existentes no Projudi, do TJGO, bem como estabelecer diretrizes orientativas para confecção de mandados judiciais simples e inclusivos. Trata-se de um estudo multidisciplinar, qualitativo, com base metodológica na pesquisa-ação de Thiollent (2022), contendo revisão de literatura em legal design de Hagan (2017) e Faleiros e Calaza (2023), acesso à justiça de Capelletti e Garth (1988) e Iwakura (2022), e base empírica na pesquisa documental de outros mandados judiciais já reformulados em outros tribunais do Brasil afora, além do método comparativo na proposição de um novo modelo de mandado judicial simplificado para o TJGO. O recorte temporal e espacial compreende o período de 2020 a 2024, desde o início da pandemia da COVID-19 até os dias atuais, limitado aos mandados emitidos pelo TJGO. Os novos modelos de mandado judicial simplificado, como resultado da pesquisa, serão submetidos à instituição por meio um processo administrativo interno para validação pela cúpula competente e, enfim, disponibilizado para uso do serventário da justiça, e visa promover a inclusão social, reduzir desigualdades regionais e igualar as oportunidades, alinhando-se aos ODS 10 e 16 da Agenda 2030, contribuindo para o acesso à justiça e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Legal design; mandado judicial; Agenda 2030; acesso à justiça; desenvolvimento regional.

A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

YURE MAMEDE DE OLIVEIRA
UNIALFA
ymamede@gmail.com

Resumo

A dissertação aborda a proteção da biodiversidade e o regime de acesso e repartição de benefícios (ABS), com foco nos marcos normativos internacionais e brasileiros. A pesquisa parte da identificação do problema relacionado à necessidade de regulamentação para garantir a conservação da biodiversidade e a repartição justa dos benefícios advindos do uso dos recursos genéticos. O objetivo é analisar a eficácia das normativas atuais, especialmente, a Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica (CDB) e o Protocolo de Nagoia, além da legislação brasileira, como a Lei n.º 13.123/2015, que regulamenta o ABS no Brasil. A metodologia utilizada é uma revisão bibliográfica e análise documental, com enfoque histórico e jurídico. A pesquisa examina a evolução da proteção jurídica internacional da biodiversidade, destacando eventos e documentos-chave como a Conferência de Estocolmo de 1972, o Relatório Brundtland de 1987 e a Cúpula da Terra de 1992, que culminaram na criação da CDB. No contexto brasileiro, são analisadas a Medida Provisória n.º 2.186/2001 e a Lei n.º 13.123/2015, que buscam regulamentar o acesso aos recursos genéticos e a repartição de benefícios. O referencial teórico inclui conceitos de desenvolvimento sustentável e a importância da proteção da biodiversidade tanto sob uma perspectiva intrínseca quanto antropocêntrica. A pesquisa adota a visão de que a biodiversidade possui valor inerente e é crucial para a resiliência dos ecossistemas, mas também reconhece a necessidade de justificar sua proteção em termos econômicos, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável. Os resultados preliminares indicam que, embora a CDB e o Protocolo de Nagoia tenham estabelecido um marco importante para a proteção da biodiversidade, a implementação prática dessas normativas enfrenta desafios significativos. No Brasil, a Lei n.º 13.123/2015 trouxe avanços ao aproximar-se da realidade do país e incentivar a bioprospecção, mas a aplicação prática ainda é limitada. Além disso, buscou analisar os registros de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado do cerrado goiano, listados no Sisgen, bem como associar o ARB como ferramenta na busca por um desenvolvimento regional sustentável. A pesquisa aponta para a necessidade de maior efetividade na aplicação da lei e na conscientização sobre a importância do ABS para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Palavras-chave: Biodiversidade; acesso e repartição de benefícios; CDB; Protocolo de Nagoia; Lei n. 13.123/2015.

APP(S) E RESERVA LEGAL: INTERFERÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE GOIÁS NO AGRONEGÓCIO

ANTÔNIO CABRAL DE MELO NETO
UNIALFA
acmneto@tjgo.jus.br

Resumo

As Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Reservas Legais (RL) são dispositivos legais estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro para garantir a proteção de recursos naturais. No Estado de Goiás, onde o agronegócio desempenha um papel fundamental na economia, essas áreas têm gerado discussões sobre os impactos ambientais e econômicos. Este estudo deseja analisar as interferências dessas áreas no setor agropecuário de Goiás, destacando as tensões entre a preservação ambiental e o desenvolvimento agrícola. A pesquisa fará abordagem qualitativa e bibliográfica. O resultado esperado é como a preservação ambiental, seus benefícios e restrições impostas pela legislação ambiental afetam diretamente a produtividade agrícola.

Palavras-chave: Áreas de preservação permanente; reserva legal; agronegócio; Goiás; impacto ambiental.

Introdução

O agronegócio é um dos setores mais importantes da economia brasileira, e o Estado de Goiás destaca-se pela sua vasta produção agrícola e pecuária. No entanto, a legislação ambiental impõe limitações ao uso da terra, especialmente, com relação às Áreas de Preservação Permanente (APP) e às reservas legais (RL). Essas áreas são essenciais para a preservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a mitigação das mudanças climáticas.

Contudo, produtores rurais, frequentemente, enfrentam desafios ao conciliar as exigências ambientais com a manutenção e ampliação da produtividade. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar como as APPS e as RLS impactam o agronegócio goiano, considerando os aspectos legais, econômicos e ambientais.

Metodologia

Para avaliar a interferência das APPS e RLS no agronegócio de Goiás, será realizada uma pesquisa em duas etapas: 1. Abordagem qualitativa: entrevistas semiestruturadas serão direcionadas a produtores rurais de diferentes regiões de Goiás, a fim de compreender suas percepções sobre os impactos das áreas de preservação em suas atividades. 2. abordagem quantitativa: análise de dados geoespaciais de propriedades rurais no estado, com o auxílio de ferramentas de geoprocessamento, para verificar a extensão das APPS e RLS nas áreas agrícolas. Além disso, serão considerados dados econômicos da produção agropecuária do estado para estimar o impacto das APPS e RLS sobre a eficiência produtiva.

Resultados e Discussão

Os resultados esperados é que as APPS e RLS desempenhem um papel importante na proteção dos recursos naturais e na manutenção da sustentabilidade ambiental, mas também apresentam desafios significativos para os produtores rurais. A exigência de preservação de uma parcela significativa da terra limita a área disponível para o cultivo, como também da pecuária. Isso pode impactar diretamente a produção.

Objetiva-se analisar a realidade dos agricultores, as orientações técnicas e apoio financeiro para o manejo sustentável dessas áreas, bem como as práticas agrícolas e, se o cumprimento das normas ambientais, pode gerar benefícios a longo prazo, como a recuperação de solos e a melhoria da qualidade da água.

Conclusões

A legislação ambiental que regula as APPS e RLS em Goiás gera impacto direto no agronegócio, limitando a expansão agrícola, mas também promovendo a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais.

A pesquisa se concentrará em sugerir e discutir estratégias que possam contribuir para a harmonização entre produção agrícola e preservação ambiental, no intuito de garantir o desenvolvimento sustentável do setor em harmonia com o meio ambiente.

Agradecimentos

A vida que, a cada dia, me permite caminhar, aprender, crescer e evoluir nessa jornada que se renova a cada amanhecer.

Referências

1. **BRASIL.** Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário oficial da união, Brasília, 2012.
2. SILVA, João P.; SOUZA, Maria f. **O impacto das áreas de preservação permanente no agronegócio brasileiro.** Revista de estudos ambientais, v. 15, n. 3, p. 45-56, 2020.
3. CARVALHO, Ana R. et al. **Reserva legal e produtividade no agronegócio. Goiás: editora agrícola, 2018.**
4. INPE. **Monitoramento do desmatamento nas áreas de cerrado no Estado de Goiás.**

O JUDICIÁRIO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO - IMPLEMENTANDO A AGENDA 2030 PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

ANA CRISTINA CARVALHO FONSECA
UNIALFA
anacristinafonsek@hotmail.com

Resumo

Este artigo investiga o papel estratégico do Judiciário na promoção de uma justiça ambiental eficaz e na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Por meio de uma análise bibliográfica e do uso da plataforma SireneJud, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o estudo revela como o Judiciário pode ser um protagonista na mediação de impactos ambientais, regulando a exploração de recursos naturais e incentivando práticas sustentáveis. Focando na resolução de conflitos socioambientais, este artigo mostra como o Judiciário pode transformar disputas legais em oportunidades para promover um desenvolvimento econômico equilibrado e ambientalmente responsável. Além de abordar os avanços já alcançados, o artigo destaca a necessidade de fortalecer a capacitação dos magistrados e implementar reformas institucionais para garantir que o Judiciário atue de forma ainda mais assertiva na concretização dos ODS, posicionando-o como uma peça-chave na construção de um futuro sustentável.

Palavras-chave: Judiciário; sustentabilidade; mediação de impactos ambientais; SireneJud; agenda 2030; desenvolvimento sustentável.

Introdução

O papel do judiciário na sociedade moderna vai além da resolução de conflitos, visto que ele assume um protagonismo crescente na promoção de políticas públicas que busquem a justiça social, econômica e ambiental. Com a aprovação da agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas, o judiciário passou a ter uma responsabilidade ainda maior na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a mediação de impactos ambientais.

À medida que o mundo enfrenta desafios climáticos sem precedentes, o judiciário surge como um agente na proteção dos recursos naturais e na promoção de um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Este artigo explora como o judiciário brasileiro, por meio de suas decisões e do uso de ferramentas como o SireneJud, uma plataforma que monitora dados ambientais relacionados a processos judiciais, tem atuado na promoção da sustentabilidade. O foco está em como as decisões judiciais podem influenciar diretamente práticas que busquem conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, criando precedentes que integram justiça e sustentabilidade.

A mediação de conflitos ambientais para a implementação dos ODS representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para o judiciário transformar seu papel tradicional. A atuação judicial, ao incorporar critérios de sustentabilidade em suas sentenças, não apenas resolve disputas, mas também influencia as políticas ambientais e o uso responsável dos recursos

naturais. Para que o judiciário atue de maneira mais eficaz, é necessário capacitar os magistrados e implementar reformas institucionais que assegurem a integração dos princípios da agenda 2030 em suas práticas cotidianas.

Metodologia

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de literatura acadêmica e documentos jurídicos. A revisão de literatura foi conduzida seguindo um processo estruturado, conforme descrito por Cronin, Ryan e Coughlan (2018), que propõem uma abordagem sistemática para garantir a abrangência e a relevância dos dados coletados. Adicionalmente, para a seleção e classificação dos artigos científicos mais relevantes, foi utilizada a metodologia *methodi ordinatio*, proposta por Pagani, Kovalesski e Resende (2015), que considera o fator de impacto, o número de citações e o ano de publicação como critérios principais para ranqueamento e priorização dos estudos. Essa metodologia permitiu a identificação dos artigos de maior impacto e atualidade.

Resultados e Discussão

O estudo mostra que o judiciário brasileiro atua na mediação de conflitos ambientais, utilizando a plataforma SireneJud para coletar dados sobre impactos ambientais, como destacam Costa e Vaz (2021). Isso contribui para decisões mais informadas, alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Laviola et al. (2023) ressaltam a necessidade de capacitação de magistrados para uma atuação mais efetiva em questões ambientais. Poli e Hazan (2013) discutem o ativismo judicial como ferramenta para implementar os ODS, destacando a flexibilidade das decisões judiciais na promoção da governança ambiental. Contudo, Sousa et al. (2023) apontam que a implementação dos ODS enfrenta barreiras, devido à falta de integração com práticas tradicionais. Reformas institucionais, conforme Costa e Vaz (2021), são necessárias para que o judiciário se alinhe à agenda 2030. Capacitações e ajustes nas práticas são essenciais para avançar na mediação de conflitos ambientais.

Conclusões

O estudo concluiu que o judiciário no Brasil tem um papel na mediação de conflitos ambientais, especialmente, por meio do uso de ferramentas tecnológicas que auxiliam na coleta de dados. Essas ferramentas permitem decisões baseadas em informações objetivas, facilitando o cumprimento das leis e normas associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, o avanço na implementação dos ODS exige mais que tecnologia.

O judiciário precisa de reestruturação interna, com foco na capacitação de magistrados para lidar com as questões ambientais. Isso envolve o aprimoramento técnico e a compreensão dos impactos sociais e econômicos das decisões. O estudo propõe que reformas institucionais e capacitação contínua

são essenciais para que o judiciário enfrente os desafios da agenda 2030, contribuindo para o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a gestão dos recursos.

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, a Deus, pela força e sabedoria ao longo desta jornada. Ao meu orientador, prof. dr. Alcido Elenor Wander, pela orientação, paciência e incentivo, fundamentais para a realização deste trabalho.

Agradeço também aos professores e colegas do mestrado, pelas discussões e contribuições valiosas que enriqueceram minha pesquisa. À minha família, pelo apoio e compreensão constantes, e aos profissionais e instituições que compartilharam informações essenciais para o desenvolvimento

Referências

COSTA, E. DE S.; VAZ, A. P. de M. S. **Desvelando ideias socioambientais no judiciário**. Research society and development, v. 10, n. 7, 2021.

LAVIOLA, N. F. C.; WINTER, E.; DUSEK, P. M. **Mediação nos conflitos ambientais**. Revista Augustus, v. 32, n. 59, 2023.

POLI, L.; HAZAN, B. **Poder judiciário e sustentabilidade**. R. Gest. sust. ambient., v. 2, n. 1, 2013.

SOUSA, C. A. G.; SALIBA, A. B.; ALMEIDA, D. F. **Mediação de conflitos**. Unisanta Law, v. 12, n. 1, 2023.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO POLO TÊXTIL DE INHUMAS

JANE GOMES DE MORAIS ROCHA
UNIALFA

janegomes0258@gmail.com

Resumo

A educação e a formação profissional no Brasil, em seu contexto histórico, influenciaram o próprio ensino com uma condução ideológica nesse processo desde a época da colonização até os dias atuais. A análise histórica desse processo suscita debates na condução do sistema educacional brasileiro dual, em que oferece um ensino para classe trabalhadora diferente para a classe dominante, ou seja, uma educação alienadora e outra emancipatória, respectivamente. Diante dessa abordagem, análises como a educação e a formação profissional são necessárias em função das oportunidades de emprego e de sua contribuição para o desenvolvimento regional, em especial, do Polo Têxtil de Inhumas, município do Estado de Goiás. Com o estudo de autores como Frigotto (2007 e 2022) e Manfred (2017), nos proporciona um resgate, bem como discussões sobre questões históricas e políticas públicas, no sentido de compreender como a formação de mão de obra pode ser um fator que agrega e colabora primordialmente para o desenvolvimento regional. Dessa forma, esse artigo visa contribuir para um melhor entendimento da educação e a formação profissional para o desenvolvimento regional do município de Inhumas e a comunidade local, de forma a agregar um entendimento sobre a região e seu Polo Têxtil.

Palavras-chave: Formação profissional; trabalho; desenvolvimento regional; Inhumas.

Introdução

A história da educação profissional no Brasil é marcada por uma educação dual que reflete as divisões sociais e econômicas do país. Com o sistema capitalista, emerge a necessidade de formar mão de obra apta a atender o mercado de trabalho e das necessidades da sociedade. A educação profissional como princípio de formação da mão de obra, visa preparar indivíduos com habilidades e competências específicas para atender às demandas do mercado de trabalho.

Esse tipo de educação é frequentemente moldado pelas necessidades econômicas e industriais do país e busca alinhar a oferta de formação de mão de obra com as exigências do setor produtivo.

A trajetória da história apresenta que a formação profissional de forma alienada foi destinada aos desvalidos, pobres e marginalizados, para que esses tenham condições de aperfeiçoar seus conhecimentos e exercer ofícios que os nobres se recusavam a realizar.

A educação destinada aos ricos, em um sentido oposto, ou seja, da emancipação, foi e é direcionada para a formação no desenvolvimento

intelectual e preparar o indivíduo para exercer posições de comando, de forma a mostrar uma clara discrepância na visão e no acesso à educação entre diferentes classes sociais.

Segundo essa linha de raciocínio, faz-se referência Manfred (2017, p.32), que esclarece sobre a criação da escola como um processo que não contempla a todas as pessoas, segundo o autor, “institucionalmente, ela foi criada para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social.”. Mediante as diferentes concepções a respeito da educação profissional no Brasil, ela pode ser considerada como uma alternativa para a condução de aprendizados que possibilitem acesso ao mercado de trabalho. Como também atender ao papel social da educação em relação aos anseios individuais, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional.

A educação é um importante agente de transformação social e uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento regional. Ao analisar o contexto histórico da formação educacional e profissional no Brasil, é importante relacionarmos com o município de Inhumas-Go, uma cidade localizada na região metropolitana de Goiânia, que teve a implantação de um polo têxtil.

O polo têxtil instalado em Inhumas colabora para o desenvolvimento regional e econômico. Dessa forma, necessita de uma educação profissionalizante para que possa qualificar as pessoas da região que buscam inserção nesse mercado de trabalho, a fim de proporcionar uma mão de obra com o objetivo de atender à demanda dentro desse setor produtivo.

O município de Inhumas, mesmo com a proximidade da capital, Goiânia, ao longo dos anos permaneceu com características de cidade interiorana. Os destaques do município sempre foram ligados a produtos rurais como na produção de etanol, agricultura e o agronegócio.

Metodologia

A pesquisa qualitativa – quantificava, de caráter exploratório descritivo utilizou da revisão bibliográfica para embasar teoricamente o estudo. As teorias abordadas, desde a educação dual na perspectiva é corroborada por Frigotto e Manfred (2007, 2022), que analisam como a educação profissional foi historicamente direcionada aos desvalidos, pobres e marginalizados, visando capacitá-los para ocupações que as elites evitavam.

A teoria do capital humano sugere que a capacitação profissional adequada é essencial para atender às demandas do setor produtivo, promovendo o crescimento econômico regional.

O contexto histórico de leis e programas governamentais e seus impactos sobre a sociedade nos diferentes momentos de desenvolvimento da nação. E, as abordagens críticas da educação, fornecem uma base teórica sólida investigar e compreender de que forma a educação e a formação profissional podem contribuir para o desenvolvimento regional e o crescimento do polo têxtil de Inhumas.

Resultados e Discussão

A revisão de literatura evidencia que a educação e a formação profissional desempenham papéis cruciais no desenvolvimento regional, especialmente, em contextos de transformação econômica como o de Inhumas.

As teorias abordadas, desde a educação dual e o capital humano até as abordagens críticas da educação, fornecem uma base teórica sólida para analisar como a educação profissional pode contribuir para a competitividade e o crescimento do setor têxtil local. Além disso, ficou em evidência a importância das políticas públicas na sustentação desse processo.

As políticas públicas desempenham um papel determinante na efetivação da educação profissional e no desenvolvimento regional. A ausência de iniciativas governamentais adequadas, como cursos técnicos, parcerias com instituições de ensino e programas de capacitação, pode comprometer a formação de uma mão de obra qualificada e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

Conclusões

A educação profissional no Brasil se desenvolveu caracterizada por sua dualidade e exclusividade. O sistema se estruturou com duas formações destinadas: às elites e a classe trabalhadora, com barreiras socioeconômicas persistentes ao longo do tempo. A ausência de políticas educacionais é um gargalo no processo histórico e falha estrutural para a educação transformadora e inclusiva no país. Os governos se curvam aos interesses capitalistas, financeiros e acordos internacionais.

A educação profissional direcionada a formação de mão de obra qualificada ao sistema. Cerceou os sujeitos de uma educação com a capacitação profissional promovendo equidade social. A transformação social oportunizada pela educação profissional, no município de Inhumas-go, se destacou após 2011 no setor de confecção, com a criação do polo têxtil, mas para isso tem que contornar os entraves políticos e falta de formação profissionalizante para qualificar a mão de obra.

Agradecimentos

A Deus, pela dádiva da vida e por permitir realizar os meus sonhos. Obrigado por me permitir errar, aprender e crescer, por seu infinito amor e, principalmente, por ter me dado uma família tão especial!

Aos professores do programa de mestrado profissional em desenvolvimento regional, área de concentração em desenvolvimento regional, linha de pesquisa em educação e desenvolvimento regional do Centro Universitário Alves Faria – Unialfa. Aos professores e doutores Sérgio Caruso e Edna Maria.

Referências

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de Direitos universais, desumanização e violência.** Revista

desenvolvimento & civilização, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 118–138, 2022. Doi: 10.12957/rdciv.2021.66270. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/66270>. Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC); Presidência da República casa civil subc.

SUSTENTABILIDADE NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS BALANÇOS DA SUSTENTABILIDADE PUBLICADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA DE 2015 A 2023

ANA CLÁUDIA MOREIRA DE MELLO

Coautores

ALCIDO ELENOR WANDER

UNIALFA

anamello22@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar criticamente a sustentabilidade no Poder Judiciário brasileiro, a partir dos balanços publicados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2015 a 2022. Integração informacional e de análise entre os dados contidos nos Balanços de Sustentabilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2015 – 2022), principais iniciativas e políticas de sustentabilidade desenvolvidas, mudanças e padrões nos indicadores de sustentabilidade ao longo dos anos no Poder Judiciário. Quanto ao aspecto metodológico, foram utilizadas técnicas de caráter bibliográfico e documental sob o aspecto qualitativo das políticas e estratégias de sustentabilidade identificadas no processo operacional e administrativo do CNJ. Os resultados identificaram que o Poder Judiciário vivencia um processo de evolução operacional à sustentabilidade que envolve práticas de redução do consumo de recursos naturais e engajamento em práticas sociais sustentáveis. Contudo, em paralelo aos avanços, foram identificados desafios relacionados à necessidade de intensificar o engajamento e a conscientização em todos os níveis do Poder Judiciário, no que tange à importância de uma integração mais efetiva de práticas sustentáveis nas operações cotidianas, a superação de barreiras institucionais e operacionais para a implementação de políticas de sustentabilidade mais abrangentes. Há necessidade de estratégias contínuas de fomento à sustentabilidade no Poder Judiciário brasileiro, sob a compreensão que seus benefícios e cernes de trabalho transcendem o aspecto ambiental para impactar na promoção da justiça e do desenvolvimento regional sustentável. Este trabalho destaca uma postura recente do Judiciário brasileiro diante da postura sustentável, a partir do padrão organizacional, assim como a sustentabilidade, apesar de configurar-se como um desafio dinâmico, complexo e histórico, tem sido objeto de busca também por parte do Poder Judiciário, a partir de estratégias de sistematização, registro e acompanhamento dos resultados. A disseminação de iniciativas e posturas sustentáveis faz-se necessária quando do reconhecimento da urgência em aderir práticas sustentáveis, considerando que o Meio Ambiente saudável é direito e, ao mesmo tempo dever de todos.

Palavras-chave: Práticas sustentáveis; desenvolvimento regional; gestão ambiental.

DESENVOLVIMENTO, CIDADES INTELIGENTES E TELETRABALHO: A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO À DISTÂNCIA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

MARCUS VINICIUS AMORIM CAMPOS
mvamorimcampos@gmail.com

Coautores
GUSTAVO GARCIA DO AMARAL
UNIALFA

Resumo

Esta dissertação examina a implementação do teletrabalho no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e sua relação com o desenvolvimento de Cidades Inteligentes. A pesquisa se fundamenta na questão: Qual a importância do teletrabalho para a discussão de Cidades Inteligentes e como se deu este processo em Goiás? O estudo objetiva analisar como a adoção do teletrabalho no TJGO contribuiu para a eficiência administrativa, a sustentabilidade urbana e a melhoria da qualidade de vida dos servidores e da população em geral no contexto goiano. A metodologia utilizada inclui a análise de resoluções e decretos emitidos pelo TJGO, bem como dos dados quantitativos obtidos por meio da ferramenta Power BI (dados de acesso público), que permitiram a avaliação da produtividade dos servidores e a movimentação dos processos judiciais. Os resultados indicam que a implementação do teletrabalho foi facilitada pelas políticas do TJGO, que buscaram adaptar-se rapidamente às exigências da pandemia de COVID-19, garantindo a continuidade dos serviços judiciais e promovendo a sustentabilidade ambiental ao reduzir a necessidade de deslocamentos diários. A pesquisa identificou uma redução significativa nos custos operacionais do TJGO, o que, conseqüentemente, reduz a emissão de gases poluentes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento urbano sustentável. No entanto, desafios como a necessidade de infraestrutura tecnológica adequada e a gestão do equilíbrio entre vida profissional e pessoal foram destacados. O estudo concluiu que o teletrabalho, se bem estruturado e regulamentado, tem o potencial de ser uma estratégia eficaz para a modernização do poder judiciário e para o desenvolvimento das Cidades Inteligentes. A experiência do TJGO pode servir como referência para outras instituições que buscam implementar o teletrabalho como uma prática permanente, alinhada às metas de sustentabilidade e eficiência administrativa. As políticas públicas futuras devem considerar as lições aprendidas durante a pandemia para promover um teletrabalho mais inclusivo, eficiente e sustentável.

Palavras-chave: Teletrabalho; cidades inteligentes; sustentabilidade; Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

GISELY MARQUES TOLEDO
UNIALFA
giselymarq@outlook.com

Resumo

As políticas públicas são essenciais para integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) na educação, visando melhorar a qualidade do ensino e garantir acessibilidade. Cordeiro e Bonilla (2018) enfatizam que essas políticas devem transformar a prática pedagógica, enquanto a Câmara dos Deputados (2022) destaca a importância de investimentos em infraestrutura e formação continuada de professores. Heinsfeld e Pischetola (2019) alertam para a lacuna entre a formulação e a implementação das políticas, sugerindo que elas devem ser realistas e considerar os desafios enfrentados pelas escolas. Em um mundo cada vez mais digital, é crucial preparar os estudantes para os desafios do século XXI, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Ao identificar lacunas e oportunidades, este artigo pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes que promovam a inclusão digital e a equidade no sistema educacional brasileiro. A trajetória das políticas educacionais no Brasil revela avanços e retrocessos, com reformas significativas nos anos 1990, como o FUNDEB, que buscou ampliar o acesso à educação. A recente Lei nº 14.533, de 2023, marca um compromisso governamental em modernizar a educação por meio das tecnologias digitais. A análise das políticas em Goiás e Goiânia revela tanto iniciativas promissoras quanto desafios, como a resistência à mudança e a falta de recursos adequados. Estudos apontam que, apesar dos avanços, as políticas públicas ainda enfrentam desigualdades regionais e necessitam de avaliação constante para atender às necessidades emergentes da sociedade. A formação continuada de professores é crucial para o sucesso dessas políticas, destacando a necessidade de um planejamento cuidadoso e adaptado às realidades locais. Assim, as políticas públicas voltadas para as TDICs são fundamentais para modernizar o sistema educacional e promover a inclusão digital, mas requerem um acompanhamento contínuo e ajustes para garantir sua eficácia.

Palavras-chave: Políticas públicas; tecnologias digitais de informação e comunicação; inclusão digital; estratégias.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONTRIBUIÇÕES À EFICIÊNCIA E À SUSTENTABILIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

BEM HUR RODRIGUES MAREGA
bhrmarega@gmail.com

Coautores
ALCIDO ELENOR WANDER

UNIALFA

Resumo

Este estudo pretende apresentar análises relacionadas à integração entre Inteligência Artificial (IA) e Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) no tocante à ampliação do acesso à Justiça, a partir da experiência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). Tecnologias avançadas no Sistema Judiciário e a contribuição dessas à sustentabilidade global, bem como implicações para a formulação de políticas públicas para integração responsável da IA nos processos judiciais. Este trabalho fará uma análise qualitativa, quantitativa de dados adquiridos a partir de pesquisa, bibliográfica, documental, de Relatórios e Resoluções do Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO e Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e literatura relacionada à IA e Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, acerca da relação entre sustentabilidade, DRS e IA; a implementação da IA nos tribunais brasileiros, com ênfase nas diretrizes do CNJ (TJGO); a evolução e impacto das normativas de IA no Judiciário Brasileiro (TJGO); e o uso efetivo de IA no contexto do TJGO e de outros tribunais brasileiros. Como resultado desta investigação, tem-se a identificação de melhoria da eficiência processual no sistema judiciário (no acesso à Justiça), a partir da implementação da IA, especialmente, para grupos vulneráveis. A funcionalidade e o dinamismo do âmbito social, assim como ambiental, prescinde de estudos e análises que auxiliem na integração para o desenvolvimento a partir do alinhamento equilibrado entre ambos. Neste sentido, importa direcionar esforços para identificar como e quanto o avanço tecnológico pode ser útil ao desenvolvimento social, nesse caso, a partir das práticas desenvolvidas pelo TJGO. Este estudo apresenta informações e análises recentes sobre estratégias e práticas do Judiciário brasileiro à integração entre Inteligência Artificial e Desenvolvimento Regional Sustentável no tocante à ampliação do acesso à Justiça, a partir da experiência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). Diante disso, a presente pesquisa explora como a Inteligência Artificial (IA) integra-se ao Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) para ampliar o acesso à Justiça e à Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas - ONU) em seu Objetivo Desenvolvimento Sustentável 16, tendo como prisma de análise a experiência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). A adoção das inovações, a partir da IA impactam positivamente áreas como infraestrutura tecnológica e desenvolvimento econômico. Apesar disso, sua implementação torna-se desafiadora quando observada a necessidade de alto investimento em ciência e tecnologia para aproveitamento do seu pleno potencial. A análise de grandes volumes de dados por meio da IA representa um

avanço significativo na melhoria da tomada de decisão política e administrativa, conforme Resolução CNJ 349/2020.

Palavras-chave: Práticas sustentáveis; desenvolvimento regional; gestão ambiental.

JUDICIALIZAÇÃO NO FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO DE ALTO CUSTO E SEUS REFLEXOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GOIÁS

DANIELLA ARAÚJO DAMASCENO
UNIALFA
daniella.damasceno10@gmail.com

Resumo

A judicialização da saúde, com a finalidade de obter medicamentos de alto custo, gerou efeitos colaterais nocivos para o orçamento público, haja vista a drenagem de verbas para o cumprimento das ordens judiciais que, por sua vez, ocasionou o desequilíbrio na Gestão Pública. Assim, o presente artigo objetiva determinar se existe correlação entre a judicialização da saúde para a obtenção desses medicamentos e possíveis deficiências na implementação das políticas públicas de saúde estabelecidas pelo Município de Goiânia.

Palavras-chave: Judicialização; medicamentos de alto custo; políticas públicas; orçamento público; gestão; saúde.

Introdução

A judicialização da saúde, com a finalidade de obter medicamentos de alto custo, gerou efeitos colaterais nocivos para o orçamento público, haja vista a drenagem de verbas para o cumprimento das ordens judiciais que, por sua vez, ocasionou o desequilíbrio na gestão pública. Assim, o presente artigo objetiva determinar se existe correlação entre a judicialização da saúde para a obtenção desses medicamentos e possíveis deficiências na implementação das políticas públicas de saúde estabelecidas pelo município de Goiânia.

Metodologia

O presente estudo utilizou a metodologia estatística descritiva, por meio da qual foi analisada uma amostra de ações ajuizadas contra o município de Goiânia, com o intuito de obter medicamentos de alto custo, e uma amostra de valores destinados, via orçamento público, às políticas públicas de saúde locais. Ademais, com o método comparativo de dados foi possível estabelecer se a primeira situação impacta na segunda. Por fim, recorreu-se a pesquisas bibliográfica e documental para interpretar e analisar os resultados.

Resultados e Discussão

O presente estudo trouxe à baila o fato de que o município de Goiânia não possui política pública específica para atender às necessidades de sua população, na obtenção de medicamentos de alto custo. Portanto, a ausência desse ente público certamente implicou o seu próprio acionamento, pela via judicial, para que se pudesse obter o tratamento pretendido.

Ademais, descobriu-se que o Município de Goiânia não dispõe de orçamento específico designado ao cumprimento de decisões judiciais,

enquadrando tal gasto nas dotações orçamentárias destinadas à aquisição de insumos e medicamentos.

Concluiu-se, dessa forma, que há uma necessidade premente de que o ente público em questão, nos limites de sua competência constitucional, estabeleça políticas públicas de atendimento à população com essa finalidade, o que certamente irá impactar tanto na quantidade de ações ajuizadas para a sua obtenção quanto no melhor gerenciamento da verba pública destinada à saúde.

Conclusões

Os resultados obtidos demonstram que não há uma política pública específica do município voltada para a dispensação de medicamentos de alto custo, o que implica na sobrecarga das vias judiciais e na busca de alternativas junto aos demais entes públicos.

Portanto, o presente estudo contribuiu para evidenciar a necessidade de se estabelecer políticas públicas específicas, com a afetação de orçamento próprio, voltadas para o atendimento das necessidades da população local, o que implicará na diminuição das ações ajuizadas com esse escopo.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, professor dr. Lucas Pereira Furtado, bem como ao professor dr. Edson José de Souza Júnior, que iniciou a minha orientação, mas, por questões pessoais, precisou afastar-se de tão árdua, mas gratificante tarefa. A eles o meu muito obrigada!

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em: 08 mai. 2023.

CARDOSO, Daniel. **Judicialização da saúde:** solução ou parte do problema? Londrina: Thoth, 2020.

CARDOSO, Henrique Ribeiro. **O paradoxo da judicialização das políticas públicas de saúde no Brasil:** um ponto cego do direito? Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CARVALHO, Cláudia Regina Rosal et al. **Desenvolvimento regional e a distribuição dos serviços públicos de saúde em Goiás por municípios sede.** 2017. Disponível em: acesso em: 10 mai. 2023.

Conselho nacional da saúde, judicialização da saúde no Brasil: perfil das demandas, causas e propostas de solução. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/entities/publication/9a546adf-46ef-4c1a-b3e0-d3aa6e18227a>. Acesso em: 12 ago. 2024.

IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL: PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL E O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

FÁBIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA
FACULDADE ALVES FARIAS
venanciooliveira5@hotmail.com

Resumo

Este estudo analisa a evolução e a implementação da educação em tempo integral no Brasil, enfatizando a relevância das políticas públicas e legislações que fundamentam essa modalidade de ensino. O estudo destaca programas significativos, como o Programa Mais Educação e o papel do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa ampliar a jornada escolar e oferecer uma formação abrangente. Além disso, a dissertação menciona leis essenciais, como a Lei nº 14.945/2024, que estabelecem diretrizes para fortalecer o modelo de tempo integral e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que destaca a necessidade de uma educação integral. O texto enfatiza a importância dessas iniciativas para promover a inclusão social, reduzir desigualdades e assegurar uma educação de qualidade, refletindo um compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes. Contudo, a eficácia dessas políticas em promover a equidade educacional e o desenvolvimento acadêmico ainda suscita debate. A dissertação aborda desafios, como a infraestrutura escolar, a formação docente e a disponibilidade de recursos educacionais, que impactam diretamente a qualidade da educação. Os objetivos da pesquisa incluem investigar como as políticas públicas influenciam a equidade educacional e o desempenho acadêmico nas escolas de tempo integral em Goiás. Questões centrais são levantadas, como a relação entre políticas educacionais e o acesso igualitário, bem como os obstáculos enfrentados na implementação dessas escolas. Por meio dessa análise, a dissertação visa fornecer subsídios para a elaboração de políticas educacionais mais equitativas e eficazes, promovendo uma educação que atenda às diversas realidades socioeconômicas do Brasil.

Palavras-chave: Educação integral; escolas de tempo integral; qualidade educacional; desenvolvimento socioemocional.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O POLO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO JUSCELINO KUBITSCHKEK – POLO JK: PERÍODO DE 2014 A 2023

CRISTINA SEABRA MORAES
UNIALFA
cseabra199@gmail.com

Resumo

Este trabalho propõe uma análise sobre o Polo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek - Polo JK, inserido na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII, balizado pelo marco temporal de 2014 a 2023, cujo objetivo de criação foi o de impulsionar a geração de emprego; aproveitamento e aperfeiçoamento da mão de obra especializada, alavancar o potencial de crescimento econômico da região, a possibilidade de reduzir significativamente as famílias da linha da pobreza, por meio da análise do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; e verificar se houve o aumento do Produto Interno Bruto do Distrito Federal – DF, coadunando-os com o que se encontra estabelecido na Agenda 2030, com fulcro no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 8.

Palavras-chave: Agenda 2030; desenvolvimento regional; qualidade de vida.

Introdução

Em um país continental como o Brasil, que possui uma área territorial de 8.510.417,771 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), faz-se necessário um estudo direcionado de levantamentos dos lugares pouco produtivos com intuito de nortear os recursos para atender a uma maior quantidade de necessidades da sociedade. Com o crescimento exponencial da população brasileira, conforme o IBGE (2022), em 1980 era de 121.151.573 para 203.080.756 pessoas no ano de 2022, houve um aumento de 59% de habitantes, em 43 anos.

A partir das premissas acima elencadas e com a latente necessidade de direcionar políticas públicas para a geração de empregos no âmbito do Distrito Federal - DF, cuja população é composta por 2.817.381 habitantes, segundo o IBGE (2022), surge a necessidade de se alinhar ações estatais para expansão polo de desenvolvimento econômico – polo JK localizado na região administrativa - RA XIII, Santa Maria-DF.

Com intuito de se verificar o desenvolvimento e o crescimento da cidade de Santa Maria-DF, cujo marco temporal encontra-se entre os anos de 2014 a 2023, utilizamos o produto interno bruto-PIB, e o índice de desenvolvimento humano - IDH, como referências na construção desse trabalho, sendo esses, bons instrumentos para medir a saúde da economia e qualidade de vida da população, conforme aponta o IBGE (2023), e instituto de pesquisa econômico aplicada - Ipea (2004), respectivamente.

Este artigo tem o objetivo de demonstrar como tem funcionado a economia da cidade de Santa Maria-DF, após a implantação do polo JK, bem como, o intuito de verificarmos a empregabilidade, melhoria na qualidade de vida, potencial expansão e a redução da pobreza na respectiva região.

Metodologia

Quanto à metodologia para apuração dessas informações, serão realizados levantamentos bibliográficos focados no comparativo do Produto Interno Bruto – PIB DF entre o marco temporal 2014 a 2023. E duas (02), entrevistas com empresários que possuem empresas instaladas no polo JK, bem como, análise da situação atual, no que diz respeito às políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da região, a melhoria da qualidade de vida da população local, no que tange ao crescimento econômico/financeiro, por intermédio do índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Resultados e Discussão

Tem-se verificado que, no período de 2014 a 2023, mesmo após a instalação do polo industrial Juscelino Kubitschek - polo JK e com investimentos por parte do governo local, houve uma oscilação da melhoria gradativa na qualidade de vida dos moradores de Santa Maria-DF. Além disso, grandes empresas foram instaladas e muitas outras deixaram o polo por não terem incentivos governamentais, por meio de políticas públicas mais eficazes.

Quanto ao PIB-DF, não houve o aumento significativo, e a falta de segurança jurídica foi um dos maiores problemas alegados pelos empresários, bem como, a falta de políticas de incentivos por parte do governo local. Em virtude disso, aditado a compilação dos dados e informações obtidos, poderemos considerar se realmente houve ou não houve?

Ainda pesquisando, uma melhora na qualidade de vida dos habitantes de Santa Maria, com objetivo de impulsionar a geração de empregos, aperfeiçoamento da mão de obra.

Conclusões

Diante dos objetivos estabelecidos na agenda 2030 para as nações, o GDF tem implementado políticas públicas tímidas que não têm tido uma significativa transformação na vida dos moradores de Santa Maria.

Um planejamento mais contundente com ações mais agressivas, tais como a divulgação do potencial do polo industrial Juscelino Kubitschek - polo JK, por meio de políticas públicas direcionadas às empresas, bem como estudos baseados no potencial na qualificação de mão de obra e criação de uma agência de atração de investimentos para ampliar os potenciais do polo JK, poderiam ser algumas das ações desenvolvidas pelo GDF para alavancar a economia local.

Agradecimentos

Meu colega Hugo Gutemberg por revisar o material apresentado; e o meu orientador doutor Marcelo Ladvocat pelo empenho e paciência em me direcionar nas muitas abordagens.

Referências

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/pesquisa/37/30255?ano=2014>. Acesso em: 9 ago. 2024.

<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/estudo-urbano-ambiental-unidade-de-planejamento-territorial-upt-sul.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2024.

<https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2021-4/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

<https://www.ipe.df.gov.br/pdad/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/santa_maria_2015.pdf. Acesso em: 9 ago. 2024.

https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/santa_maria-2021.pdf. Acesso em: 9 ago. 2024.

TELETRABALHO OU TRABALHO PRESENCIAL: ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-PANDEMIA (2022-2023) NAS COMARCAS GOIANAS E REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ELISÂNGELA DE MORAIS FERREIRA TELES

UNIALFA

moraisteles@hotmail.com

Resumo

Investigar a influência da modalidade de trabalho, presencial ou teletrabalho, na produtividade processual das comarcas goianas, conforme a percepção dos magistrados goianos. Para tanto, serão cotejados os dados do ano de 2022, quando prevalecia o teletrabalho, com o ano de 2023, quando a atuação presencial passou a ser majoritária. Nesta pesquisa serão utilizadas as técnicas: I) qualitativa, com a aferição de dados extraídos do Sistema de Gestão de Controle da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (SIGESCON); e II) estatística descritiva, mediante a aplicação de Questionário (Escala Likert) aos Magistrados goianos, com perguntas fechadas e objetivas. A pesquisa no SIGESCON retratou o aumento da produtividade de sentenças judiciais após a Resolução 4841/2022, ou seja, com o trabalho presencial. No entanto, esse resultado não é suficiente para responder ao questionamento deste artigo, pois outras políticas públicas efetivadas pelo Conselho Nacional de Justiça, e aplicadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, à exemplo do Programa Justiça 4.0 (ODS 9 e 16), também contribuíram para esse aumento. Assim, pretende-se aclarar a questão com a análise descritiva do Questionário que será aplicado aos magistrados goianos, para só então, observar qual a modalidade de trabalho traduz maior produtividade e, por conseguinte, segurança jurídica e desenvolvimento regional. Esta dissertação advém da Resolução 481/2022, do Conselho Nacional de Justiça, a qual obrigou o Judiciário do país a trabalhar presencialmente, na contramão do sucesso do teletrabalho experimentado, obrigatoriamente, no período da pandemia de Covid-19. Antes da pandemia de Covid-19, muitos doutrinadores cuidaram do tema teletrabalho. Mas com a experiência durante a pandemia, poucos artigos foram feitos a respeito. Assim, o presente trabalho pretende contribuir, mediante análise da percepção dos gestores do judiciário goiano, os magistrados, qual a modalidade de trabalho, presencial ou teletrabalho, trouxe uma melhor produtividade judicial.

Palavras-chave: Políticas públicas do judiciário; teletrabalho; produtividade; desenvolvimento regional.

GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA RIZICULTURA E DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM FLORES DE GOIÁS – GO

ILIDIA TEIXEIRA DUARTE

UNIALFA

ilidiaduarte.cuc@gmail.com

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo investigar a gestão ambiental na rizicultura do município de Flores de Goiás – GO, com foco nas práticas sustentáveis e no desenvolvimento regional. A rizicultura é uma atividade econômica fundamental para a região, gerando emprego e renda. Contudo, a expansão dessa prática pode acarretar impactos ambientais como degradação do solo, contaminação dos recursos hídricos e a perda de biodiversidade. A pesquisa visa avaliar o impacto ambiental da produção de arroz em Flores de Goiás – GO e identificar as práticas de gestão ambiental implementadas pelos produtores locais. A abordagem metodológica será qualitativa, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas com agricultores e trabalhadores da rizicultura, além de uma análise documental e bibliográfica sobre o tema. Com a pesquisa, espera-se compreender como as práticas agrícolas podem ser alinhadas à sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento econômico da região sem comprometer o meio ambiente.

Palavras-chave: Gestão ambiental; desenvolvimento regional; rizicultura; irrigação; práticas sustentáveis.

Introdução

A gestão ambiental na rizicultura é um tema relevante, principalmente, pela necessidade de práticas agrícolas que aliem o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais. Em Flores de Goiás – GO, a rizicultura ocupa um papel central na economia, mas a expansão dessa atividade apresenta desafios ambientais, como erosão do solo e a poluição dos recursos hídricos.

A pesquisa busca entender como a produção de arroz afeta o meio ambiente local, explorando as práticas utilizadas pelos produtores e suas implicações para o desenvolvimento sustentável da região. O problema central a ser investigado é: como a rizicultura impacta os recursos naturais de Flores de Goiás – GO e quais práticas de gestão ambiental são adotadas para mitigar esses impactos?

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica. Serão entrevistados 10 participantes, divididos entre proprietários de lavouras e trabalhadores envolvidos na rizicultura.

As entrevistas serão gravadas e analisadas por meio de análise de conteúdo, buscando identificar padrões e percepções sobre as práticas de gestão ambiental na região. Além disso, a revisão bibliográfica fornecerá o embasamento teórico necessário para interpretar os dados coletados, considerando os impactos ambientais e as práticas sustentáveis na rizicultura.

Resultados e Discussão

Espera-se que a pesquisa revele os principais impactos ambientais da rizicultura em Flores de Goiás – GO. Também identificar as práticas de gestão ambiental adotadas pelos produtores e as percepções dos trabalhadores sobre essas práticas. A análise qualitativa permitirá entender como essas práticas podem ser aprimoradas para promover uma rizicultura alinhada ao desenvolvimento regional e à preservação ambiental.

Conclusões

A pesquisa deverá concluir que, embora a rizicultura seja fundamental para o desenvolvimento econômico de Flores de Goiás – GO, a atividade apresenta desafios ambientais significativos. A adoção de práticas de gestão ambiental é essencial para mitigar esses impactos e promover a sustentabilidade da produção.

A partir dos dados coletados, espera-se propor recomendações para políticas públicas e que as práticas agrícolas sustentáveis garantam o equilíbrio entre o desenvolvimento regional e a preservação dos recursos naturais.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me guiar em cada passo deste trabalho. Minha imensa gratidão ao meu orientador prof. dr. Alcido, pois a sua orientação e apoio são essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço aos produtores e trabalhadores da rizicultura do município de Flores de Goiás – GO que participaram das entrevistas, bem como aos pesquisadores cujos estudos forneceram o embasamento teórico para este trabalho.

Referências

ALMEIDA, J. **Sustentabilidade, ética e cidadania:** novos desafios da agricultura. 2005.

BARROS, D. A. et al. **Breve análise dos instrumentos da política de gestão ambiental brasileira.** 2012.

BURSZTYN, M. **Meio ambiente e interdisciplinaridade:** desafios ao mundo acadêmico. 2004.

GASPARINI, M. F.; Vieira, P. F. **A (in) visibilidade social da poluição por agrotóxicos nas práticas de rizicultura irrigada.** 2020.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA

RONALDO RAWMISON SILVA LIMA
UNIALFA
rawmisonlima@gmail.com

Resumo

Diante da popularidade do termo Inteligência Artificial pelo mundo, existe hoje uma grande discussão sobre a aplicabilidade dessa tecnologia em diversas áreas como na indústria, na saúde, na educação dentre inúmeras áreas. Na linha de pesquisa em educação do programa de mestrado em desenvolvimento regional existem diretrizes que apontam para que as pesquisas desenvolvidas estimulem possibilidades na articulação entre desenvolvimento regional e tecnologias em prol de uma educação de excelência. O estudo busca constituir um material que seja fonte de informação na formação de profissionais no mercado de trabalho. Esta pesquisa considera as colocações de Kai Fu Lee (2018), Milton Santos, Howard Gardner (1993), dentre outros autores que advogam a respeito dos ganhos que o ensino pode obter com a personalização do ensino em diversos níveis. Em resumo, os estudos feitos neste material, apontam que estes caminhos poderão ser conquistados por meio da Inteligência Artificial em um curto espaço de tempo.

Palavras-chave: Educação; Inteligência Artificial; desenvolvimento; conhecimento.

Introdução

A evolução da humanidade sempre esteve ligada a diversas tecnologias. Milton Santos (1996), em sua obra a natureza do espaço, versa a respeito da produção da inteligência planetária. Em suma, este termo aborda a ideia de que nos dias de hoje, o fato de estarmos cada vez mais conectados, nos coloca diante de um mundo com técnicas e tecnologias universais.

Nesta mesma linha de raciocínio, Kai Fu Lee (2018) aponta que o advento da Inteligência Artificial trouxe conexões que ocorreram por meio dos ecossistemas das gigantes big techs mundiais, contribuindo para o treinamento e desenvolvimento de diversas IAS generativas, como por exemplo, o chat GPT.

Com tantos padrões aprendidos por essas IAS, os avanços que estão por vir podem ser considerados um grande marco na educação. Isso ocorre porque, diante do volume de dados avaliados, é possível identificar padrões e tomar decisões baseadas nessas análises, o que pode ser amplamente utilizado em diversas situações na educação.

Metodologia

A metodologia utilizada no presente estudo será de cunho qualitativo, com base em uma pesquisa bibliográfica e também revisão de literatura. O objetivo desta pesquisa é buscar entendimento sobre como obter uma educação de excelência com o uso de Inteligência Artificial.

No intuito de traçar uma justificativa para este estudo, podemos tomar como referência à Constituição Federal de 1988, que exige compromisso de todos os entes federativos, com cada uma das 20 metas nacionais a serem aprovadas até 2024 (PNE, 2022). Este documento cita a necessidade de usar novos recursos e tecnologias para obter proveito de suas possibilidades na educação. No entanto, apesar dos esforços, pesquisas atuais apontam que mesmo com empenho, boa parte das metas não serão cumpridas dentro do prazo.

Portanto, este estudo se faz relevante e visa contribuir para que a educação evolua facilitando assim, a obtenção de conhecimento de forma geral, constituindo também um documento para futuras pesquisas.

Resultados e Discussão

Santos (1996) afirma que é de grande importância refletirmos sobre um ensino que leve em consideração as particularidades e experiências espaciais locais, assim como as particularidades dos alunos, permitindo que a dimensão espacial do cotidiano seja discutida. Propiciando assim, que os estudantes sejam conectados ao ambiente em que se encontram, promovendo um aprendizado mais significativo. Na prática, essa articulação pode ser dispendiosa para ser executada por professores que muitas vezes estão imbuídos em suas jornadas triplas de trabalho, para conseguir concluir a alta demanda que lhes é atribuída.

Neste sentido, Lee (2018) aponta que a Inteligência Artificial pode ajudar a remover diversas dificuldades por meio das habilidades de reconhecimento, percepção e recomendação, podendo adaptar o processo de aprendizagem liberando os professores para que tenham uma melhor conexão humana e uma melhor instrução individualizada mais eficaz com cada aluno.

Conclusões

A pesquisa ainda se encontra em andamento, no entanto é notável que em um futuro breve, teremos uma experiência altamente personalizada na educação.

Por esse motivo, podemos considerar que esse aspecto será de grande valia, pois, segundo Howard Gardner (1993) em sua obra, “inteligências múltiplas” afirma que a inteligência não é única, mas constituída por inúmeras habilidades específicas e, por este motivo, os padrões de aprendizagem se diferem tanto de uma pessoa para outra.

Em síntese, as colocações de Gardner (1993) e Lee (2018) se alinham ao possibilitar aos alunos adquirir novos conhecimentos e habilidades de forma personalizada.

Agradecimentos

Em especial, aos professores Marcelo Ladvocat e professor Adriano Pila pelo grande apoio e orientação, os quais destinaram grande empenho ao programa de mestrado como um todo. Ao meu amigo e grande incentivador Gismair Teixeira pelos conhecimentos e dicas valiosas passadas tanto na área da escrita quanto na área da Inteligência Artificial. E, por último, mas não menos importante a toda minha família em geral.

Referências

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente:** a teoria das inteligências múltiplas. São Paulo: Artes Médicas, 1993.

LEE, Kai-fu. **Inteligência Artificial:** como os robôs estão mudando o mundo e a forma como amamos e nos relacionamos. Rio de Janeiro, Globo livros, 2018.

RUSSELL, Stuart. **Inteligência Artificial a nosso favor:** como manter o controle sobre a tecnologia. Companhia das letras, são Paulo, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TURING, Alan. **Máquinas de computação e inteligência.** In: Mind, 1950.

A EDUCAÇÃO E SEUS INDICADORES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

MÔNICA MARTINS DA CUNHA
UNIALFA
monicamcem14@gmail.com

Resumo

Uma das inovações do desenvolvimento de políticas sociais é a crescente importância atribuída aos indicadores educacionais, que atuam como meios para transformação da sociedade para o desenvolvimento regional do município de Aparecida de Goiânia. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador educacional criado em 2007 para contribuir com a melhoria da qualidade na educação. Analisa-se a leitura, interpretação e raciocínio lógico. O objetivo do presente trabalho foi analisar, por meio do IDEB, a evolução do desempenho dos jovens estudantes em Matemática e Português em Aparecida de Goiânia. Por meio da pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica, o tema da qualidade na educação para o desenvolvimento regional de Aparecida de Goiânia foi visto com mais profundidade por meio da análise dos índices do IDEB. Assim, as pessoas com conhecimento e eficiência necessários estão mais aptas para impulsionar a inovação e a produtividade, culminando com o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Educação; eficiência; desenvolvimento regional.

Introdução

A relação dos indicadores educacionais com um possível desenvolvimento, visando perceber suas fragilidades de modo a propor ações que proporcionem a efetiva qualidade na aprendizagem dos alunos e, a consequente, melhoria nos resultados das avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (Alves; Soares, 2013). Desde a colonização, fomos controlados de maneira a não incentivarem a nossa capacidade de criar e produzir. A leitura, interpretação e raciocínio lógico são não apenas habilidades isoladas, mas também indicadores do sucesso do processo de ensino, refletindo nos indicadores de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que compõe o IDEB (Alves; Soares, 2013).

O processo de ensino e aprendizagem nas escolas de Aparecida de Goiânia é essencial para preparar os alunos para o crescimento regional. Essa preparação beneficia tanto os indivíduos quanto a região, o local e o país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2023), Aparecida de Goiânia tinha um PIB per capita de R\$ 25.173,46 em 2020, ficando em 126º lugar no estado e em 2179º lugar no país de 5570 entre todos os municípios. Elas enfrentam dificuldades para garantir o acesso à educação.

A taxa de escolarização e o IDEB da cidade eram baixos em comparação com outros municípios do estado e do país. Os alunos devem aprender a pensar criticamente sobre a realidade de sua cidade. Espera-se que a qualidade na educação seja construída no processo de ensino-aprendizagem, na escola e,

por fim, na educação em geral, propiciando o desenvolvimento da região. Dessa forma, o objetivo desse estudo é analisar, por meio do IDEB a evolução do desempenho dos jovens estudantes em matemática e português em Aparecida de Goiânia.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva por meio de estudos com indicadores educacionais no período de 2005 a 2021. O foco da pesquisa foi o IDEB, analisando alunos da segunda fase do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na cidade de Aparecida de Goiânia (Brasil, 2019). Essa investigação se deu em resposta à necessidade de aperfeiçoar a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, contribuindo, assim, para o desenvolvimento regional da cidade.

Para tanto realizou-se uma revisão bibliográfica, consultando autores que abordaram o papel do IDEB na melhoria da preparação dos estudantes para a inserção no mercado de trabalho, por meio conteúdos, alinhados para a eficácia do ensino. Destacando assim, a importância de um currículo contextualizado relevante para refletir nos indicadores de desempenho, ressaltando na mensuração eficaz do processo educacional para garantir um desenvolvimento regional sustentável na cidade de Aparecida de Goiânia.

Resultados e Discussão

O cerne da educação está no processo de ensino e aprendizagem. A leitura, interpretação e raciocínio lógico são não apenas habilidades isoladas, mas também indicadores do sucesso do processo de ensino. O IDEB mede a qualidade da educação básica no Brasil, usando dados do censo escolar e do Saeb.

De acordo com o IBGE (2021), sobre a educação em Aparecida de Goiânia, observamos que aparecida de Goiânia ocupa a 557ª posição no ranking nacional, a 246ª posição no ranking estadual e a 22ª posição no ranking regional. O ideb de aparecida de Goiânia é de 5,9, o que está acima da média nacional (5,7) e da meta estabelecida pelo PNE (5,2) para 2021. Existindo desafios e as oportunidades para a educação em Aparecida de Goiânia, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais da região.

Portanto, torna-se evidente a necessidade de investir na melhoria da qualidade da educação em Aparecida de Goiânia, especialmente, no Ensino Médio, para garantir o desenvolvimento regional sustentável.

Conclusões

Observamos que a melhoria do índice de proficiência dos alunos por meio dos Indicadores Educacionais, como no caso em análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), na maioria das escolas ocorre quando o estado investe por meio de recursos do plano nacional de educação (pne).

Diante disso, é necessário monitorar as atividades desenvolvidas nas salas de aula, ocasionando uma intervenção para possibilitar a efetiva aprendizagem e sucesso na vida estudantil dos alunos.

A política pública do município de Aparecida de Goiânia contribuiu para um desenvolvimento regional mais equilibrado, aumentando a eficiência por

meio de políticas educativas, centrando-se em habilidades, como leitura, interpretação e raciocínio lógico para compreender a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. Que incentivam a coesão regional ou nacional, despertando reflexões e mudanças necessárias na obtenção dos avanços que acarretem efetiva qualidade do ensino.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me proporcionado a oportunidade de realizar o sonho de fazer o mestrado.

Referências

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. **Contexto escolar e indicadores educacionais:** condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. Educação e pesquisa, v. 39, n. 01, p. 177-194, 2013.

BRASIL, Mec. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo escolar, 2018. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

A POLÍTICA PÚBLICA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA EM GOIÁS: AVANÇOS E PERSPECTIVAS NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA

MÔNICA VIEIRA DA SILVA BORGES
UNIALFA
monicavsborges@gmail.com

Resumo

A justiça restaurativa é um campo emergente no sistema jurídico mundial, e seu desenvolvimento no Brasil reflete uma busca contínua por métodos mais humanos e eficazes de resolução de conflitos. Diante disso, pretende-se analisar os avanços e perspectivas dessa política desenvolvida pelo Núcleo de Justiça Restaurativa – NUCJUR, no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no enfrentamento à violência. Busca-se também traçar um panorama em nível nacional com foco nos círculos de Construção de paz, no contexto do próprio Estado e demonstrar como isso reflete um compromisso crescente com uma justiça mais humana, eficaz, inclusiva, que valoriza a reparação e a responsabilização, beneficiando indivíduos e comunidades em múltiplos contextos. Autores, como: Achutti, Zehr, Andrade, Pranis, Lima, ajudam a compreender a temática, bem como servir de referências para uma avaliação mais crítica e assertiva. A metodologia será baseada em uma análise descritiva, exploratória e quantitativa, em que será investigado de que forma esses círculos impactam as dinâmicas sociais locais e como podem ser ampliados para outras áreas do estado, tornando-se uma ferramenta eficaz no combate à violência. Depreendeu-se que a Justiça Restaurativa é proposta alternativa de resolução de conflitos, incorporada pelo Poder Judiciário Goiano como política pública, por meio do Decreto 1346 de 2017. Dessa forma, de acordo com os programas adotados, verificamos que a implementação dessa Política Pública no contexto goiano, no momento, se encontra em expansão e apresenta uma série de programas em execução, desenvolvidos com excelentes resultados no que diz respeito ao enfrentamento da violência, a título de exemplo o programa Além da Punição, o Programa Pilares, entre outros.

Palavras-chave: Justiça restaurativa; políticas públicas; círculos de construção de paz, resolução de conflitos, combate a violência e desenvolvimento regional.

Introdução

A justiça restaurativa (JR), segundo Zehr (2008), propõe uma nova forma de lidar com conflitos criminais, substituindo a visão retributiva pela restaurativa, que considera o crime como uma violação de pessoas e relações. Ela foca na responsabilização do ofensor e na reparação dos danos às vítimas, envolvendo também a comunidade para promover reconciliação e segurança. Críticas ao sistema de justiça criminal tradicional apontam falhas em sua eficácia, especialmente, quanto à reabilitação e à responsabilização dos criminosos.

No Brasil, há crescente adoção da justiça restaurativa. Em Goiás, há programas específicos desenvolvidos para substituir a abordagem punitiva por uma mais transformadora. Os círculos de construção de paz ou restaurativos são práticas e metodologias da JR, que têm sido amplamente utilizados no Brasil.

Em linhas gerais, os círculos podem ser descritos como uma técnica de diálogo em grupo que visa criar um ambiente seguro para a discussão de um tema ou problema, com o propósito de aprimorar os relacionamentos e resolver divergências. A implantação da JR em Goiás, no TJGO representa uma inovação importante no campo da justiça social e da resolução de conflitos.

Sua implementação e expansão, refletem um compromisso crescente com uma justiça mais humana, eficaz e inclusiva, que valoriza a reparação e a responsabilização, beneficiando indivíduos e comunidades em múltiplos contextos. Verificar como está o avanço dessa política e quais as perspectivas da sua expansão para a justiça goiana no que diz respeito ao enfrentamento da violência, pode contribuir para sua estabilidade, para sua constante evolução e adaptação no Brasil, à medida que mais experiências bem-sucedidas são compartilhadas e novas práticas são desenvolvidas como ocorre em Goiás.

Diante disso, pretende-se verificar como está o avanço da política pública de justiça restaurativa em Goiás e quais as perspectivas da expansão dessa política para a justiça goiana no que diz respeito ao enfrentamento da violência. Essa abordagem visa compreender como essas práticas podem contribuir para a transformação social e a redução da criminalidade, além de promover uma maior integração da comunidade no processo de resolução de conflitos. A partir de uma análise descritiva, exploratória e quantitativa, em que será investigado como os círculos impactam as dinâmicas sociais locais e como podem ser ampliados para outras áreas da cidade e do estado, tornando-se uma ferramenta eficaz no combate à violência.

Metodologia

A metodologia deste estudo será a partir de pesquisa bibliográfica e quantitativa. A análise estatística será descritiva e exploratória, em que será investigado de que forma a justiça restaurativa em Goiás impacta as dinâmicas sociais locais e como podem ser ampliados para outras áreas da cidade e do estado, tornando-se uma ferramenta eficaz no combate à violência.

Faremos a coleta dos dados nas estatísticas produzidas no NUCJUR, nos relatos de experiência e nas entrevistas de encerramento que são coletados com os participantes dos círculos sempre ao final de sua participação no programa.

Para realizar uma análise detalhada sobre a justiça restaurativa e seus impactos no Brasil, com foco específico em Goiás, será utilizada a metodologia de Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Esse método é reconhecido por sua capacidade de sintetizar de forma rigorosa e abrangente o conhecimento existente sobre um tema específico, fornecendo uma base sólida para a compreensão e pesquisas futuras.

Resultados e Discussão

O Estado de Goiás tem avançado na implementação da justiça restaurativa, com destaque para o núcleo de justiça restaurativa (NUCJUR) e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJURE). Essas iniciativas envolvem equipes interdisciplinares e um plano de monitoramento, atendendo às diretrizes estabelecidas (Lima, 2022). Entre os programas, o além

da punição promove círculos de construção de paz no sistema prisional, visando à conscientização e responsabilização dos detentos. Outro marco é o livro “Justiça restaurativa na execução penal”, de Decildo Ferreira Lopes e Maxuel Pereira Dias, que oferece modelos de aplicação para o contexto prisional.

O atendimento às vítimas, especialmente, de violência doméstica, é central, oferecendo escuta e acolhimento, enquanto a comunidade e redes de apoio são envolvidas em oficinas e planos de reparação. Essas práticas têm gerado reflexões e mudanças comportamentais nos participantes, promovendo maior responsabilidade e consciência coletiva.

Conclusões

A política de justiça restaurativa implementada em Goiás apresenta avanços significativos em várias áreas de conflito e violência. Essa abordagem promove um acesso mais igualitário à justiça, utilizando o diálogo como meio para difundir a cultura de paz.

Os programas atendem vítimas vulneráveis, focando tanto na reparação dos danos quanto na restauração dos traumas, envolvendo ativamente os responsáveis pelos danos e a comunidade. O núcleo de justiça restaurativa se destaca ao inserir as vítimas, em um papel mais ativo nos processos criminais, moldando a resposta jurídica às suas necessidades.

Há notório progresso nos círculos de construção de paz, que incentivam os ofensores a refletirem sobre suas ações e a se comprometerem com planos de reparação. Um destaque é o programa além da punição, que leva os círculos para as unidades prisionais. A política visa garantir o acesso equitativo à justiça, com avaliação e monitoramento das ações, buscando uma justiça mais acessível e eficaz.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por sua graça e misericórdia, permitindo-me chegar até aqui. Sou grata ao meu esposo pelo apoio e incentivo, e aos meus filhos, por serem meu maior motivo de superação.

Agradeço à minha mãe, exemplo de força, e aos meus irmãos por me inspirarem. Aos colegas do NUCJUR e MDR, pela amizade e apoio, aos professores do MDR e ao meu orientador professor dr. Guilherme Resende Oliveira, por sua orientação dedicada. Este trabalho é fruto da contribuição e incentivo de todos vocês.

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de et al. **Pilotando a justiça restaurativa: o papel do poder judiciário**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2018.

LIMA, Lucília de. **Análise da política pública de justiça restaurativa desenvolvida no centro de atividade restaurativa**. 2022.

PRANIS, Kay. **Processos circulares de construção de paz**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo Zehr, Howard. Trocando as lentes: justiça restaurativa para nosso tempo. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APLICADO AO AGRONEGÓCIO GOIANO

NÁDIO CARLO DE SOUZA VIEIRA

UNIALFA

nadiocsv@gmail.com

Resumo

O PIB do Estado de Goiás vem demonstrando crescimentos anuais, atribuindo-se essa alavancagem ao agronegócio. A diversificação de produção entre áreas plantadas de diversos cultivos quanto à produção de proteínas: avicultura, bovino e outros, faz o estado ser representativo perante o cenário brasileiro. Com algumas vantagens competitivas como a localização, o clima e o solo, em sua grande parte fértil, incentivam empreendedores e pequeno produtor rural a investir na área. É um setor bastante sólido de referências e resultados, mesmo assim há variáveis sensíveis que devem ser melhores engrenados, por exemplo, as oscilações das commodities afetando o preço de custo e de comercialização, mudanças climáticas entre outros. Com esse cenário, o estado é dependente do agronegócio para seu desenvolvimento. O planejamento estratégico vem ao encontro dessa conjuntura para apoiar as decisões e alcances dos objetivos do setor, podendo ser planejado individualmente pelo produtor rural. Métodos do planejamento estratégico podem ser aplicados como forma de apoiar a gestão em sustentar e impulsionar o crescimento e sustentabilidade do agronegócio goiano.

Palavras-chave: Agronegócio; desenvolvimento; planejamento estratégico.

Introdução

O agronegócio goiano desempenha um papel fundamental na economia do estado, contribuindo significativamente para a produção nacional de alimentos e para o desenvolvimento socioeconômico da região. Para sustentar e expandir essa importância, é essencial adotar estratégias bem definidas e orientadas para o futuro.

Nesse contexto, o planejamento estratégico emerge como uma ferramenta indispensável para orientar as atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais em goiás. O planejamento estratégico no agronegócio goiano deve considerar uma série de fatores, incluindo as características geográficas e climáticas da região, as tendências de mercado, as demandas dos consumidores, as tecnologias emergentes e as políticas governamentais. Ao alinhar esses elementos com os objetivos de longo prazo dos produtores, empresas e instituições ligadas ao setor, torna-se possível desenvolver planos robustos e sustentáveis para impulsionar o crescimento e a competitividade do agronegócio goiano.

Segundo o relatório anual do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024), o Estado de Goiás fechou o PIB (Produto Interno Bruto) do ano de 2023 com um saldo de R\$ 336,7 bilhões, destacando o agronegócio goiano com alta de 12,9% em relação a 2022. Nesse sentido, o planejamento estratégico pode abranger diversas áreas, como a diversificação

da produção, a adoção de práticas sustentáveis, financiamentos e custeios, a melhoria da infraestrutura logística, a previsibilidade dos resultados, o desenvolvimento de novos mercados, a capacitação da mão de obra rural e a integração de tecnologias inovadoras, como agricultura de precisão e sistemas de automação. Essas estratégias visam não apenas aumentar a produtividade e a rentabilidade do setor, mas também promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais e a preservação ambiental.

O planejamento estratégico no agronegócio goiano é uma ferramenta fundamental para impulsionar o crescimento sustentável do setor, garantindo sua relevância e competitividade no cenário nacional e internacional. Ao adotar uma abordagem proativa e orientada para o futuro, os agentes do agronegócio em Goiás podem enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentam, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do estado e do país como um todo.

Metodologia

A revisão bibliográfica foi a metodologia utilizada, aplicada em dados estatísticos levantados por órgãos competentes das áreas do agronegócio goiano. O trabalho está dividido em 6 capítulos sendo o capítulo 01 tratando da introdução do assunto e suas expectativas; os capítulos 02 e 03 retratam, respectivamente, do agronegócio brasileiro e do agronegócio goiano, apresentando seus dados de produção em várias áreas. Já o capítulo 04 apresenta sobre o planejamento estratégico e seus conceitos. O capítulo 05 é apresenta ferramentas para auxílio no planejamento estratégico e sua aplicabilidade no cenário goiano. Conclui-se no capítulo 06, trazendo a importância do Estado de Goiás em produção de alimentos, para a economia e a necessidade de manter crescendo apoiado em ferramentas de planejamento em gestão do negócio.

Resultados e Discussão

Em relação à dependência da economia goiana perante o agronegócio, contribuindo para rampagens regionais e nacionais do PIB, as produções rurais necessitam de um planejamento consistente e embasado em metodologias conceituadas que já demonstraram robustez na gestão.

Para a saúde financeira da região que depende dessas atividades e a garantia de produtos alimentícios acessíveis para a mesa da população, o planejamento estratégico é um meio que garante uma visão e previsibilidade nas ações em garantir o crescimento sustentável do agronegócio goiano.

Conclusões

O agronegócio é um dos maiores impulsionadores da economia do Estado de Goiás, com um crescimento comparado a 2022, com o último ano de quase 13%, alavancando o PIB do estado. Neste mundo globalizado, o termo vuca está latente em nosso meio, que são situações que nos deparamos com volatilidade, incertezas, complexidade e ambiguidade, pode ameaçar gestores que não estejam preparados. A necessidade de um planejamento estratégico como apoio a essa gestão se torna necessário ao serem explanadas as inúmeras variáveis que as atividades rurais estão expostas.

O planejamento estratégico define processos, controles, metas, métricas para resultados eficientes e eficazes. As ferramentas de análise swot. Conclui-se que para uma efetividade na gestão e contribuindo para o crescimento da área rural, o planejamento estratégico, em longo prazo, definindo objetivos claros, após analisar as variáveis é fundamental e factível de aplicabilidade para a evolução e rampagem dos negócios do Estado de Goiás.

Agradecimentos

A Deus pela oportunidade da vida e de ter capacidades, inclusive, de estar aprendendo a cada dia neste ambiente acadêmico. A Unialfa que nos proporciona momentos e faculdades para buscar e evoluir na vida acadêmica e profissional.

Referências

ALBERTIN, Marcos R.; ELIAS, Sérgio J.B.; ARAGÃO JÚNIOR. DMONTIER P. **Benchmarking para um desempenho superior**. São Paulo: altas books, 2021.

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **Planejamento estratégico** - formulação, implementação e controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

REIS, João Gilberto Mendes dos; Neto, Pedro Luiz de Oliveira Costa. **Engenharia de produção aplicada ao agronegócio**. São Paulo: Blucher, 2018

UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE BUSINESS INTELLIGENCE NA LOGÍSTICA

NÁDIO CARLO DE SOUZA VIEIRA
UNIALFA
nadiocsv@gmail.com

Resumo

A informação se tornou, neste tempo contemporâneo, um ativo das empresas de maior valor, permitindo tomadas de decisões mais assertivas e lucrativas. A logística, presente nas empresas como uma área estratégica, tem sido cada vez mais estruturada, gerando, de forma criteriosa, uma grande quantidade de dados, os quais podem ser analisados, monitorados em tempo real, possibilitando mudanças de estratégias e traçados metas e planos mais arrojados em busca do crescimento do empreendimento. Propõe-se, neste documento, um estudo sobre o processo de estruturação de dados corporativos, denominado Business Intelligence aplicado à logística. Busca-se, por meio de software de BI, obter resultados a partir informações mineradas, para disponibilizar um ambiente para análises estatísticas, que por sua vez disponibiliza um ambiente para análise estatísticos, comportamentais e numéricos de fácil visualização, apresentados em diversos formatos de Dashboard. Este processo foi submetido a uma base de dados governamental relacionada a dados de logística de exportação, com o objetivo de identificar dados minerados por meio da ferramenta e visualizações em painéis dinâmicos. Foram demonstradas etapas que identificaram a facilidade e importância desse processo no intuito de a empresa obter informações assertivas para as tomadas de decisões, obtendo resultados satisfatórios de desempenho tanto operacional quanto gerencial.

Palavras-chave: Decisão; informação; logística; empresas; software.

Introdução

Nos dias contemporâneos, o ambiente dos negócios está cada vez mais competitivo e sofrendo mudanças constantes. A era da informação tem compelido muitos empreendimentos a inovar para se manterem no mercado. Essas informações ditam comportamentos, moda, gostos e, conseqüentemente, ritmo e as estratégias das empresas. Segundo Stair (2015), “o valor da informação está diretamente ligado a como ela ajuda os tomadores de decisões a alcançar os objetivos da organização. As informações valiosas podem auxiliar as pessoas em suas organizações a realizar as tarefas de forma mais eficiente e eficaz”. Com toda essa informação disponível nos controles internos das empresas, nos sistemas de informação gerenciais, na rede mundial de computadores empresas de modo geral podem realizar os estudos de mercado, de tendência ou de consumo com maior precisão.

O ramo de logística acumula uma gama elevada de dados de vários tipos e categorias devido sua especificidade de controle e gestão do negócio. Esses dados isolados não causam tanto efeito para contribuir com as resoluções de problemas e tomadas de decisão que a todo dia os gestores são expostos a lidar. Dados armazenados sem a tratativa adequada resultam em trabalhos

desnecessários, perda de tempo e ineficiência no uso de recursos computacionais e material humano. Outro fator importante é que as empresas não investem em inovação e em gestão na era da informática, com isso tendem a perder mercado ou a falência.

A proposta deste estudo é elencar a importância de um sistema para análise de dados em meio a tomadas de decisões logísticas, pois compilando os dados, pode-se descobrir novas informações que contribuem para o negócio, se tornando um diferencial em meio a grande competitividade do mercado atual. Sistemas desse tipo permitem a emissão de relatórios gerenciais a ponto de explorar e identificar, de modo a selecionar, dentre várias alternativas possíveis, aquela que oferece maior satisfação para o contexto da problemática em questão.

Diante disso, uma série de informações de diferentes formatos e fontes, precisa ser organizada de maneira consistente na grande memória empresarial denominada datawarehouse. Após isso, métodos de análise estatística e de Inteligência Artificial precisam ser aplicados sobre esses dados e relações novas e úteis à empresa devem ser descobertas, ou seja, os dados devem ser minerados (Carvalho, 2005).

Metodologia

Este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: capítulo 02 apresenta o referencial teórico sobre os fundamentos de logística e sua importância nas empresas, sistemas de business intelligence no suporte a tomadas de decisões gerenciais; capítulo 03 propõe um estudo de caso com demonstração do sistema Bi aplicando as etapas para análise de dados utilizando uma base de dados governamental; capítulo 04 descreve as conclusões e considerações finais.

Resultados e Discussão

No estudo de caso proposto, foram analisados mais de 21 milhões de linhas de dados em uma base de dados, sendo que, apenas softwares especialistas em análise de dados possuem o suporte e funcionalidades necessários para garantir êxito na leitura da DB e na apresentação de resultados de forma clara e dinâmica.

Obtivemos resultados satisfatórios quando transformamos uma grande base de dados complexa da área de logística de exportação em dashboards dinâmicos, intuitivos por meio de suas formas variadas de visualizações e cores. A maioria dos softwares de bi oferece suporte para leitura de várias extensões de base de dados, que favorece o carregamento de dados para a ferramenta.

Os gráficos de fácil manuseio requerem muito conhecimento técnico em TI. A visualização de valores e de quantidades exportadas por estado, como também os produtos que foram comercializados, podendo ser filtrados por data e estado entre outros.

Conclusões

Conclui-se que as ferramentas de business intelligence são eficazes em apoiar a tomada de decisão da gestão empresarial por consolidar big datas das empresas de longos anos e trazer o resultado de uma forma intuitiva e rápida por meio dos painéis gráficos.

Agradecimentos

A Deus pela oportunidade da vida e de ter capacidades inclusive de estar aprendendo a cada dia neste ambiente acadêmico. A unialfa que nos proporciona momentos para buscar evoluir na vida acadêmica e profissional.

Referências

LAGO, Karine. ALVES, Laennder. **Dominando o Power Bi**. Karine Gouvêa Dibai do Lago, Belo horizonte, 2018.

NOGUEIRA, Amarildo de Souza. **Logística empresarial: uma visão local com pensamento globalizado**. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, Donabel. **Tableau 10 businesses intelligence cookbook**. Birmingham: Parkt Publishing, 2016.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, Gerge W. **Princípios de sistemas de informação**. 3. ed. Cengage Learning, 2015.

EDUCAÇÃO FÍSICA E SUSTENTABILIDADE: A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA DE GOIÂNIA SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS ODS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

SÁVIO LIMA DE FARIA
UNIALFA

Resumo

Este pré-projeto busca investigar como as aulas de educação física escolar no município de Goiânia estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. A educação física, além de promover saúde e bem-estar, tem o potencial de conscientizar os alunos sobre a sustentabilidade e a responsabilidade social. O estudo será conduzido por meio de uma análise documental do currículo de educação física e pela aplicação de questionários em 30 professores da rede pública de Goiânia. O objetivo principal é identificar se as práticas pedagógicas estão integradas aos ODS e como os docentes compreendem e aplicam esses princípios em suas aulas. A pesquisa também visa identificar desafios e oportunidades para a adoção dos ODS no currículo de educação física. Espera-se que os resultados contribuam para a formulação de diretrizes pedagógicas que alinhem as práticas de educação física com os desafios globais de sustentabilidade, promovendo uma educação consciente.

Palavras-chave: Educação física; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; desenvolvimento regional; educação; sustentabilidade.

Introdução

A educação física é uma disciplina fundamental para o desenvolvimento dos alunos, abrangendo aspectos de saúde física e de formação cidadã. Com a crescente preocupação com a sustentabilidade, as metas da agenda 2030 da ONU, especialmente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tornaram-se um referencial importante para alinhar as práticas educacionais a um modelo sustentável. No entanto, surgem questões sobre a integração desses objetivos nas práticas pedagógicas da educação física escolar.

Diante disso, este projeto tem como objetivo identificar se as aulas de educação física em Goiânia estão contribuindo para o cumprimento dos ODS e como os docentes compreendem essa integração.

A pesquisa visa analisar as propostas curriculares e a percepção dos professores sobre a contribuição da educação física para o desenvolvimento sustentável.

Metodologia

A pesquisa será realizada por meio de uma abordagem mista. Inicialmente, será feita uma análise documental do documento curricular para Goiás (DCGO) para verificar a presença de diretrizes relacionadas aos ODS na educação física. Além disso, serão aplicados questionários a 30 professores de

educação física da rede pública de Goiânia, utilizando a plataforma google forms. O questionário buscará identificar a percepção dos docentes sobre os ODS e sua integração nas práticas pedagógicas. A análise de conteúdo será utilizada para interpretar as respostas, identificando padrões e oportunidades para a inclusão dos princípios de sustentabilidade nas aulas de educação física.

Resultados e Discussão

Espera-se identificar se as aulas de educação física em Goiânia estão alinhadas com os ODS, especialmente, no que tange à promoção de saúde, bem-estar e responsabilidade social.

Os resultados deverão revelar as percepções dos docentes sobre a integração dos ODS nas suas práticas e as dificuldades encontradas para sua implementação. Além disso, a análise documental poderá fornecer insights sobre a adequação do currículo local aos desafios globais de sustentabilidade. Os dados obtidos permitirão sugerir melhorias nas práticas pedagógicas e curriculares para uma educação física alinhada aos ODS.

Conclusões

Conclui-se que a integração dos ODS nas aulas de educação física é uma oportunidade de promover não apenas a saúde e o bem-estar dos alunos, mas também a conscientização sobre o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa deverá identificar os principais desafios e oportunidades para essa integração, oferecendo subsídios para a formulação de políticas educacionais que possam impactar o currículo escolar.

Os resultados poderão contribuir para a elaboração de práticas pedagógicas inovadoras que abordem a educação física como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

Ao professor Heverton Eustáquio Pinto por acompanhar e incentivar cada passo desse trabalho, aos professores de educação física do município de Goiânia que participaram desta pesquisa, bem como às instituições que colaboraram para o desenvolvimento deste estudo.

Conclusões

Conclui-se que a integração dos ODS nas aulas de educação física é uma oportunidade de promover não apenas a saúde e o bem-estar dos alunos, mas também a conscientização sobre o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa deverá identificar os principais desafios e oportunidades para essa integração, oferecendo subsídios para a formulação de políticas educacionais que possam impactar o currículo escolar.

Os resultados poderão contribuir para a elaboração de práticas pedagógicas inovadoras que abordem a educação física como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

Ao professor Heverton Eustáquio Pinto por acompanhar e incentivar cada passo desse trabalho, aos professores de educação física do município de Goiânia que participaram desta pesquisa, bem como às instituições que colaboraram para o desenvolvimento deste estudo.

Referências

BENAGLIA, M. D. O. **impacto do ambiente de trabalho e do estilo de vida na saúde do trabalhador**. Iluminart, 2012.

COELHO, C. F.; BURINI, R. C. **Atividade física para prevenção e tratamento de doenças crônicas**. Revista de nutrição, 2009.

GOLDNER, L. J. **Educação física e saúde**: benefício da atividade física para a qualidade de vida. 2013. impulsiona. Unesco: educação física pode colaborar para recuperação do covid. 2021. ipea. Objetivo de desenvolvimento sustentável 4. 2021.

PROVA BRASIL: A INFLUÊNCIA DA PROVA BRASIL NO ENSINO DE MATEMÁTICA EM GOIÂNIA: ANÁLISE DE DESAFIOS E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

FABRÍCIO PERES DA SILVA
UNIALFA
fabriperes@hotmail.com

Resumo

A pesquisa tem como objetivo investigar o impacto da Prova Brasil no desenvolvimento da educação matemática na Cidade de Goiânia, Goiás. A Prova Brasil, avaliação de larga escala aplicada em todo o território brasileiro, oferece subsídios para a formulação de políticas educacionais ao analisar o desempenho dos estudantes em disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa. Diante disso, este estudo buscará identificar os aspectos positivos e negativos decorrentes da aplicação dessa avaliação no contexto da educação matemática na capital goiana. O foco será avaliar como a Prova Brasil influencia as práticas pedagógicas, as políticas educacionais e o desempenho dos alunos, considerando tanto os desafios quanto as oportunidades criadas por essa avaliação. A pesquisa se apoiará em uma metodologia quantitativa e qualitativa, analisando os resultados da Prova Brasil entre 2017 e 2023, bem como as percepções de professores da rede pública de ensino. Os dados coletados poderão fornecer compreensões para a formulação de estratégias pedagógicas e para o aprimoramento das políticas públicas relacionadas à educação matemática.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Prova Brasil; educação; avaliação educacional; políticas públicas.

Introdução

A prova Brasil é uma avaliação nacional que visa aferir a qualidade do ensino nas escolas públicas, abrangendo disciplinas como matemática e língua portuguesa. Em Goiânia, essa avaliação tem desempenhado um papel fundamental na orientação das práticas pedagógicas e na formulação de políticas educacionais.

Esta pesquisa propõe investigar como a Prova Brasil influencia o desenvolvimento da educação matemática na capital de Goiás, explorando tanto os aspectos positivos quanto os negativos dessa avaliação.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar os efeitos da Prova Brasil nas práticas pedagógicas em matemática, enquanto os objetivos específicos incluem mapear a evolução dos resultados da avaliação e identificar os principais desafios e oportunidades gerados pela Prova Brasil para a educação matemática em Goiânia.

Metodologia

A pesquisa será realizada utilizando uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Para a parte quantitativa, serão analisados os dados de desempenho dos alunos de matemática na Prova Brasil nos anos

de 2017, 2019, 2021 e 2023. A coleta de dados será feita a partir de relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Na abordagem qualitativa, serão aplicados questionários a 15 docentes de matemática de cinco regiões de Goiânia, com o objetivo de investigar suas percepções sobre o impacto da Prova Brasil em suas práticas pedagógicas. As respostas serão analisadas por meio de técnicas de análise de conteúdo, buscando identificar padrões e temas recorrentes.

Resultados e Discussão

Os resultados esperados incluem uma visão sobre a evolução do desempenho dos estudantes de matemática na Prova Brasil, com ênfase em possíveis tendências regionais e temporais. Espera-se também coletar percepções dos docentes sobre como a Prova Brasil influenciou suas práticas pedagógicas e o ensino de matemática.

Os resultados poderão revelar os desafios enfrentados pelos professores e a pressão por resultados. A adaptação curricular quanto às oportunidades para a melhoria da educação matemática como o desenvolvimento de estratégias pedagógicas.

Conclusões

A pesquisa espera concluir que a Prova Brasil exerce uma influência significativa nas práticas pedagógicas e nas políticas educacionais de Goiânia, principalmente, no ensino de matemática. A partir dos dados coletados, serão formuladas recomendações para aprimorar as práticas pedagógicas e as políticas públicas, visando à melhoria contínua da qualidade do ensino de matemática.

A análise crítica dos resultados fornecerá subsídios para a elaboração de estratégias que possam ser replicadas em outros contextos educacionais, beneficiando a educação matemática na capital goiana e em outras regiões.

Agradecimentos

Ao professor Marcelo Máximo Purificação por incentivar e acompanhar cada passo desse trabalho, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) pelo fornecimento dos dados da Prova Brasil, bem como aos professores que gentilmente participaram da pesquisa. Este estudo não teria sido possível sem o apoio da faculdade e do corpo docente envolvido.

Referências

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. **Prova Brasil: desafios e possibilidades na produção de informações para políticas educacionais**. Revista brasileira de educação, 2009.

CUSTÓDIO, J. S.; SOUZA, M. P. R. **A prova Brasil e o desafio da qualidade na educação brasileira**. Revista brasileira de políticas educacionais e educação, 2020.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Prova Brasil e a avaliação da educação básica no Brasil.** Cadernos de pesquisa, 2011.

DESVENDANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR CENTRAL DE GOIÂNIA-GO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LUCIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA
UNIALFA

lucianoadv_amt@hotmail.com

Resumo

A escolha do tema se justifica por sua relevância para o futuro do Centro de Goiânia e pela necessidade de uma análise crítica e abrangente das Políticas Públicas em vigor, com base na legislação municipal, para o desenvolvimento da região. A pesquisa se concentrará no Centro de Goiânia-GO, abrangendo o período de dez anos. A escolha da área se deu por sua relevância para o desenvolvimento sócio-econômico da cidade e pelas características singulares que a configuram como um espaço estratégico para a análise das Políticas Públicas em vigor, com base na legislação municipal.

Palavras-chave: Revitalização; Centro de Goiânia-Go; Legislação Municipal; arquitetura art déco; desenvolvimento regional.

Introdução

Goiânia, capital de Goiás, ostenta o título de “cidade planejada” desde sua fundação em 1933. Ao longo de seus 90 anos, experimentou um crescimento populacional vertiginoso, superando 1,4 milhão de habitantes.

Nesse contexto, o centro assume um papel estratégico, concentrando atividades comerciais, serviços, instituições públicas e rica diversidade sociocultural.

Metodologia

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando os seguintes métodos e técnicas: pesquisa documental. Será realizada uma revisão detalhada da legislação municipal, incluindo leis, decretos, regulamentos e outras normativas relacionadas ao desenvolvimento urbano e à gestão pública no centro de goiânia em um período de dez anos.

Analisarei o conteúdo desses documentos para identificar as políticas específicas que afetam a região central. Análise de dados quantitativos: coletarei dados estatísticos relevantes, como indicadores socioeconômicos, demográficos, de infraestrutura e de qualidade de vida no centro de Goiânia-GO.

Utilizarei ferramentas estatísticas para analisar esses dados e identificar correlações com as políticas públicas em vigor. Estudos de caso: investigarei casos específicos de aplicação das políticas no centro de Goiânia-GO. Analisarei os resultados obtidos, os desafios enfrentados e os aprendizados adquiridos.

Resultados e Discussão

Os principais resultados, inicialmente, demonstram que há um descaso muito grande do poder público tanto municipal quanto estadual em relação ao

cuidado do centro da Cidade de Goiânia-Go. Além disso, verificou-se que não existem projetos prontos, mas somente previstos para uma melhor revitalização da parte central dessa cidade, precisando inclusive de uma legislação mais objetiva para a sua requalificação e preservação da arquitetura art déco.

A discussão acadêmica é incipiente ainda sobre essa problemática da revitalização do centro da Cidade de Goiânia-GO, todavia percebe-se há importância da preservação da história, qualidade de vida, comércio e aspecto cultural.

Conclusões

Conclui-se, a princípio, que o estudo de caso, traz um outro olhar em relação às políticas públicas, de forma efetiva, sobre a revitalização do centro de Goiânia-GO, principalmente, a área comercial e residencial dessa parte da cidade tão importante em outros tempos, mas, hoje, fadada ao descaso das autoridades locais.

Agradecimentos

No preparo para o artigo científico no final desse mestrado, bem como nesse resumo expandido, agradeço, inicialmente, a Deus e ao professor doutor Gustavo Garcia do Amaral pela orientação.

Referências

AS, C. N. **Reflexões sobre desenvolvimento no Brasil**: um estudo sobre a política nacional de desenvolvimento regional. Revista política públicas, São Luís, v. 16. n. 2. 503–513. Jul/ dez/ 2012. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1538/1193>. Acesso em 10 ago. 2024.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova economia, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, maio/agosto 2009, pp. 227-249. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2>. Acesso em 10 ago. 2024.

EQUIDADE DE GÊNERO NO ACESSO AOS CARGOS DE DESEMBARGADORAS PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS: SEUS IMPACTOS NAS DECISÕES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

THANISA QUIQUETO MARINELLI BATHAUS
UNIALFA
thanimarinelli@yahoo.com.br

Resumo

A pesquisa tem como objetivo estudar os conceitos de políticas públicas, desenvolvimentos regionais, examinar os avanços significativos em relação à igualdade de gênero no âmbito do trabalho, a representação feminina no acesso aos cargos de desembargadoras no TJGO, compreendendo o período de 2019 a 2024. Busca analisar quais são os desafios e obstáculos enfrentados pelas mulheres na busca por igualdade no ambiente judicial. Compreender a situação atual e as tendências ao longo do tempo, delineando o contexto histórico e social que permeia essa discussão. Além de refletir sobre os avanços alcançados e os desafios remanescentes, fornecendo uma visão abrangente sobre a importância da paridade de gênero no contexto judiciário goiano. Estudar, examinar e analisar os desafios e obstáculos enfrentados pelas mulheres na busca pela equidade no ambiente judicial possibilitará uma melhor compreensão acerca do contexto histórico e social que permeia essa discussão, levando à reflexão dos avanços na paridade de gênero no contexto judiciário goiano. A metodologia utilizada é quantitativa e qualitativa, tendo como instrumento privilegiado de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com as desembargadoras do órgão.

Palavras-chave: Equidade de gêneros; desembargadoras; poder judiciário; desenvolvimento regional.

Introdução

A presença da mulher em diferentes espaços de trabalho e profissões é uma realidade em expansão. O Direito, como um dos cursos universitários mais antigos do país ao lado da medicina, tradicionalmente, foi ocupado por homens desde essa época. Contudo, visto que nas décadas de 1980 e 1990 houve grande expansão do trabalho exercido por mulheres, há a possibilidade dessa área ter passado por uma transformação com igual ampliação da presença da mulher (Bonelli, 2008).

O presente texto é resultado de nosso trabalho de pesquisa de mestrado, que tem como objeto de estudo a aplicação da resolução CNJ nº. 525/2023, que busca promover a igualdade de gênero nos tribunais do país, e a resolução nº. 247/2024, que detalhou a aplicação da norma do CNJ perante o tribunal de justiça do Estado de Goiás, estabelecendo diretrizes que visam fomentar a participação ativa das mulheres em cargos de destaque do tribunal de justiça do estado, bem como os impactos e críticas das medidas adotadas, sob a perspectiva da análise de políticas públicas de desenvolvimento regional.

Em 03 de junho de 2024, durante a sessão extraordinária do órgão especial do tribunal de justiça do Estado de Goiás, conduzida pelo desembargador presidente Carlos França, foi selecionada a primeira magistrada, juíza substituta em segundo grau Sirlei Martins da Costa, para a vaga pelo critério de merecimento, com base na resolução CNJ n.º 525/2023, que visa promover a igualdade de gênero nos tribunais do país, e na resolução tjo n.º 247/2024.

Ainda que exista considerável produção acadêmica sobre a presença de mulheres no poder judiciário, no âmbito nacional e regional, a discussão ainda está ganhando força, em especial, em relação aos impactos que a inserção de desembargadoras pode oferecer para a magistratura e para o direito. Por essas razões, o estudo do tribunal de justiça do Estado de Goiás – TJGO, além de contextualizar as pesquisas sobre feminização da profissão jurídica no cenário brasileiro, a partir de dados sobre a composição de gênero nos tribunais brasileiros, procura problematizar as possíveis contribuições da presença feminina em órgãos historicamente compostos por homens.

Metodologia

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa e quantitativa, com a revisão de literatura, com a análise de políticas públicas no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. O estudo de resoluções normativas e a observação como estratégias metodológicas para uma análise aprofundada e pesquisa contextualizada do fenômeno em estudo. Para a coleta de dados serão utilizadas entrevistas pessoais com desembargadoras e questionários.

Resultados e Discussão

A pesquisa bibliográfica e a revisão da literatura e dos dados coletados sinalizam ser crucial compreender os mecanismos para a equidade de gênero e a maior participação feminina no cargo de desembargadora nos tribunais e seu impacto no desenvolvimento regional do Brasil, especialmente, na região Centro-Oeste.

Sobressai nos tribunais os estímulos para buscarem excelência na gestão e no planejamento de suas atividades, na organização administrativa e judiciária, na sistematização e disseminação das informações e da produtividade, com base em fontes bibliográficas e resoluções, para entender como esses recursos impactam, na maior participação feminina, nos altos cargos do judiciário. Destaca-se que a maior participação das mulheres na discussão do Direito resulta em posicionamentos mais sólidos, democráticos e legítimos.

Conclusões

Dentre as conclusões que se almeja é o alcance da igualdade material, já que é a ausência de mulheres nos tribunais e não de homens, que enfraquece a legitimidade das discussões jurídicas e a representatividade da sociedade nas cortes de justiça.

Nesse contexto, o teor da resolução nº. 525/2023 do CNJ e da Resolução nº. 247/2024 do TJGO, emergem como uma medida justa, apropriada e eficaz para aprimorar a democracia, bem como para promover uma justiça mais inclusiva e diversificada.

Em suma, a paridade de gênero, no acesso ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para magistradas, no cargo de desembargadora, não só cumpre um compromisso com a equidade e a justiça social, mas também fortalece o judiciário, tornando-o mais representativo e preparado para enfrentar os temas e os desafios contemporâneos do Direito.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por toda a sua honra e glória. Ao meu orientador, professor e mestre, dr. Marcelo Máximo Purificação, por todos os ensinamentos transmitidos, toda a paciência, empenho e dedicação na elaboração deste trabalho.

Aos meus pais e irmãs, principais responsáveis pela minha existência, minhas conquistas, o que sou. E, por fim, às minhas filhas, Lavínia e Isadora, minhas melhores versões, pela cumplicidade, carinho e compreensão.

Referências

BONELLI, Maria da Glória et al. **Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia**. Tempo social. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 265-290, 2008.

Conselho nacional de justiça. Resolução nº 525, de 27 de setembro de 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5277>. Acesso em: 19 set. 2024.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Resolução nº 247, de 22 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br>. Acesso em: 13 jun. 2024.

AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O CASO DA MICRORREGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS

RODRIGO REZENDE DOS SANTOS
UNIALFA
rodrigorezendes@yahoo.com.br

Resumo

Neste trabalho, foi realizada uma análise qualitativa de fontes secundárias (sites), com dados oficiais obtidos diretamente de instituições públicas, no objetivo de compreender o grau de comprometimento de quatro municípios da microrregião Sudoeste de Goiás com a agricultura familiar, especialmente, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Rio Verde e Jataí foram selecionados por terem tido, em 2022, segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as maiores produções de *commodities* da referida microrregião. Em contrapartida, os municípios goianos de Doverlândia e Perolândia apresentaram, de 2020 a 2022, os melhores índices de habitantes e de área territorial por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A análise demonstrou que o comprometimento municipal com a agricultura familiar não necessariamente está relacionado ao grau de representatividade dos municípios na produção agropecuária do Estado de Goiás. Foi analisada também a legislação brasileira relacionada à agricultura familiar, cujas exigências acabaram por proporcionar um engessamento normativo que excluiu algumas famílias, como parte das pluriativas, dos programas de acesso a políticas de crédito rural, como o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Finalmente, foram apontadas as dificuldades e a necessidade de o poder público municipal atuar no sentido de elevar o número de DAPs no município, não apenas para que os agricultores familiares priorizados pela legislação possam participar das chamadas públicas com recursos do PNAE, mas também para criar condições para que esse agricultor consiga obter crédito rural subsidiado.

Palavras-chave: Educação. PNAE; DAP; Pronaf; legislação.

Introdução

Em 2009, a lei nº 11.947 estabeleceu, em seu art. 14, que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), deveriam ser investidos na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

No propósito de “facilitar” a participação dos empreendedores/agricultores familiares locais, as licitações foram dispensadas, ficando a aquisição dos produtos produzidos pelos agricultores familiares da região sujeita a procedimentos “simplificados” por chamada pública. Como veremos no decorrer do artigo, essa simplificação, sem o apoio do poder público municipal, não foi suficiente para fazer com que os prioritários alcançassem a prioridade definida na legislação.

De modo a fazer um contraponto, quatro municípios da microrregião Sudoeste de Goiás foram selecionados. De um lado, temos Rio Verde e Jataí,

municípios que, segundo dados da pesquisa agrícola municipal de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023, detiveram as maiores produções de *commodities* da referida microrregião. Já os municípios de Doverlândia e Perolândia foram selecionados por terem alcançado, de 2020 a 2022, os melhores índices de habitantes e de área territorial por declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), documento obrigatório para a participação dos agricultores familiares nas chamadas públicas com recursos do PNAE.

Da presença da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar, tema deste estudo, apresenta-se o problema de pesquisa: em municípios onde o agronegócio voltado à produção e exportação de *commodities* é pujante, como são os casos de Rio Verde e Jataí, a agricultura familiar tende a ser colocada de lado pelo poder público municipal? Segundo Fernandes (2004, p. 38), “o processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista”.

Saber se essa visão generalista e excludente se aplica aos municípios de Rio Verde e Jataí, de modo a subjugar a agricultura familiar por meio de ações do poder público municipal, é uma das razões pela qual este trabalho se justifica. Em complemento e no âmbito dessa questão, objetiva-se entender o nível de comprometimento dos quatro municípios selecionados em relação à agricultura familiar, especialmente, na destinação dos recursos disponibilizados pelo FNDE ao programa PNAE, visto o exposto no art. 14 da lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, aqui já reproduzido.

Espera-se que este trabalho, ao apresentar fragilidades e oportunidades para o desenvolvimento da agricultura familiar em âmbito municipal, possa contribuir com estudos vindouros, principalmente, dando suporte a eventuais estudos focados em pesquisa de campo.

Metodologia

Neste trabalho, foi realizada uma análise qualitativa de fontes secundárias (sites) com dados oficiais obtidos diretamente de instituições públicas, bem como de trabalhos acadêmicos de autores que discutiram a legislação aplicada à agricultura familiar e suas consequências, dentre os quais destacamos Schneider, Del Grossi e Aquino. As fontes analisadas neste trabalho foram obtidas entre os anos de 2020 e 2022.

O início do recorte temporal foi consequência da escassez de dados públicos municipais anteriores ao ano de 2020. Já o ano de 2022, corresponde aos últimos dados do valor bruto da produção (VBP) e da produção agrícola municipal (PAM) disponíveis, ambos divulgados pelo IBGE no segundo semestre de 2023.

Resultados e Discussão

Como demonstrado no texto, com exceção de Perolândia, os demais municípios goianos (Jataí, Rio Verde e Doverlândia) assinaram contratos com valores bem acima do percentual mínimo estabelecido pela legislação (art. 3º da lei nº 11.326/2006). Isso demonstra, pelo menos em tese, o comprometimento municipal com a agricultura familiar no contexto do PNAE.

Destaca-se a ressalva contida na conclusão deste resumo expandido. Um município que cria condições, não apenas informando, mas auxiliando de fato os agricultores familiares na obtenção da DAP, com apoio administrativo (internet), técnico e, se legítimo, jurídico, criará condições para a entrada de recursos na sua circunscrição.

Em outros termos, o agricultor familiar receberá o crédito subsidiado e o município aumentará sua receita quando da comercialização dos produtos. Além disso, será uma oportunidade de socialização do crédito, ou seja, de amenizar desigualdades endógenas no âmbito da própria agricultura familiar.

Conclusões

Considerando o recorte temporal estabelecido neste trabalho, os municípios de Rio Verde e Jataí, que detêm as maiores produções de *commodities* agrícolas do Estado de Goiás, não deixaram a agricultura familiar à deriva. Ou seja, pelo menos neste estudo e, em especial, no âmbito do PNAE, a ideia de que os municípios cujo agronegócio voltado à produção e exportação de *commodities* estariam inertes à agricultura familiar, não se sustentou.

Algumas ressalvas foram apresentadas durante o trabalho, a principal delas é a de que os números contidos nos contratos são apenas estimativos (valores limites), ou seja, não se constituem, necessariamente, em valores empenhados e executados.

Isto demonstra a necessidade de estudos complementares, principalmente, de natureza técnica, financeira e contábil. Somente assim será possível afirmar, com exatidão, quanto cada agricultor familiar recebeu pelo fornecimento de gêneros alimentícios a partir das chamadas públicas realizadas com recursos do PNAE.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, dr. Alcido Elenor Wander, pelas valorosas sugestões e pelo intenso acompanhamento. O foco, a disciplina e a resiliência dispensados durante os primeiros 12 meses de mestrado já resultaram em dois artigos aceitos, ambos por revistas qualis a1.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.326, de 25 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário oficial da união: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1), 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 01 mar. 2024.

Obs: em virtude do espaço, foi possível inserir apenas uma referência. Diga-se que o artigo contém cerca de 20.

CINECLUBE NA ESCOLA SOB AS LENTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AUDIOVISUAL NO BRASIL: ANÁLISE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

HELEN TATIANA DE OLIVEIRA
UNIALFA
helentaty1@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta a análise da implementação da ampliação de um cineclube em um colégio da rede estadual de ensino em Goiás. Esse surge como forma de espaço educativo para promover a educação midiática e o protagonismo estudantil, utilizando o audiovisual como espaço de reflexão, problematizador da realidade com múltiplas possibilidades de articulação com o currículo e demais atividades escolares. O projeto envolve alunos do Ensino Médio, professores da educação básica, aluno monitor de graduação e pesquisadores da área de educação e cinema. A pesquisa parte da análise documental de ações e políticas públicas para o audiovisual em Goiás e no Brasil, fazendo um resgate histórico relacionado ao conceito de uso das mídias e educação; discute sobre os impactos das leis de incentivo ao audiovisual até chegar o cineclube na escola. Depois, é feita uma revisão bibliográfica e análise de dados para compreender a implementação do cineclube Goiano, perpassando pela análise documental da Base Nacional Comum Curricular, da legislação sobre educação midiática e cinema, até a pesquisa de campo com aplicação de questionários estruturados aos professores que participam do projeto para registrar a percepção dos educadores sobre a contribuição do cineclube em suas práticas pedagógicas, identificando oportunidades e desafios em sala de aula. Espera-se que os resultados evidenciem práticas exitosas, tendo em vista as contribuições para a construção de um ensino crítico e emancipatório, muito além do mero consumo acelerado das imagens, servindo como base para discutir as perspectivas futuras para preservação e ampliação das políticas públicas voltadas para a garantia do audiovisual na educação brasileira.

Palavras-chave: Cineclube; políticas públicas; educação midiática; protagonismo estudantil.

Introdução

Tendo a escola como espaço de formação e conscientização dos sujeitos, que promove uma educação crítica voltada para o despertar da curiosidade dos estudantes, o desenvolvimento da capacidade de arriscar-se, de aventurar-se é parte importante do processo.

Quando o aluno cria, ele aprende e se move contra o falso ensinar, aquele do tipo bancário, cujo foco é depositar conteúdo. Os recursos audiovisuais, aliados aos processos de ensino e de aprendizagem colaboram na ampliação do potencial criador dos estudantes, ao transformarem sua própria história em uma narrativa e compartilharem com o mundo, o que acaba por gerar impactos também positivos dentro e fora da escola.

Nesse sentido, entende-se que a cultura cinematográfica contribui para o processo de mediação da educação pelas novas tecnologias digitais, a partir de um trabalho pedagógico que tem como pontapé inicial as temáticas presentes no currículo escolar, em sintonia com os interesses levantadas pelos alunos.

Metodologia

A metodologia deste estudo envolve uma combinação de revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo de abordagem qualitativa. Coleta de dados: entrevistas e questionários on-line.

Resultados e Discussão

Espera-se que os resultados evidenciem práticas exitosas, tendo em vista as contribuições do cineclube para a construção de um ensino crítico e emancipatório, muito além do mero consumo acelerado das imagens, servindo como base para discutir as perspectivas futuras para preservação e ampliação das políticas públicas voltadas para a garantia do audiovisual na educação brasileira.

Conclusões

A importância das políticas públicas para a efetivação da implementação da educação audiovisual no Brasil. As contribuições do cineclube escolar para a formação crítica e protagonismo juvenil.

Agradecimentos

A Deus, fonte infinita de luz, bondade e amor; à minha família pelo amor incondicional, por estarem comigo em todos os momentos, me incentivando a caminhar e a não desistir.

Ao meu orientador que me aceitou com segurança e assertividade para uma belíssima trajetória de estudos e muitas aprendizagens; à equipe do cine goiany que me acolheu; aos amigos que me incentivam e me amparam na teia da vida, cada um em seu momento, ao seu modo, fazendo com que tudo se encaixe perfeitamente bem.

Referências

CHAMPANGNATTE, Dostoiewski Mariatt de Oliveira. **Perspectivas teóricas das mediações e suas relações com mídia-educação**. Intercom – sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação XXXIV congresso brasileiro de ciências da comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 20.

CONSTRUINDO O FUTURO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INTEGRADA AO NOVO ENSINO MÉDIO COMO FERRAMENTA PARA SUPERAR DESAFIOS E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS

NEIDIMAR LELES VIEIRA
UNIALFA
ramibien@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa objetiva analisar como a integração da Educação Profissional e Tecnológica ao Novo Ensino Médio contribui para a profissionalização dos estudantes e sua relevância na formação profissional, bem como seu impacto na mitigação da evasão escolar no Estado de Goiás. A implementação da formação profissional e tecnológica no Novo Ensino Médio no Estado de Goiás demonstra ser um fator determinante para o desenvolvimento regional. O Novo Ensino Médio é uma reforma educacional no Brasil que busca modernizar e flexibilizar o currículo dessa etapa de ensino, com o objetivo de torná-lo mais atrativo e relevante para os estudantes. A mudança foi formalizada pela Lei nº 13.415, sancionada em 2017 e começou a ser implementada, gradualmente, em 2022. Ele representa uma tentativa de tornar a educação mais alinhada às demandas do século XXI, promovendo maior flexibilidade e personalização na formação dos estudantes. No entanto, sua implementação ainda está em fase de ajustes, especialmente, no que diz respeito à infraestrutura e formação docente, aspectos essenciais para o sucesso da reforma. Essa modalidade de ensino contribui para a qualificação da força de trabalho, reduz o desemprego e impulsiona a inovação nos setores produtivos locais. O presente estudo utiliza uma abordagem mista quantitativa e qualitativa para investigar os impactos dessa integração, analisando dados de escolas, entrevistas com gestores e empresários e documentações institucionais. A integração da EPT ao Novo Ensino Médio promove qualificação profissional, inovação e empreendedorismo, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 4, 8, 9, 10, 11, 12 e 17, ao reduzir desigualdades e contribuir para o crescimento econômico e a educação de qualidade. A pesquisa vem revelando que a formação profissional integrada promove avanços significativos na preparação dos jovens para o mercado de trabalho, com aumento de egressos empregados e inseridos em atividades empreendedoras. No entanto, desafios como a infraestrutura educacional e a formação continuada dos professores ainda precisam ser superados. Em um contexto de transformações educacionais e sociais que visam preparar os estudantes para os desafios do século XXI, surgiu com a implementação do Novo Ensino Médio no Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A partir daí, analisamos a integração entre essas duas modalidades de ensino que não apenas amplia as oportunidades de aprendizagem, mas também proporciona uma formação mais holística, que valoriza tanto os aspectos acadêmicos quanto as habilidades técnicas e práticas. Diante disso, ver a relação desse combinar disciplinas tradicionais do currículo do Ensino Médio com cursos técnicos e práticos, quanto as chances desses estudantes de desenvolver competências essenciais para sua inserção no

mercado de trabalho, além de estarem mais preparados para prosseguir seus estudos em níveis superiores nas regiões de Goiás.

Palavras-chave: Formação profissional e tecnológica; educação; novo ensino médio; desenvolvimento regional; Goiás.

Introdução

A proposta do tema surge a partir da experiência de atuação da autora como professora no Estado de Goiás, especialmente, em escolas de ensino integral e no Ensino Médio em tempo integral, integrado à educação profissional e tecnológica (ept).

A pesquisa busca identificar avaliações de impacto, melhores práticas e a adequação das formações às demandas do mercado de trabalho para o desenvolvimento regional. O foco é na formação profissional e técnica no ensino médio, explorando como elementos de inovação e desenvolvimento tecnológico promovem equidade, inclusão e auxiliam na inserção dos estudantes ao ensino superior, além de prepará-los para os desafios do século XXI.

A formação profissional integrada ao novo Ensino Médio, formalizada pela lei nº 13.415/2017, visa alinhar a educação às necessidades do mercado, promovendo o desenvolvimento regional sustentável. Em goiás, essa integração é vista como uma oportunidade para fortalecer a economia local, aumentar a produtividade e reduzir desigualdades sociais. O estudo propõe analisar o impacto dessa modalidade educacional na qualificação de jovens e sua inserção no mercado de trabalho.

Historicamente, a educação profissional no Brasil remonta ao período colonial, quando formava artesãos e trabalhadores para atividades produtivas. Foi no século XX, com a criação das escolas técnicas federais, que essa modalidade de ensino ganhou relevância (Saviani, 2007). A reforma do Ensino Médio, na década de 1990, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – lei nº 9.394/1996 – transformou a relação entre ensino formal e qualificação profissional, buscando uma integração mais eficaz entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho. No contexto do novo Ensino Médio, a formação profissional se fortaleceu com a inclusão do itinerário técnico-profissional, que visa preparar os estudantes para o mercado de trabalho com uma base geral.

Em Goiás, a implementação dessa formação tem sido vista como uma estratégia para qualificar jovens em áreas como agronegócio, tecnologia da informação e indústria. Além de atender à demanda por profissionais, promove-se empreendedorismo e inovação, reforçando o desenvolvimento econômico sustentável. Além disso, a formação profissional integrada busca superar tensões históricas entre educação e trabalho, promovendo a articulação entre escolas, empresas e poder público, de forma a garantir que os currículos estejam alinhados às necessidades do mercado e preparem os estudantes para os desafios profissionais locais.

Também está relacionada ao conceito de educação ao longo da vida, conforme defendido por Delors (1998), em seu relatório para a Unesco, em que a qualificação profissional deve ser contínua, permitindo aos indivíduos acompanhar as transformações do mercado de trabalho. Essa modalidade de

ensino se apresenta como uma ferramenta importante para combater a desigualdade social e promover o crescimento econômico inclusivo, tanto em Goiás quanto no Brasil.

Metodologia

A pesquisa pretende adotar uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa, realizar a análise de documentos, relatórios de desempenho, registros e atas desenvolvidos pela secretaria estadual de educação do Estado de Goiás, assim como sites de domínios públicos, Instituto Mauro Borges (IMB), portal ied (QEDU), Instituto Anísio Teixeira (INEP), portal do MEC, portal educa senso, Conselho Estadual de Educação de Goiás CEE, sige, visitas in-loco em algumas unidades escolares, entrevistas com gestores, alunos egressos, pais e empresários, dentre outros. Para análise dos dados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016). Técnica (análise de conteúdo - ac). Modalidade – análise temática, dividida em três fases (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados).

Resultados e Discussão

Os resultados não podem ser apresentados porque a pesquisa está em andamento. Entre o que é discutível está a integração da formação profissional e tecnológica ao novo Ensino Médio, os desafios que poderão ser encontrados, a mitigação da evasão escolar, a importância da articulação entre escola, empresas e poder público, a implantação do currículo ao novo Ensino Médio e sua integração a educação profissional e técnico no estado de goiás, os itinerários formativos e os itinerários de formação técnica e profissional.

Conclusões

A pesquisa está em andamento. Portanto, não apresenta as conclusões.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, a minha família meu porto seguro, aos meus orientadores dr. Sérgio Caruso que impulsionou e motivou o início da pesquisa e a dra. Edna Maria de Jesus a qual está dando continuidade ao estudo com maestria.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília: MEC, 2018.

DELORS, Jacques. **Educação:** um tesouro a descobrir. Relatório para a unesco da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FRIGOTTO, gaudêncio. **A relação entre educação, trabalho e desenvolvimento regional.** São paulo: cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: autores associados, 2007.

O PROGRAMA ALFAMAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DE SUA EFICIÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ADILA DAIANA DOS SANTOS
UNIALFA
adilapraxedes7@gmail.com

Resumo

Este estudo envolve uma análise sobre os programas de formação inicial e continuada para professores da educação básica, com ênfase na eficiência do Programa AlfaMais Goiás. Esse visa a Alfabetização de crianças na idade certa, capacita professores e fortalece sua identidade profissional nos locais onde é bem implantado. Com vistas nisso, discorreremos a respeito, para tanto, recorreremos a alguns autores importantes, como: Imbernón (2011) e Libâneo (2004), que citam a docência como uma atividade fundamentalmente social, porque contribui para a formação cultural e científica do povo, tarefa indispensável para outras conquistas democráticas. Diante isso, objetivamos entender como esse aprimoramento profissional é relevante e contribui diretamente na melhoria da prática pedagógica. Pretendemos entender os Programas de Formação continuada para professores, em especial, o AlfaMais e analisar a eficiência do programa no Município de Inhumas-Go, uma vez que, ao intensificar a alfabetização em todo o estado, conecta-se objetivamente ao Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4: Acesso à educação, equidade, aprendizagem ao longo da vida e habilidades para o mundo do trabalho. Será realizada uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, envolvendo a aquisição de dados para a análise dos impactos significativos do Programa no Município de Inhumas GO, incluindo pesquisa de campo, coleta e análise de dados, com a finalidade de avaliar estatisticamente e quantificar os comportamentos e práticas pedagógicas dos docentes em relação à Programas de Formação. No intuito de alcançar as seguintes conclusões: Qual o nível de eficácia na alfabetização, o impacto na qualidade da educação, o aumento ou diminuição da evasão escolar, a sustentabilidade, continuidade e, por fim, analisar o impacto do programa no IDEB do município de Inhumas-GO. A ideia final é colaborar com uma pesquisa pormenorizada a respeito do desempenho do Programa AlfaMais, nos levando a perceber as principais formas de interação entre Educação/Alfabetização e sua fundamental importância como um instrumento para provocar mudanças na estrutura social e, por consequência, promover o Desenvolvimento Regional.

Palavras-chave: Identidade profissional; formação continuada; programa AlfaMais; desenvolvimento regional; Inhumas.

Introdução

O AlfaMais é um programa criado pelo governo de Goiás para garantir, que todas as crianças da rede pública do estado, sejam alfabetizadas na idade certa (que no Brasil é até o final do 2º ano do Ensino Fundamental ou 8 anos de idade). O programa foi lançado em 2021 com o objetivo de fortalecer os laços de cooperação com as prefeituras goianas, bem como garantir apoio financeiro, técnico e pedagógico, visando à alfabetização dos estudantes da Educação Infantil e do 1º, 2º e 5º anos do Ensino Fundamental.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) também lançou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que tem como objetivo garantir que as crianças aprendam a ler e a escrever até os sete anos. O programa também atende à necessidade de oferecer formação continuada aos professores, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável (ODS) 4 da ONU que trata da educação de qualidade, sendo relevante para a pesquisa acadêmica por contemplar os envolvidos com novas habilidades metodológicas e competências que beneficiam os alunos e o sistema educacional como um todo.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como os programas de formação continuada para professores são implementados no município de Inhumas-GO, bem como pela análise de sua contribuição direta para a melhoria do desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, no desenvolvimento regional da educação.

O trabalho terá como objetivo compreender como a ausência de programas de formação continuada pode prejudicar o aprimoramento profissional dos docentes e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional. Busca-se identificar boas práticas e desafios enfrentados, além de oferecer recomendações para a aprimorar a eficácia desses programas no contexto local. Sabe-se que a não alfabetização acarreta perdas no potencial econômico e aumenta a pressão sobre a demanda por serviços sociais. O indivíduo alfabetizado tem o dobro de chances de obter uma renda fixa em um emprego formal. Com isso em mente, o estudo de programas de formação continuada permite analisar as políticas públicas voltadas para a alfabetização na idade certa, identificar seus pontos fortes e fracos e propor melhorias.

Metodologia

A pesquisa será conduzida com natureza exploratória e descritiva, envolvendo pesquisa de campo, coleta de dados, visando avaliar estatisticamente e quantificar os resultados obtidos do programa AlfaMais Goiás, com análise documental em registros e atas produzidas pela Secretaria Municipal de Educação de Inhumas, dos últimos quatro anos.

Resultados e Discussão

A pesquisa encontra-se em andamento, razão pela qual ainda não apresenta resultados. Entre os aspectos em discussão, ressalta-se a avaliação da eficiência do programa AlfaMais e a influência de uma região alfabetizada por intermédio do trabalho de profissionais que participam de formações continuadas, buscando aprimorar sua identidade profissional e contribuir para o desenvolvimento regional.

Conclusões

A pesquisa encontra-se em andamento, motivo pelo qual ainda não está concluída. Espera-se que os resultados da pesquisa indiquem a necessidade de ajustes no programa AlfaMais, em seus objetivos ou em sua implementação, contribuindo para a melhoria das políticas públicas ou que se confirme a sua eficiência.

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha sincera gratidão ao professor dr Sérgio Caruso que me apresentou o mundo da pesquisa e a professora dra Edna Maria, pela educação, bom humor de sempre com sua orientação e apoio durante a organização deste trabalho, contribuições fundamentais para minha participação neste Cepe.

Referências

IMBERNÓN, f. **Formação docente e profissional**: forma-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação**: visão crítica e perspectiva de mudança. In: educação & sociedade, ano xx, nº 68, dezembro/99. Educ-GO. AlfaMais Goiás. Programa em regime de colaboração pela criança alfabetizada.pdf. Disponível em <https://site.educacao.go.gov.br/>. Acesso em: 23 mai. 2022.

INTEGRAÇÃO ENTRE O PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

JOSELAINE ALVES CARVALHO MARQUES
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
joselaine.carvalho@gmail.com

Resumo

Este estudo propõe-se a examinar a relação entre o Pacto Nacional pela Primeira Infância e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abordando como as ações implementadas no âmbito do Pacto podem impactar o desenvolvimento regional no Brasil, especialmente, em áreas mais vulneráveis. O Pacto, instituído em 2016, tem como objetivo garantir a proteção e o desenvolvimento das crianças nos primeiros anos de vida, articulando políticas públicas com as metas da Agenda 2030. O foco deste estudo é investigar de que forma as ações do Pacto podem contribuir para reduzir desigualdades regionais, com base no ODS 4, que visa promover inclusão social e qualidade de vida para as crianças (Brasil, 2016). O Pacto reconhece a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano e busca garantir que todas as crianças tenham acesso a condições adequadas de crescimento e bem-estar. No entanto, a implementação das ações enfrenta obstáculos, especialmente, em regiões com maior vulnerabilidade social e econômica, onde os recursos são escassos. Essa disparidade pode gerar desafios para a aplicação uniforme das políticas do Pacto em todo o território nacional. Isso pode restringir seu alcance e impedir a distribuição equitativa de seus benefícios. Tal cenário evidencia a necessidade de uma coordenação mais estruturada entre diferentes níveis de governo, bem como de uma maior participação da sociedade civil, de modo a assegurar que os objetivos do Pacto sejam alcançados em todas as regiões, independentemente das condições econômicas (Boaventura; Bentes, 2023). O acompanhamento dos indicadores relacionados à implementação das políticas públicas e à qualidade do atendimento será fundamental para avaliar o impacto dessas ações nas regiões mais vulneráveis. Sem um monitoramento adequado, a eficácia das iniciativas do Pacto pode ser comprometida, resultando em desigualdades regionais (Costa, 2018). Ao garantir que todas as crianças, independentemente de onde vivem, tenham acesso às mesmas oportunidades nos primeiros anos de vida, o Pacto pode contribuir para reduzir disparidades regionais e promover um desenvolvimento mais equilibrado no Brasil (Boaventura; Bentes, 2023). Espera-se que essa ação ajude a criar as bases para um futuro mais inclusivo e sustentável, em que o desenvolvimento infantil seja uma prioridade para o crescimento social e econômico das regiões menos favorecidas. Portanto, o Pacto Nacional pela Primeira Infância tem o potencial de ser um fator relevante para a promoção do desenvolvimento regional, ao garantir que as políticas públicas sejam aplicadas de forma equitativa em todas as regiões. Contudo, será necessário um esforço contínuo de coordenação e monitoramento das ações para que esse potencial seja plenamente realizado. É nesse contexto que este estudo busca continuar investigando, a fim de explorar os desafios e oportunidades relacionados ao Pacto e seu impacto no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Inclusão social; desigualdade regional; desenvolvimento humano; desenvolvimento regional; proteção infantil; políticas governamentais.

Introdução

O pacto nacional pela primeira infância visa garantir a proteção e o desenvolvimento das crianças nos primeiros anos de vida no Brasil. Criado em 2016, o pacto busca integrar setores da sociedade, como o poder público e organizações civis, para desenvolver políticas públicas focadas no desenvolvimento infantil (Brasil, 2016).

Segundo Costa (2018), a primeira infância é uma fase decisiva para o indivíduo, impactando tanto o desenvolvimento humano quanto o regional. A relação entre o pacto nacional pela primeira infância e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU na agenda 2030, é relevante, uma vez que as ações do pacto se alinham às metas globais de erradicação da pobreza e redução das desigualdades.

O ODS 4, que trata da educação inclusiva e de qualidade e o ODS 10, focado na redução das desigualdades, estão diretamente ligados às ações do pacto, especialmente, nas áreas mais vulneráveis (Costa, 2018). Entretanto, a implementação do pacto enfrenta desafios devido às desigualdades regionais (Boaventura; Bentes, 2023). Isso demonstra a necessidade de maior articulação entre os níveis de governo e a sociedade civil, além de adaptações das políticas para as realidades locais.

O desenvolvimento regional envolve não apenas crescimento econômico, mas também a melhoria das condições sociais e ambientais das populações. Theis (2006) destaca que o desenvolvimento regional inclui a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, o pacto pode contribuir ao garantir que todas as crianças tenham acesso aos cuidados essenciais, independentemente da região. As disparidades regionais no Brasil seguem como um obstáculo à implementação equitativa de políticas públicas, enquanto regiões desenvolvidas conseguem implementar políticas mais facilmente, as mais vulneráveis enfrentam maiores barreiras. O pacto busca reduzir essas desigualdades, propondo políticas que atendam melhor às áreas mais necessitadas (Santos et al., 2018).

Diante disso, este estudo espera analisar como o pacto pode contribuir para o desenvolvimento regional, com foco nas políticas públicas voltadas à primeira infância nas áreas mais vulneráveis. A pesquisa se baseia em documentos oficiais e relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de mapear os avanços e desafios na implementação das políticas do pacto (CNJ, 2019). Além disso, busca-se entender como a coordenação entre governo e sociedade civil pode impactar o sucesso dessas políticas em diferentes contextos regionais. Ao promover o desenvolvimento infantil e garantir os direitos das crianças, o pacto pode ajudar a reduzir as desigualdades regionais e melhorar as condições de vida nas áreas mais vulneráveis. Espera-se que esta pesquisa explore o impacto dessas políticas no desenvolvimento regional e como a primeira infância pode ser uma ferramenta para a transformação das regiões menos favorecidas do Brasil.

Metodologia

O estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas voltadas para a primeira infância. O foco recai sobre legislações como a Lei nº 13.257/2016, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) e a Lei nº. 13.431/2017, além de relatórios e seminários promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A metodologia segue a estrutura proposta por Boaventura e Bentes (2023), que correlacionam o pacto aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 4. O levantamento de dados inclui publicações relevantes disponíveis no portal do CNJ e nos acervos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Resultados e Discussão

Como a pesquisa ainda está em curso, não é possível apresentar resultados neste momento.

Conclusões

Dado que a pesquisa ainda está em andamento, não é possível apresentar as conclusões neste momento.

Agradecimentos

Agradeço à professora dra. Edna Maria de Jesus pela orientação e apoio durante o desenvolvimento desta pesquisa. Também sou grata a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Referências

BOAVENTURA, I. D. DA S.; MASCARENHAS Simões Bentes, N. **Pacto Nacional Pela primeira infância: uma análise à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável número 4 e da jurisprudência da corte interamericana sobre direito à educação**. Revista da faculdade de direito do sul de minas, v. 39, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/657>. Acesso em: 27 set. 2024.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Resolução nº 299, de 5 de novembro de 2019.

**PROJETO RAÍZES KALUNGAS: SUA PARTICIPAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
KALUNGA**

RENATA CECÍLIA DE SOUZA RIBEIRO

Coautores

HEVERTON EUSTÁQUIO PINTO

UNIALFA

renacec@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender a contribuição efetiva do Projeto Raízes Kalungas, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no desenvolvimento regional do Território Kalunga, situado nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. A fundamentação teórica deste estudo é embasada nas teorias de desenvolvimento regional e inclusão social, que destacam a importância de políticas públicas direcionadas para promover a equidade e a justiça social em comunidades historicamente marginalizadas, como os quilombolas. Ademais, a pesquisa também se apoia em referenciais teóricos sobre a integração entre sistemas de justiça e cidadania, explorando como a atuação institucional do referido tribunal pode contribuir para o fortalecimento do capital social e econômico em territórios rurais. A pesquisa adota uma abordagem metodológica quantitativa e qualitativa. Serão analisados relatórios e dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça, da aplicação de questionários com perguntas de múltipla escolha e escalas de classificação dos membros e lideranças da comunidade quilombola. Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, espera-se comprovar que o Projeto Raízes Kalungas representa um marco para a comunidade Kalunga. Iniciativas como a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PIDs) em escolas, a facilitação no requerimento e concessão de aposentadorias e benefícios assistenciais, e a elevação da comarca de Cavalcante para entrância intermediária evidenciam que o projeto transcende a promoção da justiça, promovendo também a cidadania de uma população historicamente marginalizada.

O projeto se apresenta como uma política pública com potencial para gerar transformações significativas na realidade dos Kalungas, além de contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo e equitativo para as próximas gerações. Por meio da análise dos resultados obtidos, pretende-se verificar se os objetivos dos idealizadores foram atingidos, confirmando a atuação do Tribunal de Justiça de Goiás como um agente fundamental no desenvolvimento regional do

Território Kalunga. Por fim, espera-se que este estudo contribua para a compreensão da importância de políticas públicas direcionadas e para o entendimento dos fatores determinantes do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Kalungas; justiça; cidadania; desenvolvimento regional.

JOVENS E PROJETO DE VIDA: A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL COMO ITINERÁRIO

ÂNGELA SOARES MOTA MACHADO
UNIALFA
angelasoaresmota@hotmail.com

Resumo

O presente pré-projeto de pesquisa tem como objetivo compreender a importância dos Projetos de Vida dos Jovens e a Escola Integral no papel de itinerário para o alcance da realização desses projetos, em Goiânia. O estudo pretende abordar os Jovens e o Projeto de Vida na perspectiva da Educação de tempo integral “Escola da Escolha”, que fomenta experiência aos estudantes que corrobora na construção da subjetividade de cada ser enquanto indivíduo singular e social que formam e (se) transformam a si próprios e a sociedade. O que torna uma preocupação constante que, possibilita a investigação de políticas públicas, a fim de proporcionar a instituição de ensino um itinerário para que os jovens possam refletir seus pensamentos e sentimentos de forma verbalizada, além da sua situação socioeconômica e socioemocional que, por muitas vezes, independe da entidade escolar.

Palavras-chave: Escola integral.

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA MULTIORTAS NO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO CÍVEL DO TJGO PARA O ACESSO À JUSTIÇA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LORENA NUNES JOSÉ DA COSTA
UNIALFA
lorenacost@gmail.com

Resumo

O artigo tem como objeto de estudo o Sistema Multiportas no 2º Grau de Jurisdição Cível do TJGO, objetiva expor no que consiste e qual é a sua aplicação no cenário jurídico nacional, especialmente, após a edição da Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Demonstrar, por meio da pesquisa quali-quantitativa de análise de dados estatísticos e na aplicação de questionários semiestruturados, que o estímulo ao aprimoramento da fase recursal cível, baseada na análise de dados estatísticos e na aplicação de questionários semiestruturados, que o estímulo ao aprimoramento da fase recursal cível, a partir da compreensão de pontos fortes e fracos do Sistema pela a ótica do próprio jurisdicionado, pode promover o acesso à justiça e contribuir para o desenvolvimento regional. Essa análise é realizada sob a perspectiva do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), considerando que essa política judiciária tem o potencial de resolver as contendas de maneira mais consistente do que a mera prolação de um acórdão. Isso ocorre porque, na fase recursal, as partes possuem amplo conhecimento acerca das provas produzidas e da situação fática do conflito, o que contribui para o descongestionamento do aparato judiciário, a liberação de recursos financeiros imobilizados em razão do litígio e a introdução de inovação na mentalidade da sociedade em relação à gestão de conflitos. Essa abordagem se mostra, especialmente, relevante no atual cenário, marcado pela ausência de previsibilidade nas decisões judiciais devido à diversidade de entendimentos jurídicos sobre uma mesma temática e pela falta de uma cultura entre os litigantes de cumprimento espontâneo das decisões judiciais

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; sistema multiportas; acesso à justiça; ODS 16; fase recursal cível.

Introdução

O conceito de um “centro abrangente de justiça”, renomeado de “tribunal multiportas” foi concebido pelo professor americano Frank E. Sander em 1976, para discutir os problemas enfrentados na administração da justiça americana, e consistia numa instituição que examinaria as diferentes formas de resolução de conflito para entender, no caso concreto, qual é a mais adequada, para além do monopólio da jurisdição estatal, com a abertura de “novas portas” para a

solução das contendas, como é o caso da negociação, da arbitragem, da mediação e da conciliação.

Nesse contexto, este trabalho busca demonstrar que a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, instituída pela resolução n. 125/2010 do CNJ, responsável por introduzir a ideia de sistema de justiça multiportas no Brasil, deve ser fortalecida na fase recursal cível do Tribunal Judiciário de Goiás (TJGO). Tal fortalecimento revela-se essencial para assegurar o acesso à justiça por meios diferentes da jurisdição estatal e com aspecto de definitividade.

O estudo buscará também fornecer ao centro de resolução de conflitos cível do 2º grau do TJGO um diagnóstico sobre os aspectos positivos e deficitários do sistema sob a perspectiva do próprio jurisdicionado, que é o principal destinatário da medida, como forma de aprovisionar o departamento na promoção de melhorias dessa política judiciária.

Existem poucos estudos sobre o uso do sistema no 2º grau de jurisdição cível e menos ainda acerca de sua contribuição para o desenvolvimento regional, principalmente, quando considerando que esse é um processo multifacetado, dependente da atuação conjunta de diversas áreas e ramos do conhecimento, incluindo o Direito. Quando o Judiciário envolve as partes na tomada de decisão sobre seus próprios conflitos e possibilita que, por meio do diálogo, elas cheguem a uma conclusão sobre a melhor forma de resolução da contenda, promove-se o estado de direito, assegura-se acesso à justiça para todos e contribui para o desenvolvimento de uma instituição eficaz, com credibilidade e capaz de proporcionar segurança jurídica à população (ODS 16 da ONU). Dessa forma, ajuda a reduzir desigualdades, a resolver conflitos, proporcionar segurança jurídica e atrair investidores e projetos para essas regiões.

Metodologia

O estudo consiste em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de caráter quali-quantitativo, mediante ferramentas de pesquisa constantes da rede mundial de computadores e aplicação e interpretação de questionários. A pesquisa fará análise bibliográfica que esclareça o significado do termo sistema multiportas e como é aplicado.

Após a pesquisa documental de caráter quantitativo, serão levantados dados do CEJUSC de 2º grau do TJGO referentes a quantidade de processos em que houve autocomposição na fase recursal cível, os valores dos acordos, e as naturezas das ações nos quais foram celebrados. Será realizada, ainda, uma pesquisa qualitativa com o propósito de interpretar os resultados obtidos com a aplicação de questionários semiestruturados aos participantes de sessões de autocomposição. O objetivo é compreender as razões que os levaram a efetivar acordos, bem como os fatores que os desmotivaram a fazê-los, e como as apurações, em relação a essa política judiciária, propiciam o desenvolvimento regional.

Resultados e Discussão

Até o momento, a revisão da literatura indica ser fundamental compreender que o fomento ao sistema de justiça multiportas pode ser benéfico aos jurisdicionados, uma vez que, em regra, são mais céleres, menos onerosos e mais adequados ao perfil de cada caso.

A escolha por aguardar um acórdão pelo tribunal não garante, necessariamente, a dissolução da contenda, pois nem sempre possui a capacidade de resolver na prática o conflito prova disso é que os dados obtidos dos painéis de business intelligence de 2º grau do TJGO indicam que, atualmente, o maior percentual de recursos cíveis (18,34%) é oriundo de processos em fase de cumprimento de sentença, deflagrada após a prolação de uma sentença ou acórdão.

Por outro outro, as análises dos dados estatísticos do CEJUSC de 2º grau do TJGO indicam um crescimento do número de audiências realizadas e de acordos celebrados no período de 2019 a 2023, passando de 6,85% para 11,79%. Esse crescimento aponta para maior efetividade e credibilidade dessa política judiciária na fase de recursos cíveis.

Conclusões

A crescente adesão ao sistema multiportas na fase recursal cível do TJGO demonstra que os litigantes têm compreendido que a resolução alternativa do conflito pode proporcionar melhor acesso à justiça. Esse acesso é entendido como a solução adequada de um problema jurídico, que pode ser alcançado por vias distintas da jurisdição estatal, e liquidar o problema de forma efetiva, sem o prolongamento da contenda e afastando-se da imprevisibilidade jurídica das cortes superiores.

Ademais, o sistema contribui para o desenvolvimento regional, entendido como um processo multifatorial (econômico, social, cultural e político), cujo objetivo principal é o bem-estar da população de uma determinada região. Essa contribuição ocorre na medida em que reduz o tempo despendido nos litígios, desloca riquezas pela liberação financeira dos numerários imobilizados em controvérsias, e fortalece o desenvolvimento de uma instituição eficaz, dotada de credibilidade e capacidade de fornecer segurança jurídica à população (ODS 16 da ONU).

Agradecimentos

Ao Centro Universitário Alves Faria (Unialfa), por propiciar meu acesso ao universo da pesquisa científica interdisciplinar do desenvolvimento regional com foco nas políticas públicas e pelo viés do Direito, área que elegi atuar como meio de vida.

Referências

Conselho Nacional de justiça. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos

de interesses no âmbito do poder judiciário e dá outras providências. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/Resolucao_n_125-GP.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Estatísticas. Disponível em: <https://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/secao-de-estatisticas-processuais>. Acesso em: 25 set. 2024.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA

JOSELINA DAS DORES SILVA
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
josy123lua@gmail.com

Resumo

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais das escolas da Rede Municipal de Goiânia, é, muitas vezes, o único atendimento que o estudante com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) recebe para estimular o seu desenvolvimento cognitivo. Esse atendimento consiste em identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que possam promover a estimulação do estudante com NEE e aprimorar suas habilidades. As salas de recursos multifuncionais são espaços com brinquedos, músicas e jogos pedagógicos que promovem o desenvolvimento das capacidades sonora, sensorial, tátil. Seu objetivo é levar o estudante com NEE a ampliar a percepção do mundo a sua volta. Esta pesquisa será realizada por meio uma investigação bibliográfica e de campo. Tem como propósito analisar a a normatização dessa modalidade de ensino, compreender a forma que está sendo implementado no município e entender sua contribuição para o contexto da educação e da região.

Palavras-chave: Inclusão; Atendimento Educacional Especializado (AEE); sala de recursos multifuncionais.

Introdução

Historicamente, os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) viviam segregados, sendo excluídos do contato com os outros sujeitos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi estabelecido que a educação é um direito de todos, incluindo atendimento educacional especializado e a inclusão escolar, o que exigiu mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais (Brasil, 1988). A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96 definiu a educação especial como uma modalidade de ensino, assegurando aos estudantes com NEE o atendimento educacional, preferencialmente, na rede regular de ensino (Brasil, 1996). Dessa forma, os estudantes com NEE passaram a ter acesso às mesmas oportunidades educacionais que os demais estudantes, promovendo sua participação nas aulas regulares.

O público-alvo dessa modalidade de ensino, a educação especial, passou a receber atendimentos em instituições especializadas, escolas especializadas e salas de recursos multifuncionais, de forma complementar ao ensino regular. De acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, em seu artigo 3º, as salas de recursos multifuncionais são definidas como “ambientes equipados com materiais didáticos, pedagógicos, mobiliário e equipamentos destinados à oferta do atendimento educacional especializado”. Essas salas não substituem o ensino regular, mas trata-se de um complemento a esse ensino, o que significa que esse atendimento é uma forma de garantir que as particularidades de cada aluno com deficiência sejam reconhecidas e atendidas.

Os objetivos desta pesquisa incluem compreender o impacto do atendimento ofertado nas salas de recursos multifuncionais para a educação inclusiva e avaliar sua contribuição para a melhoria dos resultados dos estudantes com NEE nas escolas de Goiânia, bem como a sua contribuição para o contexto da educação e o desenvolvimento regional.

O tema relaciona-se com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, considerando que os estudantes com NEE da educação e do processo de inclusão para seu pleno desenvolvimento e para garantia de seus direitos. A pesquisa dialoga com as metas estipuladas até 2030, destacando: ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Portanto, ao garantir o acesso à educação de qualidade para todos, especialmente, para pessoas com NEE, promove-se a equidade e o desenvolvimento, contribuindo diretamente para a eliminação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, conforme estipulado nas metas dos ODS, reforçando assim, a relevância dessa pesquisa.

Metodologia

Pretende-se utilizar, com base na metodologia dialética, uma abordagem quantitativa e qualitativa. Inicialmente, será realizada uma busca pelos marcos históricos legais do Atendimento Educacional Especializado, além de um levantamento documental na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. O objetivo é compreender as diretrizes organizacionais da rede, os critérios para abertura das salas de recursos, a organização do trabalho das escolas, os critérios para a lotação dos profissionais, os parâmetros para encaminhamento e matrícula dos estudantes, entre outras informações relevantes.

Resultados e Discussão

A pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento e, por essa razão, não apresenta os resultados.

Conclusões

A pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento. Por isso, ainda não apresenta as conclusões.

Agradecimentos

À professora Edna Maria Jesus por acompanhar e incentivar cada passo desse trabalho.

Referências

BRASIL. Ministério da educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm. Acesso em: 1 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da educação. Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=dec&numero=6571&ano=2008&ato=cccmtwe50dvpwtd9a>, acessado em 08/08/2024. Acesso em: 10 set. 2024.

A CONTRIBUIÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM REGIÕES REMOTAS DE GOIÁS

THALLES SABINO MENDANHA
UNIALFA

thalles_gyn@hotmail.com

Resumo

A crescente demanda por profissionais de saúde qualificados em áreas remotas apresenta desafios significativos, principalmente, na formação de médicos e paramédicos. O uso da Inteligência Artificial (IA) oferece uma solução inovadora para superar barreiras de acesso e melhorar a capacitação profissional em regiões isoladas, como as áreas remotas de Goiás. Este artigo explora a aplicação de ferramentas baseadas em IA na formação médica e paramédica, destacando os benefícios, desafios e implicações dessa abordagem. A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa, incluindo uma revisão da literatura e estudos de caso para evidenciar a eficácia e as oportunidades de integração da IA no treinamento de profissionais de saúde. Os resultados indicam que a IA pode proporcionar simulações realistas, feedback instantâneo e acessibilidade ampliada, contribuindo para uma formação mais robusta e eficiente.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; tecnologia; treinamento médico.

Introdução

A formação de profissionais de saúde, em áreas remotas, enfrenta desafios significativos que comprometem a eficácia dos programas de treinamento e, por consequência, a qualidade dos cuidados oferecidos à população. Essas dificuldades são particularmente acentuadas em regiões como Goiás, um estado brasileiro que, apesar de sua vasta extensão territorial, possui uma das menores densidades populacionais do país.

Nesse contexto, áreas rurais e menos acessíveis, mesmo em um raio de 150 km de Goiânia, no norte de Goiás, ou em áreas mais longínquas como Cavalcante, cidade que fica no nordeste do estado, evidenciam a complexidade dos desafios enfrentados na capacitação de profissionais da saúde (Takahashi e Alves, 2015).

A escassez de recursos educacionais e a dificuldade de acesso aos centros de treinamento especializados são questões prementes. Em muitos casos, os profissionais em formação não têm acesso à infraestrutura adequada, como laboratórios bem equipados e centros de simulação clínica. As longas distâncias até os centros urbanos e a precariedade das vias de transporte agravam a situação, tornando o deslocamento uma barreira adicional. Essa realidade não apenas limita a formação de novos profissionais, mas também, perpetua um ciclo de falta de qualificação e deficiência no atendimento médico e paramédico (Van Stralen et al, 2016).

Nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) surge como uma solução inovadora e promissora para enfrentar essas dificuldades, conforme apontado por Aruda (2024). Com a capacidade de criar simulações interativas e fornecer feedback em tempo real, a IA tem potencial para superar muitas das limitações físicas e logísticas enfrentadas nas áreas remotas. Em localidades como o extremo norte ou o nordeste do estado, a utilização de tecnologias baseadas em IA poderia revolucionar o treinamento de médicos e paramédicos. Por meio dessas tecnologias, é possível permitir que os profissionais ou pessoas da comunidade interessadas em adquirir experiência direta ou indireta, teórica ou prática e conhecimentos avançados sem a necessidade de deslocamentos constantes para centros especializados (Nascimento & Gasparello, 2023).

A implementação da IA na formação profissional possibilita o desenvolvimento de aprendizado virtualizados, que simulam cenários clínicos e situações de emergência, proporcionando uma experiência prática essencial para a capacitação. Além disso, essa tecnologia pode fornecer análises detalhadas do desempenho dos alunos, ajustando o conteúdo e a complexidade de acordo com as necessidades individuais, o que é fundamental para uma formação personalizada e eficaz.

Portanto, a exploração e implementação de tecnologias de IA, nas áreas remotas de Goiás, representam uma oportunidade significativa para superar os desafios tradicionais da formação de profissionais da saúde. Diante disso, este artigo tem o objetivo de examinar como a IA pode ser integrada de forma eficaz nessas regiões.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa, cujo objetivo é investigar o uso da Inteligência Artificial (IA) em treinamentos na área médica e paramédica, principalmente, em áreas remotas do Estado de Goiás.

O estudo está estruturado em 3 etapas: na primeira, será realizada uma análise de lugares com escassez de profissionais de saúde, buscando analisar os aspectos que influenciam essa situação; na segunda etapa, será delimitada a região a ser estudada; e, na terceira, as competências serão relacionadas e as possíveis utilizações da IA em treinamentos médicos.

Este artigo propõe uma abordagem para explorar dados e informações disponíveis em bases de dados especializadas, estudos acadêmicos e trabalhos científicos. A pesquisa seguirá as seguintes etapas: desenho da pesquisa; coleta e compilação de dados; análise bibliométrica; e uma análise qualitativa. Essa metodologia permite explorar os indicadores disponíveis nas bases lens.org e [google scholar](https://scholar.google.com).

Resultados e Discussão

A pesquisa ainda está em desenvolvimento e, portanto, ainda não apresenta os resultados.

Conclusões

A pesquisa ainda está em desenvolvimento, por isso, ainda não apresenta as conclusões.

Agradecimentos

Agradecimentos inicialmente a Deus, esposa, filha, orientadora Edna Maria Jesus e à instituição pela oportunidade.

Referências

ARUDA, E. P. (2024). **Inteligência Artificial generativa no contexto da transformação do trabalho docente**. EDUR – educação em revista. 2024; 40: e 48078. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469848078>.

HEDLER, H. C., et al. **O impacto da governança de tecnologia da informação no desempenho organizacional**: um estudo bibliométrico. 19 Th contecsi – internacional conference on information systems and technology management. ISSN 2448-1041 – dec 19-21, 2022 tecsi – FEA USP São Paulo/ Brazil.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A EMPREGABILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA UM DESENVOLVIMENTO JUSTO E IGUALITÁRIO EM GOIÂNIA

ALEXANDRA DOS SANTOS FERREIRA
UNIALFA
alexandrapedagogia25@gmail.com

Resumo

A educação inclusiva desempenha um papel fundamental na consolidação da igualdade de oportunidades, em especial, no caso das pessoas com deficiência, preparando-a para o mercado de trabalho. Ao proporcionar uma formação adequada, percebe-se que a empregabilidade dessas pessoas se torna uma realidade, permitindo sua plena inserção e contribuição para o desenvolvimento social e econômico e equitativo. A pesquisa será realizada por meio de uma revisão bibliográfica, com autores consagrados como Libânio (1989), Saviani, Silva (2013) e Paulo Freire 2003 e leis que permitem uma revisão da literatura com procedimento metodológico básico, no intuito de contribuir para compreensão da inclusão e a empregabilidade das pessoas com deficiência e seus desafios profissionais enfrentados no dia a dia. Nota-se que os desafios como preconceitos e falta de acessibilidade ainda persistem. Para alcançar um desenvolvimento justo e igualitário, é crucial que as políticas públicas continuem a promover a inclusão tanto no âmbito educativo quanto profissional para um desenvolvimento regional justo e decente. Dessa forma, pretende-se reforçar a importância de respeitar as diferenças das pessoas com deficiência e promover a educação inclusiva na formação profissional e no mercado de trabalho, é uma forma de desenvolver uma sociedade que promova o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e que possa, também, contribuir para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; pessoas com deficiência e empregabilidade.

Introdução

A educação inclusiva é fundamental para garantir a todas as pessoas, independente de suas limitações físicas ou cognitivas, a oportunidade de participar plenamente no sistema educativo regular de ensino. Dessa forma, é essencial buscar eliminar barreiras e promover uma sociedade mais equitativa e solidária. Além disso, a educação inclusiva de qualidade é primordial para garantir que pessoas com deficiência fiquem preparadas para ingressar no mercado de trabalho.

A formação profissional é uma etapa de capacitação e qualificação, voltada para o desenvolvimento de habilidades importantes para o exercício de uma profissão. Dessa forma, possibilita ao estudante com ou sem deficiência aprender a aplicar os conhecimentos adquiridos em atividades no mercado de trabalho, que passa por constantes transformações.

A qualificação, nesse contexto, resulta na inclusão, facilitando a empregabilidade dessas pessoas. Apesar dos preconceitos e obstáculos ainda existentes, a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho tem gerado avanços significativos, pois promove o acesso e a oportunidade de trabalho com dignidade, além de valorizar a diversidade.

Portanto, conclui-se que uma formação adequada é essencial para que as pessoas com deficiência enfrem os desafios do mercado de trabalho com destreza e seja plenamente incluídas na sociedade. Diante disso, a educação inclusiva, ao promover oportunidades de emprego acessíveis, torna-se crucial para a construção de um desenvolvimento justo e igualitário em Goiânia.

Metodologia

A metodologia será utilizada com o objetivo de compreender o papel da educação como facilitadora da empregabilidade para as pessoas com deficiência em Goiânia, além de entender, a educação inclusiva e a formação profissional.

A pesquisa pretende investigar o trabalho e a empregabilidade para as pessoas com deficiência. Além de analisar a educação inclusiva e sua formação profissional para a empregabilidade. Para tanto, serão coletados dados em várias instituições sobre educação inclusiva e também registro de formações profissionais, empregabilidades, o desenvolvimento regional em Goiânia. Ou seja, será utilizada uma metodologia quantitativa, com dados relevantes sobre a quantidade de pessoas com deficiência, idade, sexo, formação profissional e cargo que exerce no trabalho.

Resultados e Discussão

A pesquisa encontra-se na fase de construção do Capítulo 1, que apresenta a fundamentação teórica sobre educação, abordando aspectos gerais da área, bem como a educação inclusiva e formação dos profissionais.

Também está em desenvolvimento o Capítulo 2 que discorre sobre o trabalho, a formação profissional e a empregabilidade para as pessoas com deficiência, com o objetivo de compreender como a educação inclusiva e a formação profissional são ofertadas em Goiânia com o objetivo da empregabilidade para as pessoas com deficiência. Por último, busca-se propor políticas públicas que assegurem o êxito dessa formação, promovam a inclusão e contribuam para o desenvolvimento regional.

Conclusões

Conclui-se que a educação inclusiva objetiva incluir todas as pessoas no ensino regular, assegurando uma educação acessível a todos, independentemente de sua origem étnica, cor, religião ou qualquer outra característica.

O mercado de trabalho está em constante transformação, caracterizando-se por ser exigente e competitivo. Nesse contexto, a formação profissional deve ser contínua, no qual, inicia-se pela na teoria, com a aquisição de conhecimentos e aprimoramento das habilidades do trabalhador.

Portanto, a inclusão possui grande relevância na formação profissional, pois possibilita a empregabilidade e a oferta de um trabalho decente, ao mesmo tempo que favoreça o desenvolvimento regional na cidade de Goiânia.

Agradecimentos

Eu gostaria de agradecer a todos, que de alguma forma contribuiu para a construção desse trabalho, fica meus sinceros agradecimentos. Inicialmente, agradeço ao meu orientador dr. Sérgio Caruso, pelo acompanhamento e estimada orientação. Aos meus colegas e amigos que contribuíram por meio de ideias e debates e, por fim, a minha família pelo suporte emocional e apoio durante todo o processo do trabalho.

Referências

BRASIL. Ministério da justiça. Lei 8213 de 24 de julho de 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítica-social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. campinas: autores associados, 2013.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PRONATEC COM ÊNFASE NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FACILITADORA NO ENSINO A DISTÂNCIA

RALF MELO DE OLIVEIRA
UNIALFA
ralfmelo@hotmail.com

Resumo

O desenvolvimento regional é uma estratégia fundamental para promover o crescimento econômico e social de regiões específicas, equilibrando as disparidades e fortalecendo suas potencialidades. No caso do Estado de Goiás, as políticas de educação profissional têm se mostrado essenciais para preparar a mão de obra local e integrar a população ao mercado de trabalho, gerando benefícios tanto para os indivíduos quanto para a economia regional. Uma das principais iniciativas nesse campo é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011 pelo Governo Federal. O programa tem como objetivo ampliar a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional, especialmente, para populações de baixa renda e em áreas menos atendidas, com foco em setores estratégicos da economia local. Em Goiás, o Pronatec se destaca como um agente transformador ao proporcionar educação técnica em diversas regiões do estado, impulsionando o desenvolvimento econômico e reduzindo as desigualdades sociais por meio da qualificação profissional. A proposta central deste estudo é explorar como as políticas de educação profissional, com foco no Pronatec, têm contribuído para o desenvolvimento regional de Goiás. Além disso, um aspecto inovador é a ênfase na Inteligência Artificial (IA) como uma ferramenta facilitadora para a implementação do ensino a distância (EaD), especialmente, no contexto da educação profissional. A IA tem o potencial de transformar a forma como o ensino é oferecido, tornando-o mais acessível, personalizado e eficiente, o que é particularmente relevante em regiões com infraestrutura limitada ou com barreiras de acesso à educação presencial. A introdução da Inteligência Artificial no Pronatec e, em outras iniciativas de educação a distância, pode otimizar o processo de ensino-aprendizagem, facilitando o acompanhamento individualizado dos estudantes, a oferta de conteúdos adaptados às necessidades de cada aluno e a criação de ambientes virtuais de aprendizado mais interativos e dinâmicos. Esse uso da IA contribui para o aumento da qualidade do ensino e para a redução de barreiras que dificultam o acesso à educação, sobretudo para populações em áreas remotas de Goiás. O estudo destaca ainda que a aplicação da IA no EaD tem potencial para integrar a educação profissional ao mundo do trabalho de maneira mais eficiente, ao conectar as demandas do mercado por profissionais qualificados com a formação oferecida nos cursos técnicos. Assim, as políticas de educação profissional, apoiadas pela tecnologia, podem não apenas formar mais trabalhadores para o mercado local, mas também criar um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social em Goiás. Por fim, a pesquisa busca analisar o impacto concreto dessas políticas no desenvolvimento regional, destacando os desafios e as oportunidades geradas pela incorporação da

Inteligência Artificial na educação a distância e como essa abordagem pode ser replicada em outras regiões.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; educação profissional; Inteligência Artificial.

Introdução

O desenvolvimento regional é um tema central nas discussões sobre políticas públicas e crescimento econômico sustentável, especialmente, em países com desigualdades regionais significativas, como o Brasil. A educação, em suas diversas modalidades, é reconhecida como um dos principais motores desse desenvolvimento, pois está diretamente relacionada à capacitação da população e à sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a educação profissional desempenha um papel crucial ao preparar trabalhadores para demandas específicas da economia local, regional e nacional, promovendo não apenas a empregabilidade, mas também o desenvolvimento socioeconômico das regiões. O Estado de Goiás, localizado no Centro-Oeste brasileiro, tem experimentado nos últimos anos um crescimento econômico relevante, especialmente, nos setores agroindustrial, de serviços e de tecnologia.

No entanto, para que esse crescimento seja sustentado e equitativo, é fundamental investir na qualificação da mão de obra local. As políticas de educação profissional, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), surgem como uma resposta a essa necessidade, ampliando a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada, com foco em setores estratégicos e na inclusão social.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo central investigar o impacto das políticas de educação profissional no desenvolvimento regional de Goiás, com especial destaque para o Pronatec. Além disso, busca explorar a aplicação da Inteligência Artificial (IA) como uma ferramenta facilitadora no ensino a distância (EAD), ampliando o acesso à educação profissional, especialmente, em áreas remotas ou com infraestrutura educacional limitada.

O EAD tem se consolidado como uma modalidade crucial para a democratização do ensino, e a IA apresenta-se como uma solução inovadora para melhorar a personalização e eficiência do processo de ensino-aprendizagem.

A relevância desta pesquisa está na análise de como o Pronatec, aliado à IA no EAD, pode contribuir para o desenvolvimento regional de Goiás, criando novas oportunidades de qualificação profissional e reduzindo as barreiras ao acesso à educação. Com a crescente demanda por trabalhadores qualificados em áreas tecnológicas e industriais, a combinação de políticas públicas de educação e inovação tecnológica pode transformar o cenário econômico e social de regiões em desenvolvimento, como Goiás.

Portanto, o presente estudo pretende não apenas avaliar o impacto dessas políticas, mas também propor novas perspectivas para a integração de tecnologia e educação profissional, contribuindo para o debate sobre o uso da IA como facilitadora no ensino a distância e seu papel no desenvolvimento regional.

Metodologia

Este trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de fontes secundárias como artigos científicos, livros, relatórios oficiais do governo e documentos institucionais relacionados ao Pronatec e à Inteligência Artificial aplicada à educação.

A análise qualitativa foi complementada por estudos de caso em Goiás, com foco na implementação do Pronatec na modalidade Ead. Foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo para interpretar os dados e identificar o impacto das políticas públicas no desenvolvimento regional. Além disso, dados estatísticos foram coletados de bases como IBGE e MEC para apoiar a análise dos resultados.

Resultados e Discussão

Os resultados esperados desta pesquisa indicam que a implementação do Pronatec em Goiás, especialmente, na modalidade Ead com o uso da Inteligência Artificial, pode ampliar significativamente o acesso à educação profissional em regiões remotas e menos favorecidas. A IA tem o potencial de personalizar o aprendizado, melhorar a retenção de alunos e facilitar a gestão dos cursos.

A análise preliminar sugere que essa combinação de políticas educacionais com tecnologia pode contribuir para o desenvolvimento regional ao qualificar mão de obra local e reduzir desigualdades educacionais. Além disso, espera-se que a integração da IA no Ead aumente a eficiência do processo de ensino, possibilitando uma formação mais adaptada às necessidades do mercado de trabalho regional, fomentando o crescimento econômico de Goiás.

Conclusões

Com base nos resultados discutidos, conclui-se que o Pronatec, aliado à Inteligência Artificial no ensino a distância, tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento regional de Goiás, ampliando o acesso à educação profissional e promovendo a inclusão social. A IA se destaca como uma ferramenta eficaz para personalizar o aprendizado e facilitar a gestão educacional, especialmente, em áreas remotas.

O uso dessa tecnologia pode reduzir as barreiras educacionais e qualificar a mão de obra de acordo com as demandas locais, contribuindo para a sustentabilidade econômica da região. Dessa forma, o trabalho atinge seus objetivos ao demonstrar a relevância de políticas públicas tecnológicas para o desenvolvimento socioeconômico de Goiás.

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo apoio constante, ao meu orientador pela orientação e incentivo durante todo o processo, e às instituições que forneceram os dados e materiais necessários para a realização desta pesquisa. Também expresso minha gratidão aos colegas e amigos que contribuíram com discussões valiosas, e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a

concretização deste trabalho. “Tia meire, mesmo do céu, esse trabalho é para você”.

Referências

BRASIL. Ministério da educação. Pronatec: programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2024.

FREITAS, S. C.; FIGUEIRA, F. L. G. **Neoliberalismo, educação e a lei 9.394/1996.** Educação & sociedade, v. 37, n. 134, p. 729-746, 2016. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados regionais de Goiás. Acesso em: 19 set. 2024.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

JOÃO BATISTA LEMES JÚNIOR

Coautores

HEVERTON EUSTÁQUIO PINTO

UNIALFA

juniorlemes2@gmail.com

Resumo

O presente estudo investiga o uso da Inteligência Artificial (IA) na execução fiscal municipal, com o enfoque no Poder Judiciário e Executivo em Aparecida de Goiânia, Goiás. Tem como objetivo principal compreender como a IA pode ajudar a recuperar ativos fiscais e a reduzir processos judiciais, melhorando a eficiência do sistema de cobrança. A pesquisa destaca o elevado volume de execuções fiscais que prejudica o sistema judiciário, exacerbado por erros nas Certidões da Dívida Ativa e o acúmulo de ações. Busca-se responder como a aplicação da IA pode aliviar esse congestionamento e contribuir para o desenvolvimento regional por meio da otimização da arrecadação fiscal. Ressalta-se a relevância do estudo devido ao alto valor de recursos não arrecadados pelos municípios, o que impacta os investimentos em serviços públicos. A metodologia adotada será de natureza quanti-qualitativa e usará a Vara da fazenda Pública Municipal de Aparecida de Goiânia como objeto de análise para examinar os efeitos da IA na arrecadação e na gestão fiscal.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; desenvolvimento regional; arrecadação.

A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA DESBUROCRATIZAÇÃO DOS ATOS JUDICIAIS

JULIANA MARANGONI
UNIALFA
jmarangoni@tjgo.jus.br

Resumo

Este estudo examina a relação entre o Direito e sua linguagem, com o objetivo de mostrar que a comunicação judicial, ao se valer de uma formalidade excessiva, perde precisão epistemológica e se distancia da realidade social, o que gera obstáculos ao pleno acesso à justiça. A pesquisa utiliza uma combinação de análise de documentos, conceitos da linguagem que atuam na prática jurídica. Os resultados mostram que a simplificação dos atos judiciais e a principais reformas legais que incentivaram uma maior participação popular nos processos judiciais não só melhoraram a eficiência operacional do TJ/GO, mas também tornaram a justiça mais acessível e transparente aos cidadãos-jurisdicionados. Por fim, destaca-se o impacto positivo dessas mudanças na prática jurídica brasileira e sua relevância para a ODS-16 da agenda global de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Acesso à justiça; Tribunal de Justiça de Goiás; linguagem simples.

Introdução

O objetivo principal deste estudo é demonstrar que a simplificação dos atos judiciais atende não apenas a uma necessidade de eficiência operacional, mas também se alinha estrategicamente aos princípios da agenda 2030. Pretendemos, por meio de uma exploração detalhada das reformas implementadas, suas metodologias e impactos, proporcionar um entendimento profundo de como a modernização do sistema judiciário pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Buscamos analisar que a implementação da política pública judiciária da linguagem simples, no âmbito do poder judiciário goiano, demonstrar-se-á uma alternativa possível ao formalismo excessivo, possibilitando um meio à construção de uma justiça democrática de proximidade. Por sua vez, as decisões judiciais retiram validade de sua fundamentação, que se trata de um princípio que visa, por um lado, garantir a efetiva transparência da atuação dos órgãos jurisdicionais e, por outro lado, evitar arbitrariedades (Sousa, 2015).

Aliado a isso, deve-se considerar a necessidade premente apontado pelo objetivo de desenvolvimento sustentável nº 16, que visa promover paz, justiça e instituições eficazes, como forma de desenvolver sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (Nações Unidas do Brasil, 2015).

Nesse sentido, clama-se por uma perspectiva de acolhimento que reconheça as partes como sujeitos de direitos, em uma visão emancipatória que não mais as vê como “coisas”, meros objetos de relações jurídicas abstratas. Assim, é possível caminhar rumo a um avanço civilizatório imbuído na terceira onda de acesso à justiça de Cappeletti e Garth (1988).

Metodologia

O método de pesquisa utilizado neste estudo será o qualitativo, por meio de pesquisa bibliográfica, com viés exploratório e explicativo. Inclui o exame de documentos oficiais, legislações e relatórios de implementação das reformas e análise de dados processuais. Essa abordagem permite uma compreensão não apenas da eficiência administrativa, mas também a promoção e compreensão dos atos de justiça pelo cidadão comum, independente de contar com conhecimento jurídico.

Resultados e Discussão

Propõe-se buscar as novas ferramentas de inovação tecnológicas para transformar a comunicação jurídica e compreender que o destinatário final, na maioria das vezes, não é um operador do Direito. Ainda assim, não se pode perder de vista os fundamentos constitucionais e a lógica democrática. Pretende-se também, confirmar o alinhamento das reformas implementadas pelo Judiciário goiano aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente, no que se refere à promoção de um acesso mais justo e inclusivo à justiça atendendo às demandas atuais e contribuindo significativamente para um futuro sustentável, inclusivo e replicável. Diante disso, o estudo busca destacar práticas eficazes e estratégias para superar os desafios enfrentados nesse contexto.

Conclusões

A desburocratização dos atos judiciais por meio da linguagem simples, tem o potencial de revolucionar o sistema de justiça, tornando-o mais eficiente, transparente e acessível, em consonância com os princípios do ODS 16 da ONU.

Contudo, para que esses benefícios sejam plenamente realizados é necessário um esforço coordenado entre governos, instituições judiciais e a sociedade civil, garantindo que as inovações tecnológicas e as mudanças culturais sejam implementadas de maneira inclusiva, ética e segura, aproximando o cidadão comum, que busca, antes de tudo, a resolução de seu problema, o dever de ser tratado com a devida dignidade.

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha gratidão, inicialmente, a Deus, ao meu orientador e professores pelo valioso apoio acadêmico durante a elaboração deste trabalho. Agradeço também ao meu esposo e amigos pelo incentivo

constante e compreensão ao longo de todo o processo. Reconheço, por fim, o papel fundamental das instituições e fontes consultadas, que forneceram os insumos necessários para a concretização deste estudo.

Referências

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988, plataforma agenda 2030. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda-2030/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOUSA, Mônica Teresa Costa; ALMEIDA, Roberto de Oliveira. **Fundamentação das decisões judiciais no CPC 2015 e Superior Tribunal de Justiça**: uma análise do mandado de segurança nº 21.315/df. Revista da Ajuris, Porto Alegre, jun. 2017.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E O ALCANCE DO ODS 16 DA AGENDA 2030

LILIAN BARROS DE MACÊDO
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
lilianbarrosmacedo@gmail.com

Resumo

A transformação digital no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ/GO) está em constante aprimoramento e, em decorrência dos grandes avanços tecnológicos hodiernos, os esforços não param. Tem-se implementado tecnologias e inovações para uma melhor prestação jurisdicional e, conseqüentemente, buscar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Para realização do estudo, utilizou-se uma combinação de análise de documentos e informações provenientes de estudos de caso, coleta de dados nos relatórios e Provimentos do TJ/GO, CNJ, ONU, dentre outros. Os resultados mostram que a digitalização dos processos judiciais e a implementação de sistemas de gestão eletrônica não só melhoraram a eficiência operacional do TJ/GO, mas também tornaram a justiça mais acessível e transparente, bem como demonstram que as práticas bem-sucedidas podem ser aplicadas em outros contextos e jurisdições. Essas melhorias são fundamentais para o avanço de ações alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois evoluções tecnológicas ajudam a construir instituições mais fortes, mais inclusivas e equitativas. O estudo conclui ressaltando o impacto dessas mudanças na prática jurídica brasileira e sua relevância para a agenda global de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16; Tribunal de Justiça de Goiás; transformação digital; desenvolvimento regional; sustentabilidade.

Introdução

O objetivo deste estudo é examinar como a transformação digital no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) contribui para os esforços globais voltados ao alcance do ODS nº 16 da Agenda Internacional. O foco está na promoção de um sistema judiciário mais inclusivo, eficiente e eficaz, por meio de análise das metas e indicadores apontados no referido ODS. O trabalho também busca apontar como a implementação de sistemas de gestão eletrônica não só melhora a eficiência operacional do TJGO, mas também torna a justiça mais acessível e transparente para a população goiana.

O estudo também demonstra que, com a digitalização dos processos judiciais, houve a redução do uso de papel aumentando a eficiência processual, facilitando o acesso às informações para todos os envolvidos, permitindo o acompanhamento e peticionamento de forma on-line, tornando a justiça mais rápida e ao alcance de todos, se atentando para a sustentabilidade.

Outro objetivo destacado é pontuar que o uso de tecnologias como robôs (IA), no intuito de automatizar tarefas repetitivas, classificar e distribuir

processos, ajuda a acelerar os procedimentos e a melhorar a tomada de decisões. E, dentre os propósitos, a pesquisa investiga os desafios e oportunidades encontrados na implementação dessas tecnologias para compreender cada meta e indicadores do ODS 16 e realizar uma correlação com o processo de transformação digital e como essas metas estão sendo atingidas.

A relevância do estudo é apontar o potencial do TJGO, por meio das inovações tecnológicas em contribuir significativamente com o ODS 16, alinhando-se com a agenda 2030, reduzindo a burocracia, tempo de tramitação dos feitos e custos envolvidos em prol da sustentabilidade e do cidadão.

Metodologia

A abordagem metodológica utilizada no estudo será a integração dos métodos qualitativo e quantitativo por meio do método misto que irá ilustrar uma análise mais consistente e abrangente acerca do tema.

Resultados e Discussão

Este estudo visa encontrar evidências de como a adoção de tecnologias digitais pode contribuir para o fortalecimento das instituições, promoção da justiça, melhoria no acesso a serviços públicos de forma transparente e inclusiva, contribuindo para a garantia dos Direitos Humanos e qualidade de vida da população.

A pesquisa visa comprovar como as iniciativas de transformação digital implementadas pelo TJGO estão, efetivamente, alcançando os objetivos da ODS 16, explorando os impactos positivos e identificando desafios e barreiras ainda existentes.

Espera-se também revelar as melhores práticas e estratégias que têm demonstrado sucesso, bem como as lacunas que precisam ser preenchidas para alcançar plenamente os objetivos da ODS 16.

O estudo busca, portanto, oferecer uma compreensão de como a digitalização pode ser uma alavanca para o desenvolvimento sustentável, beneficiando a sociedade como um todo.

Conclusões

A transformação digital tem o potencial de revolucionar o sistema de justiça, tornando-o mais eficiente, transparente e acessível, em consonância com os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 16 da ONU. Contudo, para que esses benefícios sejam plenamente realizados, é necessário um esforço coordenado entre governos, instituições judiciais e a sociedade civil, garantindo que as inovações tecnológicas sejam implementadas de maneira inclusiva, ética e segura.

Dessa forma, o caminho para uma justiça mais eficaz, transparente e acessível passa pela integração responsável da tecnologia, em alinhamento com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável e com o compromisso de não deixar ninguém para trás.

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, a Deus. Expresso minha gratidão à minha família pelo apoio, incentivo constante e compreensão ao longo de todo o processo.

Agradeço grandemente ao meu orientador, doutor Adriano Donizeti Pila que tem transmitido bastante conhecimento para construção e desenvolvimento da pesquisa e estudo.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 24 set. 2024.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Programa justiça 4.0.** Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/justica40>. Acesso em: 24 set. 2024.

Plataforma agenda 2030. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda-2030/>. Acesso em: 24 set. 2024.

O PODER DA DEFENSORIA PÚBLICA E SEU ALCANCE NA SOCIEDADE GOIANA

REGINA DE OLIVEIRA PEREIRA COSTA
UNIALFA
reginadeopcosta@hotmail.com.br

Resumo

A Defensoria Pública e as políticas públicas garantem os direitos fundamentais e acesso à justiça, especialmente, para os indivíduos em situação de vulnerabilidade em Goiás, na busca do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa. Com base nesse quesito, a sociedade está cada vez mais amparada pelo Estado com diversos mecanismos proporcionado pelos defensores públicos, por meio de assistência jurídica gratuita, defesa dos Direitos Humanos, ações coletivas, mediação e conciliação de conflitos, educação em direitos, além de valorizar o potencial humano, em prol de esclarecer essas pessoas acerca dos seus direitos regulamentos em nosso ordenamento jurídico e consolidado na Constituição Federal. Nesse tema, aprofundaremos os estudos sobre a eficácia das políticas públicas no combate às desigualdades sociais, a intervenção do Estado por intermédio de programas, ações, metas e planos, visando alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Percebe-se que, a desinformação, a desigualdade, a injustiça e a exclusão é decorrente de uma herança histórica, o que temos hoje é resultado de comportamentos construídos durante anos. A falta de acesso à educação tem se constituído em um obstáculo para pessoas menos esclarecidas de busquem seus direitos, seja na esfera judicial, seja na esfera extrajudicial. Nesse contexto, a atuação dos agentes públicos, no caso específico da Defensoria Pública do Estado de Goiás, tem desempenhado um papel importante no processo do desenvolvimento social, ao ampliar o alcance à justiça de forma integral e gratuita, mecanismos considerados essenciais para uma vida mais digna. Do ponto de vista das políticas públicas, cabe ao Estado regular, proporcionar e garantir os direitos da sociedade para diminuição das desigualdades, valendo-se pelo cumprimento dos direitos fundamentais, entre os quais o princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da liberdade e do acesso à justiça. Assim, torna-se possível gerar oportunidades mais equitativas de inclusão para os diferentes grupos, com ênfase na eficiência, eficácia e efetividade.

Palavras-chave: Políticas públicas; acesso à justiça; vulnerabilidade; defensoria pública; legislação.

Introdução

A literatura sobre o poder da defensoria pública e seu alcance na sociedade goiana recomenda como garantir e proporcionar o acesso à justiça, especialmente, para as pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio da interação entre atuação da defensoria pública do Estado de Goiás e as políticas públicas.

O artigo analisa a atuação da Defensoria Pública no contexto das políticas públicas voltadas à promoção da justiça social e da equidade para as classes

menos favorecidas. O objetivo principal do estudo é compreender a importância da Defensoria Pública e das políticas públicas como garantia dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade no Estado de Goiás.

Os objetivos são três: compreender o papel da implementação de políticas públicas na sociedade; entender a atuação da Defensoria Pública, com ênfase, na garantia dos direitos individuais e coletivos; e analisar os benefícios gerados para a sociedade, a partir da interação entre Defensoria Pública e as políticas públicas, considerando melhorias nos serviços de saúde, educação, inclusão social, infraestrutura e equidade.

Metodologia

Diante da delimitação do tema, o método de pesquisa adotado, com base em livros acadêmicos, fontes científicas, documentos, artigos publicados, legislação, dados estatísticos (possibilita a análise dos dados questionados), pesquisa de campo, além da utilização de fatos oficiais vivenciados no cotidiano entre defensoria pública e políticas públicas, priorizando o âmbito local. Desta forma, adotamos o método dedutivo para estabelecer relações de causa e efeito e chegar a uma conclusão específica.

Resultados e Discussão

Os apanhados sugerem que a interação entre a defensoria pública e as políticas públicas é dinâmica e essencial para garantir que todos tenham acesso à justiça e aos direitos fundamentais.

A interação entre a defensoria pública e as políticas públicas é complexa e multifacetada, envolvendo debates sobre direitos individuais, igualdade de acesso à justiça, financiamento adequado e autonomia institucional. Essa interação pode ser construtiva quando há alinhamento na promoção de direitos humanos e justiça social, mas também desafiadora quando surgem conflitos de interesses ou restrições legais e financeiras que afetam negativamente a capacidade da defensoria de cumprir sua missão.

A autonomia da defensoria pública, em relação ao poder executivo e legislativo, é essencial para garantir sua capacidade de atuar de forma imparcial e eficiente em defesa dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, assegurando que os direitos constitucionais sejam respeitados e protegidos.

Conclusões

Notamos a importância dos defensores públicos, os quais desempenham um papel crucial na defesa dos interesses dos indivíduos menos privilegiados perante o estado, pois influenciam e são influenciados pelas políticas públicas que buscam promover o bem-estar e a justiça social.

Isso confirma que a Defensoria Pública pode pressionar por políticas públicas mais inclusivas e eficazes, principalmente, para resolver importantes demandas judiciais, podendo influenciar a interpretação e a aplicação das leis, eventualmente para mudanças nas políticas públicas, a fim de melhor atender às necessidades dos cidadãos e na defesa dos Direitos Humanos.

Agradecimentos

Agradeço a todos os que incentivaram essa minha jornada, inicialmente, a Deus e, em especial, ao meu amado companheiro Glauco, além dos amigos que são tão importantes para mim.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www2.defensoria.go.def.br/>. <https://www.cnj.jus.br/>
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp80.htm
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm65

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: EFEITOS SOBRE A EQUIDADE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ADRIANE DA SILVA MARTINS
UNIALFA
adrianesmg@gmail.com

Resumo

A judicialização da saúde, fenômeno caracterizado pelo aumento de ações judiciais que exigem do Estado a provisão de tratamentos médicos não disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), influencia significativamente a gestão de políticas de saúde e o desenvolvimento regional. Este estudo irá analisar como essa prática afeta a distribuição de recursos de saúde, explorando suas implicações para o desenvolvimento regional. Utilizando análise documental e revisão bibliográfica, são examinados casos e políticas destacadas em fontes acadêmicas e jurídicas, incluindo jurisprudência e legislações pertinentes. A pesquisa revela que a judicialização pode desviar recursos de áreas essenciais de saúde pública para atender demandas individuais, comprometendo investimentos em programas preventivos e de alcance coletivo. Esse desvio intensifica a disparidade na qualidade do acesso à saúde entre regiões e impõe desafios à sustentabilidade financeira do SUS. Discute-se a necessidade de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação e conciliação, que poderiam reduzir o ônus judicial e promover um equilíbrio entre demandas individuais e necessidades coletivas. Argumenta-se que tais mecanismos podem contribuir para uma gestão mais eficiente dos recursos de saúde, alinhando-se com os princípios de equidade e universalidade que regem o sistema de saúde brasileiro. Conclui-se que uma abordagem integrada, considerando aspectos jurídicos, sociais e econômicos, é essencial para mitigar os impactos da judicialização no desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: Judicialização da saúde; equidade em saúde; desenvolvimento regional; políticas públicas de saúde; Sistema Único de Saúde (SUS).

Introdução

A judicialização da saúde no Brasil é um fenômeno que se intensificou nas últimas décadas, caracterizado pelo crescente número de ações judiciais em que cidadãos buscam garantir acesso a tratamentos e medicamentos não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Embora essa tendência assegure direitos individuais à saúde, ela suscita questões críticas sobre a gestão dos recursos públicos e o impacto no desenvolvimento regional.

Este estudo se propõe a investigar as implicações da judicialização para a distribuição equitativa dos recursos de saúde e para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a saúde coletiva. O interesse por esse tema surgiu da observação de que, apesar de as ações judiciais proporcionarem soluções imediatas para indivíduos específicos, elas podem gerar

consequências negativas para a população em geral, incluindo a distorção da alocação de recursos e a priorização de casos individuais em detrimento das necessidades coletivas. Essas práticas têm potencial para comprometer a capacidade do SUS de planejar e executar políticas de saúde pública de forma eficaz e eficiente (Alves, 2020).

A análise se concentra no estudo das dinâmicas entre direitos de saúde garantidos pela Constituição de 1988, a operacionalização desses direitos pelo SUS e os desafios impostos pela judicialização. O estudo também avalia como essa prática pode afetar a capacidade dos governos locais e regionais em atender às necessidades de saúde da população de forma equitativa, particularmente, em regiões menos favorecidas economicamente (Delduque; Alves, 2023). Esse contexto demanda uma investigação aprofundada sobre as consequências de longo prazo das decisões judiciais no planejamento e na implementação das políticas de saúde em diferentes regiões do Brasil.

Por fim, este estudo pretende contribuir para o debate sobre a judicialização da saúde no Brasil, oferecendo insights sobre como equilibrar a necessidade de garantir o direito à saúde individual com a imperatividade de desenvolver e manter sistemas de saúde públicos que sejam sustentáveis e capazes de atender equitativamente às demandas de saúde da população brasileira. A meta é fornecer uma base para políticas que possam mitigar os efeitos adversos da judicialização e promover um desenvolvimento regional mais harmonioso e justo.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, centrada na análise de dados secundários provenientes de revisões bibliográficas de literatura acadêmica, proposta por Lakatos e Marconi (2003). Esse modelo enfatiza a importância de construir uma base teórica sólida por meio do exame de fontes secundárias. As fontes incluem artigos jurídicos, decisões de tribunais superiores e legislação relacionada à saúde pública, coletados de bases de dados jurídicas e acadêmicas.

A metodologia envolveu também a análise de relatórios de políticas de saúde e documentos oficiais emitidos pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Justiça, proporcionando uma compreensão ampla das dimensões legais e administrativas da judicialização da saúde.

Este procedimento permitiu identificar padrões nas decisões judiciais e suas consequências para a distribuição de recursos no SUS, focando, especialmente, em como essas decisões impactam o desenvolvimento regional e a equidade no acesso aos serviços de saúde.

Resultados e Discussão

O estudo ainda se encontra em progresso.

Conclusões

Os resultados do estudo ainda não foram concluídos e permanecem em progresso. No entanto, os dados analisados até o momento indicam que a

judicialização da saúde, embora possibilite o acesso a tratamentos essenciais, impõe desafios à equidade e à sustentabilidade do SUS, especialmente, pela alocação desproporcional de recursos.

Observa-se a necessidade de estratégias que equilibrem o direito individual à saúde com a eficácia das políticas de saúde coletiva. Medidas como a promoção de diálogos interinstitucionais e o desenvolvimento de mecanismos alternativos de resolução de conflitos são sugeridas. Essas iniciativas podem reduzir a dependência do sistema judiciário, redirecionando o foco para uma gestão de saúde preventiva e inclusiva, com vistas a um desenvolvimento regional mais equilibrado e justo.

Agradecimentos

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, prof. dr. Marcelo Ladvocat, por sua orientação perspicaz e apoio contínuo ao longo desta pesquisa.

Referências

ALVES, Fernanda Oliveira. **Desjudicialização da saúde:** alternativas para enfrentar a judicialização. 2020.

DELDUQUE, Maria Célia; ALVES, Sandra Mara C. (orgs.). **A judicialização da saúde nos municípios brasileiros.** Brasília DF: Conasems, 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SUELEN APARECIDA COSTA GONZAGA

UNIALFA

suelenacg@gmail.com

Resumo

A Pesquisa, que está em andamento, tem como objetivo explorar a relação entre educação e desenvolvimento regional a partir de um referencial teórico que abrange diferentes perspectivas econômicas, sociais e políticas. Ao investigar como a educação pode impactar o desenvolvimento regional, a pesquisa analisa o papel das políticas educacionais no Brasil e no exterior. Por meio de uma revisão de literatura, são discutidos conceitos fundamentais, como o capital humano, sistemas regionais de inovação e o papel das universidades no fortalecimento das economias locais. O estudo conclui que investimentos estratégicos em educação contribuem para o desenvolvimento sustentável, a mitigação das desigualdades regionais, além de promoverem a inclusão social e o bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Educação; desenvolvimento regional; políticas públicas.

Introdução

Este artigo tem como objetivo estabelecer as bases teóricas para a compreensão da relação entre educação e desenvolvimento regional, investigando como diferentes autores e teorias abordam essa temática. A partir de uma perspectiva histórica e multidisciplinar, a pesquisa busca identificar de que forma a educação pode ser considerada um agente catalisador do desenvolvimento regional, promovendo a inovação, a coesão social e a sustentabilidade. A delimitação teórica envolve autores clássicos como Schultz (1971) e Becker (1964), que discutem o impacto econômico da educação, bem como autores contemporâneos como Amartya Sen (1999), que enfatiza o papel da educação na promoção das liberdades humanas e na capacitação comunitária.

Metodologia

A metodologia empregada baseia-se em uma revisão de literatura e análise documental, com foco na identificação de marcos teóricos e normativos que sustentem a análise da relação entre educação e desenvolvimento regional. Os marcos legais brasileiros, como a lei de diretrizes e bases da educação (Ldben 9394/96) e a lei de inovação (Lei 10.973/2004), são explorados para compreender como o país tem estruturando suas políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento regional. A análise também considera políticas internacionais e modelos de sistemas regionais de inovação, permitindo a comparação dos resultados obtidos em diferentes contextos.

Resultados e Discussão

A pesquisa discute a importância das políticas educacionais no Brasil para reduzir desigualdades regionais e promover uma coesão social mais robusta. A Ldben 9394/96 e a lei de inovação (lei 10.973/2004) são apresentadas como marcos importantes na promoção de políticas públicas que integrem a educação ao desenvolvimento regional. No entanto, a implementação dessas políticas ainda encontra desafios, como a falta de infraestrutura educacional em regiões menos desenvolvidas.

Conclusões

O estudo conclui que a educação é um componente essencial para o desenvolvimento regional sustentável, capaz de promover a inclusão social e reduzir desigualdades. Quando alinhada a políticas públicas consistentes e à participação ativa de universidades, a educação pode fortalecer as economias locais e gerar impactos positivos em diversas dimensões, como o capital humano, a inovação e a coesão social. No entanto, é necessário que o Brasil invista mais em políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento regional, de modo a transformar o conhecimento em um fator de crescimento econômico e de bem-estar social.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Carlos F. Domingues Ávila e colegas do mestrado pelo apoio e pelas contribuições ao desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também às instituições que disponibilizaram as bases de dados e materiais bibliográficos essenciais para a realização desta pesquisa. Por fim, agradeço à minha família e amigos pelo incentivo contínuo durante o processo de construção deste trabalho.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 3 ago 2024.

ROLIM, C. & KURESKI, R. (2007). **Impacto econômico de curto prazo das universidades estaduais paranaenses-2004.** Revista paranaense de desenvolvimento, 112, 111-130.

SEN, A. (1999). **Development as freedom.** Oxford University press.

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO CATALISADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

FABIANA CHAVES AFONSO
UNIALFA
fcafonso12@gmail.com

Resumo

A mediação de conflitos tem demonstrado um potencial significativo para promover justiça social e contribuir para o desenvolvimento regional sustentável. No entanto, este estudo ainda está em andamento e busca aprofundar a compreensão sobre o papel do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) na mediação de conflitos. A investigação se concentrará em como essa prática pode influenciar a equidade no acesso à justiça e a redução das desigualdades regionais. O problema central da pesquisa está em equilibrar as demandas individuais com as necessidades coletivas, sem comprometer os princípios de equidade e sustentabilidade que orientam um sistema de justiça acessível e inclusivo. O principal objetivo do estudo é avaliar o impacto da mediação de conflitos no desenvolvimento regional, com foco na promoção da coesão social e na inclusão de grupos vulneráveis. Este estudo utilizará uma abordagem qualitativa, que envolverá análise documental e revisão bibliográfica de legislações, relatórios institucionais e jurisprudências. A partir dessas fontes, busca-se entender de que maneira a mediação de conflitos pode contribuir para a redução da judicialização e promover soluções consensuais que melhorem a eficiência do sistema de justiça. Embora os resultados finais ainda não estejam disponíveis, espera-se que o estudo forneça dados que confirmem o papel positivo da mediação na criação de um sistema de justiça mais acessível e equitativo, com impactos positivos no desenvolvimento sustentável de regiões com maior vulnerabilidade social. A pesquisa visa destacar a relevância da mediação ao diminuir a dependência do sistema judiciário e promover soluções mais ágeis e inclusivas. Ao término do estudo, serão apresentadas conclusões baseadas nos dados coletados, fornecendo uma visão mais clara dos desafios e das oportunidades para ampliar o uso da mediação como ferramenta de fortalecimento da justiça social e do desenvolvimento regional. É importante ressaltar que, embora o potencial da mediação já seja reconhecido, o estudo ainda não foi finalizado, e as conclusões definitivas dependerão da análise mais aprofundada que será realizada ao longo do processo de pesquisa.

Palavras-chave: Mediação de conflitos; justiça social; desenvolvimento regional; acesso à justiça; equidade.

Introdução

A mediação de conflitos é uma prática adotada no Brasil com o objetivo de promover o acesso à justiça e resolver disputas de forma não litigiosa. O Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) implementa programas de mediação dentro de suas políticas públicas de resolução de conflitos sociais.

Este estudo tem como objetivo investigar de que forma essas iniciativas podem contribuir para a equidade no acesso à justiça e para a redução das desigualdades regionais em Goiás, estado onde há disparidades socioeconômicas significativas entre áreas urbanas e rurais.

A lei nº 13.140/2015, que regula a mediação no Brasil, foi um marco na estruturação de formas alternativas de resolução de conflitos. Além disso, o novo código de processo civil, em vigor desde 2016, estabelece a mediação e a conciliação como medidas centrais na busca por soluções mais rápidas e consensuais. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também atua para fortalecer a mediação, promovendo-a como uma ferramenta fundamental para reduzir o número de processos judiciais e ampliar o acesso à justiça (Conselho Nacional de Justiça, 2022).

Dentro desse contexto, o TJGO tem desenvolvido projetos que buscam tornar a mediação de conflitos uma prática comum em sua atuação. As iniciativas voltadas à mediação comunitária, por exemplo, têm sido implementadas em regiões com condições econômicas e sociais mais desafiadoras. A mediação comunitária visa oferecer soluções para conflitos locais por meio do diálogo e da negociação entre as partes, com a mediação direta de profissionais capacitados. Este estudo também busca entender as limitações enfrentadas pelo TJGO na implementação dessas políticas.

Diante desse cenário, ressalta-se um desafio enfrentado: a acessibilidade da mediação para populações em áreas rurais ou afastadas dos grandes centros urbanos, onde a oferta de serviços públicos é limitada e os conflitos sociais tendem a ser mais acentuados. Estudos, como o de Cavalcante et al. (2024) indicam que, em regiões como o interior da Amazônia, a mediação comunitária pode promover benefícios sociais, permitindo que as comunidades lidem com seus próprios conflitos de forma autônoma. Além de tratar da solução de conflitos, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) busca reduzir o número de processos judiciais e contribuir para o desenvolvimento regional.

A inclusão de grupos vulneráveis nos processos de mediação é um aspecto central para entender de que forma essas práticas podem contribuir para um sistema de justiça mais acessível.

Diante disso, este estudo examina como as iniciativas do TJGO impactam o desenvolvimento regional e como a mediação pode ser utilizada para reduzir as disparidades entre as diferentes regiões do estado. A análise dos projetos implementados pelo TJGO, bem como dos resultados obtidos, busca contribuir para o debate sobre o uso da mediação no fortalecimento da justiça social e no desenvolvimento de regiões mais vulneráveis de Goiás.

Metodologia

A metodologia da pesquisa adota o método dedutivo, com uma abordagem histórico-empírica. A investigação será conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, exploratória e explicativa, utilizando uma abordagem descritiva. Serão consultados relatórios institucionais do Tribunal de Justiça de Goiás, decisões jurisprudenciais e legislações pertinentes à mediação de conflitos, como a lei de mediação nº 13.140/2015.

Adicionalmente, será realizada uma revisão de literatura sobre desenvolvimento regional e justiça social, com ênfase em publicações acadêmicas que abordam o papel da mediação na promoção de equidade. A análise comparativa entre os dados coletados busca identificar padrões e resultados alcançados nos projetos de mediação do TJGO.

Resultados e Discussão

Os resultados preliminares indicam que a mediação de conflitos implementada pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) tem promovido uma significativa redução na judicialização de casos, contribuindo para um acesso mais equitativo à justiça, especialmente, em regiões com maior vulnerabilidade social.

Essa prática tem permitido que disputas sejam resolvidas de maneira mais ágil e eficiente, reforçando a importância da mediação no contexto do desenvolvimento regional sustentável. Estudos como o de Cavalcante et al. (2024) destacam que a cultura da mediação tem se consolidado como um método eficaz para resolver conflitos de forma autocompositiva, em vez de recorrer a longos processos judiciais.

Conclusões

Como a pesquisa está em andamento, por isso não é possível apresentar conclusões definitivas neste estágio. Entretanto, ao final do estudo, será possível avaliar em que medida as políticas de mediação têm sido eficazes na redução das desigualdades regionais e no fortalecimento da coesão social. Embora as iniciativas do TJGO ainda estejam em andamento, este estudo busca compreender os impactos dessas políticas e propor formas de aprimorar a mediação como instrumento de transformação social e promoção de desenvolvimento.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, prof. dr. Marcelo Ladvocat, por seu apoio e orientação ao longo deste trabalho, bem como ao Tribunal de Justiça de Goiás pela disponibilização de informações institucionais que contribuíram para a realização desta pesquisa.

Referências

CAVALCANTE, L.; MATA, A. P. A. DA; ALMEIDA, E. K. DA S.; SOUZA, C. D. R. DE; SILVA, J. L. M.; CARMEIRO, S. DE S.; CHAGAS, P. P. **O avanço da cultura da mediação e da conciliação como métodos para a resolução de conflitos.** Revista de estudos interdisciplinares, 2024.

A VIABILIDADE DE APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

THIAGO SOUZA OLIVEIRA
UNIALFA
thiago.s.oliveira.go@gmail.com

Resumo

A Justiça Restaurativa surge como uma abordagem inovadora no sistema jurídico, especialmente, no contexto da infância e juventude. Este estudo busca analisar a viabilidade de aplicação dessa prática no Brasil, com foco nos impactos no processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. Com base na Resolução nº 225 de 2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Nacional de Justiça Restaurativa, observa-se um crescente interesse por métodos alternativos à punição tradicional, buscando uma maior responsabilização dos jovens envolvidos em atos infracionais. No entanto, a implementação efetiva da Justiça Restaurativa ainda enfrenta desafios logísticos, culturais e institucionais. Este estudo tem como objetivo investigar como a Justiça Restaurativa pode ser aplicada de forma eficaz no contexto socioeducativo brasileiro, conforme o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), estabelecido pela Lei nº 12.594/2012. A pesquisa adota uma revisão bibliográfica e inclui a análise de casos nacionais e internacionais em que a Justiça Restaurativa já está em prática. Países como Nova Zelândia e Canadá têm mostrado sucesso na redução da reincidência juvenil e no fortalecimento de uma cultura de paz entre os jovens. No entanto, os resultados preliminares indicam que, embora esses modelos forneçam um ponto de referência, a realidade brasileira apresenta desafios específicos que devem ser considerados. A prática da Justiça Restaurativa oferece aos adolescentes a oportunidade de assumir a responsabilidade pelos danos causados, promovendo o diálogo com as vítimas e a comunidade. Ao contrário do modelo punitivo tradicional, a Justiça Restaurativa se concentra na restauração das relações e na construção de uma responsabilização ativa, em vez de focar apenas na punição. Essa abordagem tem potencial para contribuir não apenas com a ressocialização dos adolescentes, mas também com o fortalecimento dos vínculos comunitários, promovendo a autonomia e responsabilidade social dos envolvidos. No entanto, a implementação da Justiça Restaurativa no Brasil encontra resistência, especialmente, pela falta de capacitação de profissionais e a baixa aceitação cultural dessa prática. Além disso, é essencial abordar as questões raciais, já que as populações mais vulneráveis, como jovens negros e de baixa renda, são as mais afetadas pelas práticas punitivas tradicionais. A formação de profissionais qualificados e o desenvolvimento de uma rede de apoio institucional são fundamentais para garantir o sucesso desse modelo.

Palavras-chave: Justiça restaurativa; infância e juventude; sistema socioeducativo; ressocialização; cultura de paz; reincidência juvenil; responsabilização ativa; desenvolvimento local; Brasil; Canadá; Nova Zelândia.

Introdução

A justiça restaurativa tem se inserido no sistema jurídico brasileiro como uma alternativa para a resolução de conflitos, especialmente, no âmbito infantojuvenil. A partir de instrumentos legais como a lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil tem buscado alinhar seu sistema de justiça com práticas restaurativas (Brasil, 2012; Brasil, 2016). Essas medidas visam promover uma cultura de responsabilização e reintegração social dos adolescentes em conflito com a lei.

A justiça restaurativa oferece um modelo que se afasta da punição tradicional, focando no diálogo entre ofensor, vítima e comunidade para a reparação dos danos causados. Esse modelo busca proporcionar ao jovem infrator a oportunidade de refletir sobre suas ações e o impacto delas nas vítimas e na comunidade. Ao promover esse diálogo, a justiça restaurativa possibilita uma responsabilização mais ativa, em vez da simples aplicação de punições. Além disso, envolve a comunidade no processo de resolução de conflitos, fortalecendo os laços comunitários e promovendo o desenvolvimento local.

Por outro lado, a implementação dessa prática no Brasil ainda enfrenta desafios. A falta de capacitação de profissionais do sistema de justiça e a ausência de uma política pública estruturada em nível nacional limitam a sua expansão. Além disso, o modelo tradicional punitivo ainda é amplamente aceito, o que cria resistências à adoção de abordagens restaurativas.

Diante desse contexto, o presente estudo busca analisar a viabilidade da aplicação da justiça restaurativa no âmbito infantojuvenil brasileiro. A pesquisa propõe investigar as potencialidades e os desafios dessa prática, com o objetivo de discutir como ela pode ser ampliada e consolidada no Brasil, considerando as especificidades regionais e a necessidade de capacitação de profissionais.

Dessa forma, a justiça restaurativa apresenta-se como uma alternativa viável e necessária ao modelo tradicional de justiça punitiva, especialmente, no contexto infantojuvenil. Seu potencial de transformação social é amplamente reconhecido, e sua aplicação pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse modelo, os adolescentes em conflito com a lei têm a oportunidade de reparar os danos causados e reintegrar-se de forma digna à sociedade (Santos, 2020).

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, centrada em análise documental e revisão bibliográfica. Foram analisados documentos jurídicos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e normas internacionais que tratam da justiça restaurativa. Além disso, foi realizada uma revisão da literatura acadêmica que aborda a implementação da justiça restaurativa em diferentes países, buscando identificar as melhores práticas e desafios enfrentados em contextos semelhantes ao brasileiro.

Resultados e Discussão

Os resultados preliminares sugerem que a justiça restaurativa pode transformar o sistema de justiça juvenil no Brasil, proporcionando uma

abordagem mais humanizada para adolescentes em conflito com a lei. No entanto, o estudo ainda está em andamento e necessita de mais investigação para determinar como políticas públicas robustas podem garantir uma implementação eficaz em todo o território nacional, respeitando as especificidades regionais e assegurando a formação contínua de profissionais.

Conclusões

Até o momento, os dados coletados indicam que a adoção de práticas restaurativas no Brasil pode contribuir para a redução da reincidência juvenil e o fortalecimento da coesão social, além de promover uma justiça mais inclusiva.

Contudo, a consolidação dessas práticas exige um esforço contínuo entre poder público, judiciário e sociedade civil, visando uma ressocialização mais efetiva e voltada para o desenvolvimento local. O estudo segue em andamento, e as conclusões definitivas serão apresentadas após uma análise mais profunda dos dados.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, prof. dr. Guilherme Resende Oliveira, por sua orientação e suporte ao longo da realização deste estudo, bem como às instituições que apoiaram esta pesquisa, fornecendo recursos e materiais necessários para sua execução.

Referências

AGUIAR, Maria Fernanda Boiteux de. **A justiça restaurativa como instrumento de ressocialização de adolescentes infratores**: uma análise do instituto como método alternativo de resolução de conflitos. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória, 2022.

CORRELAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR, CRIMINALIDADE E EXEMPLOS DE AÇÕES JUDICIAIS NA ÁREA EDUCACIONAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS: UMA ABORDAGEM QUALITATIVA

WALNEI ALVES DE PAULO
UNIALFA
walneirv@gmail.com

Resumo

Esta dissertação investiga a intersecção entre evasão escolar e criminalidade no Brasil, abrangendo o período de 1988 a 2022. O estudo visa compreender como as políticas educacionais e judiciais podem ser aprimoradas para prevenir a evasão escolar e, conseqüentemente, reduzir a criminalidade juvenil. Utilizando uma abordagem teórico-prática, a pesquisa se fundamenta em levantamento bibliográfico e análise de dados do Inep referentes ao ano de 2022. A metodologia incorpora a triangulação de dados, permitindo uma análise abrangente das políticas públicas e do direito à educação. Os principais achados revelam uma correlação significativa entre a evasão escolar e a criminalidade, destacando a importância de políticas públicas eficazes e decisões judiciais favoráveis na prevenção da evasão. A análise de casos e precedentes jurídicos reforça a necessidade de uma abordagem integrada entre educação e jurisprudência para mitigar a criminalidade juvenil. Os resultados da pesquisa sugerem que uma estratégia multidisciplinar, que articule políticas educacionais e jurídicas, é essencial para enfrentar a evasão escolar e reduzir a criminalidade. A originalidade do estudo reside na sua capacidade de integrar dados educacionais e jurídicos, proporcionando uma perspectiva holística sobre o tema. Além disso, a dissertação contribui para a literatura científica ao evidenciar a necessidade de políticas integradas e sustentáveis nos âmbitos da educação e da justiça. Neste estudo busca-se aporte teórico nos autores: Fonseca (2002), Sandin Esteban (2010), e Gatti (2012), oferecem uma base teórica robusta que abrange aspectos variados da educação, suas políticas e suas intersecções com a criminalidade e a evasão escolar.

Palavras-chave: Educação; criminalidade; evasão escolar.

COMPETITIVIDADE TRIBUTÁRIA DA CADEIA TRITÍCOLA EM GOIÁS

FERNANDA ALENCAR
UNIALFA
fernandaa.alencaar@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a competitividade do trigo tropical em Goiás, destacando sua importância estratégica para a autossuficiência do Brasil e suas contribuições ao desenvolvimento regional, ambiental e social. Utilizando o modelo de competitividade de Porter, são identificados fatores cruciais para a consolidação da produção de trigo tropical no estado, como a necessidade de reformas tributárias, especialmente, na redução das alíquotas de ICMS, que afetam diretamente o custo de produção. O estudo também propõe políticas públicas para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de variedades de trigo adaptadas ao clima tropical, bem como técnicas agrícolas sustentáveis que possam aumentar a eficiência produtiva e minimizar os impactos ambientais. No contexto do diamante de Porter, destaca-se a importância da infraestrutura logística: transporte e armazenamento e da integração entre governo, cooperativas e setor privado, fatores essenciais para fortalecer a competitividade do trigo tropical. A expansão da produção de trigo em Goiás pode contribuir significativamente para reduzir a dependência de importações, o risco cambial e promover maior segurança alimentar no Brasil, uma vez que essa é a única cultura em que o país não tem autossuficiência. Além disso, a cadeia produtiva do trigo tropical tem potencial para fomentar o desenvolvimento econômico regional, criando empregos, promovendo a sustentabilidade agrícola e beneficiando as comunidades locais. O trigo tropical de Goiás também contribui diretamente para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, com revisão bibliográfica e análise documental, visando compreender a relação entre competitividade, inovação e sustentabilidade. Espera-se que os resultados gerem contribuições relevantes para o desenvolvimento sustentável da agricultura no estado e a promoção da autossuficiência tritícola no Brasil.

Palavras-chave: Trigo tropical; competitividade; desenvolvimento regional; sustentabilidade; ODS.

Introdução

A produção de trigo é um componente fundamental da segurança alimentar e da economia brasileira, sendo uma cultura estratégica para o desenvolvimento rural e regional. Em Goiás, a cultura do trigo tropical tem ganhado destaque nas últimas décadas, mas ainda enfrenta desafios significativos, como a dependência de importações e a baixa competitividade em

relação a outros estados que produzem trigo, como Paraná e Rio Grande do Sul. O estado, conhecido por sua vocação agrícola, possui o potencial de se tornar um polo de produção tritícola, contribuindo para a autossuficiência do Brasil em um produto essencial para a alimentação humana.

O conceito de competitividade é multifacetado e envolve não apenas a capacidade de produzir a um custo competitivo, mas também a qualidade do produto, a inovação tecnológica e a sustentabilidade. O modelo de competitividade de Porter oferece uma estrutura abrangente para entender os fatores que influenciam a competitividade da cadeia produtiva do trigo tropical em Goiás.

Neste contexto, fatores como a estrutura tributária, a infraestrutura logística, a qualidade dos insumos e a capacidade de inovação se tornam cruciais para a consolidação da produção de trigo no estado. Um dos principais entraves à competitividade do trigo em Goiás é a carga tributária elevada, especialmente, no que diz respeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A complexidade do sistema tributário e as alíquotas elevadas podem desencorajar pequenos e médios produtores, limitando sua capacidade de investir em tecnologias e práticas agrícolas mais eficientes. Assim, reformas tributárias que visem à redução dessas alíquotas são essenciais para estimular a produção e a competitividade. Além disso, a pesquisa e o desenvolvimento de variedades de trigo adaptadas ao clima tropical, juntamente com a implementação de práticas agrícolas sustentáveis, são fundamentais para aumentar a eficiência produtiva e minimizar os impactos ambientais associados à produção. A integração entre governo, cooperativas e setor privado é vital para promover essas inovações e fortalecer a cadeia tritícola em Goiás.

Este artigo tem como objetivo analisar a competitividade do trigo tropical em Goiás, destacando sua importância estratégica para a autossuficiência do Brasil e suas contribuições ao desenvolvimento regional, ambiental e social. A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, utilizando revisão bibliográfica e análise documental, para compreender a relação entre competitividade, inovação e sustentabilidade. Ao final, espera-se que os resultados contribuam para o desenvolvimento sustentável da agricultura em Goiás e a promoção da autossuficiência tritícola no Brasil.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo combina abordagens qualitativas e quantitativas, buscando uma compreensão abrangente da competitividade do trigo tropical em Goiás. A parte qualitativa da pesquisa envolveu uma revisão bibliográfica abrangente sobre temas relacionados à competitividade agrícola, tributação e práticas sustentáveis na produção de trigo.

A parte quantitativa da pesquisa incluiu a análise de dados estatísticos sobre a produção de trigo em Goiás, comparando-os com dados de outros estados produtores, como Paraná e Rio Grande do Sul. Informações sobre a carga tributária, custos de produção e indicadores de competitividade foram coletadas de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), secretaria da fazenda do Estado de Goiás e associações de produtores.

Resultados e Discussão

Os resultados incluem a identificação de oportunidades de melhoria nas práticas agrícolas, propostas de políticas públicas para a redução da carga tributária e incentivos fiscais, além do fortalecimento de cooperativas que possam facilitar a negociação e o acesso a recursos.

Espera-se um aumento na produtividade e na qualidade do trigo, assim como a implementação de estratégias de sustentabilidade que integrem práticas agrícolas responsáveis. A expansão da produção de trigo tropical em Goiás não apenas visa atender à demanda interna, mas também contribui para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A análise dos dados revelou que a produção local de trigo pode ajudar a reduzir a dependência de importações, mitigando o risco cambial e promovendo a segurança alimentar. Por fim, a análise busca gerar um impacto positivo no setor, promovendo maior eficiência e inovação na cadeia produtiva da tritícola em Goiás, contribuindo para um desenvolvimento econômico sustentável.

Conclusões

A competitividade do trigo tropical em Goiás é influenciada por fatores tributários, logísticos e pela necessidade de inovação. A implementação de reformas e políticas públicas podem fortalecer a produção local e promover a autossuficiência do Brasil em trigo. Espera-se que este estudo contribua para discussões sobre o futuro da agricultura tritícola no estado e sua relevância para o desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

Inicialmente, agradeço ao meu orientador, Heverton Eustáquio Pinto, pela orientação, apoio incondicional e valiosos ensinamentos ao longo deste processo. Sua expertise e paciência foram fundamentais para o desenvolvimento deste projeto. Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Referências

ABRITRIGO. **O que é o trigo?** Disponível em: Acesso em: 30 set. 2024.

ALBRECHT, J. C. **Especial trigo para o cerrado**. Revista cultivar, v. 181, p. 38-41, junho 2014.

ALVIM, M. C. **O trigo – assim caminha a humanidade**. Acesso em: 30 set. 2024.

PROGRESSIVIDADE NAS CUSTAS JUDICIAIS EM GOIÁS: PROMOVENDO ACESSO À JUSTIÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RAFAEL GUSTAVO MARTINS SIQUEIRA
UNIALFA
mestrado.rafaelgustavo777@gmail.com

Resumo

As custas judiciais de Goiás são as mais caras do país segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2023. O presente estudo visa examinar a aplicação da técnica da progressividade nas custas judiciais em Goiás, considerando dados quantitativos de julgamentos entre 2020 e 2023. A proposta busca assegurar o acesso à justiça e expandir as opções de adimplemento das custas, contribuindo para o desenvolvimento regional de Goiânia-GO. Essa abordagem se fundamenta na capacidade contributiva dos jurisdicionados, muitos dos quais “desistem” das suas ações judiciais por dificuldades financeiras, mas também não se qualificam para a gratuidade. A progressividade, conforme Eduardo Sabbag, não é um princípio jurídico, mas uma técnica de incidência de alíquotas, permitindo estudar a adequação das taxas judiciárias à capacidade de pagamento dos indivíduos, em consonância com o art. 98 do Código de Processo Civil (CPC) e precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF). O desenvolvimento regional é fortalecido pela justiça acessível, sendo crucial para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária e colabora para atender ao objetivo 16 da agenda 2030 da ONU. O objetivo geral deste projeto é considerar uma estratégia normativa interna do TJGO para a aplicação do § 5º do art. 98 do CPC, com critérios objetivos de graduação progressiva das custas judiciais cíveis em Goiás, com base na capacidade contributiva do indivíduo enquanto sujeito passivo do tributo taxa (custas judiciais) e que não tem direito à gratuidade, visando promover o acesso à justiça e mitigar desigualdades sociais. Os objetivos específicos incluem compreender a importância do acesso à justiça para o desenvolvimento social, analisar o princípio da isonomia e suas implicações, e examinar a operacionalização das demandas judiciais sob a luz da progressividade. A metodologia adotada consistirá em uma análise qualitativa e quantitativa das decisões judiciais de uma das Varas Cíveis da Comarca de Goiânia-GO. Serão coletados dados sobre o número de processos, arrecadação de custas e decisões de cancelamento da distribuição por falta de pagamento. Paralelamente, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais do Direito para avaliar a eficácia das custas progressivas e identificar desafios na implementação. A proposta normativa resultante visa adequar as custas à capacidade contributiva, promovendo maior acessibilidade à justiça. Espera-se, com base em análises preliminares, a elaboração dos fundamentos para criação de norma interna do TJGO que estabeleça um gradiente de cobrança de custas judiciais proporcionais à capacidade contributiva do cidadão, ao passo que reduz o número de decisões de cancelamento das distribuições e aumenta a entrega de tutelas jurisdicionais, promove o desenvolvimento regional, a equidade e favorece o ambiente de negócios com segurança jurídica.

Palavras-chave: Progressividade; custas judiciais; acesso à justiça; Agenda 2030; desenvolvimento regional.

ACESSO À JUSTIÇA, MODERNIZAÇÃO DE SERVIÇOS (VIRTUALIDADE) E ESTADO DE DIREITO EM TOCANTINS: UM ESTUDO NA COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA, SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DANIELA MARQUES DO AMARAL ALMEIDA
UNIALFA
danielamarquesamaralalmeida@gmail.com

Resumo

O presente estudo almeja explorar a inter-relação entre o acesso à justiça, a modernização do sistema de justiça e o fortalecimento do Estado de Direito, com ênfase na comarca de Formoso do Araguaia, Tocantins. Assim, esta pesquisa busca entender como a modernização do sistema de justiça pode impactar o desenvolvimento regional e a cidadania na região. Nesses termos, o trabalho em apreço objetiva examinar o papel do acesso à justiça e da cidadania na promoção de um desenvolvimento regional equitativo e sustentável. Ora, é indubitável que o acesso e a modernização da justiça contribuam para um ambiente de estabilidade e segurança tanto jurídica quanto econômica, o que é imprescindível para o desenvolvimento regional. Nesse contexto, é importante destacar que o acesso à justiça é uma garantia fundamental para a democracia e para o próprio Estado de Direito, pois assegura que todos tenham igualdade de condições para buscar amparo legal. Nessa perspectiva, o presente artigo visa demonstrar a relação entre Estado de Direito, acesso à justiça, modernização e desenvolvimento regional, no intuito de compreender como esses elementos se interconectam e impactam a sociedade.

Palavras-chave: Estado de direito; acesso à justiça; modernização do sistema de justiça; desenvolvimento regional.

Introdução

O acesso à justiça é um pilar fundamental para a efetivação do estado de direito e para a cidadania. Não obstante isso, o respeito ao estado de direito é imprescindível para a concretização da justiça, bem como para assegurar uma sociedade justa, igualitária e desenvolvimentista.

Neste estudo, será discutido como a modernização do sistema de justiça pode não apenas facilitar o acesso dos cidadãos a seus direitos, mas também contribuir para o desenvolvimento regional. Neste panorama, o cenário de Formoso do Araguaia, Tocantins é analisado como um microcosmo para entender essas dinâmicas.

Metodologia

Quanto à metodologia, o estudo em foco abordará o problema, utilizando-se das técnicas qualitativas, de pesquisa bibliográfica, mediante o levantamento e análise crítica de artigos, livros, dissertações e teses. Além da abordagem qualitativa, serão realizadas análise documental e entrevistas com operadores

do direito e cidadãos da comarca de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins. Também serão coletados dados sobre a percepção dos usuários em relação à modernização dos serviços prestados pelo sistema de justiça na comarca de Formoso do Araguaia-TO.

Resultados e Discussão

No trabalho em foco, será abordado o estado de direito, com a preocupação de se evidenciar a sua importância para se efetivar o acesso à justiça, com ênfase na modernização dos serviços judiciais (virtualização). Além disso, será abordada a evolução conceitual do termo “desenvolvimento”, com ênfase na concepção mais ampla do referido termo, nos moldes defendidos por Amartya Sen. Ademais, serão esboçadas considerações doutrinárias e conceituais acerca do termo “cidadania”, com ênfase nos direitos civis e na modernização do sistema de justiça.

Feitas as pontuações acima, busca-se, por meio do presente trabalho, demonstrar que a inter-relação entre o acesso à justiça, o estado de direito e a modernização do sistema de justiça impactam diretamente no desenvolvimento regional. Almeja-se ainda comprovar que a virtualização no âmbito do sistema de justiça tem potencial para ampliar e democratizar o acesso à justiça, especialmente em localidades remotas.

Por fim, procura-se demonstrar que é imprescindível que a modernização seja acompanhada de políticas públicas que garantam a inclusão digital e a educação jurídica da população, contribuindo assim para a cidadania plena.

Conclusões

A modernização do sistema de justiça e políticas efetivas de acesso são fundamentais para fortalecer o estado de direito em Tocantins. Além disso, o estado de direito é imprescindível para a concretização efetiva do acesso à justiça, instrumento que materializa todos os demais Direitos Humanos, o que, repercute, diretamente, na promoção do desenvolvimento regional, especialmente, sob o viés econômico. Por fim, um sistema de justiça, moderno e eficiente, é fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Carlos F. Dominguez Ávila, por sua orientação, dedicação, paciência, e, sobretudo, pelo apoio incondicional, que estão sendo imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Referências

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris editor, 1988.

MARSHALL. T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar editores. 1963.

PORFÍRIO, Francisco. **Estado democrático de direito.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/estado-democratico-direito.htm>. Acesso em 11 set. 2024.

SADEK, Maria Tereza Aina. **Acesso à justiça:** um direito e seus obstáculos. Revista USP, n. 101, 2014.

O PROCESSO EDUCATIVO NO CONTEXTO PRISIONAL: O DIREITO E O AVESDO DO ACESSO À EDUCAÇÃO

RENATA DE MORAES SILVA BATISTA
UNIALFA
renatamoraes82@hotmail.com

Resumo

O processo educativo em seu caráter convencional, é, por essência, complexo, dialógico e mutável. Ao compreendê-lo como complexo, é necessário considerar os diversos agentes que compõem a teia do saber, bem como toda a historicidade de cada um desses agentes, além dos diversos extratos sociais e culturais que os permeiam. No que se refere a sua característica dialógica, entende-se que o processo educacional só acontece no liame social, ou seja, com a participação de diversos atores. Nesse contexto, há uma constante troca e ressignificação de tudo, isso reforça o seu aspecto mutável; nada está pronto ou concluído, tudo está sujeito a alterações, sejam elas sincrônicas ou diacrônicas. Refletir acerca do processo educativo é como colocar-se sobre dunas de areia: essas, constantemente, mudam de formato e lugar, jamais apresentam o mesmo aspecto em momentos consecutivos. O clima, o vento, o mar são fatores determinantes para tais alterações. Não distante dessa dinâmica da natureza está o processo educacional. Apesar de toda expectativa de entendimento e conhecimento sobre esse fenômeno, nunca será possível abarcar tudo, pois os fatores intervenientes estarão sempre presentes, uma hora estarão presentes. Quando a discussão é transportada para o contexto prisional, adquire vigorosa complexidade; inúmeros outros fatores perpassam as condições de produção e exigem um olhar mais demorado acerca de tudo quanto está em jogo. É sobre esse olhar, bem como suas implicações que essa reflexão busca compreender, analisar e contribuir, para que o acesso à educação no contexto prisional se dê em condições que possibilitem a ressocialização social.

Palavras-chave: Educação; Direito; EJA prisional; desenvolvimento regional.

Introdução

A ideia de ofertar o ensino no contexto prisional no Brasil surgiu por volta da década de 1950. Até então nada se discutia acerca do direito ao acesso à educação para aqueles que se encontravam cumprindo penas de restrição de liberdade. Possivelmente, essa nova demanda nasce do fracasso do sistema penitenciário brasileiro, que por sua vez não oferecia medidas que pudessem levar seus egressos a desenvolver potencialidades éticas e morais que os inserissem no contexto social.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 versa sobre a educação como um direito fundamental garantido a todos. A lei de execução penal no 7.210/1984, entre os artigos 17 e 21 a estabelece a maneira como a educação deve ser oferecida à população carcerária. Legalmente, aqueles que cumprem penas de restrição de liberdade têm o direito de ter acesso ao sistema de ensino, contudo, historicamente, esse direito, por vezes, fica apenas no âmbito teórico. Na prática ele é cheio de percalços e barreiras que dificultam a sua

implementação, bem como o impacto esperado e desejado na ressocialização daqueles sujeitos a esse sistema.

O sistema de privação de liberdade sempre existiu. Desde tempos imemoráveis sabe-se que uma das formas de punição mais comum entre todos os povos é privar o subversivo de sua liberdade, única e exclusivamente. Contudo o Direito moderno trabalha com questões sociais, que tentam não somente punir, mas também da reabilitar esses indivíduos em conflito com a lei.

Assim, o Instituto da Pena extrapola o seu caráter de expiação da culpa e paira sobre um campo fecundo, qual seja: o do momento de aproveitar o ócio carcerário para desenvolver fundamentos primordiais para convivência civil que não foram formados quando se tinha o direito à liberdade. Para além desse caráter reabilitador, a questão da oferta do ensino para a população carcerária é também um meio de remição da pena, ou seja, uma vez regularizado em uma instituição de ensino e cumprindo uma carga horária pré-estabelecida, o indivíduo privado de liberdade pode abreviar o seu tempo de privação da liberdade.

A lei no 12.433/2011 passou a permitir que a remissão se dê não somente pelo trabalho, mas também pelo estudo. Assim, aquele que estiver sob o regime fechado ou semiaberto poderá remir um dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar. Cabe ressaltar, que essa remissão considera o número de horas de efetiva participação no meio educacional, não levando em consideração o seu aproveitamento, conforme preconiza a recomendação no 44 do Conselho Nacional de Justiça.

Metodologia

O primeiro passo, quando realizamos uma pesquisa com análise científica é a escolha dos meios adequados para o direcionamento do trabalho. No caso dessa, como se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa, optou-se por uma metodologia parcialmente literária, observação e literatura jurídica, filosófica e sociológica, bem como a observação em lócus.

Resultados e Discussão

O processo educativo em seu caráter convencional, por si só, é em sua essência, complexo, dialógico e mutável. Ao entendê-lo como complexo há de considerar os tantos agentes que tecem a teia do saber, bem como toda a historicidade que cada agente carrega consigo, além dos diversos extratos sociais e culturais que os permeiam.

No que se refere à característica dialógica, entende-se que o processo educacional só acontece no liame social, ou seja, com a participação de diversos atores, portanto há a troca e a ressignificação de tudo e a todo instante, daí o seu aspecto mutável; nada está pronto e acabado, tudo está sujeito a alterações, sejam elas sincrônicas ou diacrônicas.

Diante disso, refletir acerca do processo educativo é como colocar-se sobre dunas de areia, elas, por sua vez mudam de formato e lugar constantemente, jamais veremos a mesma duna consecutivas vezes; o clima, o vento, o mar são fatores determinantes para que alterações ocorram. Não distante dessa dinâmica da natureza está o processo educacional. Apesar de

toda expectativa de entendimento e conhecimento sobre ele, jamais conseguiremos abarcar tudo, pois os fatores intervenientes estarão sempre ali e, em algum momento, entrarão em cena.

Conclusões

A condição de marginalidade no sistema prisional é flagrante, por isso deve-se estabelecer e implantar modelos educacionais tidos como ideais para a formação completa do indivíduo. Nesse contexto, pode ser uma forma de condicioná-los mais ainda ao fracasso e internalização de que, de fato, não foram feitos para a escola.

Para encerrar essa reflexão, recorro à ideia de palimpsesto como metáfora. A mera implantação da educação no contexto prisional, muitas vezes, refere-se à concepções novas sobre sistemas velhos, que, por sua vez podem reaparecer eminentemente. É preciso repensar a educação em relação ao que a configura com um caráter uniforme, pois, o que funciona para um grupo seletivo, que tem acesso ao capital financeiro cultural, pouco faz sentido para os demais, o que explica os altos índices de evasão escolar e analfabetismo. No que tange à educação, no âmbito prisional, a aplicação de um modelo ideal pode ser devastadora.

Agradecimentos

À unialfa pela oportunidade de poder trazer para o universo acadêmico discussão com temática tão relevante e sensível.

Referências

AHMAD, Nidal (org.). **Vade mecum penal**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2021.

CHAMPAGNE, Patrick, P. **Os excluídos do interior**. in: Bourdieu, P. (coord) a miséria do mundo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick, P. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Nogueira, Maria Alice; Catani, Afrânio (org.). Escritos da educação. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

THOMPSON, Augusto. **A questão da penitenciária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

GESTÃO DE PROCESSOS NA ATUAÇÃO JURISDICCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

ANA PAULA GONÇALVES DE QUEIROZ
UNIVERSIDADE ALVES FARIA
apgqueiroz7@gmail.com

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo identificar como vem sendo estudada a aplicação da Gestão de Processos no Poder Judiciário em benefício da eficiência e maior produtividade. Optou-se pela realização de uma pesquisa de abordagem quantitativa. Utilizando como método a revisão bibliométrica. Em sua estrutura, inicialmente são apresentados estudos acerca da gestão de processos, em seguida, será explicado o método pelo qual foi realizada a revisão bibliométrica e, por fim, serão expostas as discussões e resultados. Esse estudo revelou uma confusão na literatura entre Gestão de Processos, no conceito administrativo, e gestão judicial de processo, como forma de tramitação dos processos judiciais nos tribunais. Na revisão bibliométrica, não foram encontradas pesquisas acerca da aplicação da gestão de processos no Poder Judiciário. Restando evidências da carência de estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Poder judiciário; tribunais; gestão de processos; justiça; administração; judicial; administração pública; administração da justiça.

Introdução

O excesso de demandas no poder judiciário mitiga o acesso à justiça, se apresentando como um desafio aos juristas brasileiros (Almeida; Mello, 2023). Na busca de solução, o poder judiciário passou a se preocupar também com questões administrativas, tais como: divulgação de dados e monitoramento de resultados (Silva, 2019).

Na iniciativa privada, desde a década de 1980, as empresas têm procurado alcançar maior competitividade e melhores produtos a custos mais baixos. Assim, ferramentas de gestão ganharam espaço e valorização, sobretudo, aquelas que buscam conscientizar as organizações da imprescindibilidade de análise crítica de seus processos e identificação de pontos de melhoria (Domingos; Xavier; Birochi, 2015), por exemplo: o planejamento estratégico (Branco, 2015) e a gestão de processos (Nyland, 2023).

Gerir processos é útil para todos os tipos de organização, pois a necessidade de coordenação deriva diretamente da ação de dividir e organizar o trabalho (Domingos; Xavier; Birochi, 2015). A gestão de processos proporciona às organizações um meio de aumentar a competitividade e a sustentabilidade em tempos de incerteza do mercado, crescente globalização e condições de negócios em constante mudança (Doebeli et al., 2011). Devido à necessidade de modernização, as ferramentas de gestão, já enraizadas na esfera privada, passaram a ser introduzidos na administração pública, ainda que a passos lentos (Branco, 2015). A administração pública optou por adotar práticas comportamentais e gerenciais, antes, próprias e restritas às organizações

privadas (Morais et al., 2021). Qualquer forma de administração pública que busque superar os entraves e disfunções do sistema burocrático anterior, precisa investir no redesenho dos processos operacionais e, simultaneamente, desenvolver novas competências para sua gestão (Santos et al., 2017).

Infere-se que técnicas de gestão administrativa podem contribuir significativamente para a redução da taxa de congestionamento dos tribunais e elevação de sua eficiência. Contudo, ainda são escassas as pesquisas destinadas a estudar a implementação e resultados da gestão de processos no poder judiciário, como método a melhorar a produtividade dos tribunais (Oliveira et al., 2022).

A aplicação de práticas de gestão administrativa, se bem desempenhadas, podem auxiliar na celeridade da prestação jurisdicional. Para preencher tal lacuna, esse trabalho objetiva identificar como é estudada a aplicação da gestão de processos no poder judiciário em benefício da eficiência e maior produtividade. A pesquisa é relevante por aumentar o conhecimento e dar enfoque a um tema promissor, cuja aplicação, acredita-se, tem potencial para melhora significativa dos serviços prestados também no judiciário, tendo em vista, os resultados positivos obtidos na iniciativa privada (Domingos; Xavier; Birochi, 2015) e nos demais ramos da gestão pública (Branco, 2015).

Metodologia

Optou-se pela realização de uma pesquisa de abordagem quantitativa, a fim de atingir o objetivo proposto neste estudo. Como método, utilizou-se a revisão bibliométrica. Inicialmente, pesquisou-se nas bases de dados: periódico capes, scielo, spell, sciencedirect, emerald e proquest, utilizando-se as palavras-chave: gestão de processos and judiciário; "process management" and judiciary; com aplicação dos filtros: todos os idiomas, somente artigos, últimos seis anos e exclusão dos repetidos. Foram encontrados 163 artigos no total.

A coleta de dados englobou a produção acadêmica do período de 2019 a 2024, bem como as estatísticas descritivas para a análise pertinente. Foi aplicado o filtro de baixa qualificação, restando 114 artigos. Como etapa final da seleção, passou-se à análise dos resumos, quando foram escolhidos aqueles que apresentavam pertinência ao tema, segundo o entendimento dos autores. Após essa filtragem, restaram 17 artigos, que integraram a literatura desse trabalho.

Resultados e Discussão

Após a seleção dos artigos, por meio da revisão bibliométrica, passou-se à análise deles. Inicialmente, levantou-se a quantidade de publicações realizadas por revista científica e por autor. Observou-se, por meio da análise dos dados da revisão bibliométrica, que o periódico que mais teve publicação foi a revista eletrônica de Direito processual, com um total de 3 artigos. Não há autores repetidos, ou seja, cada autor escreveu um único artigo.

O maior número de publicações encontradas na pesquisa ocorreu em 2019 e 2023, totalizando 5 artigos em cada um desses anos; em 2020, foram publicados 4 trabalhos; em 2021 houve apenas 1 publicação e em 2022, 2

publicações. Por outro lado, cabe destacar que não foi encontrado artigo que trata, especificamente, da gestão de processos no judiciário.

A pesquisa revelou que há uma confusão na literatura entre gestão de processos, no conceito administrativo e gestão processual, que também recebe a nomenclatura de gestão de processos judiciais, e gestão judicial de processos. Isso reflete a carência de estudos acerca do tema.

A gestão de processos judiciais ou gestão judicial de processos, pode ser entendida como o conjunto de métodos, técnicas e instrumentos empregados para gerir e conduzir de maneira eficiente e eficaz os trâmites judiciais no âmbito de uma organização jurídica ou tribunal. Além dos artigos que tratam da gestão judicial de processos também foram encontrados trabalhos que investigaram a digitalização dos processos judiciais (Ribeiro; Wanderley, 2019); os benefícios do uso da tecnologia nos tribunais (Hino; Cunha, 2020) e da Inteligência Artificial no poder judiciário (Sabo; Rover, 2020); a correlação entre o financiamento do judiciário e sua eficiência (Oliveira; Castilho, 2020).

Conclusões

A presente pesquisa pretendeu investigar como é estudada a gestão de processos no poder judiciário, nos últimos 6 anos, de forma a contribuir para a eficiência e melhoria da produtividade dos tribunais.

Para tanto, realizou-se uma revisão bibliométrica, com abordagem quantitativa. Não foram encontrados artigos que tratem da gestão de processos como ferramenta de gestão administrativa.

Foi realizada a análise dos resumos e selecionados 17 artigos aptos a contribuir com o escopo da presente pesquisa, todos tratam da gestão judicial dos processos, ou seja, são direcionados a examinar como os processos judiciais tramitam dentro dos tribunais.

Há uma limitação deste estudo quanto ao período de 6 anos, por isso, sugere-se que seja realizada uma revisão bibliométrica que alcance um intervalo de tempo mais extenso, possivelmente, entre 10 e 12 anos, a fim de encontrar artigos que discorram acerca da gestão de processos no poder judiciário.

Agradecimentos

A toda a equipe da Unialfa, ao meu orientador dr. Pedro Henrique Rodrigues de Sousa, aos meus colegas e, principalmente, à minha família.

Referências

ALMEIDA, Ceila Sales de; Mello, André Blanco. **Desjudicialização da execução**: desafios e perspectivas sobre o projeto de lei 6204/2019. Recima 21 - revista científica multidisciplinar, v. 4, n. 1, p. e412568, 2023. Doi 10.47820/recima21.v4i1.2568.

BAPTISTA, Isabelle de; RODRIGUES, Leonel Cezar; COSTA, Priscila Rezende da. **Inovação organizacional como alternativa para a eficiência na prestação de serviços jurisdicionais**. Revista gestão & tecnologia, v. 19, p. 244–266, 2019. Doi 10.20397/2177-6652/2019.v19i4.1365.

BRANCO, Luiza Szczerbacki Castello. **A disseminação do planejamento estratégico no poder judiciário brasileiro.** Revista de gestão e contabilidade da ufpi, v. 2, p. 171-190, 2015.

BRANCO, Luiza Szczerbacki Castello. **Administração pública gerencial:** as metas do Conselho Nacional de Justiça. Práticas de administração pública, v. 1, n. 3, p. 4–23, 2018. Doi 10.5902/25266292

DOEBELI, Gaby et al. **Using bpm governance to align systems and practice.** Business process management journal, v.17, p.184-202, 2011. Doi 10.1108/146371511111122310.

GICO JR., Ivo Teixeira. A tragédia do judiciário. Revista de direito administrativo, v. 267, p. 163–198, 2014. Doi 10.12660/rda.v267.2014.46462

HINO, Márcia Cassitas; CUNHA, Maria Alexandra. **Adoção de tecnologias na perspectiva de profissionais de direito.** Revista Direito gv, v. 16, p. e1952-e1952, 2020. Doi 10.1590/2317-6172201952.

MORAIS, Mateus Cerqueira Anício et al. **Empreendedorismo no setor público:** categorizando suas polissemias. Revista de inovação e empreendedorismo sustentáveis, v. 6, n. 1, p. 26-53, 2021. Doi 10.14211/regepe.v4i1.200 nyland.

LIMA, Joana Josiane Andriotte Oliveira. **Gestão de processos:** abordagem da administração moderna. Research, society and development, v. 12, p. e1812239906-e1812239906, 2023. Doi 10.33448/rsd-v12i2.39906.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de; CASTILHO, Virgínia Ramos. **Crise do poder judiciário e financiamento público:** impressões e soluções. Revista argumenta, n. 33, p. 335-555, 2020.

OLIVEIRA, Leonel Gois Lima. Dez anos de CNJ: **reflexões do envolvimento com a melhoria da eficiência do judiciário brasileiro.** Revista do serviço público, v. 68, n. 3, p. 631-656, 2017. Doi 10.21874/rsp.v68i3.1364.

OLIVEIRA, Mayara Nascimento de et al. **Process modeling in public administration:** an integrative systematic review with an international view. Research, society and development, v. 11, n. 7, 2022. Doi 10.33448/rsd-v11i7.29786.

RIBEIRO, Grazielle Lopes; WANDERLEY, Kauã Pereira. **A transformação da prática judiciária com a implantação do processo eletrônico.** Revista vertentes do Direito, v. 6, n. 2, p. 182–205, 2019. Doi 10.20873/uft.2359-0106.2019.v6n2.p182-205.

SABO, Isabela Cristina; ROVER, Aires José. **Observância de precedentes e gestão de demandas repetitivas por meio do aprendizado de máquina.** Revista opinião jurídica, v. 18, n. 28, p. 69-93, 2020. Doi 10.12662/2447-6641oj.v18i28.p69-93.2020.

SANTOS, Carlos Honorato Schuch et al. **Gestão de processo:** a proposição de um modelo de análise. Contextus – Revista contemporânea de economia e gestão, v. 15, n. 1, p. 122-148, 2017. Doi 10.19094/contextus.v15i1.926.

SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **Gestão judicial de processos:** a suspensão dos processos pendentes no julgamento dos casos repetitivos prevista pelo código de processo civil de 2015. Revista eletrônica de direito processual, v. 21, n. 1, 2019. Doi 10.12957/redp.2020.45316.

SOUZA, Jonas Bernardo de et al. **Impactos da indústria 4.0 na sustentabilidade no Brasil:** uma revisão bibliográfica. Revista de gestão e secretariado, v. 15, p. 3937-3937, 2024. Doi 10.7769/gesec. v15i6.3937.

VILELA, Rosana Brandão; RIBEIRO, Adenize; BATISTA, Nildo Alves. **Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo:** uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde. Millenium, v. 11, n. 2, p. 29-36, 2020. Doi 10.29352/mill0211.03.00230

EFETIVIDADE DOS ÍNDICES DE DESEMPENHO DO CNJ NA GESTÃO DAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL CÍVEIS DA COMARCA DE GOIÂNIA

PATRÍCIA NOLASCO GUIMARÃES
UNIALFA
petinolasco@gmail.com

Resumo

O presente artigo investiga a gestão judiciária no Brasil, com foco nos índices de desempenho implementados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e sua relação com a eficiência administrativa nas Unidades de Processamento Judicial (UPJs). A administração de órgãos públicos, incluindo o judiciário, é um fator crucial para garantir a qualidade dos serviços prestados à população. No Brasil, a criação do CNJ em 2004 representou um marco na evolução da gestão judiciária, estabelecendo mecanismos para controlar a eficiência e a transparência do sistema. Este estudo tem como principal objetivo analisar como os índices de desempenho adotados pelo CNJ, como a taxa de congestionamento, a taxa de reversão de sentenças e a taxa de resolatividade, influenciam na celeridade e na eficácia da prestação jurisdicional, tomando como estudo de caso a 6ª UPJ Cível da Comarca de Goiânia. A pesquisa apresenta uma revisão da literatura sobre a gestão pública e judiciária, abordando as reformas ocorridas em diferentes contextos internacionais, como nos Estados Unidos e Europa, e as comparando com o cenário brasileiro. Também são analisadas as características históricas que moldaram o sistema judiciário no Brasil, desde a administração colonial até a criação do STF e a evolução subsequente das reformas administrativas.

Palavras-chave: Administração judiciária; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Índices de Desempenho Unidades de Processamento Judicial (UPJS); eficiência processual; celeridade judicial; sistema judiciário brasileiro; taxa de congestionamento; gestão pública; qualidade das decisões; judiciais.

Introdução

A administração judiciária eficiente é fundamental para garantir a qualidade dos serviços prestados pela justiça, afetando diretamente o acesso e a confiança da população no sistema judicial.

O Brasil, com sua longa tradição de evolução estrutural no sistema judiciário, tem enfrentado desafios históricos, como a morosidade processual, que impacta a celeridade das decisões e a efetividade da justiça.

A criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2004, trouxe novos mecanismos de gestão, como os índices de desempenho, que têm se mostrado essenciais para Avaliar e Melhorar a Prestação Jurisdicional. Este estudo foca nas Unidades de processamento digital judiciais (UPJS), destacando suas inovações na gestão e correlacionando esses índices com a eficiência e celeridade no processo judicial.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem mista, utilizando revisão de literatura, estudos de caso e entrevistas com profissionais do sistema judiciário. Serão analisados dados das UPJS da comarca de Goiânia com base nos índices do cnj, como a taxa de congestionamento, reversão de sentenças e resolutividade. Além disso, será avaliado o impacto de práticas de gestão, tecnologia e infraestrutura na eficiência.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados mostrará como os índices de desempenho têm contribuído para a melhoria da celeridade processual e da qualidade das decisões judiciais. Serão identificadas áreas críticas que ainda carecem de melhorias e avaliados os benefícios trazidos pelas unidades de processamento judicial em termos de otimização de recursos e maior agilidade nas tramitações.

Conclusões

Os índices de desempenho desempenham um papel crucial na modernização e eficiência da administração judiciária no Brasil. No entanto, é necessário considerar as particularidades regionais e a complexidade dos casos ao interpretar esses dados.

A aplicação de práticas de gestão mais eficazes e o uso de tecnologia podem ser essenciais para aprimorar o sistema judiciário, trazendo melhorias contínuas e fortalecendo a confiança da sociedade no poder judiciário.

Os resultados indicam que os índices de desempenho adotados pelo CNJ são ferramentas eficazes para medir a eficiência do sistema, embora apresentem limitações, como a incapacidade de capturar a complexidade total dos casos e as variações regionais.

O estudo concluiu que a implementação de práticas de gestão mais modernas, como as UPJS, tem potencial para melhorar significativamente a eficiência e a celeridade processual, refletindo um avanço na administração judiciária brasileira. Contudo, é necessário continuar desenvolvendo política.

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, à minha família, pelo apoio incondicional, paciência e incentivo ao longo de toda a minha trajetória. Sem o suporte e o amor de vocês, este trabalho não teria sido possível. Ao meu orientador, Rafael Manzi, expressei minha mais profunda gratidão pela orientação precisa, pelos conselhos valiosos e pela confiança depositada em mim durante todo o processo. Sua dedicação e conhecimento foram essenciais para a realização deste estudo. Muito obrigado!

Referências

Comissão Europeia. (2023). **Eu justice scoreboard 2023**: a tool to promote effective justice systems in the European Union. Bruxelas: União Europeia.

COSTA, F. L., & CASTANHAR, J. C. (2003). **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista de administração pública, 37(5), 969-992.

DREYFUSS, Vera Maria de Andrade. **A morosidade da justiça e suas consequências.** In: a justiça em questão: estudos sobre o sistema judiciário brasileiro. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2015. p. 45-67.

GHELMAN, S. (2006). **Adaptando o balanced scorecard aos preceitos da nova gestão pública.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense.

GOMES e GUIMARÃES, abril 2013, desempenho no judiciário: conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa, site: <https://www.scielo.br/j/rap/a/mgqg4jc4szjbbhxwwtythcs/#> https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm.

GOMES, L. O., & GUIMARÃES, T. D. (2014). **Indicadores de desempenho no poder judiciário: uma análise da sua aplicação no Brasil.** Revista de administração pública, 48(4), 943-966.

LOBO, Maria de Fátima. **Gestão e eficiência no judiciário: o papel das unidades de processamento judiciais.** São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Ricardo. **A modernização do judiciário e suas consequências: um estudo das UPJS.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

NASCIMENTO, Eduardo. **História do judiciário brasileiro: do período colonial à contemporaneidade.** Brasília: Editora Senado, 2010.

NEVES, L. W. (2016). **A justiça no Brasil colonial: administração e estruturação do sistema judiciário.** São paulo: Jurídica.

PEREIRA, Ana Cláudia. **A crise da justiça no Brasil: desafios e perspectivas.** São Paulo: Saraiva, 2015.

RAMOS, D. (2018). **Funções e atribuições do conselho nacional de justiça: uma análise crítica.** Revista de direito constitucional e internacional, 26 (103), 25-47.

SADEK, M. T. (2015). **Desafios e limites dos indicadores de desempenho no poder judiciário brasileiro.** Revista Direito gv, 11(2), 399-418.

SANO, H., & FRANÇA, Montenegro filho, M. J. (2013). **As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas.** Desenvolvimento em questão, 11(22), 35-61. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:

[http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75225787003:contentreference\[oaicite:0\]{index=0}](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75225787003:contentreference[oaicite:0]{index=0}).

SHLEIFER, A., & VISHNY, R. W. (1997). **A survey of corporate governance**. The journal of finance, 52(2), 737-783.

SILVA, M. R. (2018). **Modernização do sistema judiciário brasileiro: reformas e desafios no século XIX e XX**. Rio de Janeiro: Forense.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO POWER BI PARA SISTEMATIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL DE OBRAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA GRANDE COMPANHIA PÚBLICO-PRIVADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

ELLEN DAYANA CUNHA BARROS
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
ellendayan@hotmail.com

Resumo

Esta dissertação tratou da análise do potencial de aplicação do Business Intelligence (BI), por meio da plataforma Power BI, na sistematização e dinamização da gestão de contratos de obras públicas, abordando como as ferramentas de BI poderiam otimizar a gestão operacional dessas obras. A pesquisa partiu da seguinte questão: Seria possível sistematizar e dinamizar a gestão de contratos de obras públicas por meio da adoção do Power BI no processo de fiscalização da execução dessas obras? Os objetivos do estudo foram: identificar ferramentas do Power BI para aplicação em atividades específicas de fiscalização da execução de obras; conceber tipos personalizados de dashboards para atividades de fiscalização da execução de obras; elaborar uma metodologia para a implementação do Power BI no nível operacional da gestão de obras; mapear o atual processo de gestão operacional de obras da Companhia Energia, objeto deste estudo; e desenvolver uma proposta de implementação do Power BI no processo de fiscalização da execução de obras da Companhia Energia, com possibilidade de adaptação para outras instituições públicas e privadas. Este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso de natureza exploratória-descritiva, com uma abordagem qualitativa. O método empregado abrangeu o estudo de caso de uma grande companhia público-privada brasileira do setor de geração de energia elétrica, com ênfase em seu processo atual de gestão contratual e fiscalização da execução de obras. O estudo incluiu uma visita técnica a uma de suas obras, voltada para a modernização de uma estrutura hidráulica de geração de energia elétrica, bem como uma entrevista semiestruturada com o Coordenador de fiscalização dessa obra, visando coletar informações detalhadas sobre os desafios enfrentados e os procedimentos adotados. Com base nos dados coletados, foram feitas análises que culminaram na elaboração de uma proposta de implementação do Power BI no processo de fiscalização da execução de obras da Companhia Energia, gerando um Produto Técnico-Tecnológico. Os resultados indicaram que a adoção do Power BI poderia trazer melhorias significativas à eficiência da gestão operacional de obras públicas de Engenharia Civil, principalmente, pela centralização e dinamização dos dados, provenientes de diversas fontes, proporcionando maior transparência e agilidade no processo decisório. A automação dos processos, aliada ao acesso em tempo real a informações cruciais, poderia aprimorar substancialmente a gestão contratual de obras públicas, permitindo tomadas de decisão mais fundamentadas e oportunas. Em conclusão, a análise demonstrou o significativo potencial para otimizar a gestão operacional de obras públicas. A proposta de implementação apresentada pode ser adaptada e replicada em outras instituições públicas e privadas responsáveis pela gestão operacional de obras.

Palavras-chave: Business intelligence; Power Bi; fiscalização de obras; gestão de contratos; obras públicas.

Introdução

A integração e análise de dados a partir de diversas fontes é uma das grandes facilidades oferecidas pelos softwares de Business Intelligence (BI), apoiando a colaboração entre equipes e otimizando a tomada de decisões por meio de cálculos, organização e criação de indicadores (Lira, 2022).

O Power Bi, desenvolvido pela microsoft, é um dos softwares mais conhecidos e utilizados nesse campo, destacando-se por sua capacidade de visualização de dados interativos, como dashboards e seus serviços baseados em nuvem, além de oferecer recursos avançados de segurança e atualizações em tempo real (Microsoft, 2023). Uma pesquisa de Pereira et al. (2022) reforça a relevância do uso do BI na gestão pública, um tema relativamente recente que carece de mais investigações para explorar seu potencial e aplicações.

Segundo os autores, medir e gerenciar o desempenho das organizações públicas é uma tarefa crítica e desafiadora, principalmente devido à hierarquização e à falta de habilidades adequadas nos processos de gestão. O estudo de Nasab et al. (2017, apud Pereira et al., 2022) mostra um aumento no uso do BI no setor público brasileiro, porém também destaca falhas significativas na implementação. O estudo evidencia a importância de debater a influência da cultura organizacional no sucesso dessas implementações.

Dentro desse cenário, analisa-se a viabilidade de sistematizar e dinamizar a gestão de contratos de obras públicas por meio da incorporação do Power Bi no processo de fiscalização da execução de obras, utilizando como estudo de caso, uma obra de modernização de uma estrutura hidráulica de geração de energia elétrica de uma companhia público privada, denominada neste estudo de companhia energia.

A obra estudada nesta pesquisa apresenta desafios técnicos que tornam sua gestão ideal para aplicação do Power Bi. A complexidade da obra oferece um campo significativo para análise de como essa tecnologia pode melhorar os processos de fiscalização, monitoramento e controle. Ademais, a manutenção da segurança em infraestruturas críticas exige uma gestão de dados integrada, que o Power Bi pode fornecer por meio de dashboards interativos e em tempo real. A aplicação do Bi para apoiar as atividades operacionais de gestão de obras - ou seja, às rotinas diárias de execução - ainda constitui uma abordagem recente e pouco explorada.

Esse estudo, portanto, busca preencher essa lacuna na literatura existente, demonstrando como o BI pode aprimorar a gestão operacional de obras. Outra contribuição dessa pesquisa refere-se ao âmbito social, pois tem capacidade para tornar mais eficiente e segura a prestação de serviços públicos, ao propor a otimização do trabalho exercido pelos gestores de contratos e pela equipe de fiscalização da execução de obras públicas. Por fim, possui uma aplicação real e viável, não se limitando ao campo teórico, mas apresentando uma solução tecnológica e prática para ser implementada para resolver um problema.

Metodologia

O delineamento metodológico desta pesquisa envolveu a coleta de dados primários a partir de uma abordagem prática, composta por uma visita técnica a uma obra, entrevista semiestruturada com o coordenador da equipe de fiscalização da obra, acesso aos documentos técnicos da obra, softwares e intranet da organização. A abordagem metodológica é de natureza exploratória-descritiva, com ênfase na qualitativa.

A análise das informações utilizou uma técnica de análise de conteúdo, organizando e codificando os dados para identificar achados com base nas fontes revisadas.

A partir disso, foi realizada uma avaliação das funcionalidades do Power Bi, identificando as ferramentas mais adequadas para sistematizar e dinamizar a gestão de contratos da companhia energia. Os artigos da microsoft sobre o Power Bi, abrangendo desde a configuração inicial até a criação de dashboards e a automação de relatórios, forneceram o embasamento teórico essencial para adaptar e personalizar estratégias de implementação.

Resultados e Discussão

A pesquisa identificou os principais desafios operacionais enfrentados pela equipe de fiscalização, como a fragmentação dos dados, a dificuldade de comunicação entre as partes envolvidas e a falta de integração dos sistemas. O estudo também abordou a expectativa de que a automação de processos, o uso de dashboards interativos e a centralização de informações pudessem melhorar significativamente a eficiência da gestão de obras.

A implementação do Power Bi na companhia energia foi considerada viável e estratégica para a sistematização e dinamização da gestão operacional das obras. O estudo destacou que, embora existam desafios na integração de sistemas e na capacitação dos usuários, esses obstáculos podem ser superados com planejamento adequado e suporte técnico contínuo. A análise conjunta de todas as informações revela uma significativa correspondência com a revisão de literatura, demonstrando que os achados empíricos corroboram os princípios teóricos previamente discutidos.

A literatura revisada sugere que o Power Bi, como ferramenta de Business Intelligence, possui um grande potencial para melhorar a eficiência, transparência e precisão na gestão pública. Os resultados da pesquisa confirmam essas premissas, evidenciando que a implementação do Power Bi no processo de fiscalização de obras da companhia energia possibilitaria a centralização de dados, a automação de processos e a geração de relatórios em tempo real, alinhando-se aos benefícios descritos na literatura.

Desse modo, os dados empíricos reforçam e validam as teorias existentes, ressaltando a relevância e a aplicabilidade do Power Bi como uma solução eficaz para a gestão operacional de obras públicas. A comparação entre os resultados esperados e obtidos revela que, embora as expectativas teóricas tenham sido em grande parte confirmadas, a falta de implementação prática limitou a validação empírica dos benefícios identificados.

Conclusões

Os resultados indicaram que a implementação do Power Bi no processo de fiscalização da execução de obras da companhia energia traria inúmeros benefícios para a gestão de contratos de obras da organização. A ferramenta permitiria consolidar informações de múltiplas fontes em tempo real, favoreceria a tomada de decisões ágeis e embasadas, melhoraria a comunicação, bem como a transparência entre os envolvidos nos projetos.

A automação de relatórios reduziria o tempo gasto com tarefas manuais, promoveria uma gestão mais eficiente e possibilitaria um monitoramento contínuo do progresso das obras; facilitaria o controle sobre custos e orçamentos, garantiria maior conformidade com padrões técnicos e regulamentares, assegurando que as obras fossem executadas conforme o planejado, com maior precisão e qualidade. A pesquisa conclui que o Power Bi tem o potencial de gerar impactos sociais, econômicos relevantes, ao promover maior responsabilidade, transparência na gestão e reduzir custos operacionais.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Hérica Landi, por sua dedicação, paciência e orientação. Suas contribuições e visão crítica foram essenciais para o aprimoramento deste trabalho. Ao entrevistado, pela valiosa contribuição técnica, que enriqueceu a parte aplicada do estudo. À minha família, pelo amor e apoio, em especial, aos meus pais, irmãs, marido e meus filhos, Ricardo e Enrico. Por fim, à companhia energia, pela colaboração e informações fundamentais para a realização deste estudo.

Referências

ALVES, A. P. G. **A evolução histórica das licitações e o atual processo de compras públicas em situação de emergência no Brasil**. Publicado em 2020. Instituto Brasileiro de ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília. Disponível em: Acesso em: 29 abr. 2023.

BIZ, A. A.; DARÓS, L. L.; STADNICK, K. T.; DAMONIN, M. A.; BORGERT, A. **A contribuição de uma ferramenta de business intelligence na gestão de custos: a experiência do estado de santa catarina**. Anais do congresso brasileiro de custos - abc. Publicado em nov. 2005. Disponível em: Acesso em: 29 abr. 2023.

blog.anhanguera.com. **O que é business intelligence? Entenda de maneira fácil essa área!** Publicado em 22 set. 2022. Acesso em 29 abr. 2023. Brasil.

Agência Nacional de águas e Saneamento Básico - ANA. Estudo Técnico Preliminar da Contratação (ETP): documento nº 02500.032983/2023-32.

Superintendência de tecnologia da informação (STI). 38 págs. Produzido em 12 jun. 2023. Disponível em: acesso em 12 dez. 2023. Brasil. (2024, d). Governo do estado de São Paulo. Portal da transparência - obras públicas. Controladoria

geral do estado. Siafem - SIGEO. Publicado em 2023. Disponível em: . Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Prefeitura de Belo Horizonte. Portal da transparência municipal: obras públicas. Publicado em 2017. Disponível em: Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. (2024 a). Prefeitura do Jabotão dos Guararapes. Portal da transparência do Jabotão dos Guararapes - os contratos. Publicado em 2023. Disponível em: Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Depen lança painel de monitoramento de obras. Publicado em 2021. Serviço de comunicação social do depen. Disponível em: Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. (2024, c). Tribunal de contas do estado do Espírito Santo. Acompanhe as obras públicas estaduais e municipais. Painel de controle - a sua ferramenta de fiscalização dos órgãos públicos capixabas. Publicado em 2023. Disponível em: acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. (2024, b). Tribunal de contas dos municípios do estado de Goiás. Observatório do cidadão - obras do Goiás na frente. Publicado em 2023. Secretaria de fiscalização de obras e serviços de engenharia do tcmgo. Disponível em: acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL.tribunal de contas da união. Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas. Publicado em 2014. Coordenação geral de controle externo da área de infraestrutura e da região sudeste – Brasília. Disponível em: acesso em: 09 jul. 2024.

Doc int. **6 principais dificuldades na gestão de dados.** Publicado em 17 de dez. 2020. Disponível em: acesso em: 29 abr. 2023.

Fia Business School. Power bi: **o que é, funcionalidades e benefícios da ferramenta.** Publicado em 28 de set. 2020.

UNIDADES DE PROCESSAMENTO JURISDICIONAL (UPJS) NAS VARAS CÍVEIS DE GOIÂNIA: IMPACTOS NA AGILIDADE DA JUSTIÇA

SAMUEL SILVÉRIO DE OLIVEIRA
UNIALFA
silveriosam@gmail.com

Resumo

O artigo destaca o crescimento do direito social de acesso à justiça no Brasil nas últimas décadas. A Constituição Federal de 1988 garantiu esse direito como primordial, uma vez que sem ele, outros direitos não podem ser efetivados (Sadek, 2014). Contudo, o acesso à justiça ainda enfrenta diversos desafios. Cappelletti e Garth definem o acesso à justiça como um conceito complexo, mas fundamental para que as pessoas possam reivindicar seus direitos e resolver conflitos de maneira justa. O sistema deve ser, igualmente, acessível e produzir resultados socialmente justos. O Estado Democrático de Direito exige que a justiça seja acessível a todos, e o Poder Judiciário tem a função de garantir a celeridade nos processos, permitindo que os cidadãos conheçam e exerçam seus direitos (Peleja Júnior, 2011). O crescimento da judicialização trouxe um aumento expressivo no número de processos. Em 2023, o Poder Judiciário encerrou o ano com 83,8 milhões de processos pendentes (CNJ, 2024). O aumento da demanda sobrecarrega o sistema, resultando na morosidade dos processos. A justiça atrasada, conforme apontado por Rui Barbosa, é uma forma de injustiça, visto que a demora afeta diretamente os direitos das partes envolvidas. Embora várias reformas tenham sido realizadas para melhorar a eficiência do sistema judiciário, ainda não foram suficientes. O aumento da litigiosidade em muitos países pressionou o judiciário, elevando os custos e aumentando o número de processos à espera de julgamento. Uma solução identificada foi a melhoria na gestão dos tribunais (CNJ, 2020). Como parte dessas reformas, foram implementados novos modelos de gestão, como as UPJs. No Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por exemplo, as UPJs centralizam e padronizam os atos judiciais, buscando maior eficiência na gestão dos processos. Na Comarca de Goiânia, as Varas Cíveis adotaram esse modelo pioneiro para reduzir o tempo de tramitação dos processos e aumentar a eficiência. O estudo se propõe a investigar se a implementação das UPJs tem, de fato, contribuído para a redução da morosidade e a celeridade dos trâmites processuais. O novo sistema de gestão visa otimizar o fluxo de trabalho e entregar resultados mais rápidos e eficazes para a sociedade.

Palavras-chave: Acesso à justiça; judicialização; morosidade; eficiência; Unidades de Processamento Jurisdicional (UPJS); gestão de processos;

Introdução

A morosidade na prestação jurisdicional é uma preocupação antiga tanto no meio jurídico quanto na sociedade em geral. A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso LXXXVIII, assegura a todos o direito à razoável duração do processo e à celeridade em sua tramitação. No entanto, o sistema judiciário

brasileiro ainda enfrenta grandes desafios para concretizar esse princípio, o que afeta diretamente a confiança dos cidadãos na justiça.

A lentidão processual compromete a eficácia dos direitos e enfraquece a percepção de que a lei será devidamente aplicada. Embora tenha havido avanços significativos nas últimas décadas, como a digitalização dos processos e a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a eficiência desejada ainda não foi alcançada. A morosidade persiste, evidenciando que a modernização tecnológica, por si só, não é suficiente. É necessário também promover mudanças estruturais na gestão dos processos, buscando soluções mais eficazes.

Nesse contexto, a criação das Unidades de Processamento Jurisdicional (UPJS) nas varas cíveis da comarca de Goiânia surge como uma tentativa de otimizar o funcionamento do judiciário. Essas unidades visam unificar os cartórios judiciais, padronizar atos processuais e centralizar a gestão dos processos, buscando tornar o trâmite mais ágil e eficiente. A proposta desse modelo é permitir que os juízes possam focar mais na resolução de casos, enquanto a parte administrativa é gerida de forma centralizada e especializada.

Este estudo se propõe a investigar se a implementação das UPJS tem realmente contribuído para uma melhor gestão dos processos e, principalmente, se trará melhorias concretas na celeridade processual. Avaliar o impacto desse modelo de gestão é crucial para compreender se ele representa uma solução viável para os problemas de lentidão e falta de padronização que historicamente afetam o sistema judiciário brasileiro.

Metodologia

Este estudo será realizado por meio de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizando a revisão de literatura. Serão analisados os dados de desempenho das varas judiciais da 1ª Unidade de Processamento Jurisdicional das varas cíveis da comarca de Goiânia, com foco na gestão de processos e seu impacto na taxa de congestionamento.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados demonstrará de que forma os índices de desempenho têm impactado positivamente a celeridade processual e a qualidade das decisões judiciais. Serão identificadas as áreas críticas que ainda necessitam de melhorias, permitindo um diagnóstico mais preciso das limitações do sistema. Além disso, será avaliado o impacto das Unidades de Processamento Judicial (UPJS) na otimização de recursos e na agilidade dos trâmites processuais, destacando os benefícios concretos trazidos por esse modelo de gestão centralizada. A partir dessa análise, será possível verificar se a implementação das upjs realmente contribui para a melhoria do sistema judiciário como um todo.

Conclusões

A Implementação das Unidades de Processamento Jurisdicional (UPJS) representa uma tentativa de solucionar a histórica morosidade do sistema judiciário brasileiro, especialmente, em um cenário de crescente judicialização. Ao centralizar e padronizar a gestão dos processos, as UPJS visam não apenas otimizar o uso de recursos, mas também aumentar a agilidade na tramitação,

reduzindo o tempo médio de resolução de processos e garantindo uma prestação jurisdicional mais eficiente.

A análise dos dados coletados ao longo do estudo permite avaliar a eficácia dessas mudanças, revelando tanto os benefícios gerados quanto as áreas que ainda necessitam de ajustes. Embora as UPJS tenham demonstrado potencial para melhorar a celeridade processual, é evidente que o sucesso completo dessa iniciativa depende de uma contínua adaptação e aprimoramento das práticas de gestão judiciária. Identificar as áreas críticas e aplicar correções no modelo é essencial.

Agradecimentos

Agradeço de coração aos meus filhos, Daniel e Helena, por serem minha fonte de alegria e inspiração diária. Vocês foram incríveis em entender as ausências e as horas de estudo. Ao Luke, nosso companheiro de quatro patas, que, muitas vezes, me olhou com aquela carinha de quem queria mais atenção, mas sempre esteve ao meu lado durante as longas jornadas de trabalho. Sem o amor, a paciência e a leveza que vocês trouxeram para minha vida, essa caminhada teria sido muito mais difícil.

Referências

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Justiça em números 2024 / conselho nacional de justiça. – Brasília: cnj, 2024 – <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/05/justica-em-numeros-2024.pdf>. • brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

Conselho Nacional de Justiça. Formas alternativas de gestão processual: a especialização de varas e a unificação de serventias/Conselho Nacional de Justiça; associação brasileira de jurimetria; coordenação Marcelo Guedes Nunes. – Brasília: CNJ, 2020. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/just-presquisa-formas-alternativas-gestao2020.pdf>.

SADEK, M. T. (2014). **Acesso à justiça:** um direito e seus obstáculos. Revista USP, São Paulo, nº. 101, p. 55-66.

SADEK, M. T. (2015). **Desafios e limites dos indicadores de desempenho no poder judiciário brasileiro.** Revista Direito GV, 11(2), 399-418.

SADEK, MT. ORG. in: **Uma introdução ao estudo da justiça [online].** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2010. 118 p. isbn: 978-85-7982-032-8. Available from scielo books.

BEZERRA, E. V., & BRAGA, S. P. (2016). **Justiça brasileira:** fácil de entrar, difícil de sair um olhar sobre a crise numérica dos processos. Revista cidadania e acesso à justiça, 2(1) doi:10.26668/indexlawjournals/2526-026x/2016.v2i1.398.

BAPTISTA, I. DE, & COSTA, P. R. DA. (2019). **O impacto da inovação no poder judiciário: um ensaio teórico / the impact of innovation on the judiciary: a theoretical essay**. Brazilian journal of development, 5(8), 12445–12465. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n8-087>.

CAPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Fmabris, 1988, reimpresso 2002.

PELEJA JÚNIOR, Antônio Veloso. **Conselho Nacional de Justiça e a Magistratura brasileira**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011, p.25.

REIS, Josélia ferreira dos. **Considerações iniciais sobre acesso à justiça, judicialização e inclusão às avessas**, v. 1 n. 1 (2018): Anais do XVI encontro nacional de pesquisadores em serviço social. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22331>.

A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA FEMININA PELA ÓTICA DAS SERVIDORAS PÚBLICAS DE UM TRIBUNAL DE JUSTIÇA: CAMINHOS, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

ALINE RIBEIRO DE FREITAS YOSHIDA

UNIALFA

alinerf.adv@gmail.com

Resumo

Este estudo analisa a trajetória das mulheres que ocupam cargos de chefia no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), com foco nas barreiras denominadas “teto de vidro”, “labirinto de cristal” e “ piso pegajoso”. A pesquisa busca compreender como essas barreiras afetam a carreira feminina e quais são as estratégias utilizadas para superá-las. Será utilizada uma metodologia qualitativa descritiva, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com servidoras públicas que ocupam cargos de chefia há pelo menos um ano. A análise dos dados se dará por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar padrões e interpretações das entrevistadas sobre suas experiências profissionais. Resultados preliminares advindos da revisão da literatura indicam a presença de barreiras como a dificuldade de conciliar carreira e vida pessoal, além de preconceitos estruturais que limitam a ascensão das mulheres. A pesquisa visa uma compreensão mais profunda dos fatores que moldam a carreira feminina no setor público.

Palavras-chave: Barreiras; carreira; mulheres; judiciário.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO SISTEMA BERNNA NA REDUÇÃO DE LITIGIOSIDADE NA COMARCA DE ANÁPOLIS

ROBSON DE FREITAS SILVA JUNIOR
UNIALFA
rfsjunior@tjgo.jus.br

Resumo

Este estudo visa analisar a eficiência do Sistema BERNNA (Base de Eficiência e Racionalização de Notas e Atos) na Comarca Piloto de Anápolis, Goiás, verificando sua contribuição para a redução da litigiosidade e melhoria da eficiência no Poder Judiciário. O Sistema BERNNA, como ferramenta de automação de rotinas cartorárias, busca modernizar o processo judicial e tornar a tramitação de processos mais rápida e eficiente. O trabalho tem como objetivo geral: Analisar os benefícios do BERNNA para o aumento da eficiência no poder judiciário goiano. A pesquisa segue uma abordagem descritiva e exploratória, com coleta de dados por meio de análise documental, entrevistas com servidores e gestores judiciais, além de análise estatística de relatórios de produtividade. A metodologia compara os resultados da Comarca de Anápolis com outras que não adotaram o sistema. Espera-se que o Sistema BERNNA promova uma redução significativa no número de processos litigiosos e melhore a eficiência administrativa do Judiciário, diminuindo o tempo de tramitação e a carga de trabalho dos servidores. O estudo fornecerá evidências para uma possível expansão do sistema para outras comarcas, tornando-se um importante subsídio para a modernização da gestão processual em Goiás.

Palavras-chave: Eficiência; inovação tecnológica; poder judiciário; gestão.

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL

HENRIQUE COSTA DE ALCÂNTARA
UNIALFA

henrique.alcantara@sgb.gov.br

Resumo

O estudo foi realizado por meio de pesquisa documental dos editais de licitações publicados no portal de compras do Governo Federal no período de 2022, a fim de identificar o percentual de compras verdes. Foi realizada uma pesquisa qualitativa por intermédio de entrevistas com os principais stakeholders para constatar a percepção dos compradores, requisitantes e fornecedores sobre os empecilhos na implementação de compras públicas sustentáveis. O estudo atingiu os seus objetivos, ao analisar as contratações realizadas por instituição pública para identificar a existência dos critérios de sustentabilidade e constatou-se um nível de compras verdes de 90%. Os principais entraves se referem à falta de treinamento e capacitação; ausência de planejamento; falta de apoio de pessoal especializado; falta de padronização; e falta de apoio da alta gestão.

Palavras-chave: Compras públicas sustentáveis; desenvolvimento sustentável; políticas públicas; licitações.

Introdução

O século XX foi marcado por significativas mudanças tecnológicas e o aumento expressivo do consumo de bens e serviços pela população de forma desordenada, que causou sérios problemas ambientais, bem como desigualdade social (Van Bellen, 2005).

O processo de industrialização causou a emissão de toneladas de gases de efeito estufa (dióxido de carbono, nitrito, metano etc.) na atmosfera e culminou em um aquecimento global altamente lesivo, que foi deflagrado em 2007, pelo painel intergovernamental das mudanças climáticas (IPPC) em Paris (Boff, 2017). A preocupação com o meio ambiente foi refletida na Constituição Federal do Brasil, por meio de dispositivos para defesa e preservação (Santana; Soares, 2018). Sachs (2000) avançou nessa temática ao assinalar algumas dimensões da sustentabilidade, além da sustentabilidade ambiental, tais como: a sustentabilidade social; sustentabilidade cultural, distribuição territorial equilibrada de assentos humanos; sustentabilidade econômica; e governabilidade política.

Há diversas lacunas de pesquisa no campo das compras públicas. Nesse diapasão, Araújo e Teixeira (2018) sugerem que sejam feitos estudos futuros dos editais de licitações com foco nos critérios sustentáveis, por meio de uma investigação documental. Gallon et al. (2019) recomenda a utilização do portal de compras do Governo Federal para consulta e download dos certames, uma vez que o comprasnet é um portal público.

Deglinomeni e Rosa (2021) indicam a investigação de outras organizações e esferas do governo (união, estados e municípios, além do Distrito

Federal) para análise dos critérios socioambientais adotados, ao tempo que Silva e Silva (2018) complementam que é necessário acompanhar a evolução da legislação, uma vez que o arcabouço jurídico é extenso e dinâmico.

Percebe-se, portanto, um vasto campo de exploração das compras públicas brasileiras (Nonato, 2022), especialmente, em outros contextos organizacionais, para avaliar o nível de compras verdes implementadas, conforme defendem Nascimento (2019) e Ma et al. (2023), bem como as barreiras e desafios nesse processo (Leal Filho, 2019). Dessa forma, considerando as latentes lacunas encontradas, optou-se por estudar a influência dos critérios socioambientais nas contratações em uma instituição pública brasileira, bem como os desafios e impulsionadores dessas práticas.

Metodologia

Este estudo é descritivo e visa caracterizar práticas de Compras Públicas Sustentáveis (CPS) no Serviço Geológico do Brasil (SGB). Utilizando metodologia qualitativa e triangular. A pesquisa incluiu revisão bibliográfica, análise documental de editais e entrevistas com stakeholders. O local escolhido foi o SGB devido à relevância e acessibilidade a documentos e agentes envolvidos.

A coleta de dados se deu em duas fases: consulta ao comprasnet para obter editais e entrevistas semiestruturadas para identificar barreiras na adoção de critérios sustentáveis. Os dados foram analisados por análise de conteúdo, utilizando o software iramuteq para organização e interpretação dos resultados. O estudo buscou responder quais estratégias de gestão ambiental, social e econômica são aplicadas nas compras públicas do SGB e propor ações futuras.

Resultados e Discussão

A análise documental revelou que o Serviço Geológico do Brasil (SGB) realizou 91 contratações em 2022, com índice de 90% de “compras verdes”, sugerindo adoção significativa de critérios sustentáveis, ainda que genéricos. A padronização dos editais promove eficiência, mas também limita a aplicação prática de critérios específicos. Esse padrão se alinha com estudos anteriores, como Giamberardino et al. (2022), que indicam prevalência de critérios gerais. Nas entrevistas, a análise de similitude identificou cinco principais grupos temáticos: processos, legislação, sustentabilidade, conhecimento e mercado.

Esses temas refletem desafios na implementação de práticas sustentáveis, como falta de conhecimento e dificuldade de especificar produtos. O dendograma e a análise fatorial de correspondência destacaram três classes principais: legislação, compras e equipamentos, evidenciando que legislação e qualidade dos produtos são fatores cruciais. Barreiras internas incluem falta de treinamento, planejamento e apoio da alta gestão.

Externamente, desafios como custos elevados e escassez de produtos sustentáveis são destacados. A pesquisa confirma a necessidade de capacitação para impulsionar práticas de compras públicas sustentáveis no SGB. Embora o SGB registre alta adesão a compras verdes, os critérios são superficiais, o que limita o impacto no consumo sustentável.

Conclusões

Portanto, é notória a relevância da sustentabilidade na gestão governamental, especialmente nas compras públicas, que correspondem a 10-12% do PIB brasileiro. Em 2022, o estudo avaliou o nível de "compras verdes" no Serviço Geológico do Brasil (SGB) e constatou alta adesão, embora com critérios superficiais.

Barreiras internas incluem falta de treinamento e planejamento, enquanto entraves externos são custos e escassez de produtos sustentáveis. Propôs-se a criação de um plano diretor de logística sustentável e ações de capacitação para promover critérios socioambientais.

A criação de uma comissão específica para compras sustentáveis foi sugerida. Apesar de focado no SGB, o estudo traz insights gerenciais aplicáveis a outras entidades, recomendando pesquisas futuras para comparar práticas de sustentabilidade em diferentes contextos públicos, visando otimizar contratações sob uma perspectiva sustentável.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador.

Referências

ALVES, Cleyton Caixeta. **Papel da contratação sustentável pela administração pública brasileira**: um estudo sobre os contratos de natureza contínua na Universidade Federal de Uberlândia. [Recurso eletrônico]. 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, pós-graduação em administração. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.490>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ARAÚJO, Geraldino Carneiro; TEIXEIRA, Cláudia Echevengua. **Análise das compras públicas sustentáveis na secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo**. Gestão & regionalidade, v. 34, n. 100, p. 22-37, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: edições 70, 2011. 279 p.

BEHRAVESH, Shirley-ann; DARNALL, Nicole; BRETSCHNEIDER, Stuart. A framework for understanding sustainable public purchasing. Journal of cleaner production, p. 134122, 2022.

BERG, Annukka et al. **Developing together**: the Finnish way of promoting sustainable public procurement. Journal of public procurement, n. ahead-of-print, 2022.

BERNAL, Ramon; SAN-Jose, Leire; RETOLAZA, José Luís. **Improvement actions for a more social and sustainable public procurement**: a Delphi Analysis. Sustainability, v. 11, n. 15, p. 4069, 2019.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é-o que não é.** São Paulo: Vozes limitada, 2017.

BRAMMER, Stephen; WALKER, Helen. **Sustainable procurement in the public sector: an international comparative study.** International Journal of operations & production management, v. 31, n. 4, p. 452-476, 2011.

BRESSER, Pereira, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** 2006.

BRYNGEMARK, Elina; Söderholm, Patrik; THÖRN, Martina. **The adoption of green public procurement practices:** analytical challenges and empirical illustration on Swedish municipalities. Ecological economics, v. 204, p. 107655, 2023.

CABRAL, Vitor Neves de; CASTRO, Biancca Scarpeline. **Análise da implementação da política de compras públicas sustentáveis:** um estudo de caso. Revista de políticas públicas, v. 24, n. 1, p. 49-67, 2020. Doi: 10.18764/2178-2865.v24n1p49-67.

CAMARGO, B.V.; Justo, A. M. **Tutorial para uso do software iramuteq.** [Florianópolis]: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. 73p.

CAO, Fuguo; LI, Runyu; CAO, Xiaoyan. **Implementation of sustainable public procurement in china:** an assessment using quantitative text-analysis in large-scale tender documents. Frontiers in environmental science, p. 1705, 2022.

CUNHA, S. F.; Araújo, M. A. D. **Compras sustentáveis:** proposta de intervenção para as compras públicas do IFPB – Campus Campina Grande. Revista de gestão e secretariado (management and administrative professional review), [s. l.], v. 10, n. 2, p. 112–139, 2019. Doi: 10.7769/gesec.v10i2.866.

COSTA, BRUNO B. F DA; DA MOTTA, Ana Lúcia T. S. **Key factors hindering sustainable procurement in the Brazilian public sector:** a Delphi study. international journal of sustainable development and planning, v. 14, n. 2, p. 152-171, 2019.

GIÁCOMO de, M., TESTA, F., Iraldo, F., & FORMENTINI, M. (2019). **Does green public procurement lead to life cycle costing (lcc) adoption?** Journal of purchasing and supply management, 25(3), 100500.

MEDEIROS da Silva de, G. T.; Coelho da Silva, L. A. **Compras governamentais na gestão municipal: requisitos legais e sustentabilidade.** Revista controle - doutrina e artigos, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 53, 2018. Doi: 10.32586/rcda.v16i1.364.

MORAES, Silva de; ANAÍTES Maria; ALCOBAÇA, Gomes; JAÍRA Maria. **Barreiras na implementação da política de compras públicas sustentáveis.** Revista FSA, v. 16, n. 5, 2019.

SILVA, Cristóvam da; SÉRGIO, José; FERNANDES, Hulisses. **Licitações públicas e sustentabilidade:** uma análise da aplicação de critérios ambientais nas compras de órgãos públicos federais em Florianópolis (SC). Revista de Direito econômico e socioambiental, v. 9, n. 2, p. 370-392, 2018.

AValiação DA Satisfação DOS Advogados COM OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

GUILHERME FRANCA SERPA
UNIALFA
guifserpa@hotmail.coim

Resumo

Este trabalho tem como objetivo avaliar o nível de satisfação dos advogados com os serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). A pesquisa analisa a percepção dos advogados em relação à eficiência, agilidade, acessibilidade e qualidade dos serviços judiciais, identificando áreas de excelência e oportunidades de melhoria. Para tanto, foi utilizado um questionário estruturado, aplicado a advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás (OAB-GO). O questionário mensurou aspectos como atendimento, tempo de resposta, transparência e o uso de tecnologia no TJGO, utilizando uma escala Likert de cinco pontos. A análise estatística dos dados revelou variações na satisfação, com destaque positivo para os serviços eletrônicos, como o Processo Judicial Eletrônico (PJE), e críticas direcionadas à morosidade processual e ao atendimento presencial. Os resultados indicam que, embora o TJGO tenha avançado na modernização tecnológica, ainda enfrenta desafios em questões como agilidade no andamento dos processos e atendimento presencial. Sugere-se a adoção de medidas que visem a otimização dos tempos de resposta e a ampliação dos serviços digitais, como o uso de Inteligência Artificial para agilizar a triagem processual. Conclui-se que o tribunal tem evoluído, mas ainda há espaço para melhorias, especialmente, em relação à eficiência processual e ao atendimento ao público.

Palavras-chave: Satisfação; advogados; Tribunal de Justiça; gestão pública; processo judicial eletrônico.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA EM GOIÂNIA

FRANCIELE MEDEIROS CAMARGO

UNIALFA

fran.coordenadora@gmail.com

Resumo

A Educação Infantil é uma etapa fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, reconhecida como um direito essencial. Investir na formação das crianças contribui para a formação de cidadãos mais preparados, capazes de impulsionar o desenvolvimento local. Em Goiânia, no entanto, a implementação de políticas educacionais que assegurem um atendimento de qualidade socialmente referenciada desse atendimento enfrenta desafios significativos. Este artigo aborda as principais dificuldades relacionadas ao financiamento, infraestrutura e à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. O financiamento da educação infantil, gerido em grande parte pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ainda apresenta desigualdades significativas, refletindo a baixa prioridade atribuída a essa fase educacional. Apesar das melhorias introduzidas pelo Novo Fundeb, os investimentos continuam aquém do necessário, comprometendo a qualidade do ensino e os recursos disponíveis para as instituições. Além disso, a infraestrutura das escolas é outro aspecto crítico. Muitas instituições em Goiânia apresentam condições precárias, como salas de aula superlotadas e falta de espaços adequados para atividades lúdicas e pedagógicas. Dados do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás revelam que uma alta porcentagem das escolas vistoriadas enfrenta problemas sérios, como banheiros inadequados e falta de materiais didáticos, impactando diretamente no aprendizado e no bem-estar das crianças. A inclusão de pessoas com necessidades nas instituições de ensino regular exige a adaptação de espaços, tempos e recursos pedagógicos, garantindo acessibilidade física e comunicacional. O respeito aos ritmos individuais de aprendizagem, o uso de tecnologias assistivas e a formação contínua de profissionais são fundamentais para promover uma educação inclusiva. Embora existam políticas que visam garantir o acesso e a permanência dessas crianças nas instituições, a falta de recursos e a formação ainda limitada dos profissionais dificultam a implementação de práticas inclusivas efetivas. Por fim, a formação e valorização dos profissionais da educação são fundamentais para a melhoria da qualidade da Educação Infantil. Em Goiânia, iniciativas como o Adicional de Titularidade e a Progressão Horizontal buscam incentivar a qualificação dos docentes. Contudo, a alta rotatividade dos professores contratados e a dificuldade de formação continuada ainda representam barreiras significativas. Este artigo, portanto, propõe uma reflexão sobre a necessidade de uma abordagem integrada que priorize o financiamento adequado, a melhoria da infraestrutura, a inclusão efetiva de todas as crianças e a valorização dos profissionais da educação. Somente por meio de ações coordenadas e comprometidas será possível garantir uma Educação Infantil que respeite as especificidades do desenvolvimento e promova o crescimento integral das crianças, assegurando que todas tenham acesso a uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil; políticas públicas educacionais; desenvolvimento regional; desafios; Goiânia.

Introdução

A Educação Infantil constitui um dos pilares fundamentais do desenvolvimento humano, reconhecida mundialmente como uma fase crítica para a formação integral das crianças. No Brasil, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem o direito à educação desde os primeiros anos de vida, enfatizando a importância de um atendimento de qualidade que respeite as especificidades do desenvolvimento infantil. Em Goiânia, embora foram alcançados avanços na legislação e na implementação de políticas públicas, os desafios persistem e demandam atenção.

Este artigo tem como objetivo analisar os principais obstáculos enfrentados pela Educação Infantil em Goiânia, com foco em aspectos como financiamento, infraestrutura, inclusão e formação de profissionais.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender as condições atuais da Educação Infantil no município, identificar lacunas e propor soluções que contribuam para a melhoria do atendimento. Compreende-se que um dos principais desafios é o financiamento, que, apesar de ser gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ainda apresenta dificuldade para garantir a execução eficiente e equitativa dos recursos destinados à educação pública, promovendo a universalização do acesso à educação de qualidade.

Além disso, há o desafio de acompanhar e ajustar as políticas educacionais para que atendam às demandas de um sistema educacional em constante transformação. Ademais, a infraestrutura das escolas frequentemente não atende às necessidades básicas, refletindo em ambientes de aprendizagem inadequados que prejudicam o desenvolvimento integral. Outro ponto crítico é a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Apesar das políticas existentes, a realidade nas escolas, muitas vezes, não corresponde às diretrizes estabelecidas, resultando em barreiras que dificultam a participação plena dessas crianças.

A convivência entre crianças com e sem deficiência é essencial para promover a diversidade e a empatia, mas requer um suporte adequado e formação específica para os educadores. Por último, a valorização e formação dos profissionais da educação são cruciais para garantir um ensino de qualidade. A capacitação continuada e a valorização dos docentes impactam diretamente na qualidade do atendimento oferecido às crianças. Portanto, é imperativo que políticas públicas priorizem a formação e o desenvolvimento profissional dos educadores.

Em suma, este artigo busca contribuir para o debate sobre a Educação Infantil em Goiânia, oferecendo uma análise crítica dos desafios enfrentados e propondo reflexões que visem à construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo. A pesquisa é relevante não apenas para a compreensão do contexto local, mas também para a formulação de políticas que efetivamente garantam o direito à educação de qualidade para todas as crianças.

Metodologia

Este trabalho foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica e análise documental. Foram coletadas informações de fontes como relatórios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dados do tribunal de contas dos Municípios de Goiás e artigos acadêmicos sobre Educação Infantil.

Foi feito um levantamento preliminar de textos científicos publicados em forma de artigos, monografias de especialização, dissertações e livros digitais disponíveis nas plataformas de dados acadêmicos como google acadêmico, portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), scielo e entre outras. Os textos selecionados, foram analisados e realizado um fichamento descritivo com as principais ideias.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que a Educação Infantil em Goiânia enfrenta desafios significativos. A análise revelou que o financiamento insuficiente limita os recursos e a qualidade do atendimento. A maioria das instituições apresenta infraestrutura precária, salas superlotadas e falta de materiais didáticos, comprometendo o ambiente de aprendizagem.

Destaca-se ainda, a necessidade de formação continuada, visto que muitos profissionais se sentem despreparados para lidar com a inclusão de crianças com necessidades especiais. Além disso, a falta de apoio e a escassez de recursos específicos para essa inclusão são preocupações recorrentes.

Os dados sugerem que, apesar das políticas existentes, a implementação prática dessas diretrizes é insuficiente, resultando em desigualdades no acesso e na qualidade do ensino. Os resultados reforçam a urgência de uma abordagem integrada que priorize financiamento, infraestrutura e formação profissional, visando uma Educação Infantil mais inclusiva e de qualidade.

Conclusões

A análise dos dados revelou que a Educação Infantil em Goiânia enfrenta desafios críticos que comprometem a qualidade do atendimento. O financiamento se mostrou um fator central, limitando a disponibilidade de recursos essenciais e resultando em infraestrutura precária e salas superlotadas.

Essas condições dificultam a implementação de práticas pedagógicas efetivas e prejudicam o desenvolvimento das crianças. Em Goiânia, é um desafio garantir uma educação de qualidade socialmente referenciada, que respeite as particularidades desta fase de desenvolvimento e promova o crescimento integral da criança.

Isso exige investimentos significativos, não apenas na formação e capacitação contínua dos profissionais da educação, mas também na melhoria e adequação dos espaços físicos destinados à Educação Infantil. Além disso, a promoção de uma Educação Infantil de qualidade está intrinsecamente ligada ao

desenvolvimento regional. Investir na educação contribui para a formação de cidadão.

Agradecimentos

Inicialmente, agradeço a Deus, fonte de sabedoria, força e inspiração. À minha família, meu alicerce, minha fonte de amor incondicional e apoio contínuo. Aos meus amigos, que compartilharam dessa caminhada e me apoiaram ao longo dessa jornada. E, por fim, à faculdade e aos professores, em especial, ao meu orientador, minha gratidão por proporcionar um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento intelectual.

Referências

GOIÂNIA, Secretaria Municipal de Educação e Esporte. **Documento Curricular da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia**. SME: 2020.

GOIÂNIA, Secretaria Municipal de Educação e Esporte. **Infâncias e crianças em cena**: por uma política de educação infantil para a rede municipal de educação de Goiânia. SME: 2014.

ROMANO, Rosilene; MATOS, Janaína de Oliveira. **A qualidade da educação infantil no Brasil**: desafios e perspectivas. Revista eletrônica lumen et vi.

EFETIVIDADE DOS ÍNDICES DE DESEMPENHO DO CNJ NA GESTÃO DAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL CÍVEIS DA COMARCA DE GOIÂNIA

PATRÍCIA NOLASCO GUIMARÃES
UNIALFA
petinolasco@gmail.com

Resumo

O presente artigo investiga a gestão judiciária no Brasil, com foco nos índices de desempenho implementados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e sua relação com a eficiência administrativa nas Unidades de Processamento Judicial (UPJs). A administração de órgãos públicos, incluindo o judiciário, é um fator crucial para garantir a qualidade dos serviços prestados à população. No Brasil, a criação do CNJ, em 2004, representou um marco na evolução da gestão judiciária, estabelecendo mecanismos para controlar a eficiência e a transparência do sistema. Diante disso, este estudo tem como principal objetivo analisar como os índices de desempenho adotados pelo CNJ, como a taxa de congestionamento, a taxa de reversão de sentenças e a taxa de resolatividade, influenciam na celeridade e na eficácia da prestação jurisdicional, tomando como estudo de caso a 6ª UPJ Cível da Comarca de Goiânia. A pesquisa apresenta uma revisão da literatura sobre a gestão pública e judiciária, abordando as reformas ocorridas em diferentes contextos internacionais, como nos Estados Unidos e Europa, e as comparando com o cenário brasileiro. Também são analisadas as características históricas que moldaram o sistema judiciário no Brasil, desde a administração colonial até a criação do STF e a evolução subsequente das reformas administrativas.

Palavras-chave: Administração judiciária; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); índices de desempenho; Unidades de Processamento Judicial (UPJS); eficiência processual; celeridade judicial; Sistema Judiciário Brasileiro; taxa de congestionamento; gestão pública; qualidade das decisões.

Introdução

A administração judiciária eficiente é fundamental para garantir a qualidade dos serviços prestados pela justiça, afetando diretamente o acesso e a confiança da população no sistema judicial.

O Brasil, com sua longa tradição de evolução estrutural no sistema judiciário, tem enfrentado desafios históricos, como a morosidade processual, que impacta a celeridade das decisões e a efetividade da justiça. A criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2004, trouxe novos mecanismos de gestão, como os índices de desempenho, que têm se mostrado essenciais para avaliar e melhorar a prestação jurisdicional. Este estudo foca nas Unidades de Processamento Digital Judiciais (UPJS), destacando suas inovações na gestão e correlacionando esses índices com a eficiência e celeridade no processo judicial.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem mista, utilizando revisão de literatura, estudos de caso e entrevistas com profissionais do sistema judiciário. Serão analisados dados das UPJS da comarca de Goiânia, com base nos índices do CNJ, como a taxa de congestionamento, reversão de sentenças e resolutividade. Além disso, será avaliado o impacto de práticas de gestão, tecnologia e infraestrutura na eficiência.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados mostrará como os índices de desempenho têm contribuído para a melhoria da celeridade processual e da qualidade das decisões judiciais. Serão identificadas áreas críticas que ainda carecem de melhorias e avaliados os benefícios trazidos pelas unidades de processamento judicial em termos de otimização de recursos e maior agilidade nas tramitações.

Conclusões

Os índices de desempenho desempenham um papel crucial na modernização e eficiência da administração judiciária no Brasil. No entanto, é necessário considerar as particularidades regionais e a complexidade dos casos ao interpretar esses dados.

A aplicação de práticas de gestão mais eficazes e o uso de tecnologia podem ser essenciais para aprimorar o sistema judiciário, trazendo melhorias contínuas e fortalecendo a confiança da sociedade no poder judiciário.

Os resultados indicam que os índices de desempenho adotados pelo CNJ são ferramentas eficazes para medir a eficiência do sistema, embora apresentem limitações, como a incapacidade de capturar a complexidade total dos casos e as variações regionais.

O estudo conclui que a implementação de práticas de gestão mais modernas, como as UPJS, tem potencial para melhorar significativamente a eficiência e a celeridade processual, refletindo um avanço na administração judiciária brasileira. Contudo, é necessário continuar desenvolvendo política.

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, à minha família, pelo apoio incondicional, paciência e incentivo ao longo de toda a minha trajetória. Sem o suporte e o amor de vocês, este trabalho não teria sido possível. Ao meu orientador, Rafael Manzi, expressei minha mais profunda gratidão pela orientação precisa, pelos conselhos valiosos e pela confiança depositada em mim durante todo o processo. Sua dedicação e conhecimento foram essenciais para a realização deste estudo. Muito obrigado!

Referências

Comissão europeia. (2023). **Eu justice scoreboard 2023**: a tool to promote effective justice systems in the european union. Bruxelas: união europeia.

COSTA, F. L., & CASTANHAR, J. C. (2003). **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista de administração pública, 37(5), 969-992.

DREYFUSS, Vera Maria de Andrade. **A morosidade da justiça e suas consequências**. In: a justiça em questão: estudos sobre o sistema judiciário brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2015. p. 45-67.

GHELMAN, S. (2006). **Adaptando o balanced scorecard aos preceitos da nova gestão pública**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense.

GOMES E GUIMARÃES, abril 2013. **Desempenho no judiciário**: conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa, site: <https://www.scielo.br/j/rap/a/mgqg4jc4szjbbhxwwtythcs/#> https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm. Acesso em 3 set. 2024.

GOMES, L. O., & GUIMARÃES, T. D. (2014). **Indicadores de desempenho no poder judiciário**: uma análise da sua aplicação no Brasil. Revista de administração pública, 48(4), 943-966.

LOBO, Maria de Fátima. **Gestão e eficiência no judiciário**: o papel das unidades de processamento judiciais. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Ricardo. **A modernização do judiciário e suas consequências**: um estudo das UPJS. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

NASCIMENTO, Eduardo. **História do judiciário brasileiro**: do período colonial à contemporaneidade. Brasília: Editora Senado, 2010.

NEVES, L. W. **A justiça no Brasil colonial**: administração e estruturação do sistema judiciário. São Paulo: Editora Jurídica, 2016.

PEREIRA, Ana Cláudia. **A crise da justiça no Brasil**: desafios e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2015.

RAMOS, D. (2018). **Funções e atribuições do Conselho Nacional de Justiça**: uma análise crítica. Revista de Direito Constitucional e internacional, 26(103), 25-47.

SADEK, M. T. (2015). **Desafios e limites dos indicadores de desempenho no poder judiciário brasileiro**. Revista Direito, FGV, 11(2), 399-418.

SANO, H.; FRANÇA; Montenegro Filho, M. J. (2013). **As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas**. Desenvolvimento em questão, 11(22), 35-61. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:

[http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75225787003:contentreference\[oaicite:0\]{index=0}](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75225787003:contentreference[oaicite:0]{index=0}).

SHLEIFER, A., & VISHNY, R. W. (1997). **A survey of corporate governance.** The journal of finance, 52(2), 737-783.

SILVA, M. R. **Modernização do sistema judiciário brasileiro:** reformas e desafios no século XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO JUDICIÁRIO GOIANO E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

TELMA SOARES CEO
UNIALFA
telmasc2165@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa a modernização tecnológica no Judiciário do Estado de Goiás, explorando como as políticas públicas de Tecnologia da Informação (TI) implementadas por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJE), têm contribuído para o desenvolvimento regional e para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A pesquisa destaca a digitalização quase universal dos processos judiciais e os desafios ainda enfrentados, como a alta taxa de congestionamento e a necessidade de capacitação contínua dos profissionais do Direito. Além disso, são propostas estratégias para o aprimoramento das políticas de TI e o fortalecimento das parcerias institucionais, essenciais para uma justiça mais eficiente, acessível e equitativa em Goiás.

Palavras-chave: Modernização tecnológica; judiciário; eficiência; objetivos de desenvolvimento sustentável.